

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

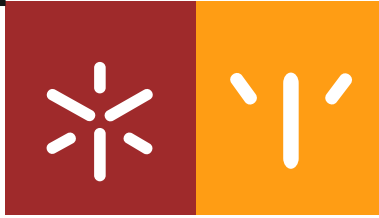
**Divórcio e Funcionamento Psicológico
em Adultos e Crianças**

Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva
**Divórcio e Funcionamento Psicológico
em Adultos e Crianças**

UMinho | 2013

Abril de 2013





Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

Divórcio e Funcionamento Psicológico em Adultos e Crianças

Tese de Doutoramento em Psicologia
Especialidade de Psicologia Clínica

Trabalho realizado sob a orientação da
**Professora Doutora Bárbara Fernandes de
Carvalho Figueiredo**
e da
**Professora Doutora Maria Alice Martins da
Silva Calçada Bastos**

Abril de 2013

Declaração

Nome

Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

Endereço Eletrónico

dlamela@ese.ipvc.pt; diogo.lamela@hotmail.com

Bilhete de Identidade

12530263

Título da Tese de Doutoramento

Divórcio e Funcionamento Psicológico em Adultos e Crianças

Orientadores

Professora Doutora Bárbara Fernandes de Carvalho Figueiredo
Professora Doutora Maria Alice Martins da Silva Calçada Bastos

Ano de Conclusão

2013

Ramo de Conhecimento do Doutoramento

Psicologia, Especialidade de Psicologia Clínica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

À professora Bárbara Figueiredo, dedico o meu forte agradecimento por ter orientado este trabalho. Agradeço a sua sabedoria em modelar a minha autonomia, análise crítica e pensamento livre. Agradeço a sua disponibilidade, exigência, e, principalmente, a sua confiança em mim e no meu trabalho. Ser membro da sua equipa de investigação foi/é uma etapa insubstituível no meu processo pessoal de exploração e amadurecimento.

À professora Alice Bastos, agradeço a sua orientação atenta deste meu trabalho. Agradeço ter-me dado a possibilidade de aprender que, através da investigação e da docência, podemos contribuir para a construção da esperança e utopia num mundo melhor.

A ambas agradeço profundamente o apoio, o sorriso terno e as experiências de crescimento académico e pessoal que me proporcionaram e proporcionam diariamente. Obrigado.

Aos meus colegas de departamento da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, por me fazerem aprender, ao longo destes anos, que o *todo* é muito mais que a soma das partes.

A todos os meus colegas do Family Studies & Intervention Unit, em especial às *mais velhas*, Ana Conde, Raquel Costa, Alexandra Pacheco, Iva Tendais e Catarina Canário pelo exemplo (nem imaginam o quanto) que foram para mim e por me ajudarem a sentir em casa.

Às professoras Ursula Staudinger e Carol Ryff pelo apoio na reflexão sobre a operacionalização do quadro conceptual utilizado neste trabalho. Uma palavra de maior apreço aos professores Mark Feinberg, Jack Bauer e Carolina Silva pelos preciosos e constantes *insights* e pelo estímulo na condução deste trabalho.

À Carla Peixoto, Emília Moreira e Fátima Pereira, minhas colegas/amigas de departamento, com quem comparti esta caminhada do doutoramento. Obrigado pelo trabalho árduo em conjunto, pela partilha da responsabilidade, pelas gargalhadas e pelas conversas parvas.

À/ao Álvaro Vila-Chã, Bruna Simões, Daniela Alves, Filipa Vilhena, Guilherme Lira, Helena Martins, Joana Miranda, Luís Azevedo, Luís F Ribeiro, Nik Farhad, Raquel Rosa, Rudy Lopes, Silvana Lopes Costa, Simão Bolívar, Sofia Cardoso e Vânia Sousa Lima, que cada um à sua maneira, e em diferentes momentos, foram o suporte.

Ao Luís e ao Rui, este trabalho também é vosso.

À Conceição Castro, que foi o maior ganho pessoal que levo dos anos de doutoramento. Obrigado pela partilha, amizade e pelo crescimento conjunto enquanto psicoterapeutas.

Ao dueto do trio, Ana Carvalho e Maria Joana Carvalho, pelos cúmplices silêncios eufóricos. Para sempre.

Aos meus grandes amigos, Luís Pimenta Lopes e Joana Trigueiros Reis, por serem os meus principais companheiros neste ensaio contínuo que é crescer.

Aos meus alunos, pelo estímulo para me superar a mim próprio todos os dias.

Aos meus pais e à minha irmã, as pessoas mais importantes da minha vida. O meu reconhecimento público aos meus pais pelo amor incondicional, pela coragem, pelos valores que me ensinaram, pelos seres humanos extraordinários que são. Obrigado por me ensinarem a ser uma pessoa livre. Obrigado por este sentimento de conforto permanente. À minha irmã, Ana, pela admiração e orgulho que sinto por ela e por tudo o resto.

E a ti. Porque *tudo é possível, é só querer.*

A presente tese de doutoramento recebeu o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de uma Bolsa de Doutoramento Individual (SFRH/BD/43525/2008).



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Divórcio e Funcionamento Psicológico em Adultos e Crianças

RESUMO

A presente dissertação foi orientada por dois enquadramentos teóricos: o modelo de Desenvolvimento Positivo da Personalidade na idade adulta (Staudinger & Bowen, 2010) e no modelo ecológico da coparentalidade (Feinberg, 2003). **Objetivo:** Este trabalho pretendeu responder a quatro objetivos. (1) Identificar variáveis sócio-demográficas, características do divórcio e indicadores psicológicos que possibilitem prever a satisfação com a vida e o crescimento pessoal (conceptualizados como critérios subjetivos de ajustamento e crescimento da personalidade) após a dissolução conjugal. (2) Testar dois modelos cumulativos, construídos a partir de indicadores psicológicos, na predição do ajustamento e crescimento da personalidade, após a dissolução conjugal. (3) Analisar o efeito moderador de características do divórcio na associação entre os modelos cumulativos testados no objetivo 2 e os critérios subjetivos de desenvolvimento positivo da personalidade. (4) Identificar e descrever tipologias de coparentalidade após o divórcio, de acordo com as componentes da coparentalidade propostas pelo modelo ecológico de Feinberg (2003), e examina diferenças entre os grupos coparentais, ao nível do ajustamento psicológico dos pais, da parentalidade, do funcionamento familiar e do ajustamento psicológico dos filhos. **Método:** Um *design* transversal foi implementado para a recolha de dados. A amostra total foi composta por 460 adultos divorciados, avaliados ao nível do bem-estar psicológico, regulação do afeto negativo e vinculação emocional ao ex-cônjuge, *mindedness*, motivação para o crescimento, *divorce-related self-expansion* e satisfação com a vida. Para responder ao objetivo 4, recorreu-se a uma subamostra de 314 pais divorciados que foram adicionalmente avaliados ao nível da coparentalidade, parentalidade positiva, parentalidade inconsistente, funcionamento familiar e ajustamento psicológico dos filhos. Os participantes preencheram os questionários através de uma plataforma *online*. **Resultados:** No objetivo 1, a satisfação com a vida foi predita pela auto-aceitação, mestria ambiental e baixo *distress* associado ao divórcio, sendo que, por sua vez, o crescimento pessoal mostrou-se associado ao sentido de propósito de vida, motivação para objetivos de crescimento reflexivo, *mindedness* e *divorce-related self-expansion*. Os critérios de desenvolvimento positivo da personalidade foram diferentemente preditos pelas características do divórcio e pelas variáveis sócio-demográficas. No objetivo 2, os resultados evidenciaram um modelo cumulativo aditivo na

predição da satisfação com a vida, em que quanto maior o número de indicadores personológicos, maior era a satisfação com a vida pós-divórcio. Foi encontrado um modelo cumulativo de multiplicação-saturação na predição do crescimento pessoal, em que o crescimento pessoal aumentou acentuadamente na presença de dois indicadores do crescimento da personalidade, sendo que, a partir desse número, a adição de novos indicadores não aumentou a variância explicada do crescimento pessoal. No objetivo 3, os resultados mostraram que as características do divórcio analisadas moderavam a relação entre o índice cumulativo de ajustamento da personalidade e a satisfação com a vida, mas não a relação entre o índice cumulativo de crescimento da personalidade e o crescimento pessoal. Finalmente, no objetivo 4, foram identificados três tipologias coparentais após o divórcio: coparentalidade cooperativa, coparentalidade de conflito aberto e coparentalidade de sabotagem. Os resultados evidenciaram que (a) os pais no grupo da coparentalidade de conflito-aberto, quando comparados com os outros dois grupos, apresentavam menor satisfação com a vida e auto-aceitação e maior *distress* associado ao divórcio e parentalidade inconsistente. (b) Os pais do grupo de coparentalidade de sabotagem identificavam mais problemas de internalização nos filhos quando comparados com os pais do grupo de coparentalidade cooperativa. (c) Os pais no grupo da coparentalidade cooperativa, quando comparados com os grupos de coparentalidade de conflito-aberto e de sabotagem, relatavam melhor funcionamento familiar e menos problemas de externalização nos filhos. **Conclusão:** Os resultados apresentados na presente dissertação fornecem novos dados empíricos sobre o funcionamento psicológico positivo associado ao divórcio e sobre como relações coparentais específicas pós-divórcio estão associadas ao ajustamento psicológico em pais e crianças.

Divorce and Psychological Functioning in Adults and Children

ABSTRACT

The present dissertation was guided by two theoretical frameworks: the Positive Adult Personality Development model (Staudinger & Bowen, 2010), and the ecological model of coparenting (Feinberg, 2003). **Objective:** This thesis aimed at answering to four objectives: (1) To identify which demographic variables, divorce-related characteristics and personality indicators predicted satisfaction with life and personal growth (seen as subjective criteria of personality adjustment and growth), (2) To test two cumulative models developed based on personality indicators in prediction of post-divorce personality adjustment and growth, (3) To analyze the moderator effect of divorce-related characteristics on the association between the two cumulative models and the subjective criteria of positive personality development. (4) To identify and describe post-divorce coparenting profiles, according to coparenting components proposed by Feinberg's (2003) ecological model, as well as to examine differences between these coparenting groups in parents' psychological adjustment, parenting, family functioning, and children's psychological adjustment. **Method:** A cross-sectional design was used for data collection. The sample was composed by 460 divorced adults, which were evaluated in terms of psychological well-being dimensions, negative affect regulation, emotional attachment to ex-partner, mindedness, growth motivation, *divorced-related self-expansion*, and satisfaction with life. In order to answer to objective 4, a subsample of 314 divorced parents was used. These participants were additionally assessed in terms of coparenting, positive parenting, inconsistent parenting, family functioning, and children's psychological adjustment. Data was collected on an *online* website. **Results:** In objective 1, satisfaction with life was predicted by self-acceptance, environmental mastery, and low divorce-related distress. Personal growth was associated to life purpose, motivation for reflexive growth, mindedness and divorce-related self-expansion. The subjective criteria of positive personality development were distinctively predicted by the divorce-related characteristics and demographic variables. In objective 2, results showed an additive cumulative model in prediction of satisfaction with life, in which the more the personality indicators were, the more post-divorce satisfaction with life was showed. A threshold-saturation cumulative model was found in prediction of personal growth, in which personal growth increased dramatically in the presence of two personality growth indicators; however, adding new personality indicators did not increase

the explained variance in personal growth. In objective 3, results revealed that the tested divorce-related characteristics moderated the association between the personality adjustment cumulative index and satisfaction with life, but not the association between the personality growth cumulative index and personal growth. Finally, in objective 4, three post-divorce coparenting profiles were found: cooperative coparenting, overt-conflict coparenting, and undermining coparenting. Results showed that (a) parents of the overt-conflict coparenting profile showed lower satisfaction with life and self-acceptance and higher divorce-related distress and inconsistent parenting, when compared with the other two profiles. (b) Parents in the undermining coparenting profile identified more internalizing problems in their children when compared with parents in the cooperative coparenting profile. (c) When compared with the other two profiles, parents in the cooperative coparenting profile showed higher family functioning and reported lower externalizing problems in their children; parents of the cooperative coparenting group also identify lower internalizing problems in their children, when compared with parents of the undermining coparenting profile. **Conclusion:** Results presented in this thesis provide new empirical data about divorce-related positive psychological functioning. Furthermore, this work extends previous literature by showing that specific coparenting relationships are associated with psychological adjustment in parents and children.

Introdução	1
Capítulo 1 – Divórcio como transição desenvolvimental: Desenvolvimento positivo da personalidade	13
Ajustamento e crescimento psicológicos.....	18
Modelo Desenvolvimento Positivo da Personalidade na Aduldez: O encontro teórico de duas disciplinas psicológicas.....	22
Ajustamento e crescimento da personalidade.....	23
Indicadores das trajetórias de ajustamento e crescimento da personalidade.....	27
Divórcio e ajustamento e crescimento da personalidade	29
Divórcio e mudanças nos indicadores de ganhos na personalidade	29
Divórcio e critérios de ajustamento e crescimento da personalidade	30
Limitações do atual estado da arte e implicações para a investigação futura.....	36
Conclusão	38
Referências.....	38
Apêndice 1	48
Capítulo 2 – Definição conceptual da coparentalidade	49
Definição de coparentalidade	52
Refinamento conceptual e metodológico da coparentalidade	55
Contributos teóricos para a definição conceptual da coparentalidade	61
Modelo Margolin, Gordis e John (2001)	63
Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003)	64
Modelo de Van Egeren (2004)	66
Coparentalidade e ajustamento psicológico dos filhos.....	69
Coparentalidade em famílias com pais divorciados.....	71
Coparentalidade pós-divórcio e ajustamento psicológico dos filhos.....	73
Limitações e investigação futura	82
Considerações finais.....	84
Referências.....	85
Capítulo 3 – Estudos Empíricos	93
ARTIGO 1 – PERSONALITY PREDICTORS OF LIFE SATISFACTION AND PERSONAL GROWTH IN DIVORCED ADULTS	95
Introduction and study' aims.....	97
Method.....	99

Results.....	103
Discussion.....	105
References.....	108
ARTIGO 2 – POSITIVE ADULT PERSONALITY DEVELOPMENT AFTER DIVORCE: ADDICTIVE VERSUS THRESHOLD CUMULATIVE MODEL	111
Introduction and study' aims.....	113
Method.....	122
Results.....	126
Discussion.....	134
References.....	138
ARTIGO 3 – POST-DIVORCE COPARENTING PROFILES AND PARENTS' WELL-BEING, PARENTING, FAMILY FUNCTIONING, AND CHILDREN'S PSYCHOLOGICAL ADJUSTMENT	145
Introduction and study' aims.....	147
Method.....	153
Results.....	156
Discussion.....	161
References.....	168
Appendix 1	174
Capítulo 4 – Conclusão	175
Objetivo 1: Divórcio e desenvolvimento positivo da personalidade	177
Objetivo 2: Coparentalidade pós-divórcio e ajustamento das crianças, dos pais e da família	185
Limitações, implicações e investigação futura.....	187
Referências.....	191
Bibliografia Geral	197
Anexos (FORMATO DIGITAL)	219
ANEXO 1: Escalas de medida e itens administrados no protocolo de avaliação.....	220
Medidas com versão portuguesa publicada.....	221
Medidas validadas ou em processo de validação no âmbito deste estudo	223
ANEXO 2: Artigo de validação – PSYCHOMETRIC PROPERTIES OF THE PORTUGUESE VERSION OF THE POSTTRAUMATIC GROWTH INVENTORY SHORT FORM AMONG DIVORCED ADULTS.....	229

Introdução

O impacto dos acontecimentos de vida no funcionamento psicológico dos seres humanos tem recebido um expressivo interesse na literatura psicológica, tal como evidenciado pela diversidade das definições conceptuais e dos modelos explicativos desenvolvidos ao longo das últimas décadas (McCann, Sakheim, & Abrahamson, 1988; Rutter, 1996; Schlossberg, Waters, & Goodman, 1995). Nesta linha, dada a sua elevada prevalência nos países ocidentais, o impacto do divórcio no funcionamento psicológico tem sido alvo de sistemática investigação transversal e longitudinal. Por definição, o divórcio é o ato legal que dissolve o contrato de casamento entre duas pessoas. A dissolução do subsistema conjugal da família parece acarretar elevadas implicações para o funcionamento psicológico não só para os adultos que o experienciam, mas também para os filhos. A investigação tem tentado descrever e compreender quais são as variáveis individuais, familiares, sociais e contextuais que predizem a dinâmica entre ajustamento e desajustamento psicológico pós-divórcio, quer nos adultos, quer nas crianças cujos pais se divorciaram.

A presente dissertação intenta visar dois dos temas com menor representação empírica na compreensão do funcionamento psicológico em adultos e crianças após o divórcio; (1) ajustamento e crescimento psicológico em adultos divorciados e (2) qualidade da relação de coparentalidade e funcionamento psicológico nos pais e nas crianças com pais divorciados.

Tal como pode ser observado nos artigos e capítulos de revisão do estado da arte mais recentes no domínio (Amato, 2010; Braver, Shapiro, & Goodman, 2006; Felix, Robinson, & Jarzynka, 2013; Sbarra, Law, & Portley, 2011; Sbarra & Mason, 2013), os estudos empíricos têm-se centrado essencialmente na compreensão das dinâmicas do funcionamento psicológico normativo e patológico dos adultos após o divórcio, focando primordialmente na predição dos fatores de risco e de proteção da saúde mental e relacionamento interpessoal. No entanto, pouco é conhecido sobre as variáveis intraindividuais que contribuem para o funcionamento psicológico ótimo e bem-sucedido a este acontecimento de vida (King & Raspin, 2004).

Aliás, nas revisões recentemente publicadas que sistematizam as tendências da investigação empírica (Amato, 2010; Braver et al., 2006; Felix et al., 2013; Sbarra & Mason, 2013), não foi citada qualquer referência a investigações que versasse dimensões do funcionamento psicológico positivo associado à dissolução conjugal. Todavia, um reduzido

número de estudos tem demonstrado que o divórcio pode promover ganhos no funcionamento psicológico e, do mesmo modo, desencadear formas mais complexas do adulto perceber e operar sobre o contexto desenvolvimental (cf. Capítulo 1). Tendo em consideração que o mapeamento exclusivo das dimensões normativas e patológicas não permite a compreensão holística e heurística do funcionamento psicológico (Aspinwall & Staudinger, 2003; Peterson & Seligman, 2004), o estudo empírico sobre as dimensões que estão associadas ao desenvolvimento positivo após a dissolução conjugal torna-se um tema relevante neste domínio do conhecimento.

Por outro lado, o divórcio, enquanto transição de vida familiar¹ marcada por reorganizações estruturais, processuais e sócio-emocionais, parece estar empiricamente associado aos níveis de ajustamento de todos os membros da família. Um dos temas mais estudado na literatura psicológica sobre as famílias com pais divorciados é o impacto da dissolução conjugal nos indicadores de ajustamento e desenvolvimento psicológico das crianças. Apesar da associação entre divórcio e problemas no funcionamento psicológico das crianças não ser linear (Ahrons, 2007; Hetherington & Kelly, 2002; Lansford, 2009; Nunes-Costa, Lamela, & Figueiredo, 2009; Tolle & O'Donohue, 2012), os resultados transversais e longitudinais têm mostrado que os filhos de pais divorciados estão em risco aumentado de *outcomes* desadaptativos (Lansford, 2009; Nunes-Costa et al., 2009). No entanto, alguns autores têm argumentado que o funcionamento psicológico das crianças após o divórcio dos pais não está propriamente associado ao divórcio *per se*, mas sim ao funcionamento familiar após a dissolução conjugal (Hetherington, Bridges, & Insabella, 1998; Hetherington & Kelly, 2002; Kelly & Emery, 2003). Apesar de tradicionalmente a Psicologia Clínica e da Família ter centrado o seu foco no estudo de como a parentalidade e o ajustamento psicológico dos pais influenciam o funcionamento psicológico dos filhos, um corpo sistemático de investigação tem também sugerido que a qualidade da interação entre pais divorciados – quer enquanto na execução das responsabilidades parentais conjuntas, quer enquanto ex-casal – é um forte preditor do ajustamento e bem-estar psicológico das crianças que vivem neste tipo de estrutura familiar (cf. Capítulo 2).

¹Conceptualmente, uma transição de vida familiar ocorre quando um acontecimento de vida desencadeia novas organizações estruturais e processuais no sistema familiar (Cowan, 1991; Hetherington, 1989), em que “change in the life course of any one family member, dyad, or triad, then, may trigger disequilibrium and reorganization of the whole family system” (Cowan, 1991, p. 7).

Surpreendentemente, apesar de todos os modelos recentes da coparentalidade sugerirem o efeito, quer direto e indireto, exercido pela coparentalidade no funcionamento psicológico das crianças (Feinberg, 2003; Teubert & Pinquart, 2010), mostram-se reduzidos os estudos científicos que examinaram esta associação em amostras constituídas por pais divorciados. Esta investigação prévia também apresenta limitações teóricas e metodológicas que condicionam a interpretação dos seus resultados (cf. Capítulo 2). Ademais, de nosso conhecimento, não existe nenhum estudo que, utilizando instrumentos de medida estandardizados e psicometricamente validados, explore, por um lado, a existência de padrões de coparentalidade pós-divórcio e, por outro lado, como o ajustamento psicológico das crianças pode variar em função do padrão de funcionamento coparental.

Divórcio e desenvolvimento patológico, normativo e bem-sucedido

Tem sido sistematicamente demonstrado que o divórcio é um fator de risco para o aumento da probabilidade de problemas de saúde mental, física e social para os adultos que o experienciam, assim como para os filhos de pais divorciados (Amato, 2010; Lansford, 2009; Sbarra et al., 2011). No entanto, a interpretação teórica destes resultados negativos de ajustamento não é consensual (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013; Masheter, 1998). Alguns autores têm proposto categorizar os estudos empíricos e teóricos sobre o divórcio em duas grandes perspectivas epistemológicas: a perspectiva patológica (pathologic framework) e a perspectiva processual (process framework) (Ahrons & Rodgers, 1987; Masheter, 1998).

Segundo Masheter (1998), os modelos teóricos inscritos na perspectiva patológica sugerem que o divórcio é consequência de riscos e défices individuais, sociais e societais, em que, devido ao efeito cumulativo dos fatores de risco, o indivíduo – e por consequência a sua família e os membros que a compõe – é *selecionado* para o divórcio (modelo de seleção). Nesta perspectiva, o desajustamento no funcionamento psicológico pós-divórcio tende a ser permanente e com elevada probabilidade de transmissão intergeracional (Ahrons & Rodgers, 1987; Gähler, 2006).

Esta visão epistemológica tem implícita uma conceptualização do divórcio como um acontecimento negativo, adverso, gerador de elevado *stress* e indicador de problemas idiossincráticos e intraindividuais que aumenta o risco para *outcomes* negativos de saúde mental (Wallerstein, Lewis, & Blakeslee, 2000). Partilhando de algumas premissas das correntes dentro

da Psicologia Clínica orientadas pelo modelo médico e por uma *ideologia da doença* (Joseph & Linley, 2008; Maddux, 2009; Maddux, Snyder, & Lopez, 2004), a investigação inserida nesta perspetiva está centrada em compreender como o divórcio é causado e resulta em psicopatologia e em condições comportamentais e emocionais anormais, desadaptativas e desviantes². Nesta linha de argumentação, Hetherington e Stanley-Hagan (1999) argumentam que a investigação empírica sobre o funcionamento psicológico das crianças ao divórcio dos pais assente nesta perspetiva é baseada num modelo de *deficit*, que parte dos pressupostos que a estrutura familiar composta por pais casados é necessária para o funcionamento psicológico e socialização positivos das crianças e que o divórcio “is a traumatic event that has severe and enduring deleterious effects on children’s adjustment” (p. 130).

Os modelos teóricos inscritos na perspetiva processual, por sua vez, comungam da premissa que, para a maioria dos adultos divorciados e dos filhos de pais divorciados, os problemas de ajustamento pós-divórcio são respostas de *stress* agudo à dissolução conjugal, não sendo conceptualizados como universais, irreversíveis e permanentes (Ahrons & Rodgers, 1987; Lamela et al., 2013; Masheter, 1998). Inspirados nos pressupostos da psicopatologia do desenvolvimento, alguns autores, para além de criticarem a visão deficitária da perspetiva patológica, têm proposto uma perspetiva de risco e resiliência do processo de divórcio (Ahrons & Rodgers, 1987; Hetherington & Kelly, 2002; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Kelly & Emery, 2003; Leon, 2003; Nunes-Costa et al., 2009). Mais concretamente, Leon (2003) advoga que a aplicação do quadro conceptual da psicopatologia do desenvolvimento ao estudo do divórcio permite compreender este acontecimento de vida como uma transição, sendo que o funcionamento psicológico é produto da interação dinâmica e desenvolvimental entre fatores de risco e de proteção, resultando em distintas trajetórias de desenvolvimento³. Neste sentido, a geração atual de investigação empírica sobre o efeito da coparentalidade nos processos familiares e no funcionamento psicológico das crianças parece ser adequadamente enquadrada, do ponto de vista conceptual, pelos pressupostos da psicopatologia do desenvolvimento.

No entanto, apesar de tentar identificar os fatores que contribuem para a resiliência ao processo de divórcio, a perspetiva processual do divórcio tem subentendida que a dissolução conjugal pode ser uma transição potencial negativa (Masheter, 1998) e a investigação deve

² Amato (2000), por exemplo, defende que o ajustamento psicológico dos adultos após o divórcio é aferido pela “severity and duration of psychological, behavioral, and health problems” (p. 1271).

³ Num dos artigos fundacionais e nucleares da psicopatologia do desenvolvimento, Rutter e Sroufe (2000) sugerem que os estudos sobre o divórcio são paradigmáticos dos pressupostos da psicopatologia do desenvolvimento.

compreender os processos psicológicos e contextuais através dos quais a maioria dos divorciados gere os potenciais efeitos adversos do divórcio e não apresentam trajetórias pautadas por problemas de médio e longo-prazo no funcionamento psicológico (Lamela et al., 2013). Adicionalmente, apesar de aplicação dos pressupostos da psicopatologia do desenvolvimento ao estudo do divórcio ter permitido descrever, explicar e prever as trajetórias do desenvolvimento normativo e de risco nos adultos que o experienciam, defendemos que este quadro conceptual parece apresentar reduzida aplicação na compreensão do desenvolvimento bem-sucedido após o divórcio. Paradigmaticamente, o desenvolvimento bem-sucedido não é sinónimo de desenvolvimento normativo ou de desenvolvimento com ausência de psicopatologia e problemas no funcionamento psicológico. Os investigadores têm diferenciado o desenvolvimento patológico, normativo e bem-sucedido/ótimo/positivo (P. Baltes & M. Baltes, 1993; Hsu & Jones, 2012; Schulz & Heckhausen, 1996; Viquer Segui, 2004). Muito sucintamente, P. Baltes e M. Baltes (1993) sugerem que o desenvolvimento patológico é caracterizado um processo ontogénico limitado pela etiologia médica e síndromes de doença (resultando em *performances* abaixo da média populacional num determinado indicador⁴), enquanto o desenvolvimento normativo refere-se à ausência de doença e de um equilíbrio dinâmico da condição de saúde (*performances* no intervalo médio da população para um determinado *outcome*). Por sua vez, o desenvolvimento ótimo é descrito como a possibilidade utópica do ser humano se desenvolver em condições que potenciam o seu auto-desenvolvimento e em contextos ambientais que facilitem o processo ontogénico. Um desenvolvimento bem-sucedido traduz-se na mestria em atingir objetivos de desenvolvimento através da otimização das variáveis contextuais, contribuindo para que o indivíduo potencialmente apresente *performances* acima da média da população com características demográficas, sociais, culturais e históricas similares.

Assim, tendo em conta a matriz paradigmática desta abordagem dos diferentes tipos do desenvolvimento humano, partimos do pressuposto que os modelos desenvolvimentais inscritos na Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia da Personalidade podem funcionar como uma ferramenta teórica válida para a conceptualização do divórcio como um acontecimento de vida que pode contribuir para o desenvolvimento ontogénico bem-sucedido, sendo que pode gerar e

⁴ Indicadores de desenvolvimento que podem ser objetivos (medidos externamente) ou subjetivos (percepções idiossincráticas do indivíduo) (P. Baltes & M. Baltes, 1993).

potenciar esforços de auto-desenvolvimento, inclusivamente em níveis que seriam menores, caso a dissolução conjugal não tivesse ocorrido.

No entanto, a investigação sobre os potenciais ganhos associados ao divórcio no desenvolvimento positivo é muito limitada e, com raras exceções, não-orientada teoricamente. Os modelos da Psicologia Clínica orientados pela perspectiva médica sobre ajustamento e crescimento após um acontecimento de vida sofrem da limitação de postularem que um acontecimento de vida deve assumir propriedades *traumáticas* para que o ajustamento e o crescimento psicológico ocorram em contingência (Joseph & Linley, 2008). Mas é o divórcio uma experiência altamente stressante? Será que os adultos divorciados apresentam níveis adaptativos de ajustamento psicológico? Será que os indivíduos podem apresentar maiores níveis de ajustamento psicológico após o divórcio, quando comparado com o casamento? Será que a experiência do divórcio pode potenciar a perceção de esforços de auto-desenvolvimento e de realização do potencial individual? Será que existem características associadas à personalidade que predizem o ajustamento e crescimento psicológico em consequência do divórcio? E se sim, quais são essas características e como operam dinamicamente na predição destas duas variáveis?

A utilização de pressupostos de modelos teóricos na Psicologia do Desenvolvimento e na Psicologia da Personalidade pode contribuir eficazmente para a resposta a algumas destas questões. Nesta linha, as premissas destes modelos desenvolvimentais (Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 2006; Luhmann, Hofmann, Eid, & Lucas, 2012; Staudinger & Bowen, 2010), em oposição aos modelos teóricos de ajustamento e crescimento pós-traumático inscritos na Psicologia Clínica orientadas pelo modelo médico, podem auxiliar para a formulação do divórcio como uma transição processual, que, apesar do risco associado à gestão sincrónica de um conjunto de tarefas desenvolvimentais altamente exigentes, pode estimular o florescimento e capacitação dos indivíduos. Assim, os modelos do desenvolvimento da personalidade podem trazer utilidade teórica à compreensão de como o divórcio pode adicionar oportunidades e/ou constrangimentos às trajetórias de ajustamento e crescimento do sistema personalológico dos adultos e de como os adultos gerem dialeticamente a dinâmica entre ganhos e perdas ontogénicas decorrentes da dissolução conjugal (P. Baltes, 1987; Riegel, 1979).

Objetivos gerais

Considerando as limitações identificadas na literatura sobre o ajustamento e crescimento psicológico pós-divórcio e o efeito dos padrões de coparentalidade no ajustamento psicológico após a dissolução conjugal, a presente dissertação apresenta dois objetivos gerais. O primeiro objetivo pretende explorar os preditores sócio-demográficos e de personalidade do ajustamento e crescimento da personalidade, testando o seu efeito individual e interativo na predição dos critérios de desenvolvimento positivo da personalidade. Como vista a atingir este objetivo geral de investigação, o modelo de desenvolvimento positivo da personalidade (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009; Staudinger & Kunzmann, 2005) serviu como quadro teórico organizador da revisão da literatura, da metodologia empírica utilizada e da discussão dos resultados.

O segundo objetivo pretende filtrar padrões de funcionamento coparental e explorar se existem diferenças no Funcionamento psicológico dos filhos, na parentalidade e em indicadores de ajustamento psicológico dos pais em função dos padrões de coparentalidade. Foi utilizado o modelo ecológico da coparentalidade de Feinberg (2003) para operacionalizar o constructo, orientar conceptualmente o desenho metodológico do estudo e para analisar e discutir os resultados obtidos.

No capítulo 1, é feita uma breve revisão teórica sobre a conceptualização do divórcio enquanto acontecimento de vida. São brevemente discutidos os modelos teóricos tradicionais que se focam na descrição e explicação dos *outcomes* de ajustamento psicológico. Adicionalmente, é revisto e discutido a não existência, do nosso conhecimento, alguma proposta teórica sistemática que conceptualize como e em que circunstâncias podem os adultos evidenciar crescimento psicológico em consequência do divórcio. Neste capítulo, é também introduzido o modelo do Desenvolvimento Positivo da Personalidade na idade adulta (Staudinger & Bowen, 2010) que postula duas trajetórias de ganhos na personalidade: ganhos associados ao ajustamento da personalidade e ganhos associados ao crescimento da personalidade. Os reduzidos resultados da investigação sobre este domínio são lidos à luz deste modelo e sugestões para a investigação futura são também discutidas.

No capítulo 2, é introduzida a coparentalidade como subsistema familiar *pivot* do funcionamento individual dos membros da família. Após serem apresentados as definições e modelos teóricos recentes do construto, é exposta, de uma forma sistemática, os resultados da

investigação empírica sobre a associação da coparentalidade – e das suas componentes – e o ajustamento psicológico dos filhos em famílias com pais divorciados. As limitações teóricas e metodológicas da investigação prévia sobre este tópico são discutidas.

No capítulo 3 estão apresentados os estudos empíricos desenvolvidos com intuito de compreender quais os indicadores sócio-demográficos e personológicos que individualmente predizem a satisfação com vida (medida-critério do ajustamento da personalidade) e o crescimento pessoal (medida-critério do crescimento da personalidade), de testar modelos cumulativos, criados a partir dos indicadores personológicos, na predição da satisfação com a vida e crescimento pessoal e, finalmente, identificar padrões de funcionamento coparental após o divórcio e analisar se estes padrões estão associados à parentalidade, indicadores de ajustamento psicológico dos pais e ajustamento psicológico dos filhos.

Finalmente, no capítulo 4, são discutidos os principais resultados da investigação empírica desenvolvida e são apresentadas as limitações do presente estudo, assim como possíveis implicações para a prática clínica dos resultados encontrados.

Referências

- Ahrons, C. (2007). Family ties after divorce: Long-term implications for children. *Family Process, 46*(1), 53-65.
- Ahrons, C., & Rodgers, R. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: Norton.
- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family, 62*(4), 1269-1287.
- Amato, P. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family, 72*, 650-666.
- Aspinwall, L., & Staudinger, U. (2003). A psychology of human strengths: Some central issues of an emerging field. In L. Aspinwall & U. Staudinger (Eds.), *A psychology of human strengths: Fundamental questions and future directions for a positive psychology* (pp. 9-22). Washington, DC: American Psychological Association.
- Baltes, P. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology, 23*(5), 611-626.
- Baltes, P., & Baltes, M. (1993). Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. In P. Baltes & M. Baltes (Eds.), *Successful aging: Perspectives from the behavioral sciences* (pp. 1-34). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (2006). Lifespan theory in developmental psychology. In R. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology* (6 ed., Vol. 1, pp. 569-664). Hoboken, NJ: Wiley.

- Braver, S., Shapiro, J., & Goodman, M. (2006). The consequences of divorce for parents. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and relationship dissolution* (pp. 313-337). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cowan, P. (1991). Individual and family transitions: A proposal for a new definition. In P. Cowan & M. Hetherington (Eds.), *Family transitions* (pp. 3-30). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131.
- Felix, D., Robinson, D., & Jarzynka, K. (2013). The influence of divorce on men's health. *Journal of Men's Health*. Advance online publication.
- Gähler, M. (2006). "To Divorce is to die a bit...": A longitudinal study of marital disruption and psychological distress among Swedish women and men. *The Family Journal*, 14(4), 372-382.
- Hetherington M. (1989). Coping with family transitions: Winners, losers, and survivors. *Child Development*, 60(1), 1-14.
- Hetherington, M., Bridges, M., & Insabella, G. (1998). What matters? What does not? Five perspectives on the association between marital transitions and children's adjustment. *American Psychologist*, 53(2), 167-184.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Company.
- Hetherington, M., & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: A risk and resiliency perspective. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40(1), 129-140.
- Hsu, H., & Jones, B. (2012). Multiple trajectories of successful aging of older and younger cohorts. *The Gerontologist*, 52(6), 843-856.
- Joseph, S., & Linley, A. (2008). Positive psychological perspectives on posttraumatic stress: An integrative psychosocial framework. In S. Joseph & A. Linley (Eds.), *Trauma, recovery, and growth: Positive psychological perspectives on posttraumatic stress* (pp. 3-20). Hoboken, NJ: Wiley.
- Kelly, J., & Emery, R. (2003). Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. *Family Relations*, 52(4), 352-362.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Lansford, J. (2009). Parental divorce and children's adjustment. *Perspectives on Psychological Science*, 4(2), 140-152.
- Leon, K. (2003). Risk and protective factors in young children's adjustment to parental divorce: A review of the research. *Family Relations*, 52(3), 258-270.
- Luhmann, M., Hofmann, W., Eid, M., & Lucas, R. (2012). Subjective well-being and adaptation to life events: A meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 102(3), 592-615.
- Maddux, J. (2009). Stopping the "Madness": Positive psychology and deconstructing the illness ideology and the DSM. In C. Snyder & S. Lopez (Eds.), *Oxford handbook of positive psychology* (2nd ed., pp. 61-69). New York: Oxford University Press.

- Maddux, J., Snyder, C., & Lopez, S. (2004). Toward a positive clinical psychology: Deconstructing the illness ideology and constructing an ideology of human strengths and potential. In A. Linley & S. Joseph (Eds.), *Positive psychology in practice* (pp. 320-334). Hoboken, NJ: Wiley.
- Masheter, C. (1998). Divorce as selection, stress, and process. *Journal of Divorce & Remarriage*, 29(3-4), 143-159.
- McCann, L., Sakheim, D., & Abrahamson, D. (1988). Trauma and victimization: A model of psychological adaptation. *The Counseling Psychologist*, 16(4), 531-594.
- Nunes-Costa, R., Lamela, D., & Figueiredo, B. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria*, 85(5), 385-396.
- Peterson, C., & Seligman, M. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification*. New York: American Psychological Association & Oxford University Press.
- Riegel, K. (1979). *Foundations of dialectical psychology*. New York: Academic Press.
- Rutter, M. (1996). Transitions and turning points in developmental psychopathology: As applied to the age span between childhood and mid-adulthood. *International Journal of Behavioral Development*, 19(3), 603-626.
- Rutter, M., & Sroufe, A. (2000). Developmental psychopathology: Concepts and challenges. *Development and Psychopathology*, 12(3), 265-296.
- Sbarra, D., Law, R., & Portley, R. (2011). Divorce and death: A meta-analysis and research agenda for clinical, social, and health psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 6(5), 454-474.
- Sbarra, D., & Mason, A. (2013). The dark side of divorce. In N. DeWall (Ed.), *The Oxford Handbook of Social Exclusion* (pp. 77-89). New York: Oxford University Press.
- Schlossberg, N., Waters, E., & Goodman, J. (1995). *Counseling adults in transition: Linking practice with theory*. New York: Springer.
- Schulz, R., & Heckhausen, J. (1996). A life-span model of successful aging. *American Psychologist*, 51, 702-714.
- Staudinger, U., & Bowen, C. (2010). Life-span perspectives on positive personality development in adulthood and old age. In R. Lerner, M. Lamb & A. Freund (Eds.), *The handbook of life-span development* (Vol. 2, pp. 254-297). Hoboken, NJ: Wiley.
- Staudinger, U., & Kessler, E. (2009). Adjustment and growth: Two trajectories of positive personality development across adulthood. In C. Smith & N. DeFrates-Densch (Eds.), *Handbook of research on adult learning and development* (pp. 241-268). New York and London: Routledge.
- Staudinger, U., & Kunzmann, U. (2005). Positive adult personality development. *European Psychologist*, 10(4), 320-329.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10(4), 286-307.
- Tolle, L., & O'Donohue, W. (2012). Review of post-divorce child outcome literature. In L. Tolle & W. O'Donohue (Eds.), *Improving the quality of child custody evaluations* (pp. 25-45). New York: Springer.
- Viguer Segui, P. (2004). *Optimizacion evolutiva: Fundamentos del desarrollo optimo*. Madrid: Piramide Ediciones.
- Wallerstein, J., Lewis, J., & Blakeslee, S. (2000). *The unexpected legacy of divorce: A 25 year landmark study*. New York: Hyperion.

Capítulo 1

Divórcio como Transição Desenvolvimental: Desenvolvimento Positivo da Personalidade

Divórcio como Transição Desenvolvimental: Desenvolvimento Positivo da Personalidade

Diogo Lamela, Bárbara Figueiredo, & Alice Bastos

Resumo

O divórcio é um acontecimento de vida com elevada incidência nas sociedades ocidentais. A investigação mais recente tem mostrado que o divórcio pode contribuir para o aumento do bem-estar subjetivo, bem como para a redução de psicopatologia e a aquisição de formas mais complexas de pensar e operar sobre o contexto desenvolvimental. A investigação neste domínio é ainda bastante escassa e com reduzido enquadramento conceptual. O presente artigo tem como objetivo apresentar, analisar e sistematizar a investigação sobre os ganhos na personalidade associados ao divórcio, utilizando o modelo de Desenvolvimento Positivo da Personalidade na idade adulta como uma matriz conceptual. De acordo com este modelo, são explicados os resultados empíricos que demonstram que a dissolução conjugal pode possibilitar ganhos no ajustamento e no crescimento da personalidade. Recomendações para a investigação futura são também discutidas.

Ajustamento; bem-estar-subjetivo; crescimento; crescimento pessoal; divórcio; personalidade.

Abstract

Divorce is a highly incident life event in western societies. Research has showing that divorce can increase adults' subjective well-being, reduce psychopathology symptoms and also divorce can contribute to the acquisition of more complex ways of thinking and interact with developmental context as well. However, a small number of research is available about this issue and a reduced conceptual basis is found in the existente literature. This article aims to present the model of the Positive Personality Development in adulthood as a conceptual tool to analyze and organize the research about divorce-related gains in personality. Empirical results reviewed in this article demonstrated that marital dissolution could contribute in gains in personality adjustment and growth. Recommendations for future research are also discussed.

Adjustment; subjective well-being; growth; personal growth; divorce; personality.

Apesar de ser um acontecimento familiar com elevada prevalência nos países ocidentais, a investigação empírica tem demonstrado que o divórcio é uma das experiências de vida mais stressantes durante a idade adulta (Sbarra, Law, & Portley, 2011; Spinhoven et al., 2011). Após o divórcio, os adultos apresentam níveis de *distress* psicológico e sintomas de *stress* pós-traumático similares aos que são relatados por adultos que experienciaram outros acontecimentos de vida críticos (Middeldorp, Cath, Beem, Willemsen, & Boomsma, 2008; Miller, Chen, & Zhou, 2007; Mol et al., 2005). Adicionalmente, os adultos divorciados, em comparação com os adultos casados, apresentam maior sintomatologia depressiva e ansiosa, mais problemas de saúde física e maior risco de mortalidade e suicídio (Breslau et al., 2011; Corcoran & Nagar, 2010; Lorenz, Wickrama, Conger, & Elder, 2006; Sbarra et al., 2011; Waite, Luo, & Lewin, 2009; Zhang & Hayward, 2006). Estudos epidemiológicos têm também evidenciado que o divórcio é um fator de risco significativo para a depressão (Breslau et al., 2011), alexitimia (Franz et al., 2008), perturbações de ansiedade (Afifi, Cox, & Enns, 2006), abuso de álcool (Richards, Hardy, & Wadsworth, 1997) e problemas de sono (Arber, Bote, & Meadows, 2009).

Apesar de ser uma evidência empírica o risco aumentado dos adultos divorciados em experienciar problemas de saúde física e psicológica, alguns autores têm, por outro lado, defendido e demonstrado empiricamente que o divórcio, à semelhança do que operado em outros acontecimentos de vida (Bauer & McAdams, 2004; Taubman-Ben-Ari, Ben Shlomo, & Findler, 2012), pode potenciar o aumento dos indicadores de ajustamento psicológico e desencadear o desenvolvimento de formas mais complexas e integradas de pensar e sentir o mundo e o *self* (Hetherington & Kelly, 2002; Lamela, 2009; Lamela, Figueiredo, Bastos, & Martins, 2013; Luhmann, Hofmann, Eid, & Lucas, 2012). No entanto, a investigação sobre os resultados positivos da dissolução conjugal no funcionamento psicológico dos adultos é ainda limitada, focada essencialmente em indicadores de ajustamento psicológico, fragmentada conceptualmente e não baseada em meta-modelos teóricos que descrevam o impacto causal do divórcio nas trajetórias desenvolvimentais dos indivíduos. Por outras palavras, os modelos explicativos do funcionamento pós-divórcio (Ahrons & Rodgers, 1987; Amato, 2000; Bohannon, 1970; Guttman, 1993; Hetherington & Kelly, 2002; Kessler, 1975; Salts, 1979; Wallerstein & Kelly, 1996) têm como finalidade descrever os processos de divórcio sem apresentarem esforços sistemáticos e empiricamente sustentados de translação das teorias de funcionamento humano baseados epistemologicamente na Psicologia do Desenvolvimento ou na Psicologia da

Personalidade para descrever, explicar e prever os resultados da investigação empírica sobre os potenciais efeitos positivos do divórcio no funcionamento psicológico. Consequentemente, as reduzidas propostas de enquadrar os ganhos desenvolvimentais do divórcio à luz de teorias estabelecidas da Psicologia¹ assumem-se como uma limitação do atual estado da arte.

Ajustamento e Crescimento Psicológicos

Do ponto de vista teórico, o ajustamento e o crescimento psicológicos têm sido conceptualizados como dimensões diferenciadas – apesar de interrelacionadas – do funcionamento humano após um acontecimento de vida, que, por serem causados por processos psicológicos distintos, pontuam diferentes resultados desenvolvimentais (Bauer & McAdams, 2010; Joseph & Linley, 2005; Keyes, Shmotkin, & Ryff, 2002; Labouvie-Vief & Medler, 2002; Ryan & Deci, 2001; Staudinger & Kunzmann, 2005). Na tradição da Psicologia Clínica orientada pelo modelo médico (Joseph & Linley, 2008) e por uma *ideologia de doença* (Maddux, 2008, p. 56), o ajustamento psicológico a um acontecimento de vida pode ser operacionalizado como a ausência de sintomatologia psicopatológica e de desregulação emocional e por um funcionamento adaptativo dentro dos padrões normativos para a população com características sócio-demográficas semelhantes ao indivíduo e que operam num contexto social, cultural e histórico similar (Booth & Amato, 1991; Breslau et al., 2011; Holahan, Moos, & Schaefer, 1996; Mason, Sbarra, & Mehl, 2010; Rohde-Brown & Rudestam, 2011; Sweeper & Halford, 2006). A título exemplificativo, o modelo stress-ajustamento-divórcio de Amato (2000), um dos mais utilizados para enquadrar a investigação sobre a dissolução de relações íntimas, conceptualiza o divórcio como um acontecimento com potencial de gerar elevado *stress* e advoga que o ajustamento psicológico após o divórcio é alcançado caso o adulto apresente reduzida severidade e duração dos problemas de saúde mental e física, capacidade de reorganização do estilo de vida e crie papéis sociais não-associados ao antigo casamento (Amato, 2000). Operacionalizações similares de ajustamento psicológico têm sido defendidas por outros autores (Fisher, 1977; Sweeper & Halford, 2006).

Mais recentemente, ainda na tradição da Psicologia Clínica orientada pelo modelo médico e por uma *ideologia de doença* (Joseph & Linley, 2008; Maddux, 2008, 2009), um conjunto de modelos conceptuais tem sido propostos com a finalidade de compreender como as

¹ Alguns modelos teóricos de adaptação ao divórcio baseados na Teoria da Vinculação mostram-se como raros exemplos de aplicação sistemática da ciência psicológica à explicação e predição da adaptação à dissolução conjugal (Berman, 1988; Feeney & Monin, 2008; Kitson, 1982; Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2010; Weiss, 1976; Yáñez-Yaben, 2010a).

peessoas podem apresentar marcadores de crescimento psicológico em consequência de um acontecimento de vida (Berger & Weiss, 2009; Davis, Nolen-Hoeksema, & Larson, 1998; Holahan et al., 1996; Maercker & Zoellner, 2004; O'Leary, Alday, & Ickovics, 1998; Park & Folkman, 1997; Schaefer & Moos, 1992; Tedeschi & Calhoun, 2004; Zoellner & Maercker, 2006). Denominado por alguns autores por crescimento pós-traumático e/ou crescimento pós-stress (Calhoun & Tedeschi, 2006; Joseph & Linley, 2005; Park, Cohen, & Murch, 1996)², o crescimento após um acontecimento adverso é definido pela aquisição de competências de *coping* mais complexas, o desenvolvimento de novas perspectivas sobre o *self* e o mundo, o aprofundamento das relações interpessoais, um mais elevado apreço pela vida e mudança nos objetivos de vida como resultado contingente da adversidade causada por um acontecimento stressor (Calhoun & Tedeschi, 2006). O crescimento após o trauma ou "*under high stressors*" (Holahan et al., 1996, p. 34) envolve uma progressiva e unidirecional trajetória de aumento e expansão de algumas características do funcionamento humano (Zoellner & Maercker, 2006), implica mudanças no comportamento, na capacidade de adaptação e na tomada de perspectiva sobre o *self* e o mundo que são permanentes, manifestando-se em vários domínios do funcionamento e, finalmente, resultam de um processo de (re)construção de significado do acontecimento traumático (Davis et al., 1998; Park & Folkman, 1997).

Desta forma, estes modelos – e em especial relevo no *coping-based model of crisis growth* (Holahan et al., 1996) e no modelo de crescimento pós-traumático (Tedeschi & Calhoun, 2004) – associam este tipo de crescimento a acontecimentos de natureza traumática, ou altamente stressante ou adversa, sugerindo que o potencial de crescimento, de transformação e de geração de significado é ativado perante acontecimentos potencialmente ameaçadores da vida do indivíduo ou que desafiem e perturbem severamente os seus valores e concepções do mundo (Calhoun & Tedeschi, 2006). No entanto, para além da delimitação das características do um acontecimento traumático não ser consensual na literatura (Bedard-Gilligan & Zoellner, 2008; Weathers & Keane, 2007) – o que, por si só, condiciona automaticamente a validade de constructo do *crescimento pós-traumático* – alguns autores têm defendido que potencialmente todos os acontecimentos de vida, independentemente da sua natureza e características idiossincráticas, podem modificar quantitativa e qualitativamente o ajustamento e o crescimento psicológico dos indivíduos (Lamela et al., 2013; Taubman-Ben-Ari et al., 2012), desde que esse acontecimento tenha contingentemente desencadeado mudanças estruturais e processuais nos

² Para discussão aprofundada do conceito, conferir Lamela, Figueiredo, Bastos, e Martins (2013).

seus sistemas sócio-emocionais, valorativos, epistemológicos e motivacionais e que produza modificações permanentes e organizadas no desempenho dos seus papéis sociais, no seu comportamento adaptativo e no relacionamento interpessoal (Janoff-Bulman, 2004; Taubman-Ben-Ari et al., 2012). Estas proposições conceptuais têm encontrado validação empírica, uma vez que percepções de crescimento psicológico têm sido identificadas empiricamente em indivíduos que experienciaram acontecimentos normativos ou que vivenciaram acontecimentos que não cumprem os critérios de trauma, tal como definidos pelo DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2000), como, por exemplo, a transição para a parentalidade e o papel de avó (Taubman-Ben-Ari et al., 2012), assumir-se como uma minoria sexual (Vaughan & Waehler, 2010) e o divórcio (Krumrei, Mahoney, & Pargament, 2011). Assim, à semelhança com o que acontece com o próprio conceito de trauma (Brewin, Lanius, Novac, Schnyder, & Galea, 2009), parece ser válido colocar em hipótese que estes modelos clínicos, ao fazerem depender o crescimento psicológico da ocorrência de experiências traumáticas, poderão parcialmente contribuir para a patologização de acontecimentos normativos e dificultam a otimização do funcionamento humano, uma vez que não conseguem explicar os processos de crescimento psicológico em resultado de outros acontecimentos de vida significativos mas não-traumático.

Na Psicologia do Desenvolvimento e na Psicologia da Personalidade, por sua vez, os acontecimentos de vida surgem como variáveis fulcrais na explicação dos processos maturacionais e na explicação das diferenças interindividuais nas trajetórias de desenvolvimento (Lerner, 2002). Todavia, alguns autores têm sustentado que a ocorrência de acontecimentos de vida, independentemente da sua normatividade desenvolvimental, não desencadeia automaticamente mudanças estruturais e processuais no desenvolvimento humano (Lerner, 2002; Schlossberg, 1981). Cowan (1991), por exemplo, defende que acontecimentos de vida são suscetíveis de representarem transições desenvolvimentais caso resultem numa reorganização qualitativa marcada por mudanças nas emoções e cognições (i.e., como a pessoa compreende e sente sobre si o mundo) e nos comportamentos (i.e., relacionamento interpessoal, coordenação de papéis e reorganização das competências individuais). Nesta lógica, as alterações manifestadas em contingência com os acontecimentos de vida materializam-se numa mudança desenvolvimental caso sejam sistemáticas, permanentes, diferenciadoras, progressivas, cumulativas e organizadas (Clarke-Stewart, Perlmutter, & Friedman, 1988; Ford & Lerner, 1992; Overton, 2010).

Enquanto, globalmente, os modelos teóricos da Psicologia Clínica orientados pelo modelo médico e por uma *ideologia de doença* (Joseph & Linley, 2008; Maddux, 2009) tentam explicar os processos e indicadores do ajustamento psicológico dos indivíduos³, tradicionalmente, e apesar da sua diversidade conceptual, a maioria das teorias personológicas foca-se na formulação teórica sobre a maturação da pessoa, sendo que as teorias clássicas da Psicologia da Personalidade conceptualizam os ganhos desenvolvimentais em termos de maturidade e complexidade psicológicas (Allport, 1961; Erikson, 1959; Loevinger, 1976; Maslow, 1954).

Todavia, nas últimas três décadas, as teorias, de uma forma direta ou indireta, definem a personalidade como um compósito latente congregador das disposições, competências de adaptação e narrativas que permitem ao indivíduo operar adaptativamente no mundo social e também possibilitam a formação de formas mais complexas, diferenciadoras, significativas e coerentes de regulação sócio-cognitiva sobre o mundo interior e contextual (Hooker & McAdams, 2003; McAdams & Pals, 2006; Singer, 2004; Staudinger, 2005). Mais concretamente, as formulações mais recentes centram-se na tentativa de diferenciar conceptual e empiricamente estas duas formas de funcionamento da personalidade e como elas se influenciam (ou não) mutuamente (Bauer & McAdams, 2010; Helson & Srivastava, 2001; Labouvie-Vief, 2003; Ryan & Deci, 2001).

Mais recentemente, Staudinger e colaboradoras (Staudinger & Bluck, 2001; Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009; Staudinger & Kunzmann, 2005) apresentaram um novo modelo de desenvolvimento positivo da personalidade na idade adulta (DPP), enquadrado pela teoria da psicologia desenvolvimental do ciclo de vida (*life-span theory*) (P. Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 2006). Este modelo pode auxiliar à compreensão da dinâmica de ganhos e perdas no sistema personológico associada ao divórcio, uma vez que: (1) postula a diferenciação desenvolvimental entre o ajustamento e o crescimento da personalidade, (2) operacionaliza as metas desenvolvimentais destas duas trajetórias e (3) define conceptualmente os indicadores estruturais e processuais da personalidade que funcionam como marcadores das rotas do desenvolvimento personológico durante a adultez. Dada a sua robustez conceptual e a sua fundamentação em evidência empírica, propomos neste artigo enquadrar os resultados

³ Para discussão aprofundada conferir Lamela, Figueiredo e Bastos (2013).

fragmentados da investigação empírica sobre o funcionamento psicológico pós-divórcio dentro desta proposta teórica.

Modelo do Desenvolvimento Positivo da Personalidade na Adulterz: O encontro teórico de duas disciplinas psicológicas

Desenvolvido na última década, o modelo DPP sustenta-se conceptualmente nas premissas da meta-teoria⁴ da psicologia do ciclo de vida (P. Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 1998; P. Baltes et al., 2006). Sumariamente, esta meta-teoria contextual-dialética (P. Baltes, 1987; Riegel, 1978, 1979) – que rejeita a conceção linear, unidimensional, unidirecional e unifuncional dos modelos tradicionais enquadrados nos paradigmas mecanista e organicista da Psicologia do Desenvolvimento (P. Baltes et al., 1999) – defende que o desenvolvimento humano é um processo contínuo que ocorre ao longo de todo o ciclo vital, constituído por mudanças que resultam da dinâmica entre a biologia e a cultura, é produto da plasticidade intra-individual e opera através de um complexo sistema auto-regulatório de seletiva otimização e compensação da capacidade adaptativa, recorrendo, para o efeito, à alocação sistemática de recursos internos e externos às diferentes funções do desenvolvimento (P. Baltes et al., 2006). Adicionalmente, de acordo com os princípios da psicologia do ciclo de vida, o ótimo desenvolvimento ontogénico é produto da maximização dos ganhos na capacidade adaptativa e minimização das perdas desenvolvimentais (P. Baltes, 1987).

Apesar destes princípios meta-teóricos terem sido já empiricamente aplicados a outros domínios do funcionamento humano (P. Baltes et al., 1999; Brandtstädter & Rothermund, 2002; Carstensen, Isaacowitz, & Charles, 1999; Dietrich, Jokisaari, & Nurmi, 2012; Haase, Heckhausen, & Wrosch, 2012; Heckhausen & Schulz, 1995), o modelo DPP é o primeiro esforço teórico em sistematizar a dinâmica adaptativa entre ganhos e perdas no sistema personológico que promova o seu desenvolvimento bem-sucedido durante a idade adulta. Desta forma, o modelo DPP (Figura 1) assenta no pressuposto que o desenvolvimento da personalidade é, por um lado, um processo contínuo e organizado de maximização dos ganhos e, por outro, de prevenção e compensação das perdas associadas à ontogenia do sistema do *self* (Staudinger & Bowen, 2010). Em linha com este pressuposto, os ganhos na capacidade adaptativa da

⁴ Os autores da teoria *life-span* denominam-na como meta-teoria, uma vez que este quadro teórico postula dos princípios gerais e epistemológicos da *arquitectura* ontogénica que podem ser operacionalmente aplicados a todos os domínios específicos do desenvolvimento humano (P. Baltes, 1987; P. Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 2006; P. Baltes, Staudinger, & Lindenberger, 1999). O modelo DPP assume, por inerência, as definições de *contexto de desenvolvimento* à luz das teorias inscritas no paradigma contextualista da Psicologia do Desenvolvimento (Lerner, 2002; Overton, 2012).

personalidade podem ser de dois tipos: ganhos (aumento) de mestria pessoal na adaptação às características ecológico-contextuais, denominado por ajustamento da personalidade, e ganhos associados à maturidade da personalidade, rotulado como crescimento da personalidade. Apesar de interrelacionados neste modelo, nenhum destes dois tipos de ganhos assume primazia conceptual sobre o outro, sendo vistos como duas formas distintas e não-hierarquizadas de desenvolvimento da personalidade (Staudinger & Bowen, 2010).

Ajustamento e crescimento da personalidade

O ajustamento da personalidade dentro deste modelo é definido como o grau de proficiência da pessoa em gerir adaptativamente as oportunidades e constrangimento desenvolvimentais desencadeados quer pelos contextos desenvolvimentais idiossincráticos, quer pelas características associadas à história, cultura e idade em que ocorre o processo ontogénico (Staudinger & Bowen, 2010). Assim, o ajustamento da personalidade bem-sucedido é resultado da mestria do indivíduo em gerir as exigências contextuais-desenvolvimentais com vista a atingir, preservar ou recuperar o bem-estar subjetivo (Staudinger & Kessler, 2009). Por outras palavras, o ajustamento da personalidade resulta da capacidade adaptativa do indivíduo em operar sobre os desafios desenvolvimentais e reflete a sua adaptação às características do contexto social, cultural e histórico em que ocorre o seu desenvolvimento.

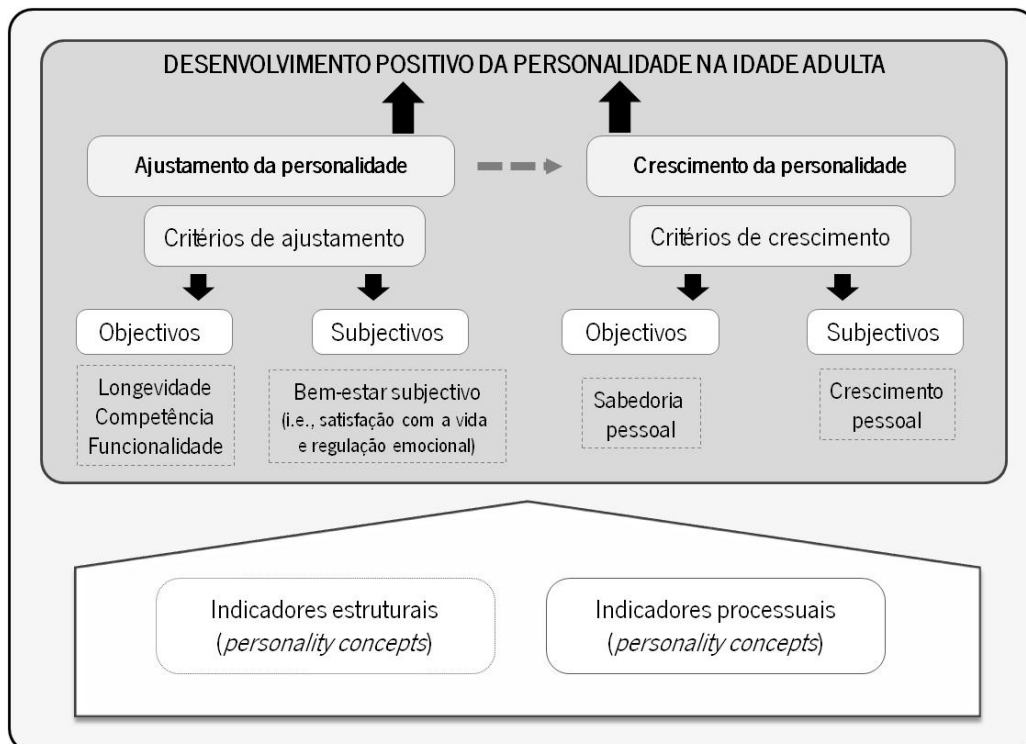


Figura 1. Representação esquemática do modelo DPP.

O ajustamento da personalidade pode ser aferido através de critérios⁵ objetivos e subjetivos. A longevidade, competência e níveis de funcionalidade nas atividades básicas e instrumentais da vida diária são considerados como critérios objetivos do ajustamento psicológico (e.g., (Friedman, 2008; Terracciano, Löckenhoff, Zonderman, Ferrucci, & Costa, 2008). Mais concretamente, o modelo de Staudinger subentende que a capacidade adaptativa do indivíduo em gerir de forma ótima as oportunidades e constrangimentos do seu contexto desenvolvimental (i.e., efetiva mestria de gestão das tarefas desenvolvimentais) será manifestada objetivamente em maior número de anos de vida e em maior capacidade funcional na realização das tarefas básicas e avançadas promotoras da autonomia e qualidade de vida individuais (M. Baltes & Lang, 1997; Tadic, Oerlemans, Bakker, & Veenhoven, 2012). Por seu lado, o bem-estar subjetivo⁶ é tido como medida subjetiva do ajustamento da personalidade. Na senda de alguns dos modelos teóricos mais representativos deste constructo (Diener, Oishi, & Lucas, 2009; Diener et al., 1999; Headey & Wearing, 1989)⁷, o modelo DPP argumenta que a mestria do indivíduo em operar sobre os desafios desenvolvimentais nos domínios biológicos, psicológicos e interpessoais das suas vidas irá resultar numa perceção de satisfação com a vida (i.e., avaliação cognitiva global das suas condições de vida e dos seus níveis de felicidade) e na regulação de estados afetivos. Por outras palavras, o desenvolvimento positivo da personalidade advindo da gestão das tarefas desenvolvimentais potencia auto-perceções de elevada qualidade de vida e regulação emocional (i.e., menor risco de sintomatologia psicopatológica), sendo que, por sua vez, a satisfação com a vida (um indicador de bem-estar subjetivo) está longitudinalmente associada à ocorrência futura de acontecimentos de vida (Luhmann & Eid, 2009; Luhmann, Lucas, Eid, & Diener, 2013), aumentando, por exemplo, a probabilidade de casamento e nascimento de um filho e diminuindo a probabilidade de divórcio e desemprego (Luhmann et al., 2013).

⁵ Os critérios são operacionalizações das finalidades de desenvolvimento da personalidade. Por outras palavras, os motivos desenvolvimentais que orientam o processo ontogénico. Estes critérios podem ser de dois tipos: critérios objetivos – marcadores de desenvolvimento da personalidade externamente avaliados, e critérios subjetivos – marcadores de desenvolvimento da personalidade assentes nas perceções idiossincráticas sobre o processo ontogénico, aferidas, essencialmente, por métodos de medida de auto-relato (Staudinger & Bowen, 2010).

⁶ “Subjective well-being is a broad category of phenomena that includes people’s emotional responses, domain satisfactions, and global judgments of life satisfaction” (Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999, p. 277).

⁷ Um outro modelo de referência de conceptualização do bem-estar subjetivo é a hipótese *hedonic treadmill* (Brickman & Campbell, 1971) que, no entanto, devido às suas proposições surge como conceptualmente distante das formulações defendidas pelo modelo DPP. Resumidamente, esta hipótese advoga que os eventos de vida podem temporariamente afetar positiva ou negativamente o bem-estar subjetivo. No entanto, devido à sua função evolutiva, as pessoas tendem a rapidamente adaptar-se aos acontecimentos de vida e a voltar para um estado de neutralidade hedónica. Por outras palavras, as variações no bem-estar subjetivo são situacionais e não-permanentes, uma vez que os indivíduos estão destinados a uma neutralidade hedónica decorrente da habituação às características e circunstâncias dos acontecimentos de vida que experienciam. Alguns autores têm contestado teorica e empiricamente esta visão determinística e linear do bem-estar (Diener, Lucas, & Scollon, 2006; Mancini, Bonanno, & Clark, 2011), uma vez que não distingue a componente hedónica da componente eudaimónica do bem-estar (Waterman, 2007) e implica que as iniciativas individuais e sociais de promoção do bem-estar subjetivo são infrutíferas, ineficazes e destinadas ao fracasso (Diener et al., 2006).

O crescimento da personalidade, por sua vez, é descrito como “changes in the personality system that aim at the transcendence of a given circumstances (within oneself, others and society) for accomplishing a greater good for oneself and others” (Staudinger & Bowe, 2010, p. 256). O crescimento da personalidade é uma trajetória processual de ganhos nos domínios cognitivos, emocionais e valorativos que permitem alcançar a maturidade da personalidade, tal como definido pelas teorias clássicas da maturidade personológica (Allport, 1961; Heath, 1968; Loevinger, 1976). A maturidade da personalidade – vista como *estádio final* da trajetória do crescimento⁸ – é alcançada, de acordo com este modelo, quando a pessoa é capaz de apresentar um *insight* mais abrangente, generativo e profundo sobre si próprio, os outros, o mundo e sobre ele próprio num mundo de outros. A maturidade é também produto de um sistema mais complexo e robusto de regulação emocional e de um acentuado compromisso com a gradual transcendência do auto-interesse, caminhando para formas mais generativas de operar nos contextos desenvolvimentais (Bauer & McAdams, 2010; Staudinger, Dörner, & Mickler, 2005).

À semelhança do que ocorre no ajustamento da personalidade, o crescimento da personalidade pode ser examinado segundo critérios objetivos e subjetivos. Por um lado, a sabedoria pessoal é vista como critério objetivo deste tipo de desenvolvimento (Staudinger & Bowen, 2010). A sabedoria pessoal é um constructo que descreve o “judgment and advice with regard to difficult and uncertain matters of one’s own life”⁹ (Mickler & Staudinger, 2008, p. 787). Adaptando as formulações teóricas de sabedoria geral do Paradigma de Berlim (P. Baltes & Smith, 2008; P. Baltes & Staudinger, 2000), a sabedoria pessoal, enquanto momento final da maturidade da personalidade, é alcançada quando o potencial e interesses individuais são atingidos, ao mesmo tempo que o indivíduo mostra consideração com o bem-estar dos outros e da sociedade. Na sua proposta conceptual sobre a sabedoria pessoal, Mickler e Staudinger (2008) fixaram cinco critérios, externamente medidos, para aferir a sua presença/ausência na narrativa dos indivíduos: rico auto-conhecimento, conhecimento da heurística do crescimento e autorregulação, capacidade de interrelacionar o *self*, auto-relativismo e, finalmente, tolerância à

⁸ Apesar de referir-se a um estágio final de desenvolvimento, note-se que esta conceção não está associada a formulações descontinuas do processo ontogénico, à luz das teorias de estádios desenvolvimentais de tradição organicista.

⁹ No modelo DPP, Staudinger e colaboradoras adotam a conceptualização de sabedoria pessoal segundo a perspetiva teórica do Paradigma de Berlim (P. Baltes & Smith, 2008; P. Baltes & Staudinger, 2000; Mickler & Staudinger, 2008; Staudinger et al., 2005). Apesar de existirem outras formulações teóricas sobre este constructo (Ardelt, 2004; Webster, 2003), que estão associados a instrumentos de medida de auto-relato (Ardelt, 2003; Bergsma & Ardel, 2012; Brown & Greene, 2006; Glück & Bluck, 2011; Taylor, Bates, & Webster, 2011) – e, por consequência, avaliações subjetivas de sabedoria pessoal – as autoras defendem critérios de sabedoria pessoal examinados externamente. Esta avaliação é executada por avaliadores externos que cotam a presença e/ou ausência dos critérios de sabedoria pessoal filtrados teoricamente (Mickler & Staudinger, 2008). A discussão das diferentes conceções teóricas e metodológicas sobre a sabedoria pessoal pode ser revista em Staudinger e Glück (2011) e Gonçalves (2012).

ambiguidade. Por outro lado, o crescimento pessoal definido pelo modelo de bem-estar psicológico de Ryff (Ryff, 1995; Ryff et al., 2006; Ryff & Singer, 2008) é considerado como o critério subjetivo de crescimento da personalidade. O crescimento pessoal é determinado, por um lado, pelo grau de auto-percepção do indivíduo quanto aos seus esforços de auto-desenvolvimento e auto-conhecimento e, por outro, pelos seus esforços de compromisso com o bem comum, evidenciando abertura a novas experiências e um sentido de realização do seu potencial pessoal (Ryff & Keyes, 1995).

O ajustamento e o crescimento da personalidade podem, portanto, ser equacionados como duas trajetórias distintas mas interdependentes do desenvolvimento positivo da personalidade. Apesar destas duas trajetórias serem dois caminhos através dos quais se processa o desenvolvimento da personalidade, o desenvolvimento de um tipo de ganhos de personalidade não conduz diretamente a ganhos na outra trajetória de desenvolvimento. No entanto, Staudinger e colaboradoras argumentam que algum nível de ajustamento da personalidade é necessário para existir ganhos no crescimento da personalidade (e.g., Staudinger & Bowen, 2010). Baseadas nos princípios teóricos e empíricos da meta-teoria da psicologia *life-span*, as autoras assumem que, uma vez que os humanos têm disponíveis recursos limitados para o seu desenvolvimento, estes são primariamente investidos para serem atingidos os objetivos de ajustamento psicológico, isto é, lidar de forma bem-sucedida com as oportunidades e constrangimentos do contexto desenvolvimental (Freund, 2008; Jopp & Smith, 2006; Staudinger & Bluck, 2001). Assim, as tarefas de ajustamento são lidas como obrigatórias para o equilíbrio ontogénico e, só após um nível adequadamente equilibrado de ajustamento ter sido atingido, os recursos internos e externos são disponibilizados para serem investidos em tarefas de crescimento da personalidade, vistas como tarefas opcionais de desenvolvimento (Schindler & Staudinger, 2008). Por consequência, as oportunidades e os recursos disponíveis para o ajustamento e crescimento da personalidade não são distribuídos equitativamente¹⁰ (Staudinger & Bowen, 2010). No entanto, a investigação tem demonstrado que os recursos pessoais e contextuais podem ser otimizados, a fim de contribuir para ganhos na trajetória de maturidade da personalidade (Mühlig-Versen, Bowen, & Staudinger, 2012; Piedmont, 2001; Sheldon, Kasser, Smith, & Share, 2002).

¹⁰ Staudinger e Bowen (2010) advogam, entre outros argumentos, que esta divisão não-equitativa de recursos para o ajustamento e crescimento da personalidade se deve à função evolutiva do ajustamento individual para o funcionamento das sociedades humanas, vistas como elemento-chave à sobrevivência da espécie.

Indicadores das trajetórias de ajustamento e crescimento da personalidade

Estruturalmente, este modelo preconiza duas vias de desenvolvimento da personalidade, processualmente diferenciadas com critérios distintos. Com base na investigação na área da personalidade, Staudinger e colaboradoras (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009) apresentaram indicadores¹¹ de ajustamento e de crescimento que, servindo de marcadores desenvolvimentais, permitem aferir o curso ontogénico da personalidade ao longo da idade adulta. Assim, neste modelo integrador, os constructos personológicos de outros modelos e teorias são lidos como correlatos de *performance* do desenvolvimento positivo da personalidade. Segundo as formulações de Staudinger (e.g., Staudinger & Bowen, 2010), quer o ajustamento, quer o crescimento da personalidade podem ser medidos por indicadores estruturais (*structural indicators*) e por indicadores processuais (*process-related indicators*).

Conforme a designação do termo sugere, os indicadores estruturais refletem como a estrutura da personalidade (e.g., traços) muda ao longo do tempo (Funder, 2006; McAdams & Pals, 2006). Associados a abordagens estruturais da personalidade, este tipo de indicadores não permite identificar, no entanto, as dinâmicas processuais e desenvolvimentais que originam a formação ou manutenção de uma determinada disposição da personalidade, nem a interação cumulativa entre as disposições personológicas (Staudinger & Bowen, 2010). Adicionalmente, os indicadores estruturais não possibilitam a avaliação do *potencial para a mudança* da personalidade, uma vez que, devido se assumirem como marcadores operacionais dos resultados desenvolvimentais, sugerem uma estabilidade do sistema personológico, não refletindo o seu processo complexo, contínuo e sistemático de autorregulação (Staudinger & Bowen, 2010). Por seu turno, os indicadores processuais permitem aferir e monitorizar as dinâmicas de estabilidade e de mudança no sistema da personalidade. Segundo as formulações do modelo DPP, os indicadores processuais permitem "*understanding how people encode and respond to different situations and how contexts can differentially stimulate positive development*" (Staudinger & Bowen, 2010, p. 261).

Na Tabela 1, são apresentados exemplos de indicadores de ajustamento e crescimento da personalidade. De acordo com Staudinger e colaboradoras (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009), estes indicadores são constructos personológicos que, dentro das suas teorias ou modelos de origem, podem não ser conceptualizados como marcadores específicos de funcionamento positivo da personalidade. Note-se que, para além dos descritos

¹¹ Também denominados por facetas (Staudinger & Kessler, 2009) e correlatos e antecedentes (Bowen, Noack, & Staudinger, 2011).

Tabela 1.

Sumário dos Indicadores Estruturais e Processuais de Ajustamento e Crescimento da Personalidade

Conceitos de Personalidade	Indicadores estruturais		Conceitos de personalidade	Indicadores processuais	
	Indicadores de ajustamento	Indicadores de crescimento		Indicadores de ajustamento	Indicadores de crescimento
Traços	Neuroticismo, conscienciosidade, amabilidade	Abertura à experiência	Coping	Elevado repertório de estilos de coping Coping direcionado para reparar o bem-estar individual e resolver problemas	Elevado repertório de estilos de coping Coping direcionado para aumentar do insight e contribuir para o bem de outros
Sabedoria pessoal	Scores médios em: auto-insight, heurística para o crescimento Scores baixos em: interrelação do <i>self</i> , auto-relativismo e tolerância à ambiguidade	Elevados scores em todos os cinco critérios de sabedoria pessoal	Processos sistêmicos de regulação (SOC) ¹⁶	SOC utilizado sobredirecionado para um objetivo de ajustamento	SOC utilizado sobredirecionado para um objetivo de crescimento
Bem-estar psicológico	Mestria ambiental, auto-aceitação, autonomia	Crescimento pessoal, propósito de vida	Valores	Valores auto-centrados (e.g., rendimento, estimulação, conformidade)	Valores auto-transcendentes (e.g., universalismo, benevolência, generatividade)
Estrutura do auto-conceito	Nível médio de complexidade, nível elevado se integração do auto-conceito	Elevado nível de complexidade e nível médio de integração	Regulação emocional	Limitada complexidade afetiva Mais afeto positivo que negativo <i>Down-regulation</i> das emoções negativas	Elevada complexidade afetiva Equilíbrio entre as emoções negativas e positivas Coativação do afeto positivo e negativo
Maturidade do auto-conceito	Média complexidade, elevada integração no conteúdo e valência, elevada autoestima	Elevada complexidade, integração média no conteúdo e valência, valores de auto-transcendência, moderada autoestima			
Desenvolvimento do ego	Estádios 3, 4 e 5	Estádios 7 e 8			

Nota. Adaptado de Staudinger e Bowen (2010, p. 261).

¹⁶ Referente ao modelo de *Selective Optimization with Compensation* (P. Baltes, 1997; P. Baltes et al., 2006).

na Tabela 1, outros constructos do domínio científico da Psicologia da Personalidade podem ser utilizados como indicadores do desenvolvimento positivo da personalidade, desde que sejam conceptualmente reenquadrados dentro do modelo DPP.

Divórcio e ajustamento e crescimento da personalidade

Segundo a categorização dos acontecimentos de vida da psicologia desenvolvimental *life-span* (P. Baltes, Reese, Lipsitt, 1980; Diehl, 1999), o divórcio, enquanto acontecimento de vida, pode ser tipificado como uma influência não-normativa no desenvolvimento. As influências não-normativas são definidas como acontecimentos de vida que são idiossincráticos aos indivíduos e a sua ocorrência não está dependente de um determinante ambiente ou biológico que o torne normativo para a maioria dos indivíduos que partilham o mesmo contexto desenvolvimental (Diehl, 1999). Descritos como *poderosas forças desenvolvimentais* (*powerful developmental forces*, Diehl, 1999, p. 154) que desafiam e potenciam o desenvolvimento humano, os acontecimentos de vida não-normativos são também caracterizados por uma alargada heterogeneidade na sua ocorrência, padrões e impacto nas trajetórias desenvolvimentais dos indivíduos (P. Baltes et al., 1980; Diehl, 1999).

O valor desenvolvimental do divórcio em criar condições para potenciar o desenvolvimento psicológico do indivíduo é sugerido pela investigação empírica (Krumrei, Mahoney, & Pargament, 2009; Lamela et al., 2013; Luhmann et al., 2012; Middeldorp et al., 2008). Assim, os principais resultados da investigação empírica sobre mudanças associadas à dissolução conjugal nos indicadores estruturais e processuais de ganhos na personalidade e nos critérios subjetivos de desenvolvimento positivo do ajustamento e crescimento da personalidade serão agora apresentados. Note-se que estas investigações empíricas não foram desenvolvidas tendo como referência o modelo DPP, contudo, a sua apresentação no presente artigo será organizada tendo em conta as conceptualizações de indicadores e critérios de desenvolvimento da personalidade defendidos por Staudinger e colaboradoras.

Divórcio e mudanças nos indicadores de ganhos na personalidade

A investigação empírica tem gradualmente evidenciado que o divórcio pode ser um acontecimento de vida potenciador de mudanças positivas em indicadores estruturais e processuais do ajustamento da personalidade. Mais concretamente, tem sido demonstrado que a experiência de divórcio está associada ao aumento da saliência dos traços de

conscienciosidade, extroversão e amabilidade (Costa, Herbst, McCrae, & Siegler, 2000; Specht, Egloff, & Schmukle, 2011), assim como na dimensão de autonomia do bem-estar psicológico (Lindfors, Berntsson, & Lundberg, 2006; Marks & Lambert, 1998). Adicionalmente, as alterações nos indicadores de ajustamento da personalidade parecem estar positivamente associadas a um bem-estar subjetivo aumentado após a dissolução conjugal. Mais especificamente, o bem-estar subjetivo pós-divórcio tem sido predito por elevados níveis de auto-aceitação (Sbarra, Smith, & Mehl, 2012), de clareza do auto-conceito (Slotter, Gardner, & Finkel, 2010) e de autoestima (Waller & MacDonald, 2010), pelo traço de extroversão (Perrig-Chiello & Perren, 2005) e um reportório diversificado de estratégias de *coping* (Tein, Sandler, & Zautra, 2000).

Por seu turno, a investigação empírica tem também evidenciado que o divórcio se apresenta associado com esforços aumentados de crescimento da personalidade (Bursik, 1991; King & Raspin, 2004; Lamela et al., 2013; Marks, 1996; Marks, Bumpass, & Jun, 2004). Mais concretamente, Costa et al. (2000) encontraram aumentos moderados do traço de abertura à experiência após o divórcio. Bursik (1991) colocou em evidência, no seu estudo longitudinal, que, apesar de as participantes recém-divorciadas terem percecionado o divórcio como um acontecimento stressor, apresentavam um aumento significativo do desenvolvimento do ego um ano após o divórcio. Adicionalmente, King e Raspin (2004) demonstraram que uma elevada complexidade do auto-conceito predizia o crescimento pessoal a longo-prazo em mulheres divorciadas. Por outro lado, Marks (1996), usando dados do estudo longitudinal representativo MidUS, encontrou que o crescimento pessoal nos participantes divorciados, medido pela escala de estar-psicológico de Ryff (Ryff & Keyes, 1995), foi predito pelo traço de abertura à experiência e mostrou-se associado à auto-perceção de propósito de vida, em linha com as predições teóricas do modelo DPP. No entanto, a investigação dos indicadores de crescimento de personalidade após a dissolução conjugal é ainda reduzida, o que impossibilita conclusões mais robustas sobre o impacto deste acontecimento nos ganhos de crescimento do *self*.

Divórcio e critérios subjetivos de ajustamento e crescimento da personalidade

A fim de rever a associação entre o divórcio e o bem-estar subjetivo (i.e., critério subjetivo de ajustamento da personalidade) e o crescimento pessoal (i.e., critério subjetivo de crescimento da personalidade), foi conduzida uma revisão sistemática da literatura, cujos procedimentos se encontram descritos no Apêndice 1.

Considerando o ajustamento psicológico após o divórcio, a investigação longitudinal sobre os ganhos no bem-estar subjetivo associados à experiência de divórcio aponta para resultados não-consensuais. No entanto, os dados empíricos parecem convergir no facto que o período imediato após ao divórcio é caracterizado pela redução significativa do bem-estar subjetivo. Lucas (2005) e Mancini, Bonanno e Clarke (2011) demonstraram longitudinalmente que, para a maioria dos adultos, o divórcio não parece contribuir para o aumento significativo e substancial dos níveis de bem-estar subjetivo, quando comparados com os níveis relatados nos anos anteriores à dissolução conjugal.

Mais concretamente, Lucas (2005), utilizando uma amostra representativa da população alemã que foi avaliada durante 18 anos, mostrou que, em média, os adultos divorciados relataram menores níveis de satisfação com a vida do que os adultos casados. Face a estes resultados, o autor interpreta que, apesar de alguma adaptação ao divórcio ocorra nos anos subsequentes à dissolução conjugal, esta adaptação não parece total. Ademais, este estudo parece sugerir que as diferenças entre os adultos divorciados e casados não são integralmente explicados pelo divórcio *per se*, uma vez que os dados longitudinais mostraram que as pessoas que eventualmente se divorciaram reportavam menor satisfação com a vida do que aqueles que permaneceram casados, mesmo antes à ocorrência do casamento. Finalmente, a idade dos participantes não esteve associada às mudanças na satisfação de vida, sendo que os homens apresentaram significativamente piores níveis de satisfação de vida pós-divórcio do que as mulheres. Perante estes resultados, Lucas (2005) sugere que existe uma variabilidade considerável no ajustamento ao divórcio, pelo que investigação futura deve compreender quais os fatores psicológicos (e.g., características da personalidade) podem explicar esta variabilidade interindividual.

Por seu lado, as análises de Mancini et al. (2011) mostraram que 71.8% dos participantes não apresentaram variações no seu bem-estar subjetivo antes, durante e após o divórcio, o que faz com que os autores concluam que a maioria das pessoas se adapta positivamente a este acontecimento. Em adição, 9% dos adultos divorciados melhoraram o bem-estar subjetivo quatro anos após à dissolução conjugal, o que sugeriu que este acontecimento pode ser uma alternativa desejável para um conjunto de pessoas que reportaram baixos níveis de satisfação conjugal.

Em ligeira oposição a estes resultados, Luhmann et al. (2012), num estudo meta-analítico que analisou 32 tamanhos de efeito de 12 amostras diferentes ($N = 1828$), mostraram que o bem-estar subjetivo dos adultos é significativamente inferior no momento do divórcio, quando comparado com um ano antes do divórcio. Adicionalmente, os autores evidenciaram que, após uma reação moderadamente negativa, o bem-estar subjetivo aumenta após o ato legal do divórcio, sugerindo que, pelo menos, para adultos que percecionam o divórcio como um acontecimento que os retirou de uma relação conjugal pouco satisfatória, a dissolução conjugal pode ser benéfica para o aumento dos níveis de bem-estar subjetivo individual.

Sumariamente, estes resultados no seu conjunto parecem indicar que, em primeiro, uma percentagem expressiva de adultos divorciados apresenta ganhos significativos no ajustamento da personalidade em função da ocorrência do divórcio, sendo que, globalmente, a maioria dos adultos mantém ou recuperam os níveis de bem-estar subjetivo anos após experienciarem o divórcio. Ademais, a investigação prévia parece consistentemente sugerir que variáveis sócio-demográficas e características da personalidade podem alterar qualitativamente a magnitude da associação entre o divórcio e o bem-estar subjetivo. Por exemplo, a existência de novos relacionamentos íntimos após o divórcio parece potenciar níveis mais elevados de satisfação com a vida (Evans & Kelley, 2004; Gustavson, Røysamb, von Soest, Helland, & Mathiesen, 2012; Lucas, 2005).

No entanto, as diferenças na satisfação com a vida em função do género devem ser investigadas em estudos futuros, dado que os resultados empíricos não são consensualmente consistentes. Por exemplo, Lucas (2005) encontrou que os homens apresentam menor satisfação com a vida do que as mulheres, dado não corroborado, por exemplo, por Yárnoz-Yaben (2010b) que, num estudo transversal prospetivo conduzido com uma amostra espanhola, não encontrou diferenças estatisticamente significativas em função do género na satisfação com a vida pós-divórcio.

Por seu lado, a investigação publicada sobre o impacto de divórcio no crescimento pessoal, tal como definido pelas autoras do modelo DPP, resume-se a dois estudos de natureza qualitativa. Os principais resultados destes estudos estão descritos na Tabela 2. Nestas investigações, parece sobressair a relação entre facetas/dimensões da personalidade e a perceção auto-relatada de iniciativas de crescimento psicológico.

Tabela 2.

Sumário das Características dos Estudos e Principais Resultados

Estudo País	Design	Participantes	Medida do Critério de Desenvolvimento da Personalidade	Resultados
Divórcio e bem-estar subjetivo				
Yárnoz-Yaben (2010b) EUA	TP	223 mulheres e homens divorciados <i>M</i> idade = 41.2 (<i>SD</i> = 7.9) <i>M</i> divórcio = 51.9 meses (<i>SD</i> = 49.4)	- <i>Satisfaction with Life Scale</i> - <i>Positive and Negative Affect Schedule</i>	A satisfação com a vida foi preditiva pela afetividade positiva e negativa em pais e mães divorciados. Adicionalmente, os efeitos negativos do divórcio nos filhos também se mostrou como preditor negativo da satisfação com a vida das mulheres divorciadas.
Gustavson, Røysamb, von Soest, Helland, & Mathiesen (2012) Noruega	L	765 participantes (130 mulheres e homens divorciados) <i>M</i> idade participantes divorciados = 29.3 a 32.3 anos (<i>SD</i> = 4.7 a 5.7)	- <i>Satisfaction with Life Scale</i>	Num estudo longitudinal de 15 anos, as pessoas não-divorciadas demonstraram maiores níveis de satisfação com a vida do que as pessoas divorciadas, mas tais níveis não foram significativamente maiores do que as pessoas divorciadas com novos relacionamentos.
Mancini, Bonanno, & Clarke (2011) EUA & França	PL	629 participantes divorciados <i>M</i> idade = 40.4 (<i>SD</i> = 11.7)	- Questão geral sobre o bem-estar subjetivo ("How satisfied are you nowadays with your life as a whole?")	Neste estudo de painel, 71.8% dos participantes não mostraram variações significativas nos níveis de bem-estar subjetivo nos anos anteriores, durante e os anos posteriores ao divórcio. Para 9% dos participantes, o divórcio contribuiu para um aumento significativo do bem-estar subjetivo, em comparação com os valores apresentados nos anos anteriores ao divórcio.
Luhmann, Hofmann, Eid, & Lucas (2012) Alemanha & EUA	MA	1 828 participantes divorciados <i>M</i> idade = 39.9 anos (<i>SD</i> = 3.5)	61.5% das medidas examinaram o bem-estar afetivo	Da análise de 32 tamanhos de efeito, os autores concluíram que, após uma reação negativa moderada após o divórcio, assiste-se a um aumento significativo

				dos níveis do bem-estar subjetivo após a dissolução conjugal. No entanto, os autores sugerem cautela na interpretação destes resultados.
Evans & Kelley (2004) Austrália	PL	8 616 participantes (9% divorciados) <i>M</i> idade = na	Withey's Life-as-a-whole Index	Divórcio sem recasamento reduz o bem-estar subjetivo ao longo da vida entre 4 a 12% quer para os homens, quer para mulheres, em comparação com os participantes casados.
Yilmaz & Fişiloglu (2006) Turquia	TP	129 participantes divorciados <i>M</i> idade = 36.8 anos (<i>SD</i> = 6.4)	Pergunta global sobre satisfação de vida geral	Satisfação de vida geral mostrou-se negativa, moderada-a-elevada e estatisticamente associada com reação de luto ao divórcio. Associações negativas foram também encontradas entre a satisfação com a vida e o ajustamento ao divórcio e suporte social percebido.
Lucas (2005) EUA & Alemanha	LP	817 participantes divorciados <i>M</i> idade = na	Pergunta global sobre satisfação com a vida	Longitudinalmente, satisfação com a vida diminui durante o processo de divórcio e é gradualmente recuperada ao longo do tempo. No entanto, o retorno aos níveis de satisfação com a vida pré-divórcio não é completo. Os resultados parecem demonstrar que as pessoas que acabaram por se divorciados já apresentavam níveis de satisfação de vida inferiores aos daqueles que permaneceram casados, antes mesmo de ambos os grupos (casados e divorciados) se terem casado.
Luhmann & Eid (2009) Alemanha	LP	971 participantes divorciados <i>M</i> idade = 38.6 (<i>SD</i> = 9.9)	Pergunta global sobre satisfação com a vida	Na primeira situação de divórcio, níveis mais elevados de satisfação com a vida foram relatados pelas mulheres, mais jovens e com baixos níveis de neuroticismo.

Resultados deste estudo sugeriram que os participantes apresentaram níveis de adaptação ao divórcio. Para os participantes que se divorciaram mais do que uma vez, o segundo divórcio apresentou, em média, um impacto mais reduzido para a satisfação com a vida.

Divórcio e crescimento pessoal

Thomas & Ryan (2008) EUA	Q	10 participantes divorciadas Idade = 60 anos	Entrevista semi-estruturada (Entrevistas codificadas de acordo com a metodologia <i>Grounded Theory</i>)	Todas as participantes reconhecem que o divórcio contribuiu para oportunidades de crescimento psicológico na maioria das áreas de vida. O suporte social, a entrada no mercado de trabalho e a autonomia financeira apontados como fatores explicativos do aumento da autoestima pós-divórcio. Dissolução conjugal desencadeou a formação de novas identidades.
Schneller & Arditti (2004) EUA	Q	21 participantes divorciados (homens e mulheres)	Entrevista semi-estruturada (Entrevistas codificadas de acordo com a metodologia fenomenológica)	Divórcio funcionou como incentivo para o crescimento pessoal, reavaliação das relações interpessoais e experiências pós-divórcio positivas (e.g., amizades significativas, crescimento pessoal, aquisição de novos interesses, novas visões do mundo e do <i>self</i>). Os homens relataram repetidamente crescimento pessoal em termos do desenvolvimento de uma maior consciência emocional e aprofundamento espiritual.

Nota. TP = Transversal prospectivo. L = Longitudinal. LP = Estudo longitudinal de painel. MA = Meta-análise. Q = Qualitativo.

Limitações do atual estado da arte e implicações para investigação futura

O presente artigo apresentou uma proposta de compreensão dos ganhos positivos associados ao divórcio, de acordo com o modelo DPP (e.g., Staudinger & Bowen, 2010). Tal como foi referido e evidenciado, a investigação anterior, para além de ser reduzida, é conceptualmente fragmentada. A pesquisa empírica sobre o crescimento psicológico após o divórcio mostra-se quase inexistente e de natureza qualitativa.

Assim, no seu conjunto, a investigação sobre os *outcomes* positivos do divórcio parece limitada por alguns constrangimentos teóricos e metodológicos. Em primeiro, a investigação neste domínio não é informada, na sua maioria, pelos modelos da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia da Personalidade que possam orientar sobre os processos e os resultados a estudar, assim como sobre os instrumentos de medida a utilizar. A compreensão do fenómeno do ajustamento psicológico durante a transição do divórcio parece ser dirigida por modelos *ad hoc* (Machado & Silva, 2007) que apenas descrevem e predizem regularidades empíricas encontradas em amostras com participantes divorciados (e.g., Amato, 2000). Assumindo o divórcio como um acontecimento de vida crítico, será útil a translação das teorias gerais do desenvolvimento humano na *explicação material* e *explicação de padrão*¹⁷ (Overton, 1991) dos resultados obtidos pela investigação empírica, uma vez que estes sistemas hipotético-dedutivos são construídos para gerar leis e princípios gerais e axiomáticos que heurísticamente orientam a definição e operacionalização dos constructos (Reese & Overton, 1970) com o objetivo de descrever, explicar, prever e otimizar o funcionamento humano (Baltes et al., 2006; Jellic, Theokas, Phelps, & Lerner, 2007), independentemente da variação interindividual e contextual da sua manifestação.

Em segundo, tomando como referência o modelo DPP, a investigação prévia não equaciona testar, nos mesmos modelos estatísticos, variáveis sócio-demográficas e psicológicas – como, por exemplo, constructos personológicos – na explicação do ajustamento e crescimento da personalidade após o divórcio, em oposição ao verificado com outros acontecimentos de vida (Galatzer-Levy, Mazursky, Mancini, & Bonanno, 2011; Salmela-Aro & Tuominen-Soini, 2010; Taubman-Ben-Ari et al., 2012).

¹⁷ Overton (1991) sustenta que as teorias desenvolvimentais são conjuntos de proposições que possibilitam a explicação de um determinado domínio. As teorias desenvolvimentais oferecem duas categorias de explicação: i.) explicação material (*material explanation*), tipo de explicação que especifica as relações de causa-efeito ou as relações de contingência antecedente-consequência e ii.) explicação de padrão (*pattern explanation*), tipo de explicação que não é causal nem contingente e foca-se na formulação de explicação do padrão, organização ou forma do fenómeno em análise.

Surge como uma terceira limitação, a investigação empírica não examinar o possível impacto de variáveis moderadoras na relação entre o divórcio e os critérios de desenvolvimento positivo da personalidade. Apesar de existirem resultados contraditórios, um conjunto expressivo de estudos anteriores sugere que existem diferenças significativas nos *outcomes* pós-divórcio, em função, por exemplo, da idade, género, (in)existência de novos relacionamentos íntimos, educação, rendimento financeiro, tempo desde divórcio e a iniciativa de desencadear a dissolução (Amato, 2010; Braver, Shapiro, & Goodman, 2006; Uglanova & Staudinger, 2013; Wang & Amato, 2000), sendo válido hipotetizar que estas variáveis sócio-demográficas dos indivíduos ou características idiossincráticas do acontecimento de divórcio podem modificar a direção e a magnitude do efeito da transição de divórcio no bem-estar subjetivo e/ou no crescimento pessoal.

Por exemplo, a investigação tem demonstrado que a iniciativa de divórcio surge como uma variável significativa na compreensão da variabilidade interindividual nos resultados de ajustamento psicológico após a dissolução conjugal (Hewitt & Turrell, 2011; Lewandowski, 2009; Sweeney & Horwitz, 2001; Wang & Amato, 2000). Surpreendentemente, os estudos que longitudinalmente testaram a relação entre o divórcio e critérios objetivos e subjetivos de desenvolvimento positivo da personalidade não examinaram o efeito preditivo e/ou moderador da iniciativa da decisão de divórcio. No entanto, tal como hipotetizado por Luhmann et al. (2012), o ajustamento psicológico a um acontecimento de vida parece estar dependente, pelo menos em parte, da capacidade da pessoa em assimilar, interpretar, explicar e integrar o acontecimento de vida na história de vida. As características do acontecimento de vida, tais como singularidade, variabilidade, imprevisibilidade, incerteza, surpresa e incontabilidade, parecem assumir-se como preponderantes no impacto negativo do acontecimento nas trajetórias de ajustamento dos indivíduos. Por seu lado, algumas propostas teóricas – como, por exemplo, o modelo de adaptação afetiva de Wilson e Gilbert (2008) – sustentam que a presença e saliência destas características está parcialmente dependente da iniciativa ativa da pessoa em desencadear o acontecimento de vida. Wilson e Gilbert (2008), e, posteriormente Luhmann et al. (2012), defendem que o facto de o indivíduo iniciar proativamente o acontecimento de vida aumenta o seu grau de previsibilidade e controlo percebido, tidos como aspetos positivamente associados à sua capacidade em interpretar, explicar e integrar o acontecimento, que, por sua vez, é variável determinante no incremento dos níveis de ajustamento psicológico pueri e pós-acontecimento. Assim, considerando investigações empíricas anteriores sobre a associação

entre as características de outros acontecimentos de vida e a satisfação com a vida, é válido colocar em hipótese que a iniciativa do divórcio poderá desempenhar um papel moderador na relação preditiva entre o divórcio e ganhos nos critérios de desenvolvimento positivo da personalidade. Futura investigação no domínio deverá considerar o efeito moderador desta e de outras características idiossincráticas do divórcio na relação entre a ocorrência deste acontecimento e a emergência de ganhos ao nível dos critérios de desenvolvimento da personalidade.

Conclusão

O presente artigo teve como finalidade sistematizar e organizar os dados segmentados da investigação empírica sobre o impacto do divórcio no desenvolvimento positivo na personalidade na idade adulta, apresentando o modelo de DPP como uma matriz conceptual válida para este exercício. Do ponto de vista teórico, apresentamos a proposição que o avanço no conhecimento científico neste domínio poderá beneficiar da harmonização entre a comunidade científica de marcadores e de critérios através dos quais a medição da evolução do funcionamento ontogénico possa ser realizada. Salienta-se, de igual forma, a quase inexistência de artigos empíricos sobre o impacto do divórcio no crescimento pessoal, tido como um correlato quantificável da maturidade da personalidade. A escassez de investigação sobre os resultados desenvolvimentais positivos e otimizados após este acontecimento de vida sugere que a investigação é enviesada pela tradição do *défice* e da psicopatologia (Ahrons & Rodgers, 1987; Boney, 2003). De acordo com Boney (2003), a investigação prévia foi desenvolvida sobre atitudes sócio-culturais negativas face ao divórcio o que, a nosso ver, pode ter contribuído para o reduzido número de estudos sobre as dinâmicas de ganhos no ajustamento e crescimento psicológicos após este acontecimento de vida. Desta forma, o modelo DPP pode assumir-se como uma perspetiva que baliza teórica e metodologicamente a avaliação do desenvolvimento normativo e bem-sucedido após o divórcio, uma vez que a investigação parece indicar que a experiência do divórcio afeta o desenvolvimento da personalidade, incluindo indicadores e critérios de ajustamento e crescimento da personalidade.

Referências

Affi, T., Cox, B., & Enns, M. (2006). Mental health profiles among married, never-married, and separated/divorced mothers in a nationally representative sample. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 41(2), 122-129.

- Ahrons, C., & Rodgers, R. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: Norton.
- Alport, G. (1961). *Pattern and growth in personality*. London: Holt, Rinehart and Winston.
- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, *62*(4), 1269-1287.
- Amato, P. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, *72*(3), 650-666.
- American Psychiatric Association. (2000). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed., text revision ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Arber, S., Bote, M., & Meadows, R. (2009). Gender and socio-economic patterning of self-reported sleep problems in Britain. *Social Science & Medicine*, *68*(2), 281-289.
- Ardelt, M. (2003). Empirical assessment of a three-dimensional wisdom scale. *Research on Aging*, *25*(3), 275-324.
- Ardelt, M. (2004). Wisdom as expert knowledge system: A critical review of a contemporary operationalization of an ancient concept. *Human Development*, *47*(5), 257-285.
- Baltes, M., & Lang, F. (1997). Everyday functioning and successful aging: The impact of resources. *Psychology and Aging*, *12*(3), 433-443.
- Baltes, P. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology*, *23*(5), 611-626.
- Baltes, P. (1997). On the incomplete architecture of human ontogeny: Selection, optimization, and compensation as foundation of developmental theory. *American Psychologist*, *52*(4), 366-380.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (1998). Life-span theory in developmental psychology. In W. Damon (Ed.-in-Chief) & R. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (5th ed., pp. 1029-1143). New York: Wiley.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (2006). Life span theory in developmental psychology. In W. Damon & R. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (6th ed., pp. 569-664). New York: Wiley.
- Baltes, P., & Smith, J. (2008). The fascination of wisdom: Its nature, ontogeny, and function. *Perspectives on Psychological Science*, *3*(1), 56-64.
- Baltes, P., & Staudinger, U. (2000). Wisdom: A metaheuristic (pragmatic) to orchestrate mind and virtue toward excellence. *American Psychologist*, *55*(1), 122-136.
- Baltes, P., Staudinger, U., & Lindenberger, U. (1999). Lifespan psychology: Theory and application to intellectual functioning. *Annual Review of Psychology*, *50*(1), 471-507.
- Bauer, J., & McAdams, D. (2004). Personal growth in adults' stories of life transitions. *Journal of Personality*, *72*(3), 573-602.
- Bauer, J., & McAdams, D. (2010). Eudaimonic growth: Narrative growth goals predict increases in ego development and subjective well-being 3 years later. *Developmental Psychology*, *46*(4), 761-772.
- Bedard-Gilligan, M., & Zoellner, L. (2008). The utility of the A1 and A2 criteria in the diagnosis of PTSD. *Behaviour Research and Therapy*, *46*(9), 1062-1069.
- Berger, R., & Weiss, T. (2009). The posttraumatic growth model: An expansion to the family system. *Traumatology*, *15*(1), 63-74.

- Bergsma, A., & Ardelt, M. (2012). Self-reported wisdom and Happiness: An empirical investigation. *Journal of Happiness Studies*, 13(3), 481-499.
- Berman, W. (1988). The role of attachment in the post-divorce experience. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54(3), 496-503.
- Bohannon, P. (1970). *Divorce and after: An analysis of the emotional and social problems of divorce*. Garden City, NY: Anchor.
- Boney, V. (2003). Alternative research perspectives for studying the effects of parental divorce. *Marriage & Family Review*, 35(1-2), 7-27.
- Booth, A., & Amato, P. (1991). Divorce and psychological stress. *Journal of Health and Social Behavior*, 32(4), 396-407.
- Bowen, C., Noack, C., & Staudinger, U. (2011). Aging in the work context. In K. Schaie & S. Willis (Eds.), *Handbook of the psychology of aging* (7 ed., pp. 263-277). San Diego, CA: Elsevier Academic Press.
- Brandtstädter, J., & Rothermund, K. (2002). The life-course dynamics of goal pursuit and goal adjustment: A two-process framework. *Developmental Review*, 22(1), 117-150.
- Braver, S., Shapiro, J., & Goodman, M. (2006). Consequences of divorce for parents. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and relationship dissolution* (pp. 313-337). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Breslau, J., Miller, E., Jin, R., Sampson, N., Alonso, J., Andrade, L., . . . Kessler, R. (2011). A multinational study of mental disorders, marriage, and divorce. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 124(6), 474-486.
- Brewin, C., Lanius, R., Novac, A., Schnyder, U., & Galea, S. (2009). Reformulating PTSD for DSM-V: Life after criterion A. *Journal of Traumatic Stress*, 22(5), 366-373.
- Brickman, P., & Campbell, D. (1971). Hedonic relativism and planning the good society. In M. Appley (Ed.), *Adaptation level theory: A symposium* (pp. 287-305). New York: Academic Press.
- Brown, S., & Greene, J. (2006). The Wisdom Development Scale: Translating the conceptual to the concrete. *Journal of College Student Development*, 47(1), 1-19.
- Bursik, K. (1991). Adaptation to divorce and ego development in adult women. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60(2), 300-306.
- Calhoun, L., & Tedeschi, R. (2006). The foundations of posttraumatic growth: An expanded framework. In R. Tedeschi & L. Calhoun (Eds.), *Handbook of posttraumatic growth: Research and practice* (pp. 1-23). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Carstensen, L., Isaacowitz, D., & Charles, S. (1999). Taking time seriously: A theory of socioemotional selectivity. *American Psychologist*, 54(3), 165-181.
- Clarke-Stewart, A., Perlmutter, M., & Friedman, S. (1988). *Lifelong human development*. New York: Wiley.
- Corcoran, P., & Nagar, A. (2010). Suicide and marital status in Northern Ireland. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 45(8), 795-800.
- Costa, P., Herbst, J., McCrae, R., & Siegler, I. (2000). Personality at midlife: Stability, intrinsic maturation, and response to life events. *Assessment*, 7(4), 365-378.
- Cowan, P. (1991). Individual and family transitions: A proposal for a new definition. In P. Cowan & M. Hetherington (Eds.), *Family transitions* (pp. 3-30). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Davis, C., Nolen-Hoeksema, S., & Larson, J. (1998). Making sense of loss and benefiting from the experience: Two construals of meaning. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*(2), 561-574.
- Diehl, M. (1999). Self-development in adulthood and aging: The role of critical life events. In C. Ryff & W. Marshall (Eds.), *The self and society in aging processes* (pp. 150-183). New York: Springer
- Diener, E., Lucas, R., & Scollon, C. (2006). Beyond the hedonic treadmill: revising the adaptation theory of well-being. *American Psychologist, 61*(4), 305-314.
- Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. (2009). Subjective well-being: The science of happiness and life satisfaction. In C. Snyder & S. Lopez (Eds.), *Oxford Handbook of Positive Psychology* (2 ed., pp. 187-193). New York: Oxford University Press.
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R., & Smith, H. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin, 125*(2), 276-302.
- Dietrich, J., Jokisaari, M., & Nurmi, J. (2012). Work-related goal appraisals and stress during the transition from education to work. *Journal of Vocational Behavior, 80*(1), 82-92.
- Erikson, E. (1959). Identity and the life cycle. *Psychological Issues, 1*, 1-171.
- Evans, M., & Kelley, J. (2004). Effect of family structure on life satisfaction: Australian evidence. *Social Indicators Research, 69*(3), 303-349.
- Feeney, B., & Monin, J. (2008). An attachment-theoretical perspective on divorce. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2 ed., pp. 934-957). New York: Guilford.
- Fisher, B. (1977). *Identifying and meeting needs of formerly-married people through a divorce adjustment seminar* (Doctoral Dissertation). University of Northern Colorado, Greeley, Colorado, United States of America.
- Ford, D., & Lerner, R. (1992). *Developmental systems theory: An integrative approach*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Franz, M., Popp, K., Schaefer, R., Sitte, W., Schneider, C., Hardt, J., . . . Braehler, E. (2008). Alexithymia in the German general population. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 43*(1), 54-62.
- Freund, A. (2008). Successful aging as management of resources: The role of selection, optimization, and compensation. *Research in Human Development, 5*(2), 94-106.
- Friedman, H. (2008). The multiple linkages of personality and disease. *Brain, Behavior, and Immunity, 22*(5), 668-675.
- Funder, D. (2006). Towards a resolution of the personality triad: Persons, situations, and behaviors. *Journal of Research in Personality, 40*(1), 21-34.
- Galatzer-Levy, I., Mazursky, H., Mancini, A., & Bonanno, G. (2011). What we don't expect when expecting: Evidence for heterogeneity in subjective well-being in response to parenthood. *Journal of Family Psychology, 25*(3), 384-392.
- Gonçalves, R. (2012). *Envelhecimento e sabedoria: Validação da escala de medida 3D-WS* (Master's Thesis). Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal.
- Glück, J., & Bluck, S. (2011). Laypeople's conceptions of wisdom and its development: Cognitive and integrative views. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences, 66B*(3), 321-324.

- Gustavson, K., Røysamb, E., von Soest, T., Helland, M., & Mathiesen, K. (2012). Longitudinal associations between relationship problems, divorce, and life satisfaction: Findings from a 15-year population-based study. *Journal of Positive Psychology, 7*(3), 188-197.
- Guttman, J. (1993). *Divorce in psychosocial perspective: Theory and research*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Haase, C., Heckhausen, J., & Wrosch, C. (2012). Developmental regulation across the life span: Toward a new synthesis. *Developmental Psychology*. Advance online publication.
- Headey, B., & Wearing, A. (1989). Personality, life events, and subjective well-being: toward a dynamic equilibrium model. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*(4), 731-739.
- Heath, D. (1968). *Growing up college*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Heckhausen, J., & Schulz, R. (1995). A life-span theory of control. *Psychological Review, 102*(2), 284-304.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Company.
- Hewitt, B., & Turrell, G. (2011). Short-term functional health and well-being after marital separation: Does initiator status make a difference? *American Journal of Epidemiology, 173*(11), 1308-1318.
- Holahan, C., Moos, R., & Schaefer, J. (1996). Coping, stress resistance, and growth: Conceptualizing adaptive functioning. In M. Zeidner & N. Endler (Eds.), *Handbook of coping: Theory, research, applications* (pp. 24-43). Oxford, England: Wiley.
- Hooker, K., & McAdams, D. (2003). Personality reconsidered: A new agenda for aging research. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences, 58*(6), 296-304.
- Janoff-Bulman, R. (2004). Posttraumatic growth: Three explanatory models. *Psychological Inquiry, 15*(1), 30-34.
- Jopp, D., & Smith, J. (2006). Resources and life-management strategies as determinants of successful aging: On the protective effect of selection, optimization, and compensation. *Psychology and Aging, 21*(2), 253-265.
- Joseph, S., & Linley, P. (2005). Positive adjustment to threatening events: An organismic valuing theory of growth through adversity. *Review of General Psychology, 9*(3), 262-280.
- Joseph, S., & Linley, A. (2008). Positive psychological perspectives on posttraumatic stress: An integrative psychosocial framework. In S. Joseph & A. Linley (Eds.), *Trauma, recovery, and growth: Positive psychological perspectives on posttraumatic stress* (pp. 3-20). Hoboken, NJ: Wiley.
- Kessler, S. (1975). *The American way of divorce: Prescriptions for change*. Chicago: Nelson-Hall
- Keyes, C., Shmotkin, D., & Ryff, C. (2002). Optimizing well-being: The empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology, 82*(6), 1007-1022.
- King, L., & Raspin, C. (2004). Lost and found possible selves, subjective well-being, and ego development in divorced women. *Journal of Personality, 72*(3), 603-632.
- Kitson, G. (1982). Attachment to the spouse in divorce: A scale and its application. *Journal of Marriage and the Family, 44*(2), 379-393.
- Krumrei, E., Mahoney, A., & Pargament, K. (2009). Divorce and the divine: The role of spirituality in adjustment to divorce. *Journal of Marriage and Family, 71*(2), 373-383.
- Krumrei, E., Mahoney, A., & Pargament, K. (2011). Spiritual stress and coping model of divorce: A longitudinal study. *Journal of Family Psychology, 25*(6), 973-985.

- Labouvie-Vief, G., & Medler, M. (2002). Affect optimization and affect complexity: Modes and styles of regulation in adulthood. *Psychology and Aging, 17*(4), 571-588.
- Lamela, D. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 19*(1), 114-121.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23*(3), 562-574.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Martins, H. (2013). Psychometric properties of the Portuguese version of the posttraumatic growth inventory short form among divorced adults. *European Journal of Psychological Assessment*. Advance online publication.
- Lerner, R. (2002). *Concepts and theories of human development*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lewandowski, G. (2009). Promoting positive emotions following relationship dissolution through writing. *The Journal of Positive Psychology, 4*(1), 21-31.
- Lindfors, P., Berntsson, L., & Lundberg, U. (2006). Factor structure of Ryff's psychological well-being scales in Swedish female and male white-collar workers. *Personality and Individual Differences, 40*(6), 1213-1222.
- Loevinger, J. (1976). *Ego development: Conception and theory*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Lorenz, F., Wickrama, K., Conger, R., & Elder, G. (2006). The short-term and decade-long effects of divorce on women's midlife health. *Journal of Health and Social Behavior, 47*(2), 111-125.
- Lucas, R. (2005). Time does not heal all wounds: A longitudinal study of reaction and adaptation to divorce. *Psychological Science, 16*(12), 945-950.
- Luhmann, M., & Eid, M. (2009). Does it really feel the same? Changes in life satisfaction following repeated life events. *Journal of Personality and Social Psychology, 97*(2), 363-381.
- Luhmann, M., Hofmann, W., Eid, M., & Lucas, R. (2012). Subjective well-being and adaptation to life events: A meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology, 102*(3), 592-615.
- Luhmann, M., Lucas, R., Eid, M., & Diener, E. (2013). The prospective effect of life satisfaction on life events. *Social Psychological and Personality Science, 4*(1), 39-45.
- Machado, A., & Silva, F. (2007). Toward a richer view of the scientific method: The role of conceptual analysis. *American Psychologist, 62*(7), 671-681.
- Maddux, J. (2008). Positive psychology and the illness ideology: Toward a positive clinical psychology. *Applied Psychology: An International Review, 57*, 54-70.
- Maddux, J. (2009). Stopping the "Madness": Positive psychology and deconstructing the illness ideology and the DSM. In C. Snyder & S. Lopez (Eds.), *Oxford handbook of positive psychology* (2nd ed., pp. 61-69). New York: Oxford University Press.
- Maercker, A., & Zoellner, T. (2004). The Janus face of self-perceived growth: Toward a two-component model of posttraumatic growth. *Psychological Inquiry, 15*(1), 41-48.
- Mancini, A., Bonanno, G., & Clark, A. (2011). Stepping off the hedonic treadmill: Individual differences in response to major life events. *Journal of Individual Differences, 32*(3), 144-152.

- Marks, N. (1996). Flying solo at midlife: Gender, marital status, and psychological well-being. *Journal of Marriage and the Family*, 58(4), 917-932.
- Marks, N., Bumpass, L., & Jun, H. (2004). Family roles and well-being during the middle life course. In O. Brim, C. Ryff & R. Kessler (Eds.), *How healthy are we? A national study of well-being at midlife* (pp. 514-549). Chicago: The University of Chicago Press.
- Marks, N., & Lambert, J. (1998). Marital status continuity and change among young and midlife adults. *Journal of Family Issues*, 19(6), 652-686.
- Maslow, A. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper.
- Mason, A., Sbarra, D., & Mehl, M. (2010). Thin-slicing divorce: Thirty seconds of information predict changes in psychological adjustment over 90 days. *Psychological Science*, 21(10), 1420-1422.
- McAdams, D., & Pals, J. (2006). A new Big Five: Fundamental principles for an integrative science of personality. *American Psychologist*, 61(3), 204-217.
- Mickler, C., & Staudinger, U. (2008). Personal wisdom: Validation and age-related differences of a performance measure. *Psychology and Aging*, 23(4), 787-799.
- Middeldorp, C., Cath, D., Beem, A., Willemsen, G., & Boomsma, D. (2008). Life events, anxious depression and personality: A prospective and genetic study. *Psychological Medicine*, 38(11), 1557-1565.
- Miller, G., Chen, E., & Zhou, E. (2007). If it goes up, must it come down? Chronic stress and the hypothalamic-pituitary-adrenocortical axis in humans. *Psychological Bulletin*, 133(1), 25-45.
- Mol, S., Arntz, A., Metsemakers, J., Dinant, G., Vilters-van Montfort, P., & Knottnerus, J. (2005). Symptoms of post-traumatic stress disorder after non-traumatic events: Evidence from an open population study. *British Journal of Psychiatry*, 186(6), 494-499.
- Mühlig-Versen, A., Bowen, C., & Staudinger, U. (2012). Personality plasticity in later adulthood: Contextual and personal resources are needed to increase openness to new experiences. *Psychology and Aging*, 27(4), 855-866.
- O'Leary, V., Alday, C. S., & Ickovics, J. (1998). Models of life change and posttraumatic growth. In R. Tedeschi, C. Park & L. Calhoun (Eds.), *Posttraumatic growth: Positive changes in the aftermath of crisis* (pp. 127-151). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Overton, W. (1991). The structure of developmental theory. In H. Reese (Ed.), *Advances in child development and behavior*, Vol. 23 (pp. 1-37). New York: Academic Press.
- Overton, W. (2010). *Life-span development: Concepts and issues* (Vol. 1). Hoboken, NJ: Wiley.
- Overton, W. (2012). Evolving scientific paradigms: Retrospective and prospective. In L. L'Abate (Ed.), *The role of paradigms in theory construction* (pp. 31-65). New York: Springer.
- Park, C., Cohen, L., & Murch, R. (1996). Assessment and prediction of stress-related growth. *Journal of Personality*, 64(1), 71-105.
- Park, C., & Folkman, S. (1997). Meaning in the context of stress and coping. *Review of General Psychology*, 1(2), 115-144.
- Perrig-Chiello, P., & Perren, S. (2005). Biographical transitions from a midlife perspective. *Journal of Adult Development*, 12(4), 169-181.

- Piedmont, R. (2001). Cracking the plaster cast: Big Five personality change during intensive outpatient counseling. *Journal of Research in Personality, 35*(4), 500-520.
- Reese, H., & Overton, W. (1970). Models of development and theories of development. In L. Goulet & P. Baltes (Eds.), *Life-span developmental psychology: Research and theory* (pp. 115-145.). New York: Academic Press.
- Richards, M., Hardy, R., & Wadsworth, M. (1997). The effects of divorce and separation on mental health in a national UK birth cohort. *Psychological Medicine, 27*(5), 1121-1128.
- Riegel, K. (1978). *Psychology mon amour: A countertext*. Boston: Houghton Mifflin.
- Riegel, K. (1979). *Foundations of dialectical psychology*. New York: Academic Press
- Rohde-Brown, J., & Rudestam, K.E. (2011). The role of forgiveness in divorce adjustment and the impact of affect. *Journal of Divorce & Remarriage, 52*(2), 109-124.
- Ryan, R., & Deci, E. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual Review of Psychology, 52*(1), 141-166.
- Ryff, C. (1995). Psychological well-being in adult life. *Current Directions in Psychological Science, 4*(4), 99-104.
- Ryff, C., Dienberg Love, G., Urry, H., Muller, D., Rosenkranz, M., Friedman, E., . . . Singer, B. (2006). Psychological well-being and ill-being: do they have distinct or mirrored biological correlates? *Psychotherapy and Psychosomatics, 75*(2), 85-95.
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(4), 719-727.
- Ryff, C., & Singer, B. (2008). Know thyself and become what you are: A eudaimonic approach to psychological well-being. *Journal of Happiness Studies, 9*(1), 13-39.
- Salmela-Aro, K., & Tuominen-Soini, H. (2010). Adolescents' life satisfaction during the transition to post-comprehensive education: Antecedents and consequences. *Journal of Happiness Studies, 11*(6), 683-701.
- Salts, C. (1979). Divorce process. *Journal of Divorce, 2*(3), 233-240.
- Sbarra, D., Law, R., & Portley, R. (2011). Divorce and death: A meta-analysis and research agenda for clinical, social, and health psychology. *Perspectives on Psychological Science, 6*(5), 454-474.
- Sbarra, D., Smith, H., & Mehl, M. (2012). When leaving your ex, love yourself: Observational ratings of self-compassion predict the course of emotional recovery following marital separation. *Psychological Science, 23*(3), 261-269.
- Schaefer, J., & Moos, R. (1992). Life crises and personal growth. In B. Carpenter (Ed.), *Personal coping: Theory, research, and application* (pp. 149-170). Westport, CT: Praeger.
- Schindler, I., & Staudinger, U. (2008). Obligatory and optional personal life investment in old and very old age: Validation and functional relations. *Motivation and Emotion, 32*(1), 23-36.
- Schlossberg, N. (1981). A model for analyzing human adaptation to transition. *The Counseling Psychologist, 9*(2), 2-18.
- Schneller, D., & Arditti, J. (2004). After the breakup: Interpreting divorce and rethinking intimacy. *Journal of Divorce & Remarriage, 42*(1/2), 1-37.
- Sheldon, K., Kasser, T., Smith, K., & Share, T. (2002). Personal goals and psychological growth: Testing an intervention to enhance goal attainment and personality integration. *Journal of Personality, 70*(1), 5-31.

- Singer, J. (2004). Narrative identity and meaning making across the adult lifespan: An introduction. *Journal of Personality, 72*(3), 437-460.
- Slotter, E., Gardner, W., & Finkel, E. (2010). Who am I without you? The influence of romantic breakup on the self-concept. *Personality and Social Psychology Bulletin, 36*(2), 147-160.
- Specht, J., Egloff, B., & Schmukle, S. (2011). Stability and change of personality across the life course: The impact of age and major life events on mean-level and rank-order stability of the Big Five. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*(4), 862-882.
- Spinhoven, P., Elzinga, B., Hovens, J., Roelofs, K., van Oppen, P., Zitman, FG, & Penninx, B. (2011). Positive and negative life events and personality traits in predicting course of depression and anxiety. *Acta Psychiatrica Scandinavica, 124*(6), 462-473.
- Staudinger, U. (2005). Personality and ageing. In M. Johnson (Ed.), *The Cambridge handbook of age and ageing* (pp. 237-244). New York: Cambridge University Press.
- Staudinger, U., & Bluck, S. (2001). A view on midlife development from lifespan theory. In M. Lachman (Ed.), *Handbook of midlife* (pp. 3-39). New York: Wiley.
- Staudinger, U., & Bowen, C. (2010). Life-span perspectives on positive personality development in adulthood and old age. In R. Lerner, M. Lamb & A. Freund (Eds.), *The handbook of life-span development* (Vol. 2, pp. 254-297). Hoboken, NJ: Wiley.
- Staudinger, U., Dörner, J., & Mickler, C. (2005). Wisdom and personality. In R. Sternberg & J. Jordan (Eds.), *Handbook of wisdom: Psychological perspectives* (pp. 191-219). New York: Cambridge University Press.
- Staudinger, U., & Glück, J. (2011). Psychological wisdom research: Commonalities and differences in a growing field. *Annual Review of Psychology, 62*(1), 215-241.
- Staudinger, U., & Kessler, E. (2009). Adjustment and growth: Two trajectories of positive personality development across adulthood. In C. Smith & N. DeFrates-Densch (Eds.), *Handbook of research on adult learning and development* (pp. 241-268). New York: Routledge.
- Staudinger, U., & Kunzmann, U. (2005). Positive adult personality development. *European Psychologist, 10*(4), 320-329.
- Sweeney, M., & Horwitz, A. (2001). Infidelity, initiation, and the emotional climate of divorce: Are there implications for mental health? *Journal of Health and Social Behavior, 42*(3), 295-309.
- Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: The Psychological Adjustment to Separation Test (PAST). *Journal of Family Psychology, 20*(4), 632-640.
- Tadic, M., Oerlemans, W., Bakker, A., & Veenhoven, R. (2012). Daily activities and happiness in later life: The role of work status. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Taubman-Ben-Ari, O., Ben Shlomo, S., & Findler, L. (2012). Personal growth and meaning in life among first-time mothers and grandmothers. *Journal of Happiness Studies, 13*(5), 801-820.
- Taylor, M., Bates, G., & Webster, J. (2011). Comparing the psychometric properties of two measures of wisdom: Predicting forgiveness and psychological well-being with the Self-Assessed Wisdom Scale (SAWS) and the Three-Dimensional Wisdom Scale (3D-WS). *Experimental Aging Research, 37*(2), 129-141.
- Tedeschi, R., & Calhoun, L. (2004). Posttraumatic growth: Conceptual foundations and empirical evidence. *Psychological Inquiry, 15*(1), 1-18.

- Tein, J., Sandler, I., & Zautra, A. (2000). Stressful life events, psychological distress, coping, and parenting of divorced mothers: A longitudinal study. *Journal of Family Psychology, 14*(1), 27-41.
- Terracciano, A., Löckenhoff, C., Zonderman, A., Ferrucci, L., & Costa, P. (2008). Personality predictors of longevity: activity, emotional stability, and conscientiousness. *Psychosomatic Medicine, 70*(6), 621-627.
- Thomas, Cindy, & Ryan, Marilyn. (2008). Women's perception of the divorce experience: A qualitative study. *Journal of Divorce & Remarriage, 49*(3-4), 210-224.
- Uglanova, E., & Staudinger, U. (2013). Zooming in on life events: Is hedonic adaptation sensitive to the temporal distance from the event? *Social Indicators Research, 111*(1), 265-286.
- Vaughan, M., & Waehler, C. (2010). Coming out growth: Conceptualizing and measuring stress-related growth associated with coming out to others as a sexual minority. *Journal of Adult Development, 17*(2), 94-109.
- Waite, L., Luo, Y., & Lewin, A. (2009). Marital happiness and marital stability: Consequences for psychological well-being. *Social Science Research, 38*(1), 201-212.
- Waller, K., & MacDonald, T. (2010). Trait self-esteem moderates the effect of initiator status on emotional and cognitive responses to romantic relationship dissolution. *Journal of Personality, 78*(4), 1271-1299.
- Wallerstein, J., & Kelly, J. . (1996). *Surviving the breakup: How children and parents cope with divorce*. New York: Basic Books.
- Wang, H., & Amato, P. (2000). Predictors of divorce adjustment: Stressors, resources, and definitions. *Journal of Marriage and Family, 62*(3), 655-668.
- Waterman, A. (2007). On the importance of distinguishing hedonia and eudaimonia when contemplating the hedonic treadmill. *American Psychologist, 62*(6), 612-613.
- Weathers, F., & Keane, T. (2007). The Criterion A problem revisited: Controversies and challenges in defining and measuring psychological trauma. *Journal of Traumatic Stress, 20*(2), 107-121.
- Webster, J. (2003). An exploratory analysis of a Self-assessed Wisdom Scale. *Journal of Adult Development, 10*(1), 13-22.
- Weiss, R. (1976). The emotional impact of marital separation. *Journal of Social issues, 32*(1), 135-145.
- Wilson, T., & Gilbert, D. (2008). Explaining away: A model of affective adaptation. *Perspectives on Psychological Science, 3*(5), 370-386.
- Yáñez-Yaben, S. (2010a). Attachment style and adjustment to divorce. *Spanish Journal of Psychology, 13*(1), 210-219.
- Yáñez-Yaben, S. (2010b). Satisfacción vital en madres y padres divorciados [Life satisfaction in divorced mothers and fathers]. *Ansiedad y estrés, 16*(2), 163-175.
- Yilmaz, E., & Fişiloglu, H. (2006). Psychometric properties of the Fisher Divorce Adjustment Scale in a Turkish divorced sample. *Journal of Divorce & Remarriage, 45*(1-2), 149-169.
- Zhang, Z., & Hayward, M. (2006). Gender, the marital life course, and cardiovascular disease in late midlife. *Journal of Marriage and Family, 68*(3), 639-657.
- Zoellner, T., & Maercker, A. (2006). Posttraumatic growth in clinical psychology: A critical review and introduction of a two component model. *Clinical Psychology Review, 26*(5), 626-653.

Apêndice 1

Procedimentos da revisão sistemática

Com o objetivo de compreender as associações entre o divórcio e os critérios subjetivos de desenvolvimento positivo da personalidade, foi levada a cabo uma revisão sistemática da literatura publicada no domínio. Os artigos científicos incluídos nesta revisão foram identificados a partir de pesquisa sistemática nas bases de dados PsychINFO e Pubmed. Para seleção de artigos sobre os critérios subjetivos de ajustamento da personalidade foram pesquisados os seguintes termos: *divorce* e *subjective well-being* ou *divorce* e *satisfaction with life* ou *divorce* e *life satisfaction*. Para a seleção de artigos sobre os critérios subjetivos de crescimento da personalidade foram introduzidos os termos: *divorce* e *personal growth* ou *divorce* e *growth*. A pesquisa nas bases de dados foi limitada aos últimos dez anos (janeiro 2002 até setembro 2012), a artigos publicados em língua inglesa, portuguesa ou espanhola em revistas com revisão por pares. Dois critérios de exclusão foram aplicados na decisão de integração dos artigos na presente revisão: 1) estudos produzidos com a mesma amostra, relatando medidas e resultados similares, sendo apenas incluído nesta revisão o artigo científico mais recente e 2) artigos que a operacionalização de bem-subjetivo, satisfação com a vida ou crescimento pessoal é conceptualmente distinta da defendida por Staudinger e colaboradoras no seu modelo. Como critério de inclusão teve-se em consideração que, em caso da amostra utilizada no estudo ser também composta por adultos com outro estado civil para além do divorciado, existirem dados independentes para o grupo dos adultos divorciados nas variáveis consideradas. Os títulos, resumos e palavras-chave de todas as citações geradas por esta estratégia de pesquisa foram analisados cuidadosamente com intuito de identificar artigos potencialmente elegíveis para a revisão. Os artigos integrais foram consultados quando não era possível decidir pela inclusão ou exclusão da publicação por estes indicadores. Referente ao ajustamento da personalidade pós-divórcio, dos 42 artigos identificados nas bases de dados selecionadas, 8 cumpriram os critérios de inclusão e foram integrados nesta revisão. Foram identificados mais três artigos que pareciam ser elegíveis, no entanto, devido à impossibilidade de aceder ao seu texto integral, não foram considerados. No que concerne ao crescimento da personalidade após o divórcio, dos 15 artigos identificados, 2 cumpriram os critérios de inclusão e foram integrados na revisão.

Capítulo 2

Definição conceptual da coparentalidade

Durante as últimas décadas, vários estudos tentaram demonstrar uma relação direta entre qualidade da relação conjugal, parentalidade e as trajetórias desenvolvimentais da criança no seio de famílias mononucleares (e.g., Erel & Burman, 1995; Krishnakumar & Buehler, 2004; Sturge-Apple, Davies, & Cummings, 2010). Os percursos (des)adaptativos da criança seriam explicados pelo funcionamento da díade conjugal e parental (in)adequado, em que quanto melhor for o comportamento conjugal e parental, melhor os níveis de adaptação e bem-estar dos filhos. Embora um consistente corpo teórico tenha demonstrado relações significativas entre qualidade conjugal e funcionamento psicológico dos filhos (Cummings, Schermerhorn, Davies, Goeke-Morey, & Cummings, 2006; McDonald & Grych, 2006), investigações mais recentes têm comprovado que os percursos desenvolvimentais da criança podem ser adicionalmente explicados pela qualidade da coparentalidade e pelo seu impacto nas relações sistêmicas dentro da família (Feinberg, Kan, & Hetherington, 2007; Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, Frosch, & McHale, 2004).

Os quadros teóricos sobre as relações familiares têm dado pouco relevo à coparentalidade como fator explicativo dos padrões de interação nas famílias intactas. Em famílias com pais divorciados, pelo contrário, desde década de 80, o papel da coparentalidade tem sido central no estudo das relações familiares após a dissolução conjugal (Mullett & Stolberg, 1999). No entanto, ao contrário de famílias com pais divorciados, nas famílias intactas, o subsistema coparental opera e é interdependente de outros subsistemas familiares, mais concretamente do subsistema conjugal. Esta transação entre subsistemas é assim ainda mais complexa e o equilíbrio entre todos parece ser a solução para as trajetórias adaptativas dos membros da família (Morrill, Hines, Mahmood, & Córdova, 2010).

Belsky, Crnic e Gable (1995) levantaram a hipótese de ser a coparentalidade a enredar e explicar as interligações causais entre relações conjugais, práticas e estilos parentais e níveis de adaptação dos filhos. Neste sentido, a coparentalidade seria a ponte conceptual entre a qualidade das interações da díade conjugal e os percursos desenvolvimentais ajustados das crianças. Esta asserção teórica tem sido desenvolvida e testada empiricamente. No seu artigo de referência, Margolin, Gordis e John (2001) afirmam que a coparentalidade pode ter um efeito mediador entre a relação conjugal e as relações pai/mãe-filho. Assim, considera-se que a coparentalidade especifica como e porquê o funcionamento conjugal tem, em linha direta, impacto na parentalidade e, indiretamente, no ajustamento da criança. A coparentalidade poderia ter poder preditivo na compreensão de como o conflito na díade conjugal tem

repercussões negativas e retroativas nos filhos (Feinberg, 2002). Alguns estudos têm apontado nesta direção. Por exemplo, a relação coparental apresenta um efeito mediador entre a qualidade da relação conjugal e o envolvimento materno na prestação de cuidados e o ajustamento psicológico das crianças (Bonds & Gondoli, 2007; Katz & Low, 2004).

Devido ao relevo crescente das relações coparentais no estudo dos processos familiares, traduzido pelo acréscimo de investigação empírica, diversas propostas teóricas sobre a coparentalidade foram formuladas durante a atual década. O presente capítulo tem como objetivo principal apresentar e discutir as propostas conceptuais sobre as dimensões, características, funções e implicações da coparentalidade no desenvolvimento familiar e das crianças após o divórcio. Mais concretamente, são objetivos específicos deste artigo: i.) definir o conceito de coparentalidade, ii.) descrever e discutir os pontos principais dos modelos de coparentalidade propostos por Margolin, Gordis e John (2001), Feinberg (2003) e Van Egeren e Hawkins (2004); iii.) analisar a associação entre a coparentalidade e o funcionamento psicológico das crianças e iv.) compreender as variações processuais da coparentalidade em famílias com pais divorciados e as suas implicações no ajustamento dos filhos.

Definição de Coparentalidade

Não há consenso generalizado sobre o surgimento inicial do conceito de coparentalidade na literatura psicológica. Independentemente da patente da autoria, é visível que a emergência da coparentalidade, enquanto constructo psicológico, esteve primeiramente associada ao estudo das relações familiares após o divórcio, sendo apenas solidamente estudada nas famílias intactas a partir da década de 90 (e.g., Belsky et al., 1995; McHale 1995). Contudo, apenas nesta última década, a coparentalidade assume um estatuto universal e independente da configuração estrutural da família e das características individuais e diádicas dos parceiros coparentais.

Em linha com estes princípios, a coparentalidade é definida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida dos seus filhos (Feinberg, 2003). Conceptualmente, a coparentalidade incide sobre as interações interparentais em relação às funções e expectativas dos adultos no desempenho do seu papel de pais (McConnell & Kerig, 2002). Dessa forma, a coparentalidade não é caracterizada pela forma como cada pai individualmente presta cuidados à criança, mas sim pela sincronização dinâmica

dos adultos na prestação de cuidados a uma criança em particular (Groenendyk & Volling, 2007; McHale, Kuersten-Hogan, & Rao, 2004).

Para a clarificação do conceito, Van Egeren et al. (2004) apresentam a seguinte proposta de definição *uma relação coparental existe quando pelo menos duas pessoas assumem, por mútuo acordo ou pelas normas sociais, a responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança em particular* (p. 166). Para os autores, esta definição permite a sua aplicação a qualquer configuração e variação familiar, independentemente da condição civil e orientação sexual dos pais.

Num contributo posterior, Fivaz-Depeursinge, Lopes, Python e Favez (2009) filtraram cinco estilos coparentais, baseados na observação da interação de díades em ambiente de laboratório: i.) *estilo coeso*, os pais encontram-se envolvidos e interagem adequadamente entre si, de acordo com os seus papéis e expectativas face às suas funções dentro da família; ii.) *estilo centrado na criança*, em que não existe coordenação comunicacional entre pais, sendo a interação entre ambos feita através da criança; iii.) *estilo competitivo*, em que os pais não estão interligados e competem entre si pela atenção da criança; iv.) *estilo de exclusão*, em que os pais apresentam-se não-coordenados entre si e a sua interação é pautada por um desequilíbrio no grau de envolvimento na relação coparental; e v.) *estilo instável*, em que a interação diádica é caracterizada por momentos de coesão e de não-coesão coparental.

Estes estilos coparentais defendidos por Fivaz-Depeursinge e colaboradores (2009) estão conceptualmente sustentados na operacionalização de coparentalidade proposta por McHale (2007). Esta definição é particularmente relevante, uma vez que é uma tentativa cientificamente válida de apresentar uma definição do conceito livre de pressupostos culturais e não-dependente de um período histórico específico e dos valores e regras do funcionamento do contexto das sociedades ocidentais. Por essa razão, esta definição poderia explicar qualquer tipo de variação no relacionamento entre dois ou mais adultos responsáveis pelo desenvolvimento de uma ou mais crianças. Assim, o autor define a coparentalidade como *"uma empreitada colocada sobre aqueles [que são] mutuamente responsáveis pelo cuidado e educação de uma criança"* (McHale, 2007; p. 374).

Adicionalmente, ao contrário da maioria dos autores, McHale (2007) enfatiza que a coparentalidade não deve primeiramente focar-se sobre a forma como os adultos partilham a divisão de trabalho nos cuidados às crianças, uma vez que esta divisão é culturalmente situada,

existindo acentuadas diferenças em função da cultura e da organização social das várias sociedades. Nesse sentido, a incorporação da divisão do trabalho coparental como dimensão basilar na operacionalização da coparentalidade implicaria um viés etnocêntrico, favorecendo as concepções ocidentais sobre o funcionamento e organização familiares. Conseqüentemente, rejeitando o pressuposto que é a divisão do trabalho na prestação de cuidados à criança o núcleo deste contrato, McHale (2007) preconiza que a coparentalidade define o grau de colaboração, afirmação e suporte entre os adultos no cuidado e educação das crianças por quem partilham a responsabilidade.

Recentrando o conceito na cooperação, suporte e coordenação entre a equipa coparental no cuidado e educação das crianças, a coparentalidade não é conceptualizada, nesta linha de pensamento, como um substrato ou ramificação da relação conjugal, mas sim como um subsistema autónomo com mecanismos e características idiossincráticos e diferenciáveis dos processos relacionais dos subsistemas conjugal e parental (Feinberg, 2003). Enquanto a parentalidade descreve conceptualmente os estilos e práticas que cada um dos pais imprime individualmente na sua interação com a criança, a coparentalidade foca-se na dinâmica relacional interparental nos cuidados aos filhos (Teubert & Pinquart, 2010). Por outras palavras, a parentalidade centra-se nas trocas verticais (pai/mãe-filho) entre dois subsistemas familiares distintos (subsistema parental e subsistema fraternal), enquanto o subsistema coparental refere-se às trocas horizontais (mãe-pai¹) entre dois adultos socialmente responsáveis pelo cuidado e desenvolvimento de uma ou mais crianças. Adicionalmente, quando se toma por referência o ajustamento dos pais e das crianças no seio da família, a investigação tem demonstrado que a coparentalidade contribui para um aumento da variância explicada para além daquela explicada pela conjugalidade e parentalidade (e.g., Teubert & Pinquart, 2010).

A coparentalidade assume uma dimensão sistémica (Lindsey & Caldera, 2006). O pressuposto da autonomia do subsistema coparental face aos subsistemas conjugal e parental tem sido comprovado empiricamente. Um estudo de Van Egeren (2004), por exemplo, demonstrou que a relação coparental entre os pais aos 6 meses de idade do filho predisse a qualidade da relação conjugal aos 3 anos. No entanto, o inverso não encontrou confirmação empírica. Caso a relação coparental fosse um substrato da relação conjugal, estas duas componentes do sistema familiar estariam sempre altamente correlacionadas, o que não foi

¹ Ao longo do capítulo o subsistema coparental será considerado como sendo constituído por mãe e pai. Note-se, no entanto, que o subsistema coparental pode ser composto por dois ou mais adultos que assumem funções partilhadas na educação da criança, independentemente do género, da sua orientação sexual ou dos laços biológicos com a criança.

comprovado. Adicionalmente, Schoppe-Sullivan e colaboradores (2004), utilizando um estudo de *design* longitudinal, confirmaram este pressuposto, ao observarem estabilidade nas relações coparentais ao longo dos primeiros anos de vida das crianças, sendo ainda que a qualidade da coparentalidade se mostrou mais útil na predição do comportamento conjugal futuro do que vice-versa.

Dada ser um constructo relativamente recente na Psicologia, é visível a existência de um conjunto alargado de propostas na definição do objeto de estudo da coparentalidade. No entanto, a maioria das definições avançadas pelos investigadores parece convergir para um denominador comum. A coparentalidade é operacionalizada pelo grau de coordenação dos adultos na prestação de cuidados e educação de pelo menos uma criança e pela forma como cada um dos adultos suporta a parentalidade do outro. Na tentativa de auxiliar à operacionalização do conceito, McHale e Lindhal (2011) apresentam três pressupostos orientadores do estudo e intervenção clínica no âmbito da coparentalidade.

Refinamento conceptual e metodológico da coparentalidade

McHale e Lindahl (2011) sustentam que o estudo da coparentalidade deve assentar em três pressupostos epistemológicos que, na perspetiva dos autores, devem dirigir a nova geração de investigação neste domínio. Como primeiro pressuposto, a coparentalidade deve ser analisada como um subsistema familiar com fronteiras apropriadas e hierarquias funcionais para responder adequadamente às necessidades desenvolvimentais da criança. Em segundo, o estudo e a intervenção clínica na coparentalidade deve ser conceptualizada como um processo triádico com dinâmicas idiossincráticas e dependentes das características dos pais e da criança que compõem esse triângulo relacional. Como terceiro princípio, a coparentalidade deve ser conceptualizada como universal a todas as estruturas familiares, independentemente do estado civil, orientação sexual e *background* sócio-cultural dos membros da equipa coparental, sendo que a diversidade familiar é um recurso nuclear no aperfeiçoamento conceptual e metodológico da coparentalidade.

Pressuposto 1.

Subsistema coparental: Fronteiras saudáveis e desenvolvimento positivo da criança.

Sustentado nas conceções sistémicas estruturais da família, McHale e Lindahl (2011) argumentam que o funcionamento saudável das famílias – e do subsistema coparental em

particular – é resultado da definição clara das fronteiras entre os subsistemas familiares, bem como da delimitação concreta dos papéis que os membros da família devem desempenhar no cotidiano familiar. Neste sentido, as fronteiras familiares devem ser sólidas e consistentes o suficiente para promover um sentimento de unidade e integridade à família, e flexíveis e permeáveis para permitir trocas comunicacionais e relacionais que promovam um sentimento de pertença, proteção e intimidade entre os membros da família (Minuchin, 1974). A determinação de regras relacionais claras que organizam a comunicação efetiva num ambiente funcional é uma dimensão basilar para o desenvolvimento positivo dos indivíduos, através de movimentos de intimidade e proximidade entre os membros da família, sem hipotecar, no entanto, um sentimento de individualidade e autonomia desenvolvimental (Navarre, 1998).

Como a operacionalidade do subsistema coparental tem subentendido o estabelecimento de interações triádicas (mãe-pai-criança) e a fixação de fronteiras entre subsistemas familiares, bem como as funções e papéis que são esperados que cada um dos membros desempenhe, assume especial importância analisar os triângulos relacionais. Os triângulos relacionais são inerentes ao funcionamento familiar, diferem estrutural e processualmente das díades relacionais dentro da família, apresentam uma forma idiossincrática de funcionamento que se distingue das outras relações diádicas e triádicas formadas na família e podem ser adaptativos – otimizadores do desenvolvimento individual e sistêmico – ou patológicos – geradores de padrões psicológicos disfuncionais e de mal-estar subjetivo (Cowan & McHale, 1996; Dallos & Vetere, 2012; Fivaz-Depeursinge & Corboz-Warnery, 1999; Hauser Kunz & Grych, 2013; Kerig, 2006; Kerig & Swanson, 2010). Nos seus estudos sobre as interações triangulares dentro do sistema familiar, Fivaz-Depeursinge (2008) propõe a distinção entre dois tipos de triângulos co-construídos entre pai-mãe-criança: as alianças (*dois para um ou três em conjunto*) e as coligações (*dois contra um*).

As alianças – e, mais concretamente, as alianças coparentais – são caracterizadas por relações recíprocas, partilha de objetivos desenvolvimentais, criação de um ambiente facilitador de trocas comunicacionais congruentes com os papéis e funções de cada membro na família, afetividade positiva e regulação emocional adequada entre os parceiros coparentais, definição de regras consistentes e previsíveis que promove um sentimento de segurança à criança e, finalmente, sintonia interativa pautada pela satisfação e bem-estar dos participantes na tríade. As alianças coparentais são produto de uma adequada coordenação entre os pais face à criança e resultam na promoção do bem-estar familiar e na otimização do desenvolvimento sócio-

emocional de cada um dos membros (Carneiro, Corboz-Warnery, & Fivaz-Depeursinge, 2006; Fivaz-Depeursinge, 2008; Fivaz-Depeursinge & Corboz-Warnery, 1999; McHale et al., 2002).

Weissman e Cohen (1985) no seu trabalho pioneiro sobre este construto psicológico, mapearam quatro atributos de uma aliança coparental positiva: i.) cada um dos pais (i.e., adultos com responsabilidades coparentais) investe na criança; ii.) cada um dos pais valoriza e promove a parentalidade do outro progenitor; iii.) cada um dos membros da díade coparental valoriza o envolvimento do outro membro na vida da criança e iv.) ambos os pais desejam comunicar entre si sobre assuntos relacionados com o cuidado e educação da criança. Posteriormente, McHale (2007), sustentado nos resultados da sua investigação, advoga que uma aliança coparental funcional é resultado da agência dos co-pais em, por um lado, colaborarem reciprocamente na criação de um ambiente solidário entre si e em, por outro lado, definirem um conjunto de regras consistente e previsível que permita a conceção de um ambiente físico e emocionalmente seguro para os filhos, independentemente de se a criança vive numa família mono, bi ou polinuclear. Em adição, McHale (2007) propõe que é necessário estarem reunidas três condições para a criação de uma aliança coparental efetiva: i.) *ligação afetiva* – os pais têm comportamentos e atitudes positivas entre si e com a criança; ii.) *envolvimento mútuo* – ambos os membros da equipa coparental estão comprometidos e empenhados na educação, cuidado e proteção da criança; e iii.) *cooperação* – os pais trabalham de uma forma unida e coesa em relação à criança.

As coligações triangulares, por outro lado, são qualificadas como uma distorção das fronteiras intergeracionais entre os subsistemas coparental e fraternal (Fivaz-Depeursinge, Frascarolo, Lopes, Dimitrova, & Favez, 2007; Minuchin, 1974), que colocam em causa a cooperação e a solidariedade dentro da díade coparental. As coligações são produtos sistémicos caracterizadas pela rigidez de fronteiras, por relações não-recíprocas que minam o desenvolvimento de uma saudável comunicação triádica da criança, por interações emocionalmente desreguladas, sendo a criança solicitada para mediar a tensão e conflito interparental, mantendo a homeostasia familiar, em prejuízo do bem-estar e intersubjetividade familiares e dos resultados desenvolvimentais dos membros da família (Buehler & Welsh, 2009; Feinberg et al., 2007; Jacobvitz, Hazen, Curran, & Hitchens, 2004; Sturge-Apple et al., 2010). Tal como defendido por Minuchin (1974) em relação aos conflitos dentro do subsistema conjugal, McHale e Fivaz-Depeursinge (1999) argumentam que a criança pode ser igualmente

utilizada para *desviar* ou para *refletir* as inconsistências e conflitos dentro do subsistema coparental.

Nesta linha, os trabalhos de Elisabeth Fivaz-Depeursinge com famílias com bebês entre os 3 e os 18 meses são particularmente relevantes para a compreensão dos efeitos dos conflitos entre os parceiros coparentais no estabelecimento de coligações em tríades comunicacionais constituídas pelos co-pais e a criança (Fivaz-Depeursinge, 2008; Fivaz-Depeursinge et al., 2007; Fivaz-Depeursinge et al., 2009). Fivaz-Depeursinge testou empiricamente e refinou conceptualmente três tipos de coligações triádicas avançadas inicialmente por Minuchin (1974). A *coligação por desvio (detouring coalition)*, formada quando a díade coparental mantém uma relação de harmonia e atenua a tensão e o mal-estar dentro do subsistema através da responsabilização do comportamento da criança (Minuchin, 1974). Neste tipo de coligações, a criança pode assumir um de três papéis dentro da dinâmica comunicacional: i.) o papel de bode expiatório, em que os co-pais reforçam o comportamento desviante da criança que é identificado como a causadora da tensão entre os adultos; ii.) o papel de vítima, em que a díade coparental se une face à criança que é sinalizada como vulnerável ou detentora de uma doença física/psicológica incapacitante do seu desenvolvimento normativo; e, por fim, iii.) a inversão de papel, em que a criança controla ativamente a relação dos co-pais, através da utilização de estratégias de entretenimento, provocação, sedução pela atenção dos pais; desta forma, a aparente união dos membros da díade coparental é resultado direto da gestão e comando da criança do triângulo comunicacional (Fivaz-Depeursinge, 2008; Fivaz-Depeursinge et al., 2007).

O *binding*, um segundo tipo de coligação, é caracterizado pelo apoio direto ou coberto de um dos co-pais à criança no conflito entre a criança e o outro co-pai. Este tipo de coligação criança+co-pai contra o outro co-pai é estável, sendo os papéis rigidamente desempenhados pelos atores do triângulo comunicacional (Fivaz-Depeursinge, 2008; Fivaz-Depeursinge et al., 2009). Finalmente, a *triangulação* é formada quando cada um dos co-pais tenta individualmente ganhar apoio da criança no conflito que mantém um com o outro. Sendo uma relação dinâmica, estas coligações criança+co-pai contra o outro co-pai são situacionais e estão em constante mudança, mantendo-se, no entanto, o padrão triangular disfuncional (Fivaz-Depeursinge, 2008; Fivaz-Depeursinge et al., 2009). Na triangulação, o centro de decisão da vida familiar é colocado numa relação vertical atípica (pai/mãe-criança), secundarizando o outro pai na tomada de decisão sobre os cuidados à criança e inibindo-o parcialmente do exercício dos seus papéis familiares (Kerig, 2006; Kerig & Swanson, 2010; McHale & Irace, 2011).

A formação e manutenção de coligações intergeracionais tem sido apontada como um preditor robusto do ajustamento psicológico da criança. As coligações de desvio com inversão de papéis e a triangulação, por exemplo, têm sido associados a problemas de ajustamento emocional, maiores níveis de ansiedade e depressão e menores competências de relacionamento interpessoal (para revisão cf. Kerig, 2006). O poder preditivo das relações triádicas disfuncionais parece ser transversal a todos os períodos de desenvolvimento das crianças. Por exemplo, numa amostra de crianças em idade pré-escolar, Jacobvitz e colaboradoras (2004) encontraram que a presença de coligações de tipo *binding* era o principal preditor de sintomas depressivos nas raparigas e de sintomas de hiperatividade e défice de atenção nos rapazes. Na mesma linha, Mayseless e Scharf (2009) mostraram que triangulação e parentificação (i.e., inversão de papéis familiares) aumentavam a probabilidade de desajustamento psicológico, maiores dificuldades no processo de autonomia e individualização e menor funcionalidade nas estratégias de *coping* das filhas na transição para a adultez emergente.

Estes resultados empíricos, por um lado, sugerem que as relações coparentais funcionam como um mecanismo *pivot* dentro da família que aumenta o poder explicativo do funcionamento familiar no ajustamento psicológico individual e, por outro lado, sustentam o pressuposto do estabelecimento de fronteiras flexivelmente claras entre os subsistemas coparental e fraternal como um importante fator protetor do bem-estar individual e familiar. Assim, os pais devem funcionar como *arquitetos coparentais* em que desenham uma estrutura familiar que inibe o surgimento de padrões comportamentais menos adaptativos para o desenvolvimento dos filhos, em que um dos adultos coparentais (ou ambos) utiliza sistematicamente a criança como forma de negociar acontecimentos geradores de *stress* dentro do subsistema coparental, contribuindo, desta forma, para o surgimento de problemas nas fronteiras entre o subsistema coparental e subsistema fraternal (McHale & Irace, 2011).

Pressuposto 2.

Coparentalidade enquanto processo triádico e familiar.

Apesar do subsistema coparental ser formado, tradicionalmente, por dois adultos, a coparentalidade é um processo triádico por natureza, que pode ocorrer mesmo na ausência física da criança ou de um dos co-pais. Assim, este subsistema, que é processual e estruturalmente interdependente do subsistema fraternal, é *ativado* quando os membros da

díade coparental refletem, planeiam, preparam ou executam os cuidados à criança. Por seu turno, a ativação deste triângulo familiar (mãe-pai-filho) é regulada por práticas cobertas e abertas. McHale (1997) sustenta que a *coparentalidade aberta* ocorre quando a criança está presente ou é envolvida na interação coparental (e.g., quando a tríade está fisicamente reunida no mesmo espaço). Por seu lado, a *coparentalidade coberta* ocorre quando um dos co-pais não está presente fisicamente na interação e o outro co-pai providencia suporte ou saboteia quer a aliança coparental que a díade reciprocamente estabeleceu previamente, quer a parentalidade do membro coparental que não está presente. Neste princípio, o funcionamento triádico da coparentalidade assenta na dinâmica entre processos cobertos e abertos de suporte e/ou sabotagem da aliança coparental.

Estudos nacionais e internacionais têm demonstrado que a percepção de solidariedade coparental e de suporte da parentalidade por parte dos co-pais tem efeitos positivos no ajustamento da criança e dos pais (Abidin & Brunner, 1995; Lamela, Castro, Nunes-Costa, & Figueiredo, in press; Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013; Solmeyer & Feinberg, 2011). Abidin e Brunner (1995) mostraram que a aliança coparental era o principal preditor do funcionamento psicológico das crianças (mesmo quando a qualidade da relação conjugal era tida em consideração como uma variável preditiva). Por sua vez, Lamela e colaboradores (2013) observaram que a percepção da qualidade da aliança coparental era a variável que melhor distinguia os níveis de ajustamento psicológico em pais recém-divorciados.

As características da aliança coparental são influenciadas pelas características da criança, dos pais e pelas trocas interativas que reciprocamente são mantidas em função das características dos membros da tríade e das condicionantes contextuais que envolvem o desenvolvimento da família (Feinberg, 2003). A investigação tem confirmado este princípio. Mais especificamente, estudos anteriores têm demonstrado que o afeto negativo da criança aumenta a probabilidade de comportamentos de sabotagem na díade coparental e diminui o suporte e aliança coparental entre os co-pais (Cook, Schoppe-Sullivan, Buckley, & Davis, 2009; Lindsey, Caldera, & Colwell, 2005; McHale, Kazali, et al., 2004; van Egeren, 2004). Adicionalmente, McHale, Kazali e colaboradores (2004) descobriram que a reatividade negativa dos bebés apresenta-se como uma das variáveis que mais contribui para diferir as trajetórias de coparentalidade entre os casais avaliados, desde a gravidez – em que foram avaliadas as expectativas e preocupações sobre a vida familiar e relação coparental após o nascimento do filho – até os primeiros meses pós-parto.

O padrão de funcionamento coparental entre dois adultos pode, desta forma, diferir de criança para criança, em caso do subsistema fraternal ser constituído por mais do que um filho (McHale & Lindhal, 2011). Por outras palavras, a aliança coparental estabelecida pelos pais é circunscrita à tríade estabelecida com uma criança específica, sendo que o número de alianças coparentais pode ser equivalente ao número de crianças que determinada díade coparental tem a seu cargo. Teoricamente, é esperada que alguma congruência no comportamento triádico da díade coparental. No entanto, a investigação tem demonstrado que a mesma equipa coparental pode apresentar padrões de suporte ou sabotagem coparental distintos para diferentes crianças, em função do papel que os filhos desempenham no sistema familiar e da clareza e adequação das fronteiras inter-subsistemas (Groenendyk & Volling, 2007; Solmeyer, Killoren, McHale, & Updegraff, 2011).

Pressuposto 3.

Coparentalidade como transversal a todas as famílias.

Para McHale e Lindahl (2011), a coparentalidade é um subsistema comum a todos os sistemas familiares que têm à sua responsabilidade o cuidado, proteção e educação de crianças, independentemente dos laços biológicos. Partindo desta definição, os autores defendem que o estudo de outro tipo de famílias para além das famílias com pais heterossexuais – tais como famílias compostas por pais homossexuais, pais divorciados, pais que nunca foram casados ou famílias alargadas – revelam grande importância para a compreensão das características estruturais e processuais da coparentalidade. Na mesma linha, no seu artigo-chave para a sustentação teórica da coparentalidade como constructo central no estudo da Psicologia da Família, McHale (2007) argumenta que, apesar de existirem dimensões universais a todas as configurações familiares, existem ligeiras variações no exercício da aliança coparental em função, por exemplo, da orientação sexual e do estado civil dos adultos que compõem a equipa coparental.

Contributos Teóricos para a Definição Conceptual da Coparentalidade

Tal como explorámos na secção anterior, parte da terminologia científica usada no estudo da coparentalidade sustenta-se nos conceitos e nos princípios teóricos da teoria estrutural dos sistemas familiares de Minuchin (1974). De facto, esta teoria enquadra os atuais modelos das relações coparentais.

Refutando uma perspectiva organicista sobre a adaptação do ser humano, esta proposta teórica preconiza a existência de uma associação significativa entre os padrões de funcionamento da pessoa e as características das suas redes relacionais. Neste sentido, a família assume-se como a principal rede relacional, sendo que a sua dinâmica processual e estrutural permite compreender os níveis de ajustamento psicológico individual, assumindo particular poder na predição dos resultados desenvolvimentais das crianças. Para Minuchin (1974), o sistema familiar é composto por um conjunto de subsistemas interdependentes entre si. Neste conjunto de subsistemas, o subsistema executivo assume-se como particularmente importante para a adaptação e funcionamento global das crianças. Este subsistema, formado normalmente pelos pais, tem como função, entre outras, tomar decisões sobre a educação dos filhos. Assim, a *relação coparental* é o produto da interação entre dois adultos na condução e satisfação das necessidades das crianças que fazem parte do sistema familiar. De facto, o conceito de coparentalidade não é abordado diretamente pelas formulações teóricas de Minuchin, sendo que a definição de subsistema executivo é a que mais se aproxima da definição contemporânea de coparentalidade (Schoppe-Sullivan et al., 2004).

Apesar da relevância da teoria estrutural de Minuchin no estudo e compreensão das transações dentro da família, as suas contribuições para operacionalização e especificação processual das relações coparentais são reduzidas. Assim, nos últimos vinte anos, diversos investigadores têm vindo a apresentar propostas de definição da coparentalidade, de identificação das suas componentes e de compreensão analítica da sua relevância na dinâmica familiar e explicação dos resultados desenvolvimentais dos membros da família. Em 1997, McHale, um dos investigadores-líder deste domínio científico, apresentou a primeira tentativa de sistematização das componentes da coparentalidade. Sustentado nos resultados fatoriais da escala de avaliação da coparentalidade que desenvolveu, McHale (1997) defende que a coparentalidade é holisticamente composta por quatro dimensões: i.) *integridade familiar* que reflete os comportamentos dos adultos de promoção ativa de um sentimento de unidade familiar e coparental; ii.) *conflito* que integra os comportamentos conflituosos abertos entre os pais; iii.) *depreciação* que é composta pelos comportamentos cobertos de sabotagem da parentalidade do outro adulto da díade coparental; e iv.) *advertência*, dimensão que engloba o envolvimento conjunto dos pais na imposição de limites e disciplina da criança (McHale, 1997).

A última década forneceu três modelos de conceptualização sistemática da coparentalidade, devido, por um lado, à importância que este construto assumiu na

compreensão do funcionamento individual e familiar e, por outro lado, aos crescentes dados da investigação empírica sobre o tema. Estas propostas incidem na compreensão dos fatores que sustentam a aliança coparental. Em comum têm a possibilidade de serem aplicados a qualquer tipo de configuração familiar e a qualquer faixa etária dos filhos. Os modelos serão de seguida apresentados por ordem cronológica da sua formulação.

Modelo de Margolin, Gordis e John (2001)

Derivado dos resultados empíricos da sua investigação, o modelo de Margolin et al. (2001) faz depender a coparentalidade de três fatores: nível de conflito, cooperação e triangulação expressos pela diade coparental. A primeira dimensão é o conflito entre os pais relacionado com temas parentais. O conflito é caracterizado pela quantidade, frequência e severidade dos desentendimentos sobre a criança, tonalidade negativa (e.g. hostilidade, raiva, rejeição, frieza ou criticismo) utilizada na discussão das práticas educativas, existência de padrões de curto-circuito da relação parental com a criança e inflexibilidade e desacordo sobre os princípios educativos utilizados na educação do filho (Margolin, 2005). A cooperação diz respeito aos níveis de suporte a apoio social, respeito e apreço que cada um dos dois pais tem pelo outro. Esta dimensão, que Margolin et al. (2001) defendem como sendo o elemento-chave para uma aliança coparental eficaz, refere-se ao grau em que os pais imprimem no esforço comum na partilha da prestação de cuidados e na disponibilidade emocional e instrumental nos temas parentais.

O último pilar do modelo de Margolin et al. (2001) é a triangulação. Esta dimensão corresponde à existência de uma coligação intergeracional entre um dos pais e o filho que mina e leva à rejeição do outro membro da díade coparental. A triangulação ocorre mais frequentemente em díades mãe-filho e está associada a elevados níveis de conflito interparental. Na maioria dos casos, as coligações deformam os comportamentos coparentais, em que o progenitor excluído da triangulação tem dificuldade em colocar em prática os seus princípios educativos, uma vez que o outro parceiro coparental participa e incentiva o desrespeito da sua autoridade por parte do filho. Este fenómeno pode ser o que tem pior impacto no ajustamento psicológico dos filhos (Shaffer & Sroufe, 2006).

Margolin e colaboradores (2001) consideram que certos fatores condicionam a coparentalidade, tais como a idade dos filhos e o género dos pais e dos filhos. A importância, forma e grau da cooperação coparental varia de acordo com a idade dos filhos, em que quanto

mais novos forem os filhos, mais unidos e cooperantes devem ser os pais. A gestão coparental positiva está subordinada à percepção que cada pai tem da qualidade da relação interpaparental. De acordo com estes autores, esta percepção está associada ao género de cada pai e às funções esperadas que cada género desempenha (Margolin et al., 2001). Os autores sustentam estes pressupostos num estudo que demonstra que as mães que têm piores percepções da qualidade coparental, são aquelas que pertencem a famílias em que as tarefas de cuidados não são partilhadas e existe, concomitantemente, maiores índices de conflito interpaparental e menor qualidade conjugal (Margolin, Gordis, & Oliver, 2004; Monteiro, Veríssimo, Castro, & Oliveira, 2006).

Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003)

O modelo de Feinberg (2003) é um marco no desenvolvimento teórico da coparentalidade. Para além de propor uma integração da aliança coparental num contexto ecológico, as principais preocupações do autor, baseado na investigação empírica disponível, focaram-se na definição da coparentalidade, bem como na identificação das dimensões da coparentalidade.

A coparentalidade, na perspectiva de Feinberg (2003), ocorre na partilha de deveres no cuidado de uma determinada criança. A relação coparental associa-se à qualidade e frequência da coordenação e suporte que cada um dos progenitores providencia ao outro membro da díade coparental na prestação de cuidados ao filho, não englobando dimensões conjugais e parentais.

Baseado em propostas e estudos anteriores, Feinberg (2002, 2003) sustenta que o subsistema coparental assenta em quatro componentes: acordo ou desacordo nas práticas parentais, divisão do trabalho relacionado com a criança, suporte/sabotagem do papel coparental e gestão conjunta das relações familiares. Segundo este modelo, a coparentalidade é o resultado da interdependência destes componentes, em que a variabilidade dos padrões de interação entre as famílias é consequência do tipo, grau e intensidade das ligações entre os componentes. Isto significa que o peso de cada componente da coparentalidade oscila de acordo com as características de cada díade coparental e do seu contexto de desenvolvimento.

A importância central do modelo de Feinberg deve-se à abordagem da coparentalidade como um processo familiar que influencia e é influenciado por fatores externos à própria relação coparental. Esta visão contextual permite compreender os efeitos mediadores e moderadores da díade coparental no ajustamento e bem-estar de todos os membros da família.

Tabela 1.

Componentes da Coparentalidade Segundo Feinberg (2003)

Acordo nas práticas parentais. Dimensão associada ao grau de entendimento entre a díade parental em assuntos relacionados com a criança, tais como os princípios morais, disciplina, formas de prestação de cuidados, decisões sobre a educação ou necessidades emocionais. Feinberg considera que esta dimensão é dual, em que o grau de desacordo nas práticas parentais está relacionado com os problemas de ajustamento das crianças.

Divisão do trabalho. Dimensão que corresponde à partilha na díade coparental das obrigações das rotinas diárias de cuidados à criança, bem como da divisão das responsabilidades dos assuntos financeiros, médicos e legais relacionados com a criança. Esta componente tem um expressivo impacto na satisfação com a relação coparental e com os níveis de *stress* parental, em que, quanto maior for a divisão de tarefas, menor o *stress* no desempenho das funções parentais e maior satisfação com a relação com o outro pai.

Suporte/Sabotagem. Esta dimensão consiste na qualidade e grau do suporte recíproco entre os membros da díade. Expressões de afeto positivo, reforço, apoio emocional e respeito perante a autoridade e contributos do outro membro do par coparental são manifestações do suporte esperado entre os pais. O polo negativo desta componente é manifestada por um padrão de hostilidade, crítica, culpa e afeto negativo perante o outro pai. A qualidade do suporte coparental está associada ao ajustamento da criança e dos progenitores e contribui para sentimentos de competência parental e trajetórias adaptativas dos filhos.

Gestão conjunta da família agrupa a gestão, pontuação e modelação das interações familiares, com especial foco nas interações entre os pais. Uma eficaz gestão familiar conjunta resulta num auto-controlo eficiente da díade sobre os seus comportamentos e padrões de comunicação. Os progenitores são responsáveis por estabelecer as fronteiras familiares, impedindo a criação, por exemplo, de coligações intergeracionais. A qualidade do funcionamento estrutural da família está dependente desta componente da coparentalidade.

O modelo sustenta, em primeiro lugar, que a coparentalidade é influenciada pelas características individuais de cada pai, em que fatores pessoais como as atitudes, grau de escolaridade, saúde mental, qualidade da vinculação, níveis de bem-estar e sistemas valorativos poderão afectar a relação coparental. Em segundo lugar, fatores familiares podem influenciar a aliança coparental, uma vez que, na maioria das famílias intactas, o subsistema coparental é formado após a existência do subsistema conjugal, o que leva que a história das interações, os padrões de procura e prestação de cuidados, o reportório comportamental e emocional dos pais enquanto cônjuges podem ter um papel preponderante na formação e conservação de uma relação coparental desenvolvimentalmente ajustada. O terceiro e último fator é o ambiente extrafamiliar. Baseado na perspectiva *stress-coping* de Lerman e Glanz (1997), o modelo ecológico da coparentalidade de Feinberg teoriza que a formação e manutenção de uma prestação de cuidados coordenada às crianças é uma tarefa complexa e exige iniciativa e empenho no planeamento das responsabilidades coparentais. No entanto, a capacidade de

coordenação e de suporte mútuo podem ser negativamente afetadas pelo *stress* extrafamiliar, sendo que, por exemplo, o *stress* económico exerce um dos efeitos mais negativos nas intenções de harmonia coparental. Por outro lado, o suporte social deve ser avaliado como fator protetor da qualidade da transação coparental. Segundo este modelo, as cadeias de suporte social em resposta a situações de *stress* providenciam um alicerce ecológico na execução das tarefas coparentais, uma vez que quanto maior for o apoio recebido das redes sociais primárias (e.g., familiares e amigos), secundárias (e.g., creches e infantários disponíveis) e terciárias (e.g., apoios sociais do Estado), mais facilitado está o esforço coparental, potenciando, conseqüentemente, trajetórias desenvolvimentais adaptativas dos filhos (Feinberg & Kan, 2008). Desta forma, o modelo de Feinberg (2003) é o ponto de referência no estudo da coparentalidade, uma vez que, embora ainda não tenha sido testado empiricamente de forma consistente, procura sustentar os seus pressupostos teóricos em resultados de investigações anteriores.

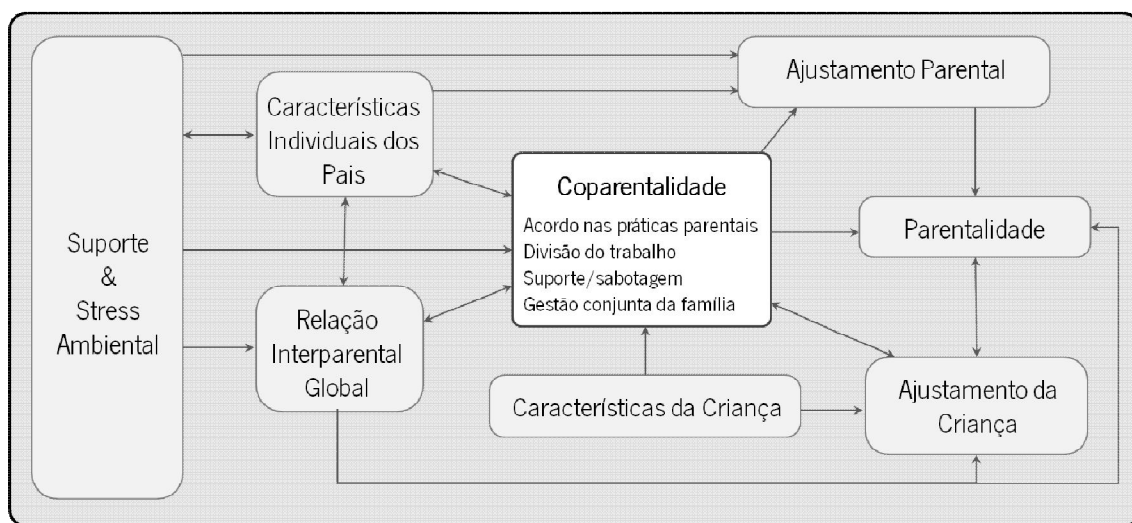


Figura 1. Modelo ecológico da coparentalidade de Feinberg (2003)

Modelo de Van Egeren e Hawkins (2004)

Van Egeren et al. (2004) consideram que a coparentalidade pode ser conceptualizada por uma estrutura externa e uma estrutura interna. A estrutura externa da coparentalidade congrega a resposta às questões mais instrumentais do modelo, tentando responder quem pode ser considerado como pertencendo a uma díade coparental e quando e onde ocorrem interações coparentais. Segundo esta formulação, a coparentalidade é um subsistema de todas as famílias onde existam filhos. Desta forma, a aliança coparental é uma dimensão viável em casais

casados, em união de facto, divorciados ou nunca casados, independentemente da orientação sexual dos membros coparentais e se a criança é filha biológica ou adotada. Por outras palavras, sempre que duas pessoas são responsáveis pelo cuidado de um filho, formam uma díade coparental.

Van Egeren (2003) hipotetiza que os primórdios do sentimento coparental surgem no período pré-natal, uma vez que os progenitores formam representações de si próprios enquanto pais e díade coparental. O autor defende que, quando os progenitores iniciam discussões sobre assuntos coparentais – divisão da prestação de cuidados ao bebé, expectativas, sistemas valorativos e filosofias educativas – o processo de criação da aliança coparental já foi iniciado. Alguns dados empíricos têm sustentado esta perspetiva. Por exemplo, Van Egeren (2004) demonstrou consistentemente que a qualidade da interação entre os pais sobre os assuntos relacionados com o filho no período pré-natal funciona como preditor de uma coparentalidade cooperativa após o nascimento, ao que se alia dados que afirmam que as características dos adultos e os processos relacionais interparentais durante a gravidez são excelentes marcadores da qualidade da interação coparental posterior. Assim, os autores sustentam que os determinantes da coparentalidade iniciam-se na gravidez, no entanto, a aliança como uma *dimensão explícita* do sistema familiar ocorre apenas após o nascimento do filho (Van Egeren, 2003).

O modelo de van Egeren e Hawkins (2004) sustenta que a relação coparental não se resume à interação física entre os pais. Nesta proposta teórica, os autores sublinham a inserção das perceções da aliança coparental como um elemento da coparentalidade. Estas perceções e sentimentos, influenciadoras do comportamento coparental, formam-se e perduram independentemente da presença/ausência do outro. Por consequência, a coparentalidade não está limitada a uma componente instrumental, não contém apenas as interações que requerem a presença dos elementos da família, mas é também constituída por todas as ações, cognições e representações que possam promover ou minar a eficácia do outro adulto enquanto pai e membro da equipa coparental.

Nesta conceptualização, a estrutura interna da coparentalidade engloba todas as dimensões intraindividuais e intrafamiliares que são intrínsecas e exclusivas da aliança coparental, tais como os sentimentos, atitudes, perceções, valores e ações de cada um dos progenitores. A identificação destes elementos é crítica, uma vez que, de acordo com a teoria dos sistemas familiares, o subsistema coparental está interligado e interdependente dos outros

subsistemas familiares, pelo que a tarefa de filtrar e depurar estes elementos pode mostrar-se de difícil praticabilidade. Para atenuar estas dificuldades metodológicas, os autores propõem quatro regras definitórias para distinguir os processos do subsistema coparental dos outros subsistemas familiares: i.) *a coparentalidade requer um filho* – dizem respeito ao estudo da aliança coparental apenas os processos e interações circunscritos aos assuntos relacionados com a criança (e.g., a prestação de cuidados, como a alimentação e educação, são temas coparentais, enquanto a divisão das tarefas domésticas não são do domínio coparental, mas sim conjugal); ii.) *a coparentalidade requer um parceiro* – a aliança coparental pode ser avaliada como um conceito dual, uma vez que, por um lado, podem ser avaliados os níveis de coparentalidade apresentados pela díade parental e, por outro lado, as dimensões da coparentalidade (e.g., cooperação, solidariedade e conflito) podem ser avaliadas separadamente em cada um dos membros da díade; iii.) *a coparentalidade é um processo diádico* – embora a díade coparental forme o subsistema executivo responsável pela gestão familiar e, conseqüentemente, interage com todos os outros subsistemas, é na sua essência uma unidade diádica, não podendo ser confundida com o processo familiar, dado que, embora a aliança coparental seja um elemento fulcral, não se apresenta como o único motor relacional na família; iv.) *a coparentalidade é um processo bidirecional* – dentro da dinâmica transacional da coparentalidade, todas as ações de um membro da díade afetam e são afetadas pelas ações do outro membro, sendo que o produto coparental é resultado desta interação cíclica e recíproca entre os progenitores.

Tal como os modelos anteriores, as dimensões da coparentalidade defendidas por Van Egeren et al. (2004) são derivadas da investigação empírica. Sustentada em quatro dimensões qualitativas, esta proposta teórica preconiza a análise interposta de todas para a compreensão da qualidade da aliança coparental (ver tabela 2). A presente versão do modelo é uma resposta conceptual ao modelo de Feinberg. Na proposta inicial de 2001, os autores consideravam cinco dimensões da coparentalidade: perceção do suporte do companheiro, estratégias coparentais percebidas, comportamentos coparentais observados, diferenças na filosofia de educação e divisão das tarefas de prestação de cuidados à criança. Este quadro conceptual tem como vantagem metodológica a sua testagem empírica. Tal como os autores afirmam, esta formulação teórica é um primeiro passo para o desenvolvimento de uma teoria consistente da coparentalidade.

Tabela 2.

Dimensões da Coparentalidade segundo Van Egeren & Hawkins (2004)

Solidariedade coparental que engloba a componente afetiva da aliança coparental. Para Egeren o crescimento psicológico do adulto enquanto progenitor é mensurável através desta dimensão. A solidariedade interparental traduz-se na expressão de afeto positivo entre os pais em situações de coparentalidade, existindo, de igual forma, um sentimento subjetivo de crescimento conjunto e de aumento da intimidade e compromisso entre a díade parental.

Suporte coparental compreende os comportamentos, esforços e estratégias utilizados reciprocamente pelos membros da díade para suportar e alcançar os objetivos parentais do subsistema coparental. O suporte interparental é fonte de trocas bidirecionais que promovem a cooperação e a segurança emocional que potenciam a qualidade parental de cada um dos adultos. A característica principal desta dimensão é as estratégias psicológicas que cada um dos membros da díade coparental utiliza na no pedido e na prestação de suporte ao outro pai nos seus percursos parentais.

Parentalidade de sabotagem (undermining parenting) consistente em estratégias e comportamentos que minam o atingir dos objetivos parentais. Tradicionalmente, este tipo de coparentalidade reflete-se em formas muito subtis de corrosão dos comportamentos parentais do outro pai. Pode traduzir-se em hostilidade, crítica, insultos ou tentativas de afastar o outro pai de tarefas conjuntas com a criança que resultam numa interferência nas interações saudáveis entre o outro progenitor e o filho.

Parentalidade partilhada é a dimensão mais substantiva do modelo, uma vez que engloba a divisão de tarefas na prestação de cuidados à criança. A parentalidade partilhada é medida através da perceção e da efetiva distribuição equitativa das responsabilidades práticas na educação dos filhos. A partilha parental pode ser avaliada a partir de dois elementos: i.) o equilíbrio do envolvimento, que diz respeito ao grau em cada pai está envolvido com o filho, em comparação com o envolvimento demonstrado pelo outro parceiro coparental e ii.) o envolvimento mútuo que avalia a dimensão na qual ambos os membros da díade coparental estão sincronicamente comprometidos na educação do filho.

Coparentalidade e ajustamento psicológico dos filhos

Como foi demonstrado, a coparentalidade remete para coordenação dos adultos na prestação de cuidados e educação dos filhos. Esta coordenação não se resume a questões meramente instrumentais na prestação de cuidados. Os progenitores cooperantes imprimem prioridade ao bem-estar dos filhos, enquanto criam e mantêm uma relação construtiva, com fronteiras mais flexíveis e maleáveis entre si (Feinberg, 2003).

Os modelos descritos são ricos em descrever as características, funções e consequências do exercício da coparentalidade. As suas formulações e propostas teóricas conceptualizam a coparentalidade como um processo diádico, triádico, familiar e contextual. No entanto, dada a sua diversidade na seleção das componentes da coparentalidade, Teubert e Pinquart (2010; 2011) sugeriram um sistema multidimensional do construto, que tenta emparelhar e integrar as componentes da coparentalidade defendidas pelos modelos anteriores. Desta forma, estes autores defendem que a coparentalidade é composta por quatro dimensões:

cooperação, acordo no cuidado e educação da criança, conflito e triangulação. Agrupando as dimensões *divisão do trabalho* e suporte do modelo de Feinberg (2003) e a dimensão *cooperação* do modelo de Margolin e colaboradores (2001), Teubert e Pinquart (2010) definem a componente *cooperação* como o grau de troca de informação entre os pais sobre a criança, existência de um contexto de respeito e lealdade recíproca entre si. A componente *acordo no cuidado e educação da criança* refere-se à extensão de acordo entre os adultos nos assuntos relacionados com a criança. Como resultado da integração da dimensão *conflito* do modelo de Margolin e colaboradores (2001) e a dimensão *sabotagem* da proposta teórica de Feinberg (2003), a componente *conflito* reflete o grau de sabotagem da parentalidade do outro pai, através da utilização da culpa, crítica e depreciação. Finalmente, segundo estes autores, a componente *triangulação* refere-se ao desenvolvimento de coligações entre um dos membros da equipa coparental e a criança, que coloca a criança no centro dos conflitos interparentais (Teubert & Pinquart, 2010).

Apoiando-se nesta organização em quatro componentes da coparentalidade, Teubert e Pinquart (2010) publicaram a primeira meta-análise que avalia a relação entre a qualidade das relações coparentais e o ajustamento psicológico da criança. Este estudo tem a particular vantagem de quantificar o efeito da coparentalidade na explicação do ajustamento psicológico e social da criança. Estudos prévios tinham consistentemente relatado uma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis. Por exemplo, elevados níveis de conflito coparental e baixos níveis de cooperação interparental prediziam problemas de externalização, independentemente da sua faixa etária (Feinberg et al., 2007; McHale & Rasmussen, 1998; Schoppe, Mangelsdorf, & Frosch, 2001). As dificuldades de cooperação coparental estão também associadas a problemas de internalização, dificuldades atencionais, baixo rendimento académico e diminuída qualidade da relação parental estabelecida individualmente por cada pai com a criança (Kolak & Vernon-Feagans, 2008; Stright & Neitzel, 2003). Já num estudo pioneiro sobre a relação entre a qualidade da coparentalidade e a condição de saúde dos filhos, Barzel e Reid (2011) demonstraram que o conflito coparental estava associado não só a problemas de internalização e externalização mas também a piores comportamentos de gestão das diabetes e a uma mais baixa perceção de qualidade de vida relacionada com esta doença, numa amostra de crianças em idade escolar. Teubert e Pinquart (2010), na sua análise de 59 estudos, concluíram que a coparentalidade predizia as mudanças no ajustamento psicológico das crianças, sendo que o efeito da coparentalidade era moderado, entre outros, pela idade das

crianças – quanto mais novos filhos, mais poder preditivo da coparentalidade. Cada uma das dimensões da coparentalidade explicava individualmente de 1 a 9% da variância do ajustamento das crianças. Apesar de, na sua generalidade, o tamanho dos efeitos da coparentalidade ser baixo mas significativo, tais efeitos mantinham-se estatisticamente significativos mesmo após a parentalidade e a qualidade das relações conjugais terem sido controladas (Teubert & Pinquart, 2010).

Coparentalidade em famílias com pais divorciados

O divórcio não dissolve a família. O sistema familiar mantém-se, exigindo, no entanto, uma reorganização estrutural e processual dos restantes subsistemas familiares, com implicações no desenvolvimento individual e sistémico. Ao longo das últimas décadas, a investigação tem sistematicamente demonstrado que a qualidade da relação coparental após o divórcio é um dos principais preditores dos resultados desenvolvimentais das crianças (Hetherington & Kelly, 2002; Nunes-Costa, Lamela, & Figueiredo, 2009). Por outras palavras, problemas de ajustamento psicológico nos filhos parecem não ser causados pelo divórcio *per se*, mas sim pelo grau e tipo de conflito interparental e coparental após esta transição familiar. De facto, alguns autores argumentam que o conflito coparental é resultado de fronteiras difusas entre subsistemas, caracterizado pela débil capacidade dos pais em separar o passado romântico e as possíveis litigâncias daí decorrentes das relações coparentais do presente (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2010; Madden-Derdich, Leonard, & Christopher, 1999; Stewart, 2005). Mais especificamente, as investigações clínicas apontam que o conflito coparental pode refletir a transferência dos conflitos conjugais para a relação coparental que, na maioria dos casos, se torna a única esfera de contacto entre os pais, sendo que a dificuldade em estabelecer novas fronteiras relacionais entre os pais surge como um dos principais fatores explicativos para o conflito coparental (Baum, 2006; Madden-Derdich et al., 1999).

Tal como nas famílias com pais casados, aliança coparental não é sinónimo de ausência de conflito interparental. A aliança coparental resulta de um compromisso ativo entre os pais na cooperação e partilha do cuidado e educação da criança. Este compromisso cooperativo assume especial relevo nas famílias com pais divorciados. Os dados empíricos sugerem que a aliança coparental positiva promove o maior envolvimento do progenitor não residente na vida quotidiana dos filhos e funciona como um fator protetor do rendimento académico e bem-estar psicossocial destas crianças (Ahrns & Miller, 1993; Cookston, Braver, Griffin, De Luse, & Miles, 2007;

Hawkins, Amato, & King, 2007; McGene & King, 2012; Paulson, Dauber, & Leiferman, 2011). Adicionalmente, a segurança da vinculação, qualidade da relação conjugal prévia ao divórcio, nível de educação, estabilidade financeira dos pais, o ajustamento psicológico dos pais e existência de novos relacionamentos íntimos são importantes preditores da qualidade da relação coparental após o divórcio (Dush, Kotila, & Schoppe-Sullivan, 2011; Feinberg & Kan, 2008; Hilton & Devall, 1997; Lamela & Figueiredo, 2011; Stright & Bales, 2003; Yárnoz-Yaben, 2010).

Nos seus estudos no início da década de 90, Maccoby, Depner e Mnookin (1990) desenvolveram um sistema categorial da coparentalidade, produto da avaliação dos padrões de interação coparental entre pais divorciados durante os dois primeiros anos após o divórcio. Para estes autores, a coparentalidade não se esgota na partilha da responsabilidade da educação dos filhos, mas significa que os pais cooperam efetivamente no suporte às decisões do outro e absorvem-nas na sua própria relação individual com os filhos. Neste sentido, Maccoby et al. (1990) identificaram essencialmente três variações da coparentalidade: a coparentalidade cooperativa, conflituosa e descomprometida.

A coparentalidade cooperativa é definida pelas interações positivas entre os pais, pautada por uma comunicação regular sobre os filhos, caracterizadas por níveis mínimos de conflito e inexistência de estratégias de corrosão da relação que cada pai mantém individualmente com os filhos. A cooperação coparental requer unidade e simetria nos planos parentais (Stright & Neitzel, 2003), em que os pais funcionam como uma verdadeira equipa na condução da educação dos filhos, quer do ponto de vista instrumental, quer de um ponto de vista emocional e valorativo. Por outro lado, a coparentalidade conflituosa é definida pela regularidade da comunicação entre os pais, no entanto esta comunicação é caracterizada por elevados níveis de conflito, hostilidade, criticismo e competição que, devido à postura de adversários, impede as tentativas de um trabalho coparental eficaz. Por último, na coparentalidade descomprometida, frequente em díades parentais divorciadas, existe o envolvimento de cada pai na vida da criança, no entanto este envolvimento não é conjunto, significando que os pais praticam uma parentalidade paralela, sendo expressa por uma comunicação rudimentar em torno das questões educacionais dos filhos (Lamela et al., 2010; Maccoby et al., 1990).

Coparentalidade pós-divórcio e ajustamento psicológico dos filhos

Como já referido, a coparentalidade é um construto diádico com manifestação triádica. Por outras palavras, os modelos conceptuais da coparentalidade defendem que a estrutura e processo do subsistema coparental é um mecanismo precedente explicativo dos níveis de funcionamento individual de cada um dos pais e de cada um dos filhos que compõe esta interação triádica (e.g., Feinberg, 2003; McHale, 2007).

Nesta sequência, a investigação empírica tem-se focado principalmente em estudar as associações entre a qualidade da coparentalidade e a parentalidade e funcionamento psicológico de cada um dos pais. Globalmente, a investigação tem-se debruçado na última década em compreender como a qualidade da aliança coparental entre pais divorciados está associada com os níveis de psicopatologia dos pais, o envolvimento do pai não residente na vida dos filhos e a qualidade e satisfação com novas relações íntimas.

Surpreendentemente, os dados empíricos sobre a relação entre a coparentalidade e o ajustamento psicológico dos filhos de pais divorciados parecem ser reduzidos em comparação com os dados empíricos disponíveis sobre o funcionamento psicológicos dos filhos com pais casados e até mesmo em comparação com os estudos que se centram no impacto da coparentalidade nos indicadores de ajustamento psicológico e social dos pais divorciados. A fim de compreender as tendências metodológicas, objetivos e resultados, procedeu-se a um levantamento sistemático da literatura científica a partir do ano 2000 com intuito de identificar

Foram sistematicamente revistos estudos empíricos que apresentassem como um dos seus objetivos de investigação examinar a relação entre a coparentalidade – ou, pelo menos, uma das suas componentes – e indicadores de funcionamento e/ou desenvolvimento psicológico em crianças com pais divorciados. Como a definição conceptual de coparentalidade é recente na literatura psicológica, foram considerados neste levantamento conceitos que tradicionalmente são utilizados para descrever dimensões da coordenação interparental quer na tomada de decisão sobre a vida dos seus filhos quer na prestação de cuidados às crianças. Consequentemente, foram considerados nesta revisão conceitos como aliança parental, conflito interparental, triangulação e parentalidade. Note-se que estes conceitos são não conceptualmente sinónimos de coparentalidade. De igual forma, foram apenas incluídos estudos empíricos publicados em revistas científicas com sistema de revisão por pares indexadas às bases de dados selecionadas, sendo que, por isso, estudos empíricos publicados em capítulos

de livros, em dissertações de doutoramento ou mestrado e em revistas científicas sem revisão por pares foram excluídos da análise.

Nós procurámos por artigos científicos indexados entre 1 de janeiro de 2000 e 1 de outubro de 2012 nas bases de dados PsycInfo, Pubmed e Web of Knowledge. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: divorce, coparenting, parenting alliance, interparental conflict, triangulation, parenting, adjustment e psychopathology. A estratégia de pesquisa foi cruzar individualmente a palavra-chave 'divorce' com cada uma outra das palavras-chave selecionadas. A pesquisa bibliográfica foi restringida a artigos publicados em línguas inglesa, portuguesa e espanhola. Os títulos, resumos e palavras-chave de todas as citações geradas por esta estratégia de pesquisa foram analisados cuidadosamente com intuito de identificar artigos potencialmente elegíveis para a revisão. Os artigos integrais foram consultados quando não era possível decidir pela inclusão ou exclusão da publicação por estes indicadores.

Foram critérios de inclusão para selecionar os artigos para a presente revisão: apresentar pelo menos uma medida de avaliação da coparentalidade, de uma das suas componentes ou conceitos associados, medição da coparentalidade com o ex-cônjuge (o recasamento dos pais não foi considerado como critério de exclusão), apresentar pelo menos uma medida de avaliação de um indicador de ajustamento ou desenvolvimento do filho, incluir reportes de estatística inferencial (e.g., correlações, regressões, modelos estruturais) entre a medida de coparentalidade e a medida de ajustamento psicológica dos filhos utilizadas no estudo e, finalmente, em caso da amostra ser também composta por crianças com pais com outro estado civil para além do divorciado, existirem dados independentes para as famílias com pais divorciados nas variáveis consideradas. Não foram incluídos estudos que mediam o conflito não-coparental entre pais (e.g., estudos que avaliam o conflito inter-adultos através de escalas de conflito e/ou funcionamento conjugal, tal como a *Conflict Tactics Scale* [Straus, 1979]). Estudos que relatassem resultados sobre as mesmas variáveis na mesma amostra foram excluídos, sendo apenas considerado para a inclusão o estudo mais recentemente publicado. O procedimento de seleção dos estudos está exposto na Figura 1. Dos 933 artigos identificados nas bases de dados selecionadas, 11 cumpriram os critérios de inclusão e foram integrados nesta revisão.

Coparentalidade e ajustamento global.

Do ponto de vista metodológico, os 11 estudos filtrados apresentam uma considerável variabilidade entre si quanto ao tamanho amostral, às idades dos filhos e aos instrumentos utilizados para medir a coparentalidade e os indicadores de ajustamento e funcionamento psicológico. A nosso ver, apesar de poder acarretar limitações na produção de dados empíricos sobre a associação entre estas duas variáveis – tal como discutimos no final desta secção, esta diversidade metodológica pode, igualmente, aumentar a validade de critério e a validade externa do efeito da coparentalidade pós-divórcio nos *outcomes* desenvolvimentais dos filhos. Mais especificamente, os resultados relatados nos estudos considerados nesta revisão foram gerados a partir de amostras de filhos na primeira infância, idade escolar, adolescência e idade emergente, utilizaram *designs* transversais e longitudinais, avaliaram a coparentalidade recorrendo ao auto-relato dos pais e/ou dos filhos e examinaram os indicadores de funcionamento psicológico utilizando diferentes instrumentos de medida.

Os resultados produzidos demonstram uma associação significativa entre a coparentalidade (ou suas componentes) e os indicadores globais de ajustamento psicológico de crianças, adolescentes e jovens adultos com pais divorciados. Mais concretamente, alguns dos estudos demonstram que a coparentalidade explica uma parte substancial da variância do ajustamento global. Por exemplo, no estudo de Macie e Stolberg (2003), o comportamento coparental explica 46% da variância do ajustamento global dos filhos adolescentes, enquanto Trinder, Kellet e Swift (2008) mostraram que as preocupações parentais sobre a competência parental do ex-cônjuge (i.e., suporte coparental, na terminologia do modelo de Feinberg) explicavam 31% dos problemas de ajustamento dos filhos dois anos após a sessão de mediação de regulação do poder parental. Os principais resultados das investigações sobre o impacto da coparentalidade no funcionamento psicológico dos filhos estão descritos na Tabela 3.

Por outro lado, a exposição ao conflito coparental, globalmente definido como expressão de raiva e utilização de estratégias de reduzida assertividade para resolução de problemas coparentais, parece ser a dimensão da coparentalidade com associações mais robustas com os problemas de externalização (Amato, Kane, & James, 2011). Por exemplo, Amato et al. (2011) descobriram que crianças cujos pais apresentavam um padrão coparental conflituoso, caracterizado por elevados níveis de conflito latente e expressão de afetividade negativa e baixos

Tabela 3.
Sumário das Características dos Estudos e Principais Resultados

Estudo País	Design	Participantes	Medida coparentalidade	Medida ajustamento psicológico dos filhos	Resultados
Hilton & Desrochers (2002) EUA	TP	120 pais e mães (60 divorciados e 60 casados) M idade crianças com pais divorciados = entre 7.3 e 9.6 anos (SD = na)	- Conflito coparental (<i>Quality of Co-parental Communication Scale</i>)	- Problemas de externalização (AR-P) (<i>Child Behavior Checklist</i>)	Conflito coparental, entre outras variáveis, mostrou-se como um mecanismo mediador entre a associação negativa e significativa entre o estado civil de divorciado dos pais e os sintomas de externalização dos filhos
Macie & Stolberg (2003) EUA	TP	68 diades (pai-criança) 72% crianças com idade entre os 10 e 15 anos. 28% entre 16 e 17 anos.	- Perceção do comportamento coparental dos pais (<i>Co-parenting Behavior Questionnaire</i>)	- Ajustamento psicológico (AR-P e AR-Cr) (<i>Behavior Problems Index</i>) - Autoestima (AR-Cr) (<i>Hare Self-esteem Scale</i>)	A perceção das crianças do comportamento coparental dos pais predisse o ajustamento psicológico global e a autoestima das crianças. O comportamento coparental percebido pelas crianças não se mostrou estatisticamente associado com os sintomas de hiperatividade, nem com os sintomas de depressão e ansiedade quando avaliado pelos pais Dimensões do comportamento coparental, como o conflito, triangulação, respeito/cooperação e comunicação, encontram-se negativa e significativamente correlacionadas com as medidas de funcionamento psicológico dos filhos
Fabricius & Luecken (2007) EUA	TR	266 estudantes universitários, cujos pais se divorciaram antes dos 16 anos	- Conflito coparental (Questão única criada pelos autores do estudo)	- Sintomas psicossomáticos (<i>Subescala Somatização, Symptom Checklist-90-R</i>)	Globalmente, num modelo estrutural, o conflito parental predisse maior <i>distress</i> atual quanto ao divórcio dos pais, sendo que, por sua vez, o <i>distress</i> predisse significativamente os níveis de saúde física dos participantes Mais especificamente, foi encontrada uma associação

					estatisticamente significativa de magnitude fraca entre o conflito coparental e os níveis atuais de sintomatologia psicossomática
Lau (2007) Hong-Kong	TP	62 diades (pai residente e criança) M idade criança = 11.6 anos (SD = na)	- Acordo parental na tomada de decisão (<i>Co-parental Interaction Scale</i>) - Suporte e cooperação coparentais (<i>Parenting Support Scale</i>)	- Autoestima (AR-Cr) (<i>Self-perception Profile for Children Scale</i>)	Autoestima geral das crianças mostrou-se negativa e significativamente associada com coparentalidade conflituosa reportada pelos pais residentes, caracterizada por baixos níveis quer de acordo quer de suporte coparental
Schrodt & Afifi (2007) EUA	TR	1170 jovens adultos (484 com pais divorciados) M idade total amostra = 20.2 anos (SD = 5.4)	- Triangulação e sabotagem coparental (AR-Cr) (<i>Feeling Caught Scale</i>)	- Saúde mental (<i>Subescala Saúde Mental, Adolescent Health Scale</i>)	Os jovens adultos com pais divorciados apresentaram valores médios significativamente mais elevados de triangulação e sabotagem coparental do que os jovens adultos com pais casados No grupo de jovens com pais divorciados, a triangulação e sabotagem coparentais mostrou-se como uma variável mediadora entre a insatisfação conjugal no passado e os níveis de saúde mental atuais
Gasper, Stolberg, Macie, & Williams (2008) EUA	TP	389 estudantes universitários M idade = 19.6 anos (SD = 2.0)	Perceção do comportamento coparental dos pais (AR-Cr) (<i>Co-parenting Behavior Questionnaire</i>)	- Ajustamento psicológico geral (<i>Brief Symptom Inventory</i>) - Problemas com a intimidade (<i>Fear of Intimacy Scale</i>) - Delinquência (<i>Subescala Síndrome Delinquência, Young Adult Self</i>)	Num modelo estrutural, o estado civil de divorciado dos pais apresentou-se associado a maior hostilidade coparental e a menor cooperação coparental que, por sua vez, estavam a associados a menores níveis de saúde mental e autoestima e a maiores níveis de delinquência e problemas com a intimidade. Estes resultados sugerem o efeito mediador destas dimensões coparentais entre o estado civil dos pais e os indicadores de ajustamento psicológico dos filhos

				Report)	
Trinder, Kellet, & Swift (2008) Reino Unido	L	117 pais e mães divorciados (momento 3 de avaliação) residentes e não residentes. Amostra de elevado litígio judicial	- Preocupação coparental (<i>Parenting Concerns Scale</i>) - Divisão de tarefas e acordo coparental (<i>Co-parental Decision-making scale</i>)	- Bem-estar emocional e comportamental (Strength and Difficulties Questionnaire – versão pais)	Maiores preocupações sobre a qualidade da parentalidade do outro pai predisseram o bem-estar psicológico (SDQ total) dos filhos 2 anos após a sessão judicial de mediação da regulação do poder parental. A idade e o género do filho não foram preditores estatisticamente significativos do seu bem-estar psicológico neste momento de avaliação
Altenhofen, Sutherland, & Biringen (2010) EUA	TP	24 díades (mães residentes e seus filhos) M idade criança = 37 meses (SD = 13.4)	- Comunicação coparental (<i>Quality of Co-parental Communication Scale</i>)	- Segurança da vinculação (<i>Waters's Attachment Q-Set</i>)	Não foram encontradas associações estatisticamente significativas entre a comunicação coparental e a segurança da vinculação das crianças
Amato, Kane, & James (2011) EUA	L	784 pais divorciados e/ou separados residentes com 455 filhos avaliados na adolescência, sendo que destes, 296 foram reavaliados na idade emergente M idade filhos no momento 2 de avaliação = 12.4 anos (SD = na) M idade filhos no momento 3 = 22.7 anos (SD = na)	- Funcionamento coparental (Questões desenvolvidas no âmbito do projeto de investigação sobre divisão de tarefas, suporte, conflito e acordo coparentais. Questões não-sujeitas a validação psicométrica)	- Problemas de comportamento, uso de substâncias, autoestima e satisfação com a vida (Questões desenvolvidas pelos investigadores. Não é reportado qualquer indicador de validade psicométrica dos itens administrados via entrevista telefónica)	Adolescentes com pais que apresentavam um padrão coparental de conflito mostraram mais problemas de comportamento do que os adolescentes cujos pais eram caracterizados por um padrão coparental cooperativo ou paralelo Não foram encontradas diferenças nos outros indicadores de ajustamento psicológico dos filhos em função do padrão coparental dos pais, quer na adolescência, quer na idade emergente
Shimkowski & Schrodtt (2012) EUA	TR	493 jovens adultos (129 com pais divorciados) M idade total amostra = 20.3 anos (SD = 2.9)	- Comunicação coparental (AR-Cr) (<i>Quality of Coparenting Questionnaire</i>)	- Saúde mental (<i>Subescala Saúde Mental, Adolescente Health Scale</i>)	Quando comparados com os jovens adultos com pais casados, os jovens adultos com pais divorciados mostraram maiores níveis de comunicação coparental antagonista e menores níveis de comunicação coparental

					de suporte e saúde mental Num modelo estrutural, parte do efeito do conflito conjugal exercido nos níveis atuais de saúde mental dos filhos foi exercido via comunicação coparental antagonista. Não foram encontradas diferenças multigrupos (pais casados <i>versus</i> pais divorciados) neste modelo
Yárnoz-Yaben & González (2012) Espanha	TP	223 pais divorciados e 160 dos seus filhos M idade criança = 11.0 anos (SD = 6.7)	- Disposição para a coparentalidade (AR-P) (<i>Subescala Coparentalidade, Cuestionario de Adaptación al Divorcio-Separación</i>) - Suporte coparental (AR-P) (<i>Cuestionario de Apoyo Recibido de la Ex-pareja</i>)	- Sintomas de internalização e externalização (AR-P) (<i>Child Behavior Checklist</i>)	Disposição para a coparentalidade e suporte coparental não se mostraram significativamente associadas com os sintomas de internalização e externalização e CBCL total

Nota. TP = Transversal prospetivo. TR = Transversal retrospectivo. L = Longitudinal. AR-P = Instrumento auto-relato administrado aos pais. AR-Cr = Instrumento auto-relato administrado aos filhos.

níveis de suporte e acordo coparentais, exibiam maiores problemas de comportamento na adolescência (e.g., absentismo e insucesso escolares, uso de substâncias ou comportamentos de oposição), quando comparados com os pais com um padrão coparental cooperativo (i.e., altos níveis de suporte e acordo e baixos níveis de expressão de afeto negativo e conflito) e os pais com coparentalidade paralela (i.e., baixos níveis de conflito, suporte e acordo coparentais).

Estes resultados parecem estar em linha com a investigação empírica que examina a relação entre o conflito conjugal e coparental em pais casados e os níveis de externalização das crianças (Harold, Elam, Lewis, Rice, & Thapar, 2012; Kouros, Cummings, & Davies, 2010; Teubert & Pinquart, 2010). Teoricamente, alguns autores sustentam que processos de aprendizagem social (Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2004; McDonald, Jouriles, Tart, & Minze, 2009), de segurança emocional (Cummings, George, McCoy, & Davies, 2012), de distorção cognitiva (Fosco & Grych, 2010) e de desregulação psicofisiológica (El-Sheikh et al., 2009) explicam a associação entre a utilização de técnicas agressivas por parte dos pais para gerir conflitos de forma destrutiva e disfunções na regulação comportamental das crianças.

Todavia, o efeito coparentalidade pós-divórcio nos sintomas de internalização dos filhos parece estar pouco estudado na literatura, dado que apenas um estudo apresenta dados correlacionais entre as duas variáveis. Mais especificamente, Macie e Stolberg (2003) encontraram que a perceção dos filhos sobre o comportamento coparental dos pais predizia significativamente os seus sintomas de ansiedade e depressão, explicando 37% da variância neste indicador de internalização. Adicionalmente, este estudo evidenciou que dimensões específicas da coparentalidade, tais como o conflito, comunicação, triangulação e respeito/cooperação coparentais, estavam associadas com os sintomas de ansiedade e depressão avaliados quer pelos pais, quer por auto-relato dos filhos (Macie & Stolberg, 2003). Os resultados deste estudo parecem estar em linha com os de investigações que examinaram a associação entre a coparentalidade e os sintomas de internalização em filhos com pais casados, separados ou nunca-casados (Benson, Buehler, & Gerard, 2008; Buehler & Trotter, 1990; Majdandžić, de Vente, Feinberg, Aktar, & Bögels, 2012).

Para além de testarem a associação entre a coparentalidade e os níveis de ajustamento psicológico global e os sintomas de externalização e internalização, cinco estudos analisaram o efeito da coparentalidade noutros indicadores de funcionamento psicológico dos filhos (Altenhofen et al., 2010; Amato et al., 2011; Fabricius & Luecken, 2007; Gasper et al., 2008; Lau, 2007; Macie & Stolberg, 2003). Mais detalhadamente, uma baixa cooperação e elevada

hostilidade e conflito coparentais mostraram-se associados com menores níveis de autoestima em filhos adultos emergentes e em idade escolar (Gasper et al., 2008; Lau, 2007). Por sua vez, o conflito coparental passado predisser os níveis de somatização na adultez emergente (Fabricius & Luecken, 2007), o que está em linha com a investigação empírica que sistematicamente tem demonstrado uma associação significativa entre o conflito familiar durante a infância e sintomas e/ou perturbações psicossomáticas na idade adulta (Brown, Schrag, & Trimble, 2005; Landa, Peterson, & Fallon, 2012).

Adicionalmente, dimensões específicas da coparentalidade – i.e., baixo suporte e elevado conflito coparental – mostraram-se associadas a dificuldades no estabelecimento de relações de intimidade na adultez emergente (Gasper et al., 2008), o que parece indiciar que a exposição frequente a padrões de interação interparental pautados pela reduzida proximidade afetiva, cooperação e negociação relacional (i.e., baixo suporte coparental) e pela elevada manifestação de afeto negativo podem condicionar o desenvolvimento de representações adaptativas sobre o relacionamento horizontal entre adultos que é, por sua vez, refletido na capacidade dos filhos em idade adulta estabelecerem relações interpessoais seguras e íntimas. Por outro lado, ao contrário do que poderia ser expectável do ponto de vista teórico (Feeney & Monin, 2008; Lamela et al., 2010), Altenhofen et al. (2010) não encontraram uma associação significativa entre a qualidade da comunicação coparental e a segurança da vinculação de crianças na primeira idade. Este dado empírico parece não corroborar a investigação anterior com famílias com pais casados que sistematicamente tem demonstrado associações positivas e significativas entre a coparentalidade positiva e a vinculação segura dos filhos e entre o conflito interparental e/ou a coparentalidade conflituosa/não-suportiva e estilos de vinculação inseguros nos filhos (Brown, Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, & Neff, 2010; Caldera & Lindsey, 2006; Doyle & Markiewicz, 2005; El-Sheikh & Elmore-Staton, 2004). Todavia, os resultados deste estudo devem, a nosso ver, ser interpretados com cuidado, já que a não existência de valores de associação significativos se pode dever ao facto de um possível diminuído poder estatístico devido à dimensão amostral ($N = 24$).

Em síntese, os resultados das investigações integradas nesta revisão parecem indicar relações significativas entre a coparentalidade e marcadores do ajustamento psicológico dos filhos dos pais divorciados. No entanto, alguns dos estudos, ao compararem dimensões do funcionamento psicológico dos filhos com pais divorciados com os filhos com pais casados, sugerem que o efeito da coparentalidade negativa nos *outcomes* desenvolvimentais parece ser

transversal às crianças, adolescentes e adultos emergentes, independentemente da sua estrutura familiar. Assim, a investigação futura deve tentar replicar estes resultados e compreender se os processos coparentais são qualitativamente influenciados pelo estado civil dos pais ou se, pelo contrário, por outras variáveis moderadoras proximais – *proxy variables* (Kraemer, Stice, Kazdin, Offord, & Kupfer, 2001) – que, apesar de não serem consequência do divórcio, têm maior probabilidade de prevalência por entre os pais divorciados.

Limitações e investigação futura

Os artigos publicados que analisam a associação entre a coparentalidade e o ajustamento psicológico das crianças com pais divorciados são, como vimos, reduzidos e apresenta um conjunto de limitações conceptuais e metodológicas que é necessário considerar. Em primeiro, em nenhum dos artigos, a avaliação da coparentalidade está baseada num modelo teórico que oriente os objetivos da investigação e as opções metodológicas tomadas. Este aspeto assume relevância no que diz respeito à seleção dos instrumentos de medida da coparentalidade. Apesar de maioria dos estudos medir a coparentalidade através de instrumentos previamente validados, é evidente uma indefinição conceptual sobre o construto da coparentalidade. Por exemplo, Hilton e Desrochers (2002) afirmam no seu estudo ter avaliado o conflito coparental, no entanto a escala que utilizam, a *Quality of Coparental Communication* (Ahrons, 1981), mede a comunicação entre os parceiros coparentais após o divórcio em que seis itens da escala avaliam o suporte coparental e quatro itens a frequência e intensidade do conflito coparental. Adicionalmente, uma vez que as medidas utilizadas não estão fundeadas num modelo teórico que norteie a operacionalização do construto, não existe uma normatização conceptual das componentes da coparentalidade na investigação, o que dificulta a comparabilidade dos resultados obtidos. Em segundo, a coparentalidade foi avaliada em todos os estudos por medidas de auto-relato sem a inclusão de outros instrumentos de medida que, através da triangulação dos dados, aumentaria a validade dos resultados obtidos.

Em terceiro, existe uma sobre-representação de estudos cujas amostras são compostas por um número reduzido de participantes (5 estudos com tamanho amostral inferior a 150 participantes), ou por participantes com características de risco (e.g., elevado litígio judicial) (1 estudo) ou por participantes jovens adultos em contexto universitário (2 estudos). Apenas um estudo (Amato et al., 2011) utiliza uma amostra representativa da população, no entanto, as medidas administradas para avaliar a coparentalidade e o ajustamento psicológico não foram

validadas psicometricamente, o que representa uma acentuada limitação metodológica deste estudo. Em terceiro, três dos estudos com maior número de participantes apresentam características retrospectivas, dando instrução aos participantes para evocar as memórias do conflito conjugal ou qualidade da coparentalidade durante a infância e/ou adolescência (Fabricius & Luecken, 2007; Schrodt & Afifi, 2007; Shimkowski & Schrodt, 2012). Apesar dos resultados destes estudos estarem tendencialmente em linha com aqueles obtidos nos estudos com *design* longitudinal ou transversal prospetivo, alguma investigação tem demonstrado em outros domínios da psicologia que resultados empíricos baseados em medidas que requerem a evocação de memórias passadas sobre acontecimentos potencialmente adversos podem apresentar problemas de validade e sofrem do efeito de desinformação (Frenda, Nichols, & Loftus, 2011; Hardt & Rutter, 2004; Morgan III, Southwick, Steffian, Hazlett, & Loftus, 2013; Pinto & Maia, 2012). Dessa forma, são aconselhadas precauções adicionais na interpretação dos resultados destas investigações retrospectivas. Em quinto, os estudos revistos, com exceção de Amato et al. (2011), utilizaram ou instrumentos que mediam componentes isoladas da coparentalidade (7 estudos) ou instrumentos de *banda-larga* (3 estudos) que mediam a coparentalidade como construto unidimensional. Ora, tendo por base a premissa conceptual que a coparentalidade é multidimensional, uma avaliação unidimensional do construto não permite compreender o potencial efeito especializado das dimensões da coparentalidade na predição de problemas específicos de ajustamento psicológico, o que pode ser visto como uma limitação significativa da actual geração de estudos no domínio.

Nesta linha, apenas o estudo de Yárnoz-Yaben e González (2012) parece conseguir reunir um conjunto de características metodológicas que aumentam a validade externa dos resultados obtidos, já que avalia os construtos prospetivamente, apresenta uma amostra que parece garantir o poder estatístico adequado ao teste dos objetivos do estudo e utiliza medidas com qualidade psicométrica. No entanto, dos dados relatados pelas autoras são de natureza correlacional, uma vez que a análise da relação entre coparentalidade e funcionamento psicológico das crianças não era o objetivo do estudo.

Desta forma, investigação futura neste domínio deve responder às limitações metodológicas identificadas nos estudos empíricos prévios. Assim, futuros estudos que utilizem medidas de avaliação da coparentalidade teoricamente orientados e com validade psicométrica, que apresentem um *design* prospetivo e com uma dimensão amostral adequada para atingir poder estatístico poderão contribuir de forma relevante para o estado da arte. Adicionalmente,

investigação futura deveria também examinar o potencial efeito moderador, entre outras, da idade das crianças, do tempo desde divórcio e do grau de litigância judicial na associação entre coparentalidade e ajustamento psicológico dos filhos, dada a inexistência de dados empíricos até ao momento. Finalmente, tendo por base que a coparentalidade é um conceito multidimensional, é plausível hipotetizar que a conjugação interativa das diferentes componentes da coparentalidade poderá produzir padrões de funcionamento coparental distintos que poderão estar associados diferencialmente com a parentalidade e níveis de funcionamento psicológico dos pais divorciados e seus filhos. Esta hipótese teórica já foi testada recentemente num estudo norte-americano (Amato et al, 2011). No entanto, este estudo apresenta, quer limitações conceptuais (i.e., a operacionalização da coparentalidade e suas relações com os outros subsistema familiares não é orientada teoricamente) quer limitações metodológicas (Tabela 3) que reduzem a validade externa dos resultados obtidos. Nesta lógica, investigação adicional deve ser conduzida, a fim de replicar os resultados encontrados por estes autores, recorrendo a um quadro conceptual que enquadre a avaliação das componentes da coparentalidade e a sua relação com o funcionamento psicológico dos pais divorciados e dos seus filhos.

Considerações finais

O estudo da coparentalidade foi alvo de um conjunto sistemático de investigações a partir dos anos 90. Se, num primeiro momento, a comunidade científica esteve interessada em filtrar os componentes da coparentalidade – como os modelos acima descritos o comprovam – atualmente, os resultados dos estudos publicados podem ser, a nosso ver, organizados em três temas de investigação. Primeiro, na compreensão, por um lado, da estrutura das relações coparentais e suas variações em função da configuração familiar, período do ciclo de vida da família, idade dos filhos e, por outro lado, no mapeamento do valor explicativo da coparentalidade nos resultados desenvolvimentais dos membros da família.

Tradicionalmente, a investigação psicológica tem destacado o impacto de variáveis individuais relativa a cada um dos pais no ajustamento das crianças, como, por exemplo, o desajustamento psicopatológico, padrões de vinculação, traços da personalidade, exposição a adversidade ao longo do ciclo de vida. No entanto, tal como foi discutido ao longo deste capítulo, diversos estudos publicados nos últimos 20 anos têm demonstrado que dimensões específicas da coparentalidade (acordo/desacordo face à prestação de cuidados e uma parentalidade de sabotagem) têm um importante peso explicativo nos resultados desenvolvimentais da criança.

Mais concretamente, os dados da investigação têm evidenciado que a coparentalidade é um preditor robusto dos problemas de internalização e externalização das crianças, dos níveis de ajustamentos dos pais e de características processuais dentro da família. No entanto, tal como demonstrado na breve revisão da literatura teórica e empírica apresentada neste capítulo, o estudo científico da coparentalidade é um domínio recente na investigação psicológica e, por esse facto,

Referências

- Abidin, R., & Brunner, J. (1995). Development of a Parenting Alliance Inventory. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 24*(1), 31-40.
- Ahrons, C. (1981). The continuing coparental relationship between divorced spouses. *American Journal of Orthopsychiatry, 51*(3), 415-428.
- Ahrons, C., & Miller, R. (1993). The effect of the postdivorce relationship on paternal involvement: A longitudinal analysis. *American Journal of Orthopsychiatry, 63*(3), 441-450.
- Altenhofen, S., Sutherland, K., & Biringen, Z. (2010). Families experiencing divorce: Age at onset of overnight stays, conflict, and emotional availability as predictors of child attachment. *Journal of Divorce & Remarriage, 51*(3), 141-156.
- Amato, P., Kane, J., & James, S. (2011). Reconsidering the "good divorce". *Family Relations, 60*(5), 511-524.
- Barzel, M., & Reid, G. (2011). Coparenting in relation to children's psychosocial and diabetes-specific adjustment. *Journal of Pediatric Psychology, 36*(5), 618-629.
- Baum, N. (2006). Postdivorce paternal disengagement: Failed mourning and role fusion. *Journal of Marital and Family Therapy, 32*(2), 245-254.
- Belsky, J., Crnic, K., & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. *Child Development, 66*(3), 629-642.
- Benson, M., Buehler, C., & Gerard, J. (2008). Interparental hostility and early adolescent problem behavior. *Journal of Early Adolescence, 28*(3), 428-454.
- Bonds, D., & Gondoli, D. (2007). Examining the process by which marital adjustment affects maternal warmth: The role of coparenting support as a mediator. *Journal of Family Psychology, 21*, 288-296.
- Brown, G., Schoppe-Sullivan, S., Mangelsdorf, S., & Neff, C. (2010). Observed and reported supportive coparenting as predictors of infant-mother and infant-father attachment security. *Early Child Development and Care, 180*(1-2), 121-137.
- Brown, R., Schrag, A., & Trimble, M. (2005). Dissociation, childhood interpersonal trauma, and family functioning in patients with somatization disorder. *American Journal of Psychiatry, 162*(5), 899-905.
- Buehler, C., & Trotter, B. (1990). Nonresidential and residential parents' perceptions of the former spouse relationship and children's social competence following marital separation: Theory and programmed intervention. *Family Relations, 39*(4), 395-404.

- Buehler, C., & Welsh, D. (2009). A process model of adolescents' triangulation into parents' marital conflict: The role of emotional reactivity. *Journal of Family Psychology, 23*(2), 167-180.
- Caldera, Y., & Lindsey, E. (2006). Coparenting, mother-infant interaction, and infant-parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 20*(2), 275-283.
- Carneiro, C., Corboz-Warnery, A., & Fivaz-Depeursinge, E. (2006). The Prenatal Lausanne Trilogue Play: A new observational assessment tool of the prenatal co-parenting alliance. *Infant Mental Health Journal, 27*(2), 207-228.
- Cook, C., Schoppe-Sullivan, S., Buckley, C., & Davis, E. (2009). Are some children harder to coparent than others? Children's negative emotionality and coparenting relationship quality. *Journal of Family Psychology, 23*(4), 606-610.
- Cookston, J., Braver, S., Griffin, W., De Luse, S., & Miles, J. (2007). Effects of the Dads for Life intervention on interparental conflict and coparenting in the two years after divorce. *Family Process, 46*(1), 123-137.
- Cowan, P., & McHale, J. (1996). Coparenting in a family context: Emerging achievements, current dilemmas, and future directions. *New Directions for Child and Adolescent Development, 1996*(74), 93-106.
- Cummings, E., George, M., McCoy, K., & Davies, P. (2012). Interparental conflict in kindergarten and adolescent adjustment: Prospective investigation of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development, 83*(5), 1703-1715.
- Cummings, E., Goeke-Morey, M., & Papp, L. (2004). Everyday marital conflict and child aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology, 32*(2), 191-202.
- Cummings, M., Schermerhorn, A., Davies, P., Goeke-Morey, M., & Cummings, J. (2006). Interparental discord and child adjustment: Prospective investigations of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development, 77*(1), 132-152.
- Dallos, R., & Vetere, A. (2012). Systems theory, family attachments and processes of triangulation: Does the concept of triangulation offer a useful bridge? *Journal of Family Therapy, 34*(2), 117-137.
- Doyle, A., & Markiewicz, D. (2005). Parenting, marital conflict and adjustment from early-to mid-adolescence: Mediated by adolescent attachment style? *Journal of Youth and Adolescence, 34*(2), 97-110.
- Dush, C., Kotila, L., & Schoppe-Sullivan, S. (2011). Predictors of supportive coparenting after relationship dissolution among at-risk parents. *Journal of Family Psychology, 25*(3), 356-365.
- El-Sheikh, M., & Elmore-Staton, L. (2004). The link between marital conflict and child adjustment: Parent-child conflict and perceived attachments as mediators, potentiators, and mitigators of risk. *Development and Psychopathology, 16*(3), 631-648.
- El-Sheikh, M., Kouros, C., Erath, S., Cummings, E., Keller, P., & Staton, L. (2009). Marital conflict and children's externalizing behavior: Pathways involving interactions between parasympathetic and sympathetic nervous system activity. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 74*(1), vii-79.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin, 118*(1), 108-132.
- Fabricius, W., & Luecken, L. (2007). Postdivorce living arrangements, parent conflict, and long-term physical health correlates for children of divorce. *Journal of Family Psychology, 21*(2), 195-205.

- Feeney, B., & Monin, J. (2008). An attachment-theoretical perspective on divorce. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 934-957). New York: Guilford.
- Feinberg, M. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173-195.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131.
- Feinberg, M., & Kan, M. (2008). Establishing family foundations: Intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child relations. *Journal of Family Psychology*, 22(2), 253-263.
- Feinberg, M., Kan, M., & Hetherington, M. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 69(3), 687-702.
- Fivaz-Depeursinge, E. (2008). Infant's triangular communication in "two for one" versus "two against one" family triangles: Case illustrations. *Infant Mental Health Journal*, 29(3), 189-202.
- Fivaz-Depeursinge, E., & Corboz-Warnery, A. (1999). *The primary triangle: A developmental systems view of mothers, fathers, and infants*. New York: Basic Books.
- Fivaz-Depeursinge, E., Frascarolo, F., Lopes, F., Dimitrova, N., & Favez, N. (2007). Parents-child role reversal in triogue play: Case studies of trajectories from pregnancy to toddlerhood. *Attachment & Human Development*, 9(1), 17-31.
- Fivaz-Depeursinge, E., Lopes, F., Python, M., & Favez, N. (2009). Coparenting and toddler's interactive styles in family coalitions. *Family Process*, 48(4), 500-516.
- Fosco, G., & Grych, J. (2010). Adolescent triangulation into parental conflicts: Longitudinal implications for appraisals and adolescent-parent relations. *Journal of Marriage and Family*, 72(2), 254-266.
- Frenda, S., Nichols, R., & Loftus, E. (2011). Current issues and advances in misinformation research. *Current Directions in Psychological Science*, 20(1), 20-23.
- Gasper, J., Stolberg, A., Macie, K., & Williams, L. (2008). Coparenting in intact and divorced families: Its impact on young adult adjustment. *Journal of Divorce & Remarriage*, 49(3-4), 272-290.
- Groenendyk, A., & Volling, B. (2007). Coparenting and early conscience development in the family. *The Journal of Genetic Psychology*, 168(2), 201-224.
- Hardt, J., & Rutter, M. (2004). Validity of adult retrospective reports of adverse childhood experiences: review of the evidence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(2), 260-273.
- Harold, G., Elam, K., Lewis, G., Rice, F., & Thapar, A. (2012). Interparental conflict, parent psychopathology, hostile parenting, and child antisocial behavior: Examining the role of maternal versus paternal influences using a novel genetically sensitive research design. *Development and Psychopathology*, 24(4), 1283-1295.
- Hauser Kunz, J., & Grych, J. (2013). Parental psychological control and autonomy granting: Distinctions and associations with child and family functioning. *Parenting: Science and Practice*, 13(2), 77-94.
- Hawkins, D., Amato, P., & King, V. (2007). Nonresident father involvement and adolescent well-being: Father effects or child effects? *American Sociological Review*, 72(6), 990-1010.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Company.

- Hilton, J., & Desrochers, S. (2002). Children's behavior problems in single-parent and married-parent families: Development of a predictive model. *Journal of Divorce & Remarriage*, 37(1-2), 13-36.
- Hilton, J., & Devall, E. (1997). The Family Economic Strain Scale: Development and evaluation of the instrument with single-and two-parent families. *Journal of Family and Economic Issues*, 18(3), 247-271.
- Jacobvitz, D., Hazen, N., Curran, M., & Hitchens, K. (2004). Observations of early triadic family interactions: Boundary disturbances in the family predict symptoms of depression, anxiety, and attention-deficit/hyperactivity disorder in middle childhood. *Development and Psychopathology*, 16(3), 577-592.
- Katz, L., & Low, S. (2004). Marital violence, co-parenting, and family-level processes in relation to children's adjustment. *Journal of Family Psychology*, 18(2), 372-382.
- Kerig, P. (2006). *Implications of parent-child boundary dissolution for developmental psychopathology*. London: Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Kerig, P., & Swanson, J. (2010). Ties that bind: Triangulation, boundary dissolution, and the effects of interparental conflict on child development. In S. Schulz, M. Pruett, P. Kerig, & R. Parke (Eds.), *Strengthening couple relationships for optimal child development: Lessons from research and intervention* (pp. 59-76). Washington, DC: American Psychological Association.
- Kolak, A., & Vernon-Feagans, L. (2008). Family-level coparenting processes and child gender as moderators of family stress and toddler adjustment. *Infant & Child Development*, 17(6), 617-638.
- Kouros, C., Cummings, E., & Davies, P. (2010). Early trajectories of interparental conflict and externalizing problems as predictors of social competence in preadolescence. *Development and Psychopathology*, 22(3), 527-537.
- Kraemer, H., Stice, E., Kazdin, A., Offord, D., & Kupfer, D. (2001). How do risk factors work together? Mediators, moderators, and independent, overlapping, and proxy risk factors. *American Journal of Psychiatry*, 158(6), 848-856.
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2004). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49(1), 25-44.
- Lamela, D., Castro, M., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (in press). Medida da Aliança Parental: Validação portuguesa e construção de uma versão reduzida. *Psiquiatria Clínica*.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2011). Post-divorce representations of marital negotiation during marriage predict parenting alliance in newly divorced parents. *Sexual and Relationship Therapy*, 26(2), 182-190.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação [Adjustment to divorce and co-parental relations: Contributions from the attachment theory]. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 562-574.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, aliança parental e ajustamento familiar: Diferenças no ajustamento psicológico em pais recém-divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 18-29.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2009). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216.
- Landa, A., Peterson, B., & Fallon, B. (2012). Somatoform pain: A developmental theory and translational research review. *Psychosomatic Medicine*, 74(7), 717-727.

- Lau, Y. (2007). Patterns of post-divorce parental alliance and children's self-esteem in Hong Kong. *Journal of Divorce & Remarriage*, 47(3-4), 155-173.
- Lerman, C., & Glanz, K. (1997). Stress, coping, and health behavior. In K. Glanz, F. Lewis, & B. Rimer (Eds.), *Health behavior and health education* (pp. 113-138). San Francisco: Jossey-Bass.
- Lindsey, E., & Caldera, Y. (2006). Mother-father-child triadic interaction and mother-child dyadic interaction: Gender differences within and between contexts. *Sex Roles*, 55(7-8), 511-521.
- Lindsey, E., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during infancy. *Family Relations*, 54(3), 346-359.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and Family*, 52(1), 141-155.
- Macie, K., & Stolberg, A. (2003). Assessing parenting after divorce: The Co-Parenting Behavior Questionnaire. *Journal of Divorce & Remarriage*, 39(1-2), 89-107.
- Madden-Derdich, D., Leonard, S., & Christopher, S. (1999). Boundary ambiguity and coparental conflict after divorce: An empirical test of a family systems model of the divorce process. *Journal of Marriage and the Family*, 61(3), 588-598.
- Majdandžić, M., de Vente, W., Feinberg, M., Aktar, E., & Bögels, S. (2012). Bidirectional associations between coparenting relations and family member anxiety: A review and conceptual model. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 15(1), 28-42.
- Margolin, G. (2005). Children's exposure to violence exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(1), 72-81.
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21.
- Margolin, G., Gordis, E., & Oliver, P. (2004). Links between marital and parent-child interactions: Moderating role of husband-to-wife aggression. *Development and Psychopathology*, 16(3), 753-771.
- Mayseless, O., & Scharf, M. (2009). Too close for comfort: Inadequate boundaries with parents and individuation in late adolescent girls. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(2), 191-202.
- McConnell, M., & Kerig, P. (2002). Assessing coparenting in families of school-age children: Validation of the Coparenting and Family Rating System. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 34(1), 44-58.
- McDonald, R., & Grych, J. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology*, 20(1), 88-99.
- McDonald, R., Jouriles, E., Tart, C., & Minze, L. (2009). Children's adjustment problems in families characterized by men's severe violence toward women: Does other family violence matter? *Child Abuse & Neglect*, 33(2), 94-101.
- McGene, J., & King, V. (2012). Implications of new marriages and children for coparenting in nonresident father families. *Journal of Family Issues*, 33(12), 1619-1641.
- McHale, J. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, 31(6), 985-996.
- McHale, J. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process*, 36(2), 183-201.

- McHale, J. (2007). When infants grow up in multiperson relationship systems. *Infant Mental Health Journal, 28*(4), 370-392.
- McHale, J., & Fivaz-Depeursinge, E. (1999). Understanding triadic and family group interactions during infancy and toddlerhood. *Clinical Child and Family Psychology Review, 2*(2), 107-127.
- McHale, J., & Irace, K. (2011). Coparenting in diverse family systems. In J. McHale & K. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems* (pp. 15-37). Washington, DC: American Psychological Association.
- McHale, J., Kazali, C., Rotman, T., Talbot, J., Carleton, M., & Lieberman, R. (2004). The transition to coparenthood: Parents' prebirth expectations and early coparental adjustment at 3 months postpartum. *Development and Psychopathology, 16*(3), 711-733.
- McHale, J., Khazan, I., Erera, P., Rotman, T., DeCoursey, W., & McConnell, M. (2002). Coparenting in diverse family systems. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Vol. 3: Being and becoming a parent* (2nd ed., pp. 75-107). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points for coparenting theory and research. *Journal of Adult Development, 11*(3), 221-234.
- McHale, J., & Lindahl, K. (2011). Introduction: What is coparenting? In J. McHale & K. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems*. Washington, DC: American Psychological Association.
- McHale, J., & Rasmussen, J. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and Psychopathology, 10*(1), 39-59.
- Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Monteiro, L., Verissimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental: Realidade ou expectativa. *Psychologica, 42*, 213-229.
- Morgan III, C., Southwick, S., Steffian, G., Hazlett, G., & Loftus, E. (2013). Misinformation can influence memory for recently experienced, highly stressful events. *International Journal of Law and Psychiatry, 36*(1), 11-17.
- Morrill, M., Hines, D., Mahmood, S., & Córdova, J. (2010). Pathways between marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process, 49*(1), 59-73.
- Mullett, E., & Stolberg, A. (1999). The development of the Co-Parenting Behaviors Questionnaire. *Journal of Divorce & Remarriage, 31*(3-4), 115-137.
- Navarre, S. (1998). Salvador Minuchin's structural family therapy and its application to multicultural family systems. *Issues in Mental Health Nursing, 19*(6), 557-570.
- Nunes-Costa, R., Lamela, D., & Figueiredo, B. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria, 85*(5), 385-396.
- Paulson, J., Dauber, S., & Leiferman, J. (2011). Parental depression, relationship quality, and nonresident father involvement with their infants. *Journal of Family Issues, 32*(4), 528-549.
- Pinto, R., & Maia, Á. (2012). A comparison study between official records and self-reports of childhood adversity. *Child Abuse Review*. Advance online publication.

- Schoppe-Sullivan, S., Mangelsdorf, S., Frosch, C., & McHale, J. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology, 18*(1), 194-207.
- Schoppe, S., Mangelsdorf, S., & Frosch, C. (2001). Coparenting, family process, and family structure: implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology, 15*(3), 526-545.
- Schrodt, P., & Afifi, T. (2007). Communication processes that predict young adults' feelings of being caught and their associations with mental health and family satisfaction. *Communication Monographs, 74*(2), 200-228.
- Shaffer, A., & Sroufe, A. (2006). The developmental and adaptational implications of generational boundary dissolution: Findings from a prospective longitudinal study. In P. Kerig (Ed.), *Implication of parent-child boundary dissolution for developmental psychopathology* (pp. 67-84). London: Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Shimkowski, J., & Schrodt, P. (2012). Coparental communication as a mediator of interparental conflict and young adult children's mental well-being. *Communication Monographs, 79*(1), 48-71.
- Solmeyer, A., & Feinberg, M. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and coparenting relationship quality. *Infant Behavior and Development, 34*(4), 504-514.
- Solmeyer, A., Killoren, S., McHale, S., & Updegraff, K. (2011). Coparenting around siblings' differential treatment in Mexican-origin families. *Journal of Family Psychology, 25*(2), 251-260.
- Stewart, S. (2005). Boundary ambiguity in stepfamilies. *Journal of Family Issues, 26*(7), 1002-1029.
- Straus, M. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family, 41*(1), 75-88.
- Stright, A., & Bales, S. (2003). Coparenting quality: Contributions of child and parent characteristics. *Family Relations, 52*(3), 232-240.
- Stright, A., & Neitzel, C. (2003). Beyond parenting: Coparenting and children's classroom adjustment. *International Journal of Behavioral Development, 27*(1), 31-40.
- Sturge-Apple, M., Davies, P., & Cummings, M. (2010). Typologies of family functioning and children's adjustment during the early school years. *Child Development, 81*(4), 1320-1335.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice, 10*(4), 286-307.
- Trinder, L., Kellet, J., & Swift, L. (2008). The relationship between contact and child adjustment in high conflict cases after divorce or separation. *Child and Adolescent Mental Health, 13*(4), 181-187.
- Van Egeren, L. (2003). Prebirth predictors of coparenting experiences in early infancy. *Infant Mental Health Journal, 24*(3), 278-295.
- van Egeren, L. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal, 25*(5), 453-477.
- Van Egeren, L., & Hawkins, D. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3), 165-178.
- Weissman, S., & Cohen, R. (1985). The parenting alliance and adolescence. *Adolescent Psychiatry, 12*, 24-45.
- Yáñez-Yaben, S. (2010). Hacia la coparentalidad post-divorcio: percepción del apoyo de la ex pareja en progenitores divorciados españoles. *International journal of clinical and health psychology, 10*(2), 295-307.

Yáñez-Yaben, S., & González, P. (2012). Un instrumento para la evaluación del perdón en el ámbito del divorcio y la separación. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 12(1), 49-58.

Capítulo 3
Estudos Empíricos

Personality Predictors of Life Satisfaction and Personal Growth in Divorced Adults

Diogo Lamela¹, Bárbara Figueiredo¹, & Alice Bastos²

¹School of Psychology, University of Minho, ²School of Education, Polytechnic Institute of Viana do Castelo

Abstract

Past research suggested that divorce can trigger outcomes of positive personality development. The aim of this study was to examine personality-related determinants of life satisfaction (LS) and personal growth (PG) in divorced adults, conceptualized as subjective criteria of personality adjustment and personality growth, according with the Positive Personality Development in Adulthood model. Data from 460 divorced adults were collected regarding socio-demographic and divorce-related characteristics as well as personality-development indicators. Participants were asked to answer to self-reported measures of the life satisfaction and personal growth having the divorce experience as reference point. Results showed that life satisfaction was predicted by self-acceptance, environmental mastery, and low divorce-related distress. Personal growth was mainly predicted by sense of purpose in life, motivation for growth goals, mindedness and divorce-related self-expansion. Life satisfaction and personal growth were differently predicted by the socio-demographic and divorce-related variables. Implications of this study for positive personality development framework were discussed.

Divorce; life satisfaction; life-span psychology; personal growth; personality development

Personality development during adulthood is a leading theoretical and empirical issue in the personality field. In the last decade, Staudinger and colleagues (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009) proposed a model of positive personality development (MPPD), based on the life-span developmental psychology theory (Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 2006). The main assumption of this model is that, similarly with the other biological and psychological systems, personality development is a dynamic and symbiotic corollary of gains and losses across all life-span (Staudinger & Bowen, 2010). Additionally, the gains in personality are not circumscribed and oriented toward higher levels of maturity as argued by some classical theories (e.g., Loevinger, 1976). Rather, in the personality system, two types of gains (forms of positive development) can be identified: gains in personality adjustment and gains in personality growth. These two types of development exhibit distinctive indicators/markers and criteria as well as distinct, but nevertheless interrelated, patterns of development (Staudinger & Bowen, 2010).

Personality adjustment is defined by the adults' ability to master developmental changes that may arise in biological, psychological and interpersonal domains of their lives in order to attain, preserve or recover subjective well-being and quality of life (Staudinger & Kessler, 2009). The successful management of a developmental-contextual world (i.e., personality adjustment) can be measured having as subjective criterion the satisfaction with life (as an indicator of subjective well-being) and as objective criteria of personality adjustment, longevity, competence (Staudinger & Bowen, 2010). Personality growth pertains to gains in personality system that reflect a profounder conceptual and insightful knowledge about the self, the others and the world, a more complex self-regulation system facilitator of a proactive integration of the dialectic ambiguity, and a motivational orientation to generative and self-transcending actions in order to pursue societal actualization and well-being of others (Staudinger & Kessler, 2009). Ryff's conception of personal growth (Ryff & Keyes, 1995) and personal wisdom are conceptualized as the subjective and objective criteria of personality growth (Staudinger & Bowen, 2010). Additionally, in the MPPD, personality units from other different conceptual personality models are seen as correlates/indicators of the positive personality development outcomes (Staudinger & Bowen, 2010 for review).

Despite past longitudinal studies have reported a robust rank-order stability in personality traits during adulthood (Terracciano, McCrae, & Costa, 2010), life events seem to emerge as developmental contributors of changes in personality system during this life-span period

(Berntsen, Rubin, & Siegler, 2011; Specht, Egloff, & Schmukle, 2011). Perceived as one of the most challenging events during adult life, divorce may operate as a major life event with high potential of personality development, beyond the impact of biological maturation and age effects. The aim of this study was to test personality predictors of divorce-related positive personality development.

Divorce and positive personality development

In longitudinal studies it is clear that subjective well-being increased after divorce (Lucas, 2005; Luhmann, Hoffmann and Lucas, 2012), while cross-sectional studies revealed gains in PG after divorce (Kulik & Heine-Cohen, 2011) and found divorced adults also exhibited greater PG than their married counterparts (Marks, 1996). Additional studies have also found that LS and/or affect balance after intimate relationship dissolution is predicted by higher levels of self-esteem (Waller & MacDonald, 2010), self-compassion (Sbarra, Smith, & Mehl, 2012), sense of psychological autonomy (Lindfors, Berntsson, & Lundberg, 2006), and by less emotional connectedness to ex-spouse (Sweeper & Halford, 2006). Post-divorce personality maturity is less well researched than subjective well-being, but it has been predicted by higher sense of meaning in life and perception of self-development (Marks, 1996), self-complexity (King & Raspin, 2004), and greater efforts and activities of self-expansion (Riessman, 1990).

However, the studies of predictors of positive personality development in divorced adults are residual in the literature, and mainly focus on personality adjustment outcomes. A major constraint of the previous research is the personality-related indicators tested are not expressly oriented by any theoretical framework. This leads to some empirical inconsistency that, in turn, reduces the interpretability and identification of personality-related predictors of the personality adjustment and growth outcomes. Additionally, socio-demographic and divorce-related variables may assume significant effects on the prediction of personality development outcomes above and beyond personality-related indicators, since a large body of literature reported that post-divorce adjustment and growth outcomes were also associated with gender (Luhmann & Eid, 2009), income (Frijters, Haisken-DeNew, & Shields, 2004), number of children (Schoon, Hansson, & Salmela-Aro, 2005), having a new intimate relationship (Lucas, 2005), time since divorce (Gustavson, Røysamb, von Soest, Helland, & Mathiesen, 2012), and divorce initiator status (Hewitt & Turrell, 2011). However, prior findings regarding socio-demographic and divorce-related

variables have been somewhat contradictory (e.g., Braver, Shapiro, & Goodman, 2006, for review).

Therefore, this study extended prior literature by assessing in the same models socio-demographic and divorce-related variables and personality-related indicators to predict post-divorce personality adjustment and growth. The aim of this study was to examine whether personality-related indicators, as conceptualized by the Staudinger's model (Staudinger & Bowen, 2010), predicted LS and PG in divorced adults.

Method

Participants

The sample consisted in 460 divorced adults who participated in the Portuguese National Study about Divorce Experience. Participants included 330 women (72%) and 130 men. Divorced adults' ages ranged from 24 to 65 years ($M = 41.7$, $SD = 8.1$). Participants had an average of 17 years of education ($SD = 4.16$, range 6 – 25). Average income was €1 827 ($SD = €2 589$). On average, divorce occurred at 5.19 years ($SD = 5.01$ years). Divorce was by mutual consent to 91% of participants. In 57% of the cases, divorce was initiated by the participants, in 21% by the participants' ex-spouses, and in 22% by mutual decision. Twenty-six percent of the participants did not have children with the ex-spouse, 40% had one child, 30% had two children and 4% had three children. One hundred and thirty participants (28%) had a new intimate relationship.

Procedures

An online survey was designed in order to data collection. The survey was available on a Portuguese internet research portal for divorce research from June to October 2010. The instructions of all self-report measures were slightly adapted to unequivocally specify that participants should consider divorce as the event of reference for rating their degree of accordance with each item. Participants were recruited through notices in the media (e.g., national newspapers) and electronic announcements (e.g., e-mails to institutional public entities web accounts, and announcements on national web forums and websites dedicated to family issues). No financial compensation was provided. To guarantee data quality, standard methodological and ethical guidelines for internet-based research were followed (Kraut et al., 2004).

Measures

Independent variables

Indicators of personality adjustment.

Adjustment dimensions of the psychological well-being. The Autonomy, Positive relations, Environment mastery and Self-acceptance scales of the Ryff's Psychological Well-being Scale (PWBS; Ryff & Keyes, 1995) were used to assess the adjustment dimensions of the psychological well-being, according to Staudinger's taxonomy (Staudinger & Bowen, 2010). Autonomy scale measures the sense of self-regulation, and psychological independence. The Positive relations scale examines the ability to develop and maintain valued and trustful relationships with significant others. Environment mastery scale assesses the self-perception of proficiency in managing contextual demands. The Self-acceptance scale measures the positive attitude toward the self and the capacity of reflecting and integrating diachronically and synchronically the multiple dimensions of the self. Each scale was comprised by 7 items. Higher scores correspond to greater well-being in the assessed dimensions. The Portuguese version of these PWBS scales showed adequate psychometric properties (Novo, 2003). These measures yielded a satisfactory reliability in the present sample ($\alpha = .78$ in the Autonomy scale; $\alpha = .72$ in the Positive relations scale; $\alpha = .70$ in the Environment mastery; and $\alpha = .83$ in the Self-acceptance scale).

Divorce-related negative affect balance. The Negativity-loneliness subscale of the Psychological Adjustment to Separation Test (PAST, Sweeper & Halford, 2006) was used to measure negative affect balance related to the divorce process and the ex-spouse. Higher scores in this 10-item subscale reflect more inability to regulate divorce-related negative affect. The Portuguese version of the PAST exhibited excellent psychometric properties (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013). Cronbach's alpha for current data set was .91.

Emotional attachment to the ex-spouse. The continual aspiration for emotional closeness and connectedness with the ex-spouse after divorced was measured with the 7-item Attachment to ex-partner subscale of the Portuguese version of the PAST (Sweeper & Halford, 2006). Higher scores correspond to higher emotional attachment to the ex-spouse. Cronbach's α was .90 for the current sample.

Motivation for adjustment goals. The Emotive growth motivation scale of the Portuguese version of the Growth Motivation Index (GMI; Bauer, Park, Montoya, & Wayment, 2013) was used to assess individuals' orientation to select goals that promote a deeper experience individuals' psychosocial life, however without efforts for a deeper conceptual view of the one's experience.

This scale also examines the importance of be involved in meaningful activities and relationships in a 7-point-Likert scale. Higher scores revealed higher motivation for emotive growth (i.e., motivation for personality adjustment goals). A Cronbach's alpha of .78 was found for the current sample.

Indicators of personality growth.

Purpose in life. The Purpose in life 7-item scale of PWBS (Ryff & Keyes, 1995) was used to measure individuals' sense of life meaning and their perception whether their goals provide life directedness. Higher scores indicate higher purpose and meaning in life. Portuguese version of the Purpose in life scale showed adequate psychometric properties (Novo, 2003). Internal consistency was .75 for the present study.

Divorce-related self-expansion. The sense of perceived progress as a consequence of divorce was assessed using a composite measure comprised by three items of the short-form of the Posttraumatic Growth Inventory (PTGI-SF; Cann et al., 2010). We administered these items to assess to which degree the individuals' view of themselves and the world was transformed as a consequence of the divorce and to what extent does such transformation govern their sense of growth in everyday life. Cronbach's alpha of this composite was .71.

Mindedness. Four items of the Balanced Index of Psychological Mindedness (BIPM; Nyklíček & Denollet, 2009) were used to assess mindedness defined as "a person's ability to see relationships among thoughts, feelings, and actions, with the goal of learning the meanings and causes of his experience and behavior" (Appelbaum, 1973, p.36). The items were selected based on their elevated factor loadings in the Portuguese version of the BIPM. Higher scores represent greater mindedness ($\alpha = .70$, for the current sample).

Motivation for growth goals. Motivation for growth goals was assessed with the Reflective growth motivation subscale of the Growth Motivation Index (GMI; Bauer et al., 2013). This subscale assesses the personal orientation for differentiating and integrating perspectives on the self and others, gaining insight, and exploring new and deeper perspectives. This subscale is answered in a 7-point-Likert scale. Higher scores revealed higher motivation for reflective growth (i.e., motivation for personality growth goals). Cronbach's alpha was .78 for the current sample.

Dependent variables

Life satisfaction. The 5-item Satisfaction with Life Scale SWLS (Diener, Emmons, Larsen, & Griffin, 1985) was used to measure the subjective sense of global cognitive judgment of one's own life. Higher scores correspond to higher levels of LS. Very good reliability was found in the Portuguese version of the SWLS (Neto, 1993) as in the current sample ($\alpha = .87$).

Personal growth. The Personal growth scale of the PWBS (Ryff & Keyes, 1995) was administered to assess participants' sense of PG, self-development and self-improvement as well as their self-perception of personal potential as a consequence of divorce. This 7-item scale is answered on a six-point scale, so that higher scores reflect higher sense of PG. Satisfactory validity and reliability were reported for the Portuguese version of PWBS (Novo, 2003). Alpha coefficient for the overall sample was .73.

Statistical procedures

Firstly, two separate partial correlation analyses with age controlled between LS and the indicators of personality adjustment and PG and the indicators of personality growth were computed. As we are interested in testing whether post-divorce LS and PG were predicted by socio-demographic, divorce variables and mainly personality-related outcomes, age was controlled since not all adults experience divorce at the same age and at the same time and some age-related variability in the saliency in personality-related indicators are expected as demonstrated by previous research (e.g., Specht et al., 2011; Springer, Pudrovská, & Hauser, 2011).

Two hierarchical linear regression models were separately conducted in order to identify the predictors of personality adjustment and personality growth in divorced adults. Age was entered first to as control variable. Socio-demographic variables were entered in the second step. Step 3 was composed by divorce characteristics, more specifically time since divorce, type of divorce and divorce initiator status. Structural and process-related indicators of personality adjustment and personality growth were entered separately in the fourth step in order to predict LS and PG, respectively. With analytic purposes, gender was coded as 0 (male) and 1 (female), current new intimate relationship status as 0 (with no current new intimate relationship) and 1 (with current new intimate relationship), type of divorce as 0 (litigious divorce) and 1 (collaborative divorce). Finally, divorce initiator status was coded as 0 (non-initiator/mutually initiator) and 1 (divorce initiator), since past research found no differences between non-initiators

and mutually initiators on some indicators of adjustment to an intimate relationship dissolution (Davis, Shaver, & Vernon, 2003)

Results

Preliminary analyses

Partial correlations analyses performed with age controlled (Table 1) showed that LS and PG scores correlated in the expected directions with all structural and process-related indicators of personality adjustment and growth that also correlated each other, with exception between mindedness and motivation for growth goals.

Table 1.
Descriptive Statistics and Partial Correlation matrixes (age controlled) for Dependent Variables and Personality Development Indicators

Variable	<i>M</i>	<i>SD</i>	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
Dependent variable: Life satisfaction									
1. Life satisfaction	22.45	7.13	–						
2. Autonomy	33.61	5.65	.35**	–					
3. Positive relations	31.76	5.42	.52**	.36**	–				
4. Environment mastery	30.20	5.60	.64**	.42**	.58**	–			
5. Self-acceptance	31.48	7.24	.75**	.54**	.64**	.72**	–		
6. Divorce-related negative affect	22.03	9.72	-.62**	-.41**	-.43**	-.53**	-.65**	–	
7. Emotional attachment to ex-spouse	13.50	7.02	-.33**	-.34**	-.16**	-.28**	-.39**	.70**	–
8. Motivation for adjustment goals	43.37	7.68	.32**	.22**	.21**	.22**	.36**	-.20**	-.19**
Dependent variable: Personal growth									
1. Personal growth	35.51	4.97	–						
2. Purpose in life	31.89	6.27	.66**	–					
3. Divorce-related self-expansion	10.77	3.38	.22**	.12*	–				
4. Mindedness	10.83	2.43	.33**	.37**	.11*	–			
5. Motivation for growth goals	32.74	7.94	.31**	.11*	.27**	.54	–		

Note. * $p < .01$; ** $p < .001$.

Life satisfaction

Step 1 did not account for the variance in LS, $F(1, 459) = 0.50$, *ns* (Table 2). Results for Step 2 indicated that this model significantly explained variance in LS ($R^2 = .141$, $p < .001$) with gender, number of children, and having a new intimate relationship being the most significant predictors of LS. Variable entered in Step 3 did not improve significantly the explained variance of

LS. However, in this step, time since divorce was found as a significant predictor of the criterion variable (LS). Finally, results for Step 4 indicated all entered variables predicted LS with exception of the Positive relations scale of the PWBS. Self-acceptance, divorce-related negative affect balance, and environmental mastery were found as the best predictors of LS. Personality-related indicators of personality adjustment entered in Step 4 predicted LS, F and was a significant improvement in fit over the Step 3, $\Delta F(7, 444) = 95.58, p < .001$. Step 4 accounted for additional variance in LS beyond that accounted for by the Step 3 ($R^2 = .66, \Delta R^2 = .51$).

Table 2.
Hierarchical Regression Predicting LS

Variable	B (SE)	β	R^2	ΔR^2
Step 1				
Age	-0.27 (0.03)	-.04		
$F(1, 459)$	0.503		.001	
Step 2				
Gender	3.58 (0.71)	.23***		
Education	0.17 (0.08)	.10*		
Income	0.00 (0.00)	.13***		
Number of children	-1.79 (0.40)	-.21***		
Current intimate relationship status	2.83 (0.70)	.18***		
$F(5, 454)$ change	14.74***		.141	.140
Step 3				
Time since divorce	0.01 (0.01)	.10*		
Type of divorce	0.83 (1.10)	.03		
Divorce initiator status	0.60 (0.66)	.04		
$F(3, 451)$ change	1.70		.150	.010
Step 4				
Autonomy	0.13 (0.04)	-.10**		
Positive relations	0.03 (0.05)	.02		
Environment mastery	0.17 (0.06)	.13**		
Self-acceptance	0.52 (0.05)	.53***		
Divorce-related negative affect	-0.18 (0.04)	-.25***		
Emotional attachment to ex-spouse	0.09 (0.04)	.09*		
Motivation for adjustment goals	0.08 (0.03)	.08**		
$F(7, 444)$ change	95.58***		.662	.511

Note. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Personal growth

Table 3 shows the results of the hierarchical regression model. Step 1 did not account for the variance in PG, $F(1, 459) = 0.88, ns$. The socio-demographic variables entered in Step 2 accounted for 8.8% of the variance in PG. Gender, education and a new intimate relationship emerged as significant predictors of PG. Divorce characteristics entered in Step 3 failed to improve the explained variance in PG, $\Delta F(3, 452) = 0.71, ns$. The final significant step in the

model (i.e., Step 4) accounted for 43% of the variance in PG. Purpose in life and motivation for growth goals were the personality-related indicators most strongly related to PG. The final regression step of PG on predictor variables accounted for 53% of variance.

Table 3.
Hierarchical Regression Predicting PG

Variable	<i>B</i> (<i>SE</i>)	β	<i>R</i> ²	ΔR^2
Step 1				
Age	-0.27 (0.03)	-.04		
<i>F</i> (1, 459)	0.88		.002	
Step 2				
Gender	2.62 (0.51)	.24***		
Education	0.17 (0.05)	.15**		
Income	0.00 (0.00)	.04		
Number of children	-0.10 (0.26)	-0.01		
Current intimate relationship status	1.55 (0.50)	.14**		
<i>F</i> (5, 454) change	8.59***		.088	.086
Step 3				
Time since divorce	-0.002 (0.004)	-.03		
Type of divorce	0.06 (0.79)	.004		
Divorce initiator status	-0.63 (0.47)	-.06		
<i>F</i> (3, 451) change	0.68		.092	.004
Step 4				
Purpose in life	0.46 (0.03)	.58***		
Divorce-related self-expansion	0.15 (0.05)	.10**		
Mindedness	0.21 (0.07)	.10**		
Motivation for growth goals	0.13 (0.02)	.20***		
<i>F</i> (4, 447) change	101.69***		.525	.433

Note. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Discussion

Two independent models comprised by socio-demographic variables, divorce-related variables, and personality-related indicators were tested in order to predict LS and PG, conceptualized in the current study as subjective criteria of positive personality adjustment and growth (Staudinger & Bowen, 2010). Gender and current intimate relationship status emerged as socio-demographic predictors for personality adjustment and growth. Women reported more LS and PG than men that are in line with previous research (Lucas, 2005; Marks, 1996). The interpretation of this effect should be cautioned to further research that should examine the interaction effect of gender with other socio-demographic variables in the prediction of LS and PG, as suggested by Lucas (2005). Similarly with our findings, prior research suggested that engaging in a new intimate relationship after divorce is associated with an additional increase in subjective well-being (e.g., Lucas, 2005). In terms of personality adjustment, a new intimate

relationship may reflect the reduction of stressors that may make difficult the successful adaptation to divorce (e.g., formation of a new attachment relationship, increase of available financial resources, and extension of the social network). A new intimate relationship may provide a higher sense of personal security and, as a threshold-level of personality adjustment is achieved more rapidly (a *precondition* to engage in initiatives of personality growth, according to Staudinger's model), more available resources to invest in personality growth. Similarly with our results, Marks, Bumpass and Jun (2004) found that midlife remarried women were those who significantly reported more generativity (also a personality-related indicator of personality growth) than their first-married and divorced counterparts.

The number of children emerged additionally as a negative predictor of personality adjustment. As personality adjustment is contingent to the ability to master with contextual constrains and challenges generated by the divorce process, it is not surprising that as more children individuals have, their LS decreases (Schoon et al., 2005). Having children might cause more financial hardship and parenting can be distressing since it requires a cooperative coparenting relationship with the ex-spouse that can negatively influence the subjective perception of LS (Lamela et al., 2013). On the other hand, education was found as a positive predictor of PG, showing that the ability to reflect more deeply about one self and the world may entail more pragmatic knowledge and more complex cognitive skills that are more likely to be exhibited by individuals with more education (Cohn & Westenberg, 2004). Interestingly, only the time since divorce emerged as predictor of LS, with a positive association between time since divorce and LS. This finding is corroborated by prior theoretical proposals that argued that divorce is a process transition impel that requires the fulfillment of developmental tasks in order to achieve satisfactory to optimal levels of subjective well-being (Ahrons & Rodgers, 1987). In this sense, time is a central variable to perform these post-divorce-related tasks. Prior longitudinal studies also showed that increases on LS as a function of time since the legal act of divorce (e.g., Luhmann et al., 2012).

Self-acceptance and absence of negative affect were the personality-related indicators that best individually predicted LS, whereas purpose in life and motivation for psychological growth emerged as the most individual predictors of PG. Considering personality adjustment, these findings suggest that the positive integration of good and bad aspects of the self in consequence of divorce may assume a special relevance in the positive transition of marital dissolution. The coherent acceptance of the divorce process and the construction of post-

marriage identity have been postulated as the main developmental tasks raised by divorce (e.g., Hetherington & Kelly, 2002). Therefore, it is not surprising that these two indicators emerged as main individual predictors of LS. Firstly, previous research with samples with different demographic characteristics has found the same associations (Kulik & Heine-Cohen, 2011). Secondly, as self-acceptance was strongly negatively correlated with negative affect, it is plausible to hypothesize that a positive attitude and acceptance toward oneself, as well as self-trust on own-ability to manage with life demands may contribute to adults, on one hand, to assess divorce and divorce-related life changes as less threatening and distress and, on the other hand, to evaluate the self as able to assimilate, buffer and cope positively with such changes, reducing divorce-related negative affect and, this way, improving self-judgments of LS. However, given the cross-sectional nature of the present data set, no causal association can be undertaken and this interpretation should be read carefully.

Purpose in life and motivation for growth goals performed as the main individual predictors of PG. Having in mind that participants were asked whether personal growth initiatives were triggered by the divorce process, these results suggest that a strong motivation to achieve *goals aiming for heightened conceptual knowledge of self, others and relationships* (Bauer & McAdams, 2010, p. 763) may serve as a direct path to a greater general sense of self-improvement, self-development and self-knowledge, as well as the openness to new experiences in consequence of divorce. Similarly, the positive association between purpose in life and personal growth may indicate that divorce is a powerful life event that can trigger a deeper ability to identify valuable and meaningful life goals that are perceived as potentially achievable. Interestingly, these two main individual predictors of personal growth display different levels of the nature of personal growth triggered by divorce, since purpose in life measures the extent to which individuals explicitly orientate (i.e., *structure*) their initiatives of personal growth and their efforts to understand, provide significance, meaning and directedness to their lives, while motivation for growth goals reveals whether the *content* of goals reflects intentional efforts to pursue personal growth (Bauer & McAdams, 2004; King & Noelle, 2005).

The cross-sectional design does not allow establishing causal inferences from statistical associations, which should be seen as a limitation of the current research. Future longitudinal research should be conducted in order to examine the associations between divorce and the pathways of positive personality development. This study extends the literature by providing empirical evidence to Staudinger's model of positive personality development. Additionally, our

findings suggest that the variance in LS and PG after divorce is substantially explained by personality-related constructs. Examining whether personality-related indicators interact together to generate specific profiles of post-divorce LS and PG and whether that interactive approach could be extended to other life events will be interesting questions for future research.

Acknowledgement

This study was supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology through a PhD fellowship to the first author (SFRH/BD/43525/2008).

References

- Ahrons, C., & Rodgers, R. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: Norton.
- Alport, G. (1961). *Pattern and growth in personality*. London: Holt, Rinehart and Winston.
- Appelbaum, S. (1973). Psychological-mindedness: Word, concept and essence. *International Journal of Psycho-Analysis*, 54, 35-46.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (2006). Life span theory in developmental psychology. In W. Damon & R. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (6th ed., pp. 569-664). New York: Wiley.
- Bauer, J., & McAdams, D. (2004). Personal growth in adults' stories of life transitions. *Journal of Personality*, 72(3), 573-602.
- Bauer, J., & McAdams, D. (2010). Eudaimonic growth: Narrative growth goals predict increases in ego development and subjective well-being 3 years later. *Developmental Psychology*, 46(4), 761-772.
- Bauer, J., Park, S., Montoya, R., & Wayment, H. (2013). Growth motivation along two facets of eudaimonic self-development. *Manuscript under review*.
- Berntsen, D., Rubin, D., & Siegler, I. (2011). Two versions of life: Emotionally negative and positive life events have different roles in the organization of life story and identity. *Emotion*, 11(5), 1190-1201.
- Braver, S., Shapiro, J., & Goodman, M. (2006). The consequences of divorce for parents. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and relationship dissolution* (pp. 313-337). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Cann, A., Calhoun, L., Tedeschi, R., Taku, K., Vishnevsky, T., Triplett, K., & Danhauer, S. (2010). A short form of the Posttraumatic Growth Inventory. *Anxiety, Stress & Coping*, 23(2), 127-137.
- Cohn, L., & Westenberg, P. (2004). Intelligence and maturity: Meta-analytic evidence for the incremental and discriminant validity of Loewinger's measure of ego development. *Journal of Personality and Social Psychology*, 86(5), 760-772.
- Davis, D., Shaver, P., & Vernon, M. (2003). Physical, emotional, and behavioral reactions to breaking up: The roles of gender, age, emotional involvement, and attachment style. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(7), 871-884.
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, R., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71-75.

- Frijters, P., Haisken-DeNew, J., & Shields, M. (2004). Money does matter! Evidence from increasing real income and life satisfaction in East Germany following reunification. *The American Economic Review*, *94*(3), 730-740.
- Gustavson, K., Røysamb, E., von Soest, T., Helland, M., & Mathiesen, K. (2012). Longitudinal associations between relationship problems, divorce, and life satisfaction: Findings from a 15-year population-based study. *The Journal of Positive Psychology*, *7*(3), 188-197.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Company.
- Hewitt, B., & Turrell, G. (2011). Short-term functional health and well-being after marital separation: Does initiator status make a difference? *American Journal of Epidemiology*, *173*(11), 1308-1318.
- King, L., & Noelle, S. (2005). Happy, mature, and gay: Intimacy, power, and difficult times in coming out stories. *Journal of Research in Personality*, *39*(2), 278-298.
- King, L., & Raspin, C. (2004). Lost and found possible selves, subjective well-being, and ego development in divorced women. *Journal of Personality*, *72*(3), 603-632.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J., & Couper, M. (2004). Psychological research online: Report of Board of Scientific Affairs' Advisory Group on the Conduct of Research on the Internet. *American Psychologist*, *59*(2), 105-117.
- Kulik, L., & Heine-Cohen, E. (2011). Coping resources, perceived stress and adjustment to divorce among Israeli women: Assessing effects. *The Journal of Social Psychology*, *151*(1), 5-30.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Lindfors, P., Berntsson, L., & Lundberg, U. (2006). Factor structure of Ryff's psychological well-being scales in Swedish female and male white-collar workers. *Personality and Individual Differences*, *40*(6), 1213-1222.
- Loevinger, J. (1976). *Ego development: Conception and theory*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Luhmann, M., & Eid, M. (2009). Does it really feel the same? Changes in life satisfaction following repeated life events. *Journal of Personality and Social Psychology*, *97*(2), 363-381.
- Luhmann, M., Hofmann, W., Eid, M., & Lucas, R. (2012). Subjective well-being and adaptation to life events: A meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, *102*(3), 592-615.
- Marks, N. (1996). Flying solo at midlife: Gender, marital status, and psychological well-being. *Journal of Marriage and the Family*, *58*(4), 917-932.
- Marks, N., Bumpass, L., & Jun, H. (2004). Family roles and well-being during the middle life course. In O. Brim, C. Ryff & R. Kessler (Eds.), *How healthy are we? A national study of well-being at midlife* (pp. 514-549). Chicago: The University of Chicago Press.
- Neto, F. (1993). The Satisfaction with Life Scale: Psychometrics properties in an adolescent sample. *Journal of Youth and Adolescence*, *22*(2), 125-134.
- Novo, R. (2003). *Para além da eudaimonia: O bem-estar psicológico em mulheres na idade adulta avançada [Beyond eudaimonia: The psychological well-being in very old women]*. Coimbra, Portugal: FCG & FCT.
- Nyklíček, I., & Denollet, J. (2009). Development and evaluation of the Balanced Index of Psychological Mindedness (BIPM). *Psychological Assessment*, *21*(1), 32-44.

- Riessman, C. (1990). *Divorce talk: Women and men make sense of personal relationships*. Piscataway, NJ: Rutgers University Press.
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(4), 719-727.
- Sbarra, D., Smith, H., & Mehl, M. (2012). When leaving your ex, love yourself: Observational ratings of self-compassion predict the course of emotional recovery following marital separation. *Psychological Science, 23*(3), 261-269.
- Schoon, I., Hansson, L., & Salmela-Aro, K. (2005). Combining work and family life: Life satisfaction among married and divorced men and women in Estonia, Finland, and the UK. *European Psychologist, 10*(4), 309-319.
- Specht, J., Egloff, B., & Schmukle, S. (2011). Stability and change of personality across the life course: The impact of age and major life events on mean-level and rank-order stability of the Big Five. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*(4), 862-882.
- Springer, K., Pudrovskaya, T., & Hauser, R. (2011). Does psychological well-being change with age? Longitudinal tests of age variations and further exploration of the multidimensionality of Ryff's model of psychological well-being. *Social Science Research, 40*(1), 392-398.
- Staudinger, U., & Bowen, C. (2010). Life-span perspectives on positive personality development in adulthood and old age. In R. Lerner, M. Lamb & A. Freund (Eds.), *The handbook of life-span development* (Vol. 2, pp. 254-297). Hoboken, NJ: Wiley.
- Staudinger, U., & Kessler, E. (2009). Adjustment and growth: Two trajectories of positive personality development across adulthood. In C. Smith & N. DeFrates-Densch (Eds.), *Handbook of research on adult learning and development* (pp. 241-268). New York and London: Routledge.
- Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: The Psychological Adjustment to Separation Test (PAST). *Journal of Family Psychology, 20*(4), 632-640.
- Terracciano, A., McCrae, R., & Costa, P. (2010). Intra-individual change in personality stability and age. *Journal of Research in Personality, 44*(1), 31-37.
- Waller, K., & MacDonald, T. (2010). Trait self-esteem moderates the effect of initiator status on emotional and cognitive responses to romantic relationship dissolution. *Journal of Personality, 78*(4), 1271-1299.

Positive Adult Personality Development after Divorce: Addictive Versus Threshold Cumulative Model

Diogo Lamela¹, Bárbara Figueiredo¹, & Alice Bastos²

¹School of Psychology, University of Minho, ²School of Education, Polytechnic Institute of Viana do Castelo

Abstract

Using a life-span psychology model of positive personality development, this study aimed to compare addictive and threshold cumulative models of personality adjustment and personality growth as a consequence of divorce. The cumulative effect hypothesis states that the number of indicators is a more accurate predictor of an outcome than any single indicator considered individually. Satisfaction with life and personal growth were selected as subjective criteria of personality adjustment and growth, respectively. Participants ($N = 460$ divorced adults) were asked to answer self-report measures of indicators/correlates of personality development, considering divorce experience as the reference time point. Results supported an addictive cumulative model for predicting satisfaction with life, in which the more number of personality development indicators, the more divorce-related satisfaction with life. Evidence was found for a threshold-saturation model of personality growth explained slightly better personal growth than an addictive model, as the odds of high divorce-related personal growth increase dramatically in presence of two indicators of personality growth. Results also demonstrated that association between cumulative index of personality adjustment and satisfaction with life was moderated by time since divorce and divorce initiator status. No moderation terms were found for personal growth.

Adjustment; cumulative; divorce; personal growth; personality development; satisfaction with life.

Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Positive adult personality development after divorce: Addictive versus threshold cumulative model. *Submitted to the Journal of Personality and Social Psychology.*

In the life-span perspective framework, personality, as a self-system, has an executive function in harmonious orchestration of the other psychological subsystems (Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 2006). Personality assumes a *pivotal* role in the successful integration of developmental changes that can occur in these subsystems by processing, reflecting, and evaluating such changes with the final aim of create a coherent and efficient sense of self. In this executive function, personality identifies, coordinates and selectively allocates where the available resources are oriented and spent in order to accommodate developmental changes and face with life events (Staudinger & Pasupathi, 2000). Besides it foundational role on *healthy* functioning of other psychological subsystems, personality system is a in continuing developmental process as well.

A sensitive issue is how to conceptualize and empirically test the positive personality development during the life span. Some authors have outlined that life events seem to operate as crucial generators of developmental changes in personality system (Specht, Egloff, & Schmukle, 2011; Sutin, Costa, Wethington, & Eaton, 2010; Uglanova & Staudinger, 2013). Due it potential consequences in physical, psychological and interpersonal domains, divorce is conceptualized as a major life event in adulthood and, therefore, with high potential of challenge the personality system and it idiosyncratic functions. However, little is known about which personality characteristics are associated with post-divorce positive personality outcomes. Additionally, assuming an holistic, organized, and successive view of the human ontogeny (Baltes, Staudinger, & Lindenberger, 1999; Lerner, 2010; Overton, 2010; Schindler & Staudinger, 2005), we speculated that the development of any personality characteristic does not occur in isolation and, therefore, an intriguing issue would be understand how personality characteristics could interact between each other to predict divorce-related positive personality outcomes. Moreover, as some scholars have also highlighted that life event features, such as predictability, perceived control, and uncertainty (Wilson & Gilbert, 2008), could partially influence post-life event psychological functioning, the examination of how the association between personality characteristics interaction and post-divorce positive personality outcomes would be moderated by specific divorce-related features emerged as an inevitable empirical question that ought be addressed.

Thus, based on the positive adult personality development model (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009; Staudinger & Kunzmann, 2005), the purpose of the current study was two-fold. First, we tested a cumulative hypothesis of positive personality development after divorce, in which we hypothesized individuals with more indicators of personality

development – apart from which indicators were present or absent – would report more satisfaction with life and personal growth. Second, we considered whether these associations between the cumulative models and subjective positive personality outcomes were moderated by divorce initiator status and by time since divorce highlighted as two major moderators of post-divorce experience by earlier research. We employed the life-span psychology meta-theory as the conceptual framework of our research.

Positive Personality Development in Adulthood

According to the life-span psychology assumptions, positive development results from the maximization of gains and minimization of losses (Baltes, 1987; Baltes, et al., 2006). In cognitive and socio-emotional subsystems, the definition of indicators of gains and losses are empirically well-established (Baltes, et al., 1999; Carstensen, Isaacowitz, & Charles, 1999; Lang, Staudinger, & Carstensen, 1998; Singer, Verhaeghen, Ghisletta, Lindenberger, & Baltes, 2003). However, in the personality domain, no consensual definition of what is the *end stage* of personality is and which is the dynamic symbiosis between gains and losses over the life span that promote personality development.

Informed by the lifespan psychology framework as the paradigmatic background, the model of positive adult personality development proposed by Staudinger and colleagues in the last decade intends to formulate about how personality *develops* during adulthood (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009; Staudinger & Kunzmann, 2005). Taking into account the life-span psychology definition of the personality system, this model is grounded in three major assumptions. Firstly, positive personality development is achieved by maximizing gains (increases) and preventing, containing and compensating losses (decreases). Secondly, gains in personality are not exclusively associated with development of personality maturity, as advocated by other theoretical models. Instead, gains in personality domain also emerge in terms of continual increase of personal mastery to adjust to contextual constrains. Therefore, these different types of gains lead to two non-hierarchized types of positive personality development: personality adjustment and personality growth. Thirdly, a core of personality concepts can be applied as structural and process-related indicators/correlates of personality adjustment and personality growth, such as personality traits, dimensions of psychological well-being, self-concept, personal wisdom, self-complexity, mindedness, ego development as structural indicators, and values, goals, affect regulation, coping strategies, and self-regulatory processes

as process indicators (Pasupathi & Staudinger, 2001; Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger, Dörner, & Mickler, 2005; Staudinger & Kessler, 2009)

Personality adjustment and growth

Personality can follow two distinct pathways of maximization of gains: development oriented to adjustment and development oriented to growth. Personality adjustment is defined by the individuals' degree of proficiency in negotiating, managing and coping with developmental changes that synchronically may occur in biological, psychological, instrumental and interpersonal lives' domains. Personality adjustment is evaluated from how developmental constrains and opportunities that arise from history-culture-age-graded and idiosyncratic developmental contexts are adaptively managed (Staudinger & Bowen, 2010). Positive personality adjustment is result of the successful management of a developmental-contextual world in order to achieve, preserve or recover subjective well-being. Therefore, according to Staudinger's model, personality adjustment can be evaluated by employing subjective and objective criteria. Subjective well-being is conceptualized as the main subjective criteria of personality adjustment, while competence, everyday effective functioning and longevity are considered as the major objective criteria of personality adjustment (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kunzmann, 2005).

Personality growth is defined as "changes in the personality system that aim at the transcendence of a given circumstances (within oneself, others and society) for accomplishing a greater good for oneself and others" (Staudinger & Bowe, 2010, p. 256). Personality growth is a process trajectory in which growth' gains are dependent of synchronic changes in cognition, emotional and values domains leading to personality maturity as defined by classic theories of personality maturation (Allport, 1961; Heath, 1968; Loevinger, 1976). Personality maturity – as the end stage of the growth trajectory – is achieved when the individual is able to demonstrate a deep and wider insight into self, others, the world and one's self in a world of others, a more complex system of emotion-regulation, and commitment with a gradual transcendence of self-interest (Bauer & McAdams, 2010; Staudinger, et al., 2005). Similarly with personality adjustment, personality growth can be examined by employing subjective and objective criteria. On one hand, the personal growth dimension of Ryff's (1989) theory of psychological well-being completely describes the subjective dimension of personality growth, according to the PPD. This subjective dimension assesses the degree to which a person has awareness of his/her efforts of

self-development and self-knowledge as well as his/her efforts in transcendence of own ego-centeredness towards a greater good, by showing openness to new experiences a self-awareness of realizing his/her personal potential (Ryff & Keyes, 1995). On the other hand, personality growth can be objectively measured by personal wisdom (cf. Mickler & Staudinger, 2008; Staudinger, et al., 2005).

Personality adjustment and growth are hypothesized as interdependent nevertheless distinct trajectories of positive personality development. For instance, changes reflecting gains in the person's capability to manage and cope with everyday life demands in order to preserve one's subjective well-being (i.e., personality adjustment), not necessarily indicate gains in personal growth (Staudinger & Bowen, 2010). Despite adjustment and growth trajectories are both positive paths to achieve personality development, they are neither closely contiguous neither independent. In fact, it is hypothesized that some level of adjustment (subjective well-being) is a required condition to growth. As humans have however limited internal and external resources, they are primarily invested to achieve adjustment goals (Freund, 2008; Staudinger & Bluck, 2001). Thus, only the resources remaining after achieved a threshold-level of personality adjustment (*obligatory tasks*) can be invested in personality growth (*optional tasks*) (Schindler & Staudinger, 2008). Therefore, the opportunities to personality growth are unequally distributed (Staudinger & Bowen, 2010).

A central question in personality development is when and how personality *develops*. Previous longitudinal studies have demonstrated a moderated to elevated stability in personality characteristics during adulthood (Hampson & Goldberg, 2006; Rantanen, Metsäpelto, Feldt, Pulkkinen, & Kokko, 2007; Terracciano, McCrae, & Costa, 2010) and this continuity may be explained, in part, because the environment remains stable (Roberts & Mroczek, 2008). The life events emerge as particular forces in the promotion of opportunities to positive personality development (Kandler et al., 2010; Lüdtke, Roberts, Trautwein, & Nagy, 2011; Specht, et al., 2011; Sutin, et al., 2010).

Divorce as a Critical Life Event for Positive Personality Development

In the life-span developmental psychology, three major influences shape human development during adulthood (Baltes, Reese, & Lipsitt, 1980; Diehl, 1999). Besides normative age-graded (i.e., biological and environmental determinants are associated with chronological age) and normative history-grade influences (i.e., biological and environmental determinants

correlated with historical time), the non-normative life events also influence development and interindividual variability. The first two types of influences are common to the majority of individuals that share a same culture and historical time. They are normative to the extent that their occurrence, timing, duration and developmental impact are similar for the most individuals who experienced them (Baltes, et al., 1999).

By contrast, non-normative or critical life events are idiosyncratic to individuals and their occurrence is not directly contingent to any normative biological or environmental determinant. Events as divorce, death of a spouse, loss a job, or win a lottery are therefore critical non-normative life events to the extent that they reveal interindividual heterogeneity in their occurrence, patterning, and impact on individual's developmental trajectories (Diehl, 1999). Theoretically, these critical life events are seen as powerful and effective influences in adult development since they have notable potential for generating conditions to challenging individual's adjustment (Diehl, 1999). The developmental value of critical events may be explain by it substantial transformational effect in the individual's self-growth and self-adjustment trajectories (Lilgendahl & McAdams, 2011). Some authors suggested that critical events force individuals to respond to the new contingencies of the developmental context (Brandtstädter & Greve, 1994; Brandtstädter & Rothermund, 2002), in order to accommodate to "an environmental press that calls for them to act differently than they have done in the past" p.195 (Roberts & Caspi, 2003).

In this line, past empirical evidence has demonstrated the developmental impact of divorce as a critical life event during adulthood. In fact, divorce may be seen as one of the most challenging events in adulthood (Middeldorp, Cath, Beem, Willemsen, & Boomsma, 2008; Miller, Chen, & Zhou, 2007; Mol et al., 2005). Marital dissolution requires a demanding adaptation to significant changes that may concurrently occur in a variety of domains of divorced adults' life (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2010). Previous studies have demonstrated that the loss of the attachment figure, the economic decline, the perceived lack of formal and informal social support, the conflict with the ex-spouse, the maintenance of a coparenting relationship, the development of new interpersonal and intimate relationships and the self-meaning of marital dissolution may operate as precipitant events of changes in personality adjustment and growth (Amato, 2000, 2010).

Regarding the personality adjustment trajectory, past research has revealed that divorced adults who reported higher levels of subjective well-being are those that masterly managed with

the challenging tasks triggered by divorce process (Andreß & Bröckel, 2007; Kramrei, Coit, Martin, Fogo, & Mahoney, 2007; Yáñez-Yaben & González, 2010). However, the divorce-related gains in personality adjustment were not immediate. Subjective well-being is product of dynamic interplay between marriage-related losses and divorce-related gains. Some studies have revealed that as adults positively cope with these tasks, their subjective well-being increases over time. In a meta-analytic study, Luhmann, Hoffmann, Eid and Lucas (2012) showed that, after a significant decrease in the first months, subjective well-being significantly increases as a consequence of divorce. These results lead the authors to deduce that marital dissolution could actually be beneficial for the adults' subjective well-being (Luhmann, et al., 2012). Past research found similar results (Clavarino et al., 2011; Gardner & Oswald, 2006; Lucas, 2005; Soons, Liefbroer, & Kalmijn, 2009). For example, Gardner and Oswald (2006), using longitudinal data from the British Household Panel Survey, found that, when comparing the two years that anticipated the divorce with the two years that followed it, the event is associated with a significant improvement of subjective well-being.

Furthermore, some studies have also demonstrated that divorce, as a critical life event, triggers positive changes in the structural and process-related indicators of personality adjustment. The divorce experience has been in longitudinal and cross-sectional studies associated with positive increase in conscientiousness and agreeableness traits (Specht, et al., 2011), in Ryff's autonomy scale (Lindfors, Berntsson, & Lundberg, 2006; Marks & Lambert, 1998), and in positive affect. On the other hand, these changes in the indicators of personality adjustment are also positively associated with increased post-divorce subjective well-being. For instance, the subjective well-being in divorce aftermath is predicted by higher levels of self-acceptance (Sbarra, Smith, & Mehl, 2012), self-concept clarity (Slotter, Gardner, & Finkel, 2010), self-esteem (Waller & MacDonald, 2010), extraversion trait (Perrig-Chiello & Perren, 2005), and large repertoire of coping styles (Tein, Sandler, & Zautra, 2000).

Less research, however, has focused on the facets of divorce-related personality growth. Nevertheless, previous empirical evidence suggests that divorce is a challenging event that can trigger personality growth initiatives (Bursik, 1991; King & Raspin, 2004; Lamela, Figueiredo, Bastos, & Martins, 2013; Marks, 1996; Marks, Bumpass, & Jun, 2004). For instance, Bursik (1991) demonstrated longitudinally that for newly-divorced women that perceived marital dissolution as a stressor event but performed a successful adaptation one year later reported a significant increase in ego development. On the other hand, King and Raspin (2004), informed by

the possible selves theory, found that high self-concept complexity predicted higher levels of personality maturity in divorced women. Additionally, Marks (1996) showed that personal growth in divorced adults was predicted by openness to experience trait and was associated with goals directedness and perception of meaning in life.

It is Possible a Cumulative Model of Personality Adjustment and Personality Growth?

Previous empirical research that studied personality indicators for predicting adjustment and growth after marital dissolution conceptually tested predictors in isolation. Despite such studies are essential for testing and finding evidence for mapping the positive personality development, just consider the individual weight of each indicator in subjective well-being and personal growth may be not permit capture the complexity of personality development. Notwithstanding the personality units used as indicators of personality adjustment and growth are isolated constructs, personality adjustment and personality growth may be more broadly understood by the cumulative interaction of those indicators. In fact, considering only how indicators operate individually prove quite inappropriate to predict positive personality development (Dörner, 2006). Alternatively, it is more plausible to cogitate that subjective well-being and personality maturity are only expected whether the focal indicators of personality adjustment and personality growth co-occur synchronically to generate a particular profile.

However, another interesting question is understand how these indicators will perform together to predict personality adjustment and personality growth. Within personality psychology, the main strategy to understand the potential interaction between personality units is by creating theory or empirical-driven clusters of indicators in order to construct personality profiles aiming to predict certain outcomes (Helson & Srivastava, 2001; Labouvie-Vief & Medler, 2002). Positive personality development – as any other personality outcome – could be however better described by an interactive cumulative pattern of these indicators. In other scientific fields, it is well-established that an outcome is better determined by the accumulation of indicators/predictors, independently of the presence or absence of specific outcome-related indicators. The cumulative effect hypothesis states that the number of indicators is a more efficient and accurate predictor of a dependent variable than any single indicator considered individually (Rutter, 1981). This approach considers the fact that a predictor variable rarely occurs in isolation but in general co-vary with other predictors.

Two cumulative effect models may be expected. The cumulative effect may operate in a threshold fashion, in which the odds of an outcome occurrence increases dramatically in presence of a certain number of indicators (Appleyard, Egeland, Dulmen, & Alan Sroufe, 2005; Rutter, 1981). This quadratic trend model hypothesized that, beyond a certain number, the combined effect of the interactive accumulation of concurrent indicators is more strikingly predictive of the outcome variable than the summation of their separate effects (Appleyard, et al., 2005; Jones, Forehand, Brody, & Armistead, 2002). Conversely, the additive cumulative effect model asserts a progressive linear effect of indicators, with no multiplicative effect of the indicators on each other, whereby the greater the number of predictors, the greater the prevalence of the outcome variable (Everhart, Fiese, & Smyth, 2008; Sameroff, Seifer, Baldwin, & Baldwin, 1993). Therefore, it is plausible to hypothesize that the more indicators of personality adjustment and growth presented by divorced adults, the more subjective well-being and personal growth they will report, regardless of which indicators contribute individually to personality adjustment and growth.

The cumulative models offer an estimation of how indicators fall together to underlie patterns of personality adjustment and personality growth. Nevertheless, this cumulative analytic approach allows only examine associations between the cumulative interaction of indicators and the outcomes. A more comprehensive portrait of these associations would still be possible whether the effect of moderating variables were considered as well. Among the variables empirically tested in the literature, divorce initiator status and time since divorce are highlighted as two of the most strong moderators of post-divorce outcomes (Wallerstein, 1986). Non-initiators of the relationship dissolution perceived the end of the relationship as more stressful and exhibited more psychological distress, more feelings of shock with the break-up, inferior sense of event controllability and predictability, more emotional attachment to the ex-partner and post-dissolution personal growth (Buehler, 1987; Davis, Shaver, & Vernon, 2003; Frazier & Cook, 1993; Sakraida, 2005; Wang & Amato, 2000). These negative outcomes appeared to be similar between non-initiators and mutually-initiators of the intimate relationship dissolution (Davis et al., 2003). On the other hand, when compared with their recently-divorced counterparts, non-recently-divorced adults reported more subjective well-being, fewer psychological distress, higher adjustment to the developmental tasks triggered by divorce, higher levels of ego development, and personal growth (Buehler, 1987; Bursik, 1991; Hetherington & Kelly, 2002; Lucas, 2005).

The present study

In the current study, a cross-sectional design was employed to achieve two aims. Based on the Staudinger's conceptual framework, the first aim was to compare additive and threshold cumulative models of personality adjustment and personality growth. Satisfaction with life was selected as subjective criterion of personality adjustment, since previous research has systematically studied this cognitive component of subjective well-being as the main outcome of psychological adjustment to a life event. On the other hand, personal growth was selected as subjective criterion of personality maturity based on the Staudinger's theoretical proposal. We expect that adjustment and growth indicators will operate additively in prediction of satisfaction with life and personal growth, respectively.

The second aim was to test whether the association between positive personality development cumulative models and positive personality outcomes would be moderated by divorce features. Based on previous findings that demonstrated divorce-related variables, such as time since divorce and divorce initiation status, were linked with positive personality outcomes (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013a), we examined the hypothesis that time since divorce and initiation of divorce would moderate the association between cumulative personality adjustment and satisfaction with life as well as between cumulative personality growth and personal growth. We expect that cumulative personality adjustment will be more robustly associated to satisfaction with life among divorce initiators and non-recently-divorced adults. Based on prior research, we hypothesized that take the initiative to divorce would increase the sense of predictability and would provide more time to planning post-divorce life and, therefore, could facilitate the process of emotional detachment. Additionally, according to some authors of the Family Psychology tradition (Ahrons & Rodgers, 1987; Hetherington & Kelly, 2002), divorce is a process transition, in which adults have to accomplish some developmental tasks that were precipitated by marital dissolution, such as proceed to emotional and psychological detachment to the ex-spouse and develop an independent identity, guarantee their financial autonomy, reorganize their social networks, and, for divorced parents, create a cooperative coparenting relationship with the ex-spouse (Clarke-Stewart & Brentano, 2006). Therefore, considering divorce as a demanding developmental process that requires time to manage with divorce-adjustment tasks to achieve satisfaction with life, it would be more likely that non-recently-divorced adults had already cope with such tasks than recently-divorced individuals.

In terms of personality growth, divorce non-initiators were expected to exhibit greater personal growth. According to stress-related growth literature, the stressfulness of the event is strongly associated with psychological growth initiatives (Tedeschi, Calhoun, & Cann, 2007). More specifically, some scholars suggested that highly stressed individuals are more likely to report greater levels of stress-related growth (Tedeschi & Calhoun, 1996). Therefore, as past research indicated that divorce non-initiators perceived marital dissolution as more stressful, it would be expected that the association between the indicators of personality growth development and personal growth was even stronger for this group. On the other hand, we expected that this association would be also more robust among non-recently-divorced adults, since theoretically it would be expected recently-divorced adults selectively allocated their resources to perform successfully the divorce-adjustment demands, limiting, by this way, the resources available for personality growth initiatives.

Method

Participants

The sample consisted of 460 divorced adults who participated in the Portuguese National Study about Divorce Experience (PNSDE). Participants included 330 women (72%) and 130 men (28%). All participants had Portuguese nationality and were living in Portugal. Divorced adults' ages ranged from 24 to 65 years ($M = 41.7$, $SD = 8.1$). Participants had an average of 17 years of education ($SD = 4.16$, range 6 – 25). Most of divorced adults were employed (85.2%). Average income was €1.827 ($SD = €2589$). Length of previous marriage ranged from 1 to 40 years ($M = 11.08$, $SD = 7.77$, mode = 5 years, median = 10 years). On average, divorce occurred at 5.19 years ($SD = 5.01$ years, range = 2 months to 28 years, mode = 2 months, median = 3.4 years). Divorce was by mutual consent to 91% of participants. In 57% of the cases, divorce was initiated by the participants, in 21% by the participants' ex-spouses, and in 22% by mutual decision. Twenty-six percent of the participants did not have children with ex-spouse, 40% had one child, 30% had two children and 4% had three children. One hundred and thirty participants (28%) had a new intimate relationship and 86 (19%) received psychological or psychiatric treatment in consequence of divorce.

Procedures

For purpose of data collecting, an online survey was conducted. The online survey was available on a Portuguese internet research portal for divorce research from June to October

2010. The instructions of all self-report measures were slightly modify to explicitly specify that participants should consider divorce as reference event for rate their degree of accordance with each item. Participants were recruited through electronic outreach (e-mails to institutional universities web accounts, and notices on national web forums, for example a forum of support group to divorced adults and also a forum of family issues) and announcements in the media (newspapers, radio and newspapers websites). No compensation was offered to participants. To guarantee data quality, standard methodological and ethical guidelines for internet-based research were followed (Kraut et al., 2004; Reips, 2002), such as implementing informed consent procedures recommend by Kraut et al. (2004), using an adequate and parsimonious plan of participants' recruitment and guarding against potentially biases sample. Previous research has consistently demonstrated that Internet-based research produces trustful and reliable data equivalent to those obtained from traditional methods (Gosling, Vazire, Srivastava, & John, 2004).

Measures

Independent variables.

Indicators of personality adjustment.

Adjustment dimensions of the psychological well-being. The Autonomy, Positive relations, Environment mastery and Self-acceptance scales of the PWBS (Ryff & Keyes, 1995) were also administered. Autonomy refers to self-perception of self-regulation, self-determining and psychological independence. The Positive relations scale assesses the degree of personal capability of empathy, affection and intimacy as well as the degree that individual can develop warmth, satisfactory and trustful relationships with others. Environment mastery is defined as the personal sense of mastery and competence in managing the environment as well as the capacity of create contexts appropriate to personal needs and values. Self-acceptance scale examines the positive attitude toward the self, the positive feelings about past life as well as the self-knowledge and acceptance of the multiple aspects of self. Each scale was comprised by 7 items. Higher scores reflect best performances. In current study, Cronbach's alpha was .78 in the Autonomy scale, .72 in the Positive relations scale, .70 in the Environment mastery, and .83 in the Self-acceptance scale.

Divorce-related negative affect balance. The Negativity-loneliness subscale of the Psychological Adjustment to Separation Test (PAST, Sweeper & Halford, 2006) was used to

assess negative affect balance related with the divorce process and the ex-spouse (e.g., 'I find it difficult to enjoy myself', 'I feel desperately lonely'). This 10-item subscale is answered in a 5-point-Likert scale (1, *strongly disagree* to 5, *strongly agree*), in which higher scores reflect more negative affect. The Portuguese version of the PAST showed good psychometric properties (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013b). For current sample, Cronbach's alpha was .91.

Emotional attachment to ex-spouse. The degree of emotional attachment to ex-spouse was measured with the Attachment to ex-partner subscale of the PAST (Sweeper & Halford, 2006). This 7-item subscale assessed the ongoing desire for emotional closeness with ex-spouse after intimate dissolution in a 5-point-Likert scale (1, *strongly disagree* to 5, *strongly agree*). Higher scores represent more sense of connectedness to ex-spouse. A Cronbach's alpha of .90 was found in this sample.

Motivation for adjustment goals. The Emotive growth motivation scale of the Portuguese version of the Growth Motivation Index (GMI; Bauer, Park, Montoya, & Wayment, 2013) was used to assess individuals' orientation to select goals that promote a deeper experience individuals' psychosocial life, however without efforts for a deeper conceptual view of the one's experience. This scale also examines the importance of be involved in meaningful activities and relationships in a 7-point-Likert scale. Higher scores revealed higher motivation for emotive growth (i.e., motivation for personality adjustment goals). A Cronbach's alpha of .78 was found for the current sample.

Indicators of personality growth.

Purpose in life. The purpose in life 7-item scale of PWBS (Ryff & Keyes, 1995) was administered to examine the sense of life directedness, the feeling of meaning in life, as well as whether the person has aims and objectives of living. Higher purpose in life is reflected in higher scores. A Cronbach's alpha of .75 was found in the current sample.

Divorce-related self-expansion. The sense of perceived progress as consequence of divorce was assessed using a composite measure comprised by three items of the short form of the Posttraumatic Growth Inventory (PTGI-SF; Cann, et al., 2010) : 'I changed my priorities about what is important in life', 'I am able to do better things with my life', and 'I established a new path for my life'. We administered these items to assess which degree the individuals' view of themselves and the world was transformed as consequence of divorce and the extent that such

transformation govern their sense of growth in everyday life. Cronbach's alpha of this composite was .71.

Mindedness. Four items of the Balanced Index of Psychological Mindedness (BIPM) (Nyklíček & Denollet, 2009) was used to assess mindedness defined as the ability to realize the interdependent relationships among behaviors, feelings, and thoughts with the aim of learn the meaning and causes of his/her in order to learn the with the goal of learning the meanings and causes of his/her experience and behavior (Appelbaum, 1973). The items selected to assess mindedness were: 'I am often not aware of my feelings', 'My negative feelings can teach me a lot about myself', 'I don't know what's going on inside me', and 'My feelings show me what I need'. In a 5-point-Likert scale, higher scores represent greater mindedness. For the current sample, Cronbach's alpha was .68.

Motivation for growth goals. Motivation for growth goals was assessed with the Reflective growth motivation subscale of the Growth Motivation Index (GMI; Bauer et al., 2013). This subscale assesses the personal orientation for differentiating and integrating perspectives on the self and others, gaining insight, and exploring new and deeper perspectives. This subscale is answered in a 7-point-Likert scale. Higher scores revealed higher motivation for reflective growth (i.e., motivation for personality growth goals). Cronbach's alpha was .78 for the current sample.

Creating cumulative indexes.

Two independent cumulative indexes were generated from the structural and process-related indicators of personality adjustment and growth proposed by Staudinger and colleagues. To construct the cumulative personality adjustment index (CAI) seven indicators were used: (1) autonomy, (2) positive relations with others, (3) environment mastery, (4) self-acceptance, (5) divorce-related negative affect balance, (6) experience of emotional attachment to ex-spouse, and (7) motivation for adjustment goals. On other turn, the cumulative personality growth index (CGI) comprised five indicators: (1) divorce-related negative affect balance, (2) purpose in life, (3) divorce-related self-expansion, (4) mindedness, and (5) motivation for growth goals. As theoretically is expected that some threshold-level of adjustment is needed to individual's initiatives of personal growth, the divorce-related negative affect was included in CGI (Specht, Egloff, & Schmukle, 2013).

To compute both cumulative indexes, each of the indicators was firstly transformed into a dichotomous variable. The 75th percentile was used as cutoff criterion to dichotomize all

continuous indicators. For each indicator, participants scoring above the 75th percentile were coded as 1 to designate the presence of that personality adjustment or personality growth indicator, whereas scores under 75th percentile were coded as 0 to indicate absence or low presence of the indicator. In consequence of higher scores in negative affect and emotional attachment to ex-spouse variables represent more negative outcomes, the 25th percentile was employed for dichotomize these two variables instead. CAI and CGI were then tabulated by summing the dichotomized indicators of personality adjustment and personality growth, respectively. The cumulative indexes were treated as a continuous variable in all statistical analyses.

Dependent variables.

Satisfaction with life. Adults were asked to complete the 5-item Satisfaction with Life Scale SWLS (Diener, Emmons, Larsen, & Griffin, 1985) in order to measure the individual's internal, subjective assessment of their overall quality of life. Satisfaction with life is conceptualized as the cognitive component of the subjective well-being (Diener, Oishi, & Lucas, 2009). Higher scores represent higher levels of satisfaction with life. The Portuguese version of the SWLS showed excellent values of validity and reliability (Neto, 1993). For the current data set, Cronbach's alpha was .87.

Personal growth. The Personal Growth scale of the Ryff's Psychological Well-being Scale (PWBS; Ryff & Keyes, 1995) was administered to measure participants' sense of personal growth as a consequence of divorce. The 7-item Personal growth scale assesses the self-perception of self-improvement, self-development and self-knowledge as well as the openness to new experiences and sense of realizing personal potential. Higher scores reflect higher self-perception of personal growth. The Portuguese version of all scales of the PWBS showed adequate psychometric properties (Novo, Duarte-Silva, & Peralta, 1997). A Cronbach's alpha of .73 was found in the current sample.

Results

Aim 1: Cumulative Models of Personality Adjustment and Personality Growth

Our next set of analyses examined whether satisfaction with life and personal growth were better predicted by CAI and CGI as a linear (addictive model) or as quadratic (threshold model) functions. Two independent hierarchical regression models to predict satisfaction with life

and personal growth were conducted. The predictor variables were firstly standardized (z-scores) to reduce potential multicollinearity (Afifi, Clark, & May, 2011). In model 1, in order to predict satisfaction with life, CAI as a linear term was entered in step 1 and CAI as a quadratic term in step 2. Similarly, in model 2, CGI as a linear term was entered in step one and CGI as a quadratic function was added in step 2 in order to predict personal growth. Finally, two separate two-way ANOVA followed by Scheffé post-hoc tests were performed to confirm the linear or quadratic nature of CAI and CGI in predicting satisfaction with life and personal growth, respectively.

1.1 Cumulative model of personality adjustment.

1.1.1. Preliminary analyses. A correlation matrix of individual continuous personality adjustment indicators, CAI and satisfaction with life (dependent variable) is presented in Table 1. Since only 4.7% of the participants met criteria for the presence of more than 5 personality adjustment indicators, levels of '6' or '7' were transformed to '5' for the cumulative index. Thirty-three percent of the participants ($n = 154$) did not present any indicator of personality adjustment (75th percentile cutoff), while 20% ($n = 92$) presented 1 indicator, 15% ($n = 70$) 2 indicators, 11% ($n = 48$) 3 indicators, 10% ($n = 46$) 4 indicators, and 11% ($n = 50$) between 5 and 7 indicators. Participants' mean for CAI total score was 1.76 ($SD = 1.72$). Preliminary analyses were conducted to examine relations between CAI and the proposed moderator variables. CAI differed by time since divorce, $t(458) = -4.51, p < .001$, Cohen's $d = 0.45$, with recently-divorced participants revealing significantly less cumulative personality adjustment ($M = 1.29, SD = 1.43$) than non-recently-divorced ($M = 2.03, SD = 1.82$). No differences on CAI between divorce non-initiators and initiators were found, $t(458) = -0.73, p > .05$, Cohen's $d = 0.07$.

1.1.2. Addictive versus threshold cumulative model of personality adjustment. The cumulative model of personality adjustment predicted significantly participants' satisfaction with life as a linear function, $F(1, 459) = 236.93, p < .001$. The addition of the quadratic term to the hierarchical regression model did not contribute to a significant improvement in fit over the linear function, $\Delta F(2, 458) = 3.34, p > .05$. The quadratic function did not explain additional variance in participants' CAI scores beyond that accounted by the linear function ($\beta = -.09, p > .05$). Moreover, the effect size attributable to the addition of the quadratic function in the hierarchical regression model was very small ($\Delta f^2 = 0.007$). Participants' satisfaction with life increased as

the presence of cumulative personality adjustment indicators additively increased as well (Table 2 and Figure 1A). Subsequent analysis of variance confirmed the linear nature of cumulative personality adjustment on satisfaction with life, $F(5, 455) = 49.54, p < .001$. Post hoc Scheffé tests revealed that satisfaction with life differed significantly between all groups (all $p < .01$), showing that participants with 5 or more indicators of cumulative personality adjustment had the highest satisfaction with life ($M = 29.72, SD = 3.78$), followed by divorced adults with 4 indicators ($M = 27.47, SD = 2.79$), by the participants with 3 indicators ($M = 25.33, SD = 4.90$), by those with 2 indicators ($M = 24.82, SD = 5.76$), by divorced adults with 1 indicator ($M = 20.34, SD = 6.68$), and by the participants with no indicators of personality adjustment ($M = 17.87, SD = 6.56$).

Table 1.
Descriptive Statistics and Bivariate Correlations of Continuous Personality Development Indicators, Cumulative Indexes and Dependent Variables

Variable	<i>M</i>	<i>SD</i>	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.
Cumulative model of personality adjustment										
1. Autonomy	33.61	5.65								
2. Positive relations	31.76	5.42	.37**							
3. Environment mastery	30.20	5.60	.42**	.59**						
4. Self-acceptance	31.48	7.24	.55**	.64**	.72**					
5. Divorce-related negative affect	22.03	9.72	-.41**	-.44**	-.54**	-.65**				
6. Emotional attachment to ex-spouse	13.50	7.02	-.34**	-.16**	-.28**	-.39**	.70**			
7. Motivation for adjustment goals	43.37	7.68	.20**	.20**	.20**	.35**	-.19**	-.19**		
8. CAI	1.76	1.72	.56**	.63**	.67**	.71**	-.60**	-.47**	.40**	
9. Satisfaction with life	22.45	7.13	.34**	.51**	.63**	.75**	-.61**	-.33**	.33**	.58**
Cumulative model of personality growth										
1. Divorce-related negative affect	22.03	9.72								
2. Purpose in life	31.89	6.27	-.54**							
3. Divorce-related self-expansion	10.77	3.38	-.10*	.11*						
4. Mindedness	10.83	2.43	-.28**	.37**	.10*					
5. Motivation for growth goals	32.74	7.94	-.01	.11*	.28**	.03				
6. CGI	1.23	1.11	-.42**	.53**	.36**	.51**	.38**			
7. Personal growth	35.51	4.97	-.42**	.65**	.22**	.32**	.32**	.50**		

Note. CAI = Cumulative adjustment index. CGI = Cumulative growth index

Table 2.

Hierarchical Multiple Regressions Results for CAI and CGI as a Linear Term, and CAI and CGI as a Quadratic Ter

Variable	B (SE)	B 95% CI	β	R^2	ΔR^2	f^2
Outcome: Satisfaction with life						
Step 1						
CAI	4.17 (0.27)	[3.63, 4.69]	.58*			
$F(1, 459)$		236.93*		.341		0.52
Step 2						
CAI \times CAI	-0.60 (0.33)	[-1.24, 0.05]	-.09			
$F(2, 458)$ change		3.34		.346	.005	0.53
Outcome: Personal growth						
Step 1						
CGI	2.47 (0.20)	[2.08, 2.87]	.50*			
$F(1, 459)$		150.50*		.247		0.33
Step 2						
CGI \times CGI	-0.70 (0.18)	[-1.06, -0.34]	-.18*			
$F(2, 458)$ change		14.68*		.271	.023	0.37

Note. CAI = cumulative adjustment index. CGI = cumulative growth index. 95% CI = confidence interval. f^2 = Cohen's effect size for multiple regression.

* $p < .001$.

1.2. Cumulative model of personality growth.

1.2.1. Preliminary analyses. As only 1% of the participants met criteria for the presence of 5 personality growth indicators, level '5' of the CGI was preliminarily transformed to '4'. Thirty-two percent of the participants ($n = 146$) showed none indicator of personality growth, 31% ($n = 144$) presented 1 indicator, 22% ($n = 104$) 2 indicators, 11% ($n = 50$) presented 3 indicators, and 4% ($n = 16$) met criteria for 4 indicators of personality growth. Non-recently-divorced individuals exhibited more cumulative personality growth ($M = 1.41$, $SD = 1.16$) than recently-divorced, $M = 0.93$, $SD = 0.97$, $t(458) = -4.51$, $p < .001$, Cohen's $d = 0.51$. CAI also differed by divorce initiator status, $t(458) = -2.55$, $p < .01$, Cohen's $d = 0.24$, with divorce initiators reporting significantly more cumulative personality growth ($M = 1.35$, $SD = 1.18$) than divorce non-initiators ($M = 1.08$, $SD = 0.99$). As presented in Table 1, participants' mean for CGI total score was 1.23 ($SD = 1.11$).

1.2.2. Addictive versus threshold cumulative model of personality growth. Participants' personal growth was significantly predicted by the CGI as a quadratic function, $F(2, 458) = 84.84$, $p < .001$ and a significant improvement in fit over the linear function, $\Delta F(2, 458) = 14.68$, $p < .001$. Additional variance in CGI score was accounted by the quadratic function, beyond that explained by the linear function ($R^2 = .271$, $\Delta R^2 = .023$). Furthermore, the

comparison of Cohen's effect sizes for the linear ($f^2 = .33$) and quadratic ($f^2 = .37$) cumulative models showed a stronger association between the quadratic model and the CGI scores (Table 2). Personal growth increased as the accumulation of personality growth indicators increased in a quadratic fashion (Figure 1B). Follow-up ANOVA results revealed significant group differences, $F(4, 455) = 43.58, p < .001$. Post hoc Scheffé analyses revealed that individuals with no indicator of cumulative personality growth ($M = 31.97, SD = 5.12$) had lower levels of personal growth than individuals with 1 indicator ($M = 35.97, SD = 3.92, p < .001$), or with 2 indicators ($M = 37.69, SD = 3.85, p < .001$), or 3 indicators ($M = 38.44, SD = 3.52, p < .001$) or 4 indicators ($M = 40.25, SD = 2.05, p < .001$). Post hoc tests also indicated that participants with 1 indicator of cumulative personality growth showed lower personal growth than participants with 2 indicators ($p < .05$), or 3 indicators ($p < .01$), or 4 indicators ($p < .001$). Personal growth was not found to differ significantly between participants with 2, or 3, or 4 indicators of cumulative personality growth (all $p > .05$).

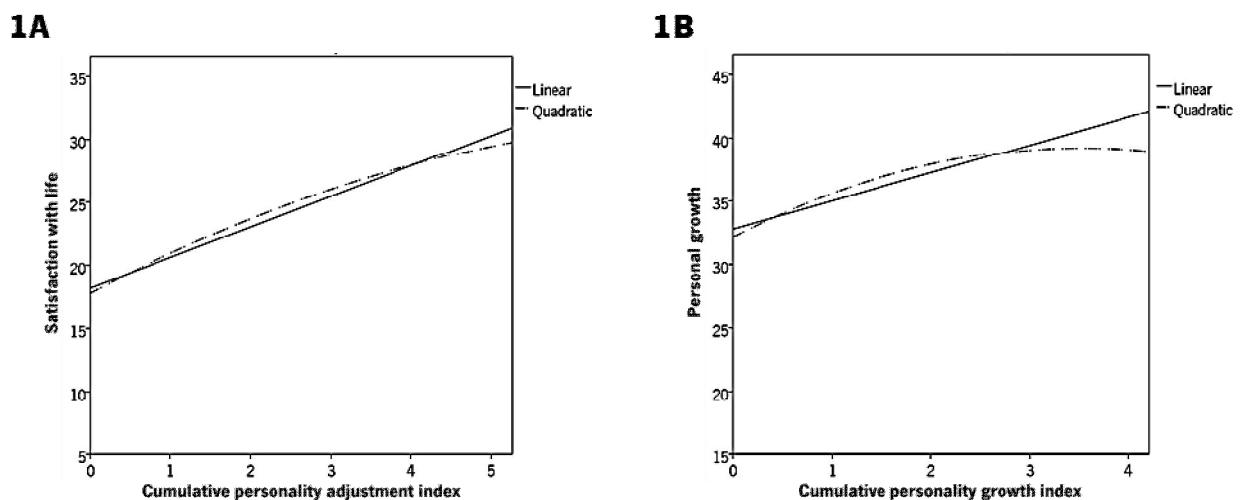


Figure 1. Mean of outcomes variables for each level of the cumulative indexes. Figure 1A displays mean of satisfaction for each level of the cumulative personality adjustment index (CAI). Figure 1B represents mean of personality growth for each level of cumulative personality growth index (CGI).

Aim 2: The Moderating Effect of Time since Divorce and Divorce Initiator Status on CAI and satisfaction with life and on CGI and personal growth

2.1. Satisfaction with life.

A hierarchical regression model was conducted to test the moderating role of time since divorce and divorce initiator status on the association between CAI and satisfaction with life. In

this model, Step 1 included the main effects (i.e., CAI, time since divorce, divorce initiator status), Step 2 added three two way-interactions (CAI by time since divorce, CAI by divorce initiator status and time since divorce by divorce initiator status), and Step 3 examined a three-way interaction (CAI by time since divorce by divorce initiator status). Prior to generating the interaction terms, all variables were standardized, with exception of the dichotomous variable 'divorce initiator status' (0 = divorce non-initiators/mutual consent and 1 = divorce initiators).

The final significant step in the model accounted for 39% of the variance in satisfaction with life. Step 1 revealed main effects for time since divorce on satisfaction with life ($\beta = .11, p < .001$). At step 2, the two-way interaction terms were entered in order to test the moderating role of time since divorce and divorce initiator status on the association between CAI and satisfaction with life. In spite of the addition of this product term increased the explained variance in satisfaction with life ($\Delta R^2 = .028, p < .001, f^2 = 0.63$), none of the two-way interaction formed by CAI emerged as significant (Table 3).

Table 3.
Hierarchical Regression Predicting Satisfaction with Life from CAI, Time since Divorce, and Divorce Initiator Status

Variable	B (SE)	B 95% CI	β	R^2	ΔR^2	f^2
Step 1						
CAI	0.57 (0.04)	[0.49, 0.64]	.57**			
Time since divorce	0.11 (0.04)	[0.04, 0.19]	.11**			
Divorce initiator status	0.13 (0.08)	[-0.02, 0.28]	.06			
<i>F</i> (3, 457)		84.89**		.358**		0.56
Step 2						
CAI × Time since divorce	-0.04 (.04)	[-0.12, 0.04]	-.04			
CAI × Divorce initiator status	-0.14 (0.08)	[-0.29, 0.01]	-.11			
Time since divorce × Divorce initiator status	0.31 (0.08)	[0.17, 0.50]	.23**			
<i>F</i> (6, 454) change		6.95**		.387**	.028	0.63
Step 3						
CAI × Time since divorce × Divorce initiator status	-0.17 (0.08)	[-0.33, -0.01]	-.12*			
<i>F</i> (7, 453) change		4.45*		.393*	.006	0.65

Note. CAI = Cumulative adjustment index. Divorce initiator status: 0 = divorce non-initiators/mutual consent and 1 = divorce initiators.

* $p < .05$. ** $p < .001$.

In the third step, the three-way interaction term was entered to test second-order moderation. The explained variance in satisfaction with life significantly increased by the addition of step 3 ($\Delta R^2 = .006, p < .05, f^2 = 0.65$), suggesting that CAI, time since divorce, and divorce initiator status entered in step 3, significantly account for differences in satisfaction with life

among the divorced adults ($\beta = .12, p < .05$). In order to interpret these results, the interaction effects were for plotted for the two levels of divorce initiator status (divorce non-initiators and divorce initiators). For each level of divorce initiator status, the association between CAI and satisfaction with life for low and high time since divorce was plotted. Low time since divorce was defined as minus one standard deviation from the mean and high time since divorce as plus one standard deviation from the mean (falta inserir Aiken & West, 1991; Cohen, Aiken, & West, 2004). Simple slopes analyses were conducted as recommended by Aiken and West (1991). Slope difference tests were also computed to probe the three-way interaction effect by examining whether differences between pairs of slopes were significantly different from zero (Dawson & Richter, 2006). The results are shown in Figure 2.

In the divorce initiators group (Figure 2, panel B), despite associations between CAI and satisfaction with life were significant at both high ($B = .41, t = 3.54, p < .001$) and low ($B = .64, t = 4.87, p > .001$) levels of time since divorce, the slope difference tests revealed that this association was significantly stronger among divorce initiators with high time since divorce ($t = -2.19, p < .05$). Among divorce non-initiators individuals (Figure 2, panel A), CAI was related to satisfaction with life when time since divorce was high ($B = .72, t = 7.15, p < .001$) and when was low ($B = .60, t = 6.01, p > .001$). However, these two slopes failed to differ from each other ($t = -1.71, p > .05$). Additionally, among the participants with high time since divorce, simple slopes analysis revealed that the association between CAI and satisfaction with life was significantly stronger for divorce initiators than divorce non-initiators ($t = -2.71, p < .001$).

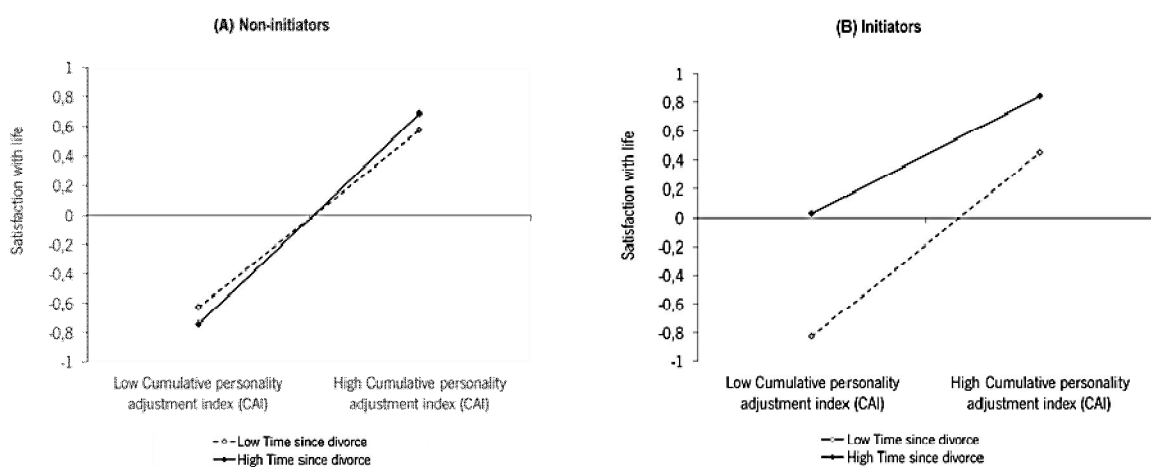


Figure 2. Interaction between cumulative personality adjustment index (CAI), divorce initiator status and time since divorce in predicting satisfaction with life.

2.2. Personal growth.

An additional hierarchical regression model was conducted to examine the moderating role of time since divorce and divorce initiator status on the association between CGI and personal growth. In this model, Step 1 included the main effects (i.e., CGI, time since divorce, divorce initiator status), Step 2 examined three two way-interactions (CGI by time since divorce, CGI by divorce initiator status and time since divorce by divorce initiator status), and Step 3 examined a three-way interaction (CGI by time since divorce by divorce initiator status). All variables were standardized (with exception of the divorce initiator status variable) prior to generating the interaction terms. Results are reported in Table 4.

The first step explained 25% of the variance in personal growth ($R^2 = .251, p < .001$). CGI was the only predictor of personal growth ($\beta = .51, p < .001$). Surprisingly, in contrast with our hypothesis, the three two-way interactions entered at the step 2 and the three-way interaction added in the step 3 did not emerge as significant. Furthermore, the addition of steps 2 ($\Delta R^2 = .003, p > .005$) and 3 ($\Delta R^2 = .003, p > .005$) did not improve the explained variance in personal growth.

Table 4.
Hierarchical Regression Predicting Personal Growth from CGI, Time since Divorce, and Divorce Initiator Status

Variable	B (SE)	B 95% CI	β	R^2	ΔR^2	f^2
Step 1						
CGI	0.51 (0.41)	[0.43, 0.59]	.51*			
Time since divorce	-0.03 (0.41)	[-0.11, 0.05]	-.03			
Divorce initiator status	-0.10 (0.08)	[-0.26, 0.07]				
<i>F</i> (3, 457)		50.81*		.251		0.33
Step 2						
CGI × Time since divorce	-0.04 (0.04)	[-0.12, 0.05]	-.04			
CGI × Divorce initiator status	-0.08 (0.09)	[-0.25, 0.09]	-.06			
Time since divorce × Divorce initiator status	0.01 (0.09)	[-0.17, 0.18]	.004			
<i>F</i> (6, 454) change		0.60		.253	.003	0.34
Step 3						
CGI × Time since divorce × Divorce initiator status	-0.13 (0.09)	[-0.31, 0.05]	-.11			
<i>F</i> (7, 453) change		1.92		.257	.003	0.35

Note. CGI = Cumulative growth index. Divorce initiator status: 0 = divorce non-initiators/mutual consent and 1 = divorce initiators.

* $p < .001$.

Discussion

Two major aims were pursued in the current research. First, we wanted to test whether satisfaction with life and personal growth would be predicted by cumulative indexes constructed based on theory-driven positive personality indicators. Second, we examined the moderating role of time since divorce and divorce initiator status on the association between CAI and satisfaction with life and CGI and personal growth.

As we predicted, the accumulation of indicators of positive personality development explained a moderate to large amount of variance of satisfaction with life and personal growth, as subjective indicators of personality adjustment and personality growth. Regarding personality adjustment, results supported an additive cumulative model, in which the gradual accumulation of indicators differentiated individuals' satisfaction with life. Results suggested that while adults who report more indicators of personality adjustment had an increased likelihood to experience satisfaction with life, there is no evidence for a specific threshold beyond which their satisfaction with life turn dramatically and multiplicatively improved. These findings are in line with longitudinal studies that reported a linear and progressive increase of satisfaction with life after divorce for the majority of the individuals (Lucas, 2005; Luhmann, et al., 2012; Mancini, Bonanno, & Clark, 2011). This linear trend suggests that satisfaction with life after divorce is a continuous and gradual process of cognitive and emotional adjustment, may be intrinsically dependent of the successful resolution of developmental tasks triggered by divorce. In line with previous research (Hewitt & Turrell, 2011), the 3-way moderation (CAI \times divorce initiator status \times time since divorce) found as significant suggests that the association between CAI and satisfaction with life is complexly moderated and highlights divorce as a developmental process transition. CAI was more strongly related to satisfaction with life among individuals with high time since divorce and this association was even stronger for those who initiated their divorce. By contrast, no other moderation effect was found in the association between CAI and satisfaction with life.

Surprisingly, when compared with the linear function, the quadratic model best fitted the data for explaining the variance in the association between CGI and personal growth. Individuals with no indicators of personality growth reported lower personal growth than individuals with one or more indicators, however, no significant statistical differences in personal growth were found among individuals with 2, 3, or 4 indicators. This quadratic association between CGI and personal growth indicates that personal growth increases with greater accumulation of

personality growth indicators and the increase rate of personal growth has a tendency to be lower among divorced adults with higher CGI scores than among those with lower CGI scores.

These findings suggest a threshold-saturation model in which the positive association between one individual indicator and personal growth is made better by the simultaneous presence of other indicator. Results showed a threshold effect in which a certain number of indicators of personality growth is needed for higher levels of personal growth. However, from the presence of two indicators, the additional indicators have less impact on the prediction of personal growth, as the accumulated number of indicators that describe the individual grows larger. This finding may suggest that the absence of indicators of personality growth could be detrimental to personal growth and the impact of each individual indicator diminish for the cumulative prediction of personal growth, creating a saturation effect. Thus, results revealed that personal growth did not steadily increase as indicators of personality growth accumulate and also suggest that the individuals may not experience a similar rate of increase of personal growth. Contrasting with our expectations, no interaction effect was significant in moderating the association between CGI and personal growth.

The question that may be raised is: why do personality adjustment and personality growth assume different cumulative patterns? Firstly, divorce is a life event with high potential of introducing a core of deep changes in adults' life (Lamela, Figueiredo, Bastos, et al., 2013). It is plausible to think that adults invest available resources in their personal adjustment and, for those who are parents, in their children's psychological adjustment as well. For that reason, the primary goal of divorced adults may be to respond as masterly as they can to contextual changes operated in their environment. This addictive relationship between cumulative indicators of personality adjustment and satisfaction with life may reflect the positive and successful resolution of the developmental tasks related to divorce, since subjective well-being reacts to life changes and, therefore, could be seen an accurate criterion of positive resolution of life transitions.

Additionally, as Staudinger and colleagues suggested, the ability to masterly cope with contextual demands has a functional value to positive functioning of the individual and the community. A successful communal life is strictly dependent of *incidence rate* of personal adjustment (see Staudinger & Bowen, 2010 to deeper discussion about the mechanisms through which societies promote personal adjustment). Consequently, as individual adjustment is a main evolutionary demand for communal functioning, societies make effort to assure that all their members have access to indispensable resources to encounter the society's demands and

expectations. In the last decades, at least in the majority of the Western countries, societies have developed some social resources that promote adults' adjustment to divorce, such as divorce acts in which the legal figure of litigious divorce is abolished, the existence of family mediation services, the public access to services of psychotherapy, the positive discrimination of divorced adults with children in taxes, and the additional social security supports to single parents. Therefore, societies stimulate and provide tools to adults adjust gradually to this transition with high degrees of success. By contrast, personal growth will be lesser incident (as also seen in our sample) and the path to achieve personality maturity may be not linear in consequence of societies invest much less resources in individuals' growth since it is not an obligatory demand to positive communal life (Staudinger & Bowen, 2010). Personality growth is not directly and explicitly recognized either, and this kind of positive personality development depends essentially of the personal investment (Rice & Pasupathi, 2010). Due this individual *discretionary effort*, the association between accumulation of indicators of personality growth and personal growth as criterion of personality maturity may be not additively proportional since is dependent, at least partially, individuals' intentions of initiate personal growth related efforts and settle its shape, duration, saliency and direction.

The different trends found in the prediction of satisfaction with life and personal growth could help to speculate about the interdependent relation between personality adjustment and personality growth trajectories. In fact, the threshold-saturation model found in the prediction of personal growth may be an adaptive consequence of the process of the personal adjustment to divorce. The efforts of achieve personality maturity may hinder the process of personal adjustment during the aftermath of divorce. Personality maturity reflects the highest levels of personality performance. One of the major meta-criterion of personality maturity is the optimal dynamics of self-complexity. The accumulation of high scores in all major indicators of personality growth may denote an extremely high differentiate, plural and knowledgeable self-representation that can threat personality adjustment after this event. High complexity in personality growth domains may, in this way, conduct to threatening doubts about self and lack of sense of environment mastery and autonomy. For example, Bursik (1991) found that women who reported the lowest scores in emotional adjustment in the immediate period after divorce and one year later were those who showed the highest mean level of ego development in the immediate time after divorce. That finding may suggest that high self-complexity may be a risk factor for well-being and positive mental health during the adjustment to major life transition.

Facing these results, it plausible to hypothesize that, at least for recently-divorced adults, a higher incidence of cumulative adjustment indicators may be interdependent of a moderate prevalence of cumulative growth indicators during the acute time of struggle with this stressor. However, we did not test directly this hypothesis and further research between the developmental associations between adjustment and growth trajectories should be conducted.

Limitations and future research

The results of this research should be interpreted bearing some limitations in mind. First, the dichotomization of the indicators of personality adjustment and growth was computed using a cut-off criterion based on the sample mean. Therefore, the cumulative indexes scores are sample-specific and special caution is generalization of the results is recommended. Second, we used the 75th percentile (or 25th percentile in two variables) as standardized cut-off criterion for dichotomization, assuming theoretically that high scores were more indicative of high/*ideal* performance for all variables. However, for some variables, higher scores may not consensually represent the best indicator of personality adjustment or growth. For example, while some studies demonstrated that a high level of self-acceptance is a major protective factor for positive mental health and beneficial for higher levels of life satisfaction, others studies however revealed that high self-acceptance may lead to an unrealistic overestimation of individuals' sense of competence twisting their performance and, by this way, reduce their ability to adjust (Baumeister, Campbell, Krueger, & Vohs, 2003; Orth, Robins, & Widaman, 2012; Sowislo & Orth, 2013). We opted therefore to employ a uniform cut-off criterion for all variables. Third, the sample was globally composed by highly-educated participants that could have reduced the variance in the associations between the criteria of positive personality development and the cumulative indexes. Fourth, we did not control whether divorce was considered as a turning-point event to the participants. Despite participants were clearly instructed to answer to self-report instruments having in mind their divorce as reference point, the present results could be even more vigorous whether control groups were used (e.g., a control group composed by adults with no major life events and a control group composed with adults with more or other major life events). Finally, we only measured the subjective criteria of positive personality development. Future research should employ measures of objective criteria of positive personality, such as behavioral, physical, and neurocognitive assessment of personal functioning as objective criteria

of personality adjustment and the use of the Bremen Personal Wisdom Task (Mickler & Staudinger, 2008) to assess the objective component of personality growth.

Our findings suggested that single indicators of personality adjustment and growth exert significant effects on satisfaction with life and personal growth. However, it was evident that most divorced adults with no or one or two indicators of positive personality development did not report the major levels of subjective criteria of personality adjustment and personality maturity. The cumulative effects found in our study underlie the assumption that personality is a composite self-system that should be assessed using an interaction perspective of the personality units. In fact, these results provide some empirical evidence of Staudinger's model of positive personality development and also they suggest that divorce has a positive challenging impact on personality development during adulthood.

References

- Affifi, A., Clark, V., & May, S. (2011). *Practical multivariate analysis* (5th ed.). Boca Raton, FL: CRC Press.
- Ahrons, C., & Rodgers, R. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: Norton.
- Allport, G. (1961). *Pattern and growth in personality*. London: Holt, Rinehart and Winston.
- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family, 62*(4), 1269-1287.
- Amato, P. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family, 72*, 650-666.
- Andreß, H., & Bröckel, M. (2007). Income and life satisfaction after marital disruption in Germany. *Journal of Marriage and Family, 69*(2), 500-512.
- Appelbaum, S. (1973). Psychological-mindedness: Word, concept and essence. *International Journal of Psycho-Analysis, 54*, 35-46.
- Appleyard, K., Egeland, B., Dulmen, M., & Alan Sroufe, L. (2005). When more is not better: the role of cumulative risk in child behavior outcomes. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 46*(3), 235-245.
- Baltes, P. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology, 23*(5), 611-626.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (2006). Lifespan theory in developmental psychology. In R. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology* (6 ed., Vol. 1, pp. 569-664). Hoboken, NJ: Wiley.
- Baltes, P., Reese, H., & Lipsitt, L. (1980). Life-span developmental psychology. *Annual Review of Psychology, 31*, 65-110.
- Baltes, P., Staudinger, U., & Lindenberger, U. (1999). Lifespan psychology: Theory and application to intellectual functioning. *Annual Review of Psychology, 50*, 471-507.
- Bauer, J., & McAdams, D. (2010). Eudaimonic growth: Narrative growth goals predict increases in ego development and subjective well-being 3 years later. *Developmental Psychology, 46*(4), 761-772.

- Bauer, J., Park, S., Montoya, R., & Wayment, H. (2013). Growth motivation along two facets of eudaimonic self-development. *Manuscript under review*.
- Baumeister, R., Campbell, J., Krueger, J., & Vohs, K. (2003). Does high self-esteem cause better performance, interpersonal success, happiness, or healthier lifestyles? *Psychological Science in the Public Interest*, *4*(1), 1-44.
- Brandtstädter, J., & Greve, W. (1994). The aging self: Stabilizing and protective processes. *Developmental Review*, *14*, 52-80.
- Brandtstädter, J., & Rothermund, K. (2002). The life-course dynamics of goal pursuit and goal adjustment: A two-process framework. *Developmental Review*, *22*(1), 117-150.
- Buehler, C. (1987). Initiator status and the divorce transition. *Family Relations*, *36*, 82-86.
- Bursik, K. (1991). Adaptation to divorce and ego development in adult women. *Journal of Personality and Social Psychology*, *60*(2), 300-306.
- Cann, A., Calhoun, L., Tedeschi, R., Taku, K., Vishnevsky, T., Triplett, K., & Danhauer, S. (2010). A short form of the Posttraumatic Growth Inventory. *Anxiety, Stress & Coping*, *23*(2), 127-137.
- Carstensen, L., Isaacowitz, D., & Charles, S. (1999). Taking time seriously: A theory of socioemotional selectivity. *American Psychologist*, *54*(3), 165-181.
- Clarke-Stewart, A., & Brentano, C. (2006). *Divorce: Causes and consequences*. New Haven: Yale University Press.
- Clavarino, A., Hayatbakhsh, M., Williams, G., Bor, W., O'Callaghan, M., & Najman, J. (2011). Depression following marital problems: Different impacts on mothers and their children? A 21-year prospective study. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, *46*(9), 833-841.
- Davis, D., Shaver, P., & Vernon, M. (2003). Physical, emotional, and behavioral reactions to breaking up: The roles of gender, age, emotional involvement, and attachment style. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *29*(7), 871-884.
- Diehl, M. (1999). Self-sevelopment in adulthood and aging: The role of critical life events. In C. Ryff & W. Marshall (Eds.), *The self and society in aging processes* (pp. 150-183). New York: Springer.
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, R., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment*, *49*(1), 71-75.
- Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. (2009). Subjective well-being: The science of happiness and life satisfaction. In C. Snyder & S. Lopez (Eds.), *Oxford Handbook of Positive Psychology* (2 ed., pp. 187-193). New York: Oxford University Press.
- Dörner, J. (2006). *A self-concept measure of personality growth: Self-concept Maturity (SCM)*. *Development, validation, and age effects*. Dissertation, International University Bremen, Bremen.
- Everhart, R., Fiese, B., & Smyth, J. (2008). A cumulative risk model predicting caregiver quality of life in pediatric asthma. *Journal of Pediatric Psychology*, *33*(8), 809-818.
- Frazier, P., & Cook, S. (1993). Correlates of distress following heterosexual relationship dissolution. *Journal of Social and Personal Relationships*, *10*(1), 55-67.
- Freund, A. (2008). Successful aging as management of resources: The role of selection, optimization, and compensation. *Research in Human Development*, *5*(2), 94-106.

- Gardner, J., & Oswald, A. (2006). Do divorcing couples become happier by breaking up? *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, *169*(2), 319-336.
- Gosling, S., Vazire, S., Srivastava, S., & John, O. (2004). Should we trust web-based studies? A comparative analysis of six preconceptions about internet questionnaires. *American Psychologist*, *59*(2), 93-104.
- Hampson, S., & Goldberg, L. (2006). A first large cohort study of personality trait stability over the 40 years between elementary school and midlife. *Journal of Personality and Social Psychology*, *91*(4), 763-779.
- Heath, D. (1968). *Growing up college*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Helson, R., & Srivastava, S. (2001). Three paths of adult development: conservers, seekers, and achievers. *Journal of Personality and Social Psychology*, *80*(6), 995-1010.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton.
- Hewitt, B., & Turrell, G. (2011). Short-term functional health and well-being after marital separation: Does initiator status make a difference? *American Journal of Epidemiology*, *173*(11), 1308-1318.
- Jones, D., Forehand, R., Brody, G., & Armistead, L. (2002). Psychosocial adjustment of african american children in single-mother families: a test of three risk models. *Journal of Marriage and Family*, *64*(1), 105-115.
- Kandler, C., Bleidorn, W., Riemann, R., Spinath, F., Thiel, W., & Angleitner, A. (2010). Sources of cumulative continuity in personality: A longitudinal multiple-rater twin study. *Journal of Personality and Social Psychology*, *98*(6), 995-1008.
- King, L., & Raspin, C. (2004). Lost and found possible selves, subjective well-being, and ego development in divorced women. *Journal of Personality*, *72*(3), 603-632.
- Kramrei, E., Coit, C., Martin, S., Fogo, W., & Mahoney, A. (2007). Post-divorce adjustment and social relationships. *Journal of Divorce & Remarriage*, *46*(3-4), 145-166.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J., & Couper, M. (2004). Psychological research online: Report of Board of Scientific Affairs' Advisory Group on the Conduct of Research on the Internet. *American Psychologist*, *59*(2), 105-117.
- Labouvie-Vief, G., & Medler, M. (2002). Affect optimization and affect complexity: Modes and styles of regulation in adulthood. *Psychology and Aging*, *17*(4), 571-588.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013a). Personality predictors of life satisfaction and personal growth in divorced adults. Manuscript submitted for publication.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013b). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Martins, H. (2013). Psychometric properties of the Portuguese version of the posttraumatic growth inventory short form among divorced adults. *European Journal of Psychological Assessment*. Advance online publication.
- Lang, F., Staudinger, U., & Carstensen, L. (1998). Perspectives on socioemotional selectivity in late life: How personality and social context do (and do not) make a difference. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, *53*(1), 21-30.
- Lerner, R. (2010). The place of learning within the human development system: A developmental contextual perspective. *Human Development*, *38*(6), 361-366.

- Lilgendahl, J., & McAdams, D. (2011). Constructing stories of self-growth: How individuals differences in patterns of autobiographical reasoning relate to well-being in midlife. *Journal of Personality, 79*(2), 391.
- Lindfors, P., Berntsson, L., & Lundberg, U. (2006). Factor structure of Ryff's psychological well-being scales in Swedish female and male white-collar workers. *Personality and Individual Differences, 40*(6), 1213-1222.
- Loevinger, J. (1976). *Ego development: Conception and theory*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Lucas, R. (2005). Time does not heal all wounds: A longitudinal study of reaction and adaptation to divorce. *Psychological Science, 16*(12), 945-950.
- Lüdtke, O., Roberts, B., Trautwein, U., & Nagy, G. (2011). A random walk down university avenue: Life paths, life events, and personality trait change at the transition to university life. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*(3), 620-637.
- Luhmann, M., Hofmann, W., Eid, M., & Lucas, R. (2012). Subjective well-being and adaptation to life events: A meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology, 102*(3), 592-615.
- Mancini, A., Bonanno, G., & Clark, A. (2011). Stepping off the hedonic treadmill: Individual differences in response to major life events. *Journal of Individual Differences, 32*(3), 144-152.
- Marks, N. (1996). Flying solo at midlife: Gender, marital status, and psychological well-being. *Journal of Marriage and the Family, 58*(4), 917-932.
- Marks, N., Bumpass, L., & Jun, H. (2004). Family roles and well-being during the middle life course. In O. Brim, C. Ryff & R. Kessler (Eds.), *How healthy are we? A national study of well-being at midlife* (pp. 514-549). Chicago: The University of Chicago Press.
- Marks, N., & Lambert, J. (1998). Marital status continuity and change among young and midlife adults. *Journal of Family Issues, 19*(6), 652-686.
- Mickler, C., & Staudinger, U. (2008). Personal wisdom: Validation and age-related differences of a performance measure. *Psychology and Aging, 23*(4), 787-799.
- Neto, F. (1993). The Satisfaction with Life Scale: Psychometrics properties in an adolescent sample. *Journal of Youth and Adolescence, 22*(2), 125-134.
- Novo, R., Duarte-Silva, E., & Peralta, E. (1997). O bem-estar psicológico em adultos: Estudo das características psicométricas da versão portuguesa das escalas de C. Ryff [Psychological well-being in adults: Study of the psychometric properties of the Portuguese version of the C. Ryff scales]. In M. Gonçalves, I. Ribeiro, S. Araújo, C. Machado, L. Almeida & L. Simões (Eds.), *Avaliação psicológica: formas e contextos* (Vol. V, pp. 313-324). Braga, Portugal: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Nyklíček, I., & Denollet, J. (2009). Development and evaluation of the Balanced Index of Psychological Mindedness (BIPM). *Psychological Assessment, 21*(1), 32-44.
- Orth, U., Robins, R., & Widaman, K. (2012). Life-span development of self-esteem and its effects on important life outcomes. *Journal of Personality and Social Psychology, 102*(6), 1271-1288.
- Overton, W. (2010). *Life-span development: Concepts and issues* (Vol. 1). Hoboken, NJ: Wiley.
- Pasupathi, M., & Staudinger, U. (2001). Do advanced moral reasoners also show wisdom? Linking moral reasoning and wisdom-related knowledge and judgement. *International Journal of Behavioral Development, 25*(5), 401-415.

- Perrig-Chiello, P., & Perren, S. (2005). Biographical transitions from a midlife perspective. *Journal of Adult Development, 12*(4), 169-181.
- Rantanen, J., Metsäpelto, R., Feldt, T., Pulkkinen, L., & Kokko, K. (2007). Long-term stability in the Big Five personality traits in adulthood. *Scandinavian Journal of Psychology, 48*(6), 511-518.
- Reips, U. (2002). Standards for Internet-based experimenting. *Experimental Psychology, 49*(4), 243-256.
- Rice, C., & Pasupathi, M. (2010). Reflecting on self-relevant experiences: Adult age differences. *Developmental Psychology, 46*(2), 479-490.
- Roberts, B., & Caspi, A. (2003). The cumulative continuity model of personality development: Striking a balance between continuity and change in personality traits across the life course. In U. Staudinger & U. Lindenberger (Eds.), *Understanding human development: Dialogues with lifespan psychology* (pp. 183-214). Amsterdam: Kluwer Academic Publishers.
- Roberts, B., & Mroczek, D. (2008). Personality trait change in adulthood. *Current directions in psychological science, 17*(1), 31-35.
- Rutter, M. (1981). Protective factors in children's responses to stress and disadvantage. In M Kent & J Rolf (Eds.), *Prevention of psychopathology* (Vol. 3, pp. 49-74). Hanover, NH: University Press.
- Ryff, C. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*(6), 1069-1081.
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(4), 719-727.
- Sakraida, T. (2005). Divorce transition differences of midlife women. *Issues in Mental Health Nursing, 26*(2), 225-249.
- Sameroff, A., Seifer, R., Baldwin, A., & Baldwin, C. (1993). Stability of intelligence from preschool to adolescence: the influence of social and family risk factors. *Child Development, 64*(1), 80-97.
- Sbarra, D., Smith, H., & Mehl, M. (2012). When leaving your ex, love yourself: Observational ratings of self-compassion predict the course of emotional recovery following marital separation. *Psychological Science, 23*(3), 261-269.
- Schindler, I., & Staudinger, U. (2005). Lifespan perspectives on self and personality: The dynamics between the mechanics and pragmatics of life. In W. Greve, K. Rothermund & D. Wentura (Eds.), *The adaptive self: Personal continuity and intentional self-development* (pp. 3-30). Göttingen, Germany: Hogrefe/Huber Publishers.
- Schindler, I., & Staudinger, U. (2008). Obligatory and optional personal life investment in old and very old age: Validation and functional relations. *Motivation and Emotion, 32*(1), 23-36.
- Singer, T., Verhaeghen, P., Ghisletta, P., Lindenberger, U., & Baltes, P. (2003). The fate of cognition in very old age: Six-year longitudinal findings in the Berlin Aging Study (BASE). *Psychology and Aging, 18*(2), 318-331.
- Slotter, E., Gardner, W., & Finkel, E. (2010). Who am I without you? The influence of romantic breakup on the self-concept. *Personality and Social Psychology Bulletin, 36*(2), 147-160.
- Soons, J., Liefbroer, A., & Kalmijn, M. (2009). The long-term consequences of relationship formation for subjective well-being. *Journal of Marriage and Family, 71*(5), 1254-1270.

- Sowislo, J., & Orth, U. (2013). Does low self-esteem predict depression and anxiety? A meta-analysis of longitudinal studies. *Psychological Bulletin*, *139*(1), 213-240.
- Specht, J., Egloff, B., & Schmukle, S. (2011). Stability and change of personality across the life course: The impact of age and major life events on mean-level and rank-order stability of the Big Five. *Journal of Personality and Social Psychology*, *101*(4), 862-882.
- Specht, J., Egloff, B., & Schmukle, S. (2013). Examining mechanisms of personality maturation: The impact of life satisfaction on the development of the Big Five personality traits. *Social Psychological and Personality Science*, *4*(2), 181-189.
- Staudinger, U., & Bluck, S. (2001). A view on midlife development from lifespan theory. In M. Lachman (Ed.), *Handbook of midlife* (pp. 3-39). New York: Wiley.
- Staudinger, U., & Bowen, C. (2010). Life-span perspectives on positive personality development in adulthood and old age. In R. Lerner, M. Lamb & A. Freund (Eds.), *The handbook of life-span development* (Vol. 2, pp. 254-297). Hoboken, NJ: Wiley.
- Staudinger, U., Dörner, J., & Mickler, C. (2005). Wisdom and personality. In R. Sternberg & J. Jordan (Eds.), *A handbook of wisdom: Psychological perspectives* (pp. 191-219). New York: Cambridge University Press.
- Staudinger, U., & Kessler, E. (2009). Adjustment and growth: Two trajectories of positive personality development across adulthood. In C. Smith & N. DeFrates-Densch (Eds.), *Handbook of research on adult learning and development* (pp. 241-268). New York and London: Routledge.
- Staudinger, U., & Kunzmann, U. (2005). Positive adult personality development. *European Psychologist*, *10*(4), 320-329.
- Staudinger, U., & Pasupathi, M. (2000). Lifespan perspectives on self, personality and social cognition. In F. Craik & T. Salthouse (Eds.), *The handbook of aging and cognition* (pp. 633-688). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Sutin, A., Costa, P., Wethington, E., & Eaton, W. (2010). Turning points and lessons learned: Stressful life events and personality trait development across middle adulthood. *Psychology and Aging*, *25*(3), 524-533.
- Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: The Psychological Adjustment to Separation Test (PAST). *Journal of Family Psychology*, *20*(4), 632-640.
- Tedeschi, R., & Calhoun, L. (1996). The Posttraumatic Growth Inventory: Measuring the positive legacy of trauma. *Journal of Traumatic Stress*, *9*(3), 455-471.
- Tedeschi, R., Calhoun, L., & Cann, A. (2007). Evaluating resource gain: Understanding and misunderstanding posttraumatic growth. *Applied Psychology*, *56*(3), 396-406.
- Tein, J., Sandler, I., & Zautra, A. (2000). Stressful life events, psychological distress, coping, and parenting of divorced mothers: A longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, *14*(1), 27-41.
- Terracciano, A., McCrae, R., & Costa, P. (2010). Intra-individual change in personality stability and age. *Journal of Research in Personality*, *44*(1), 31-37.
- Uglanova, E., & Staudinger, U. (2013). Zooming in on life events: Is hedonic adaptation sensitive to the temporal distance from the event? *Social Indicators Research*, *111*(1), 265-286.
- Waller, K., & MacDonald, T. (2010). Trait self-esteem moderates the effect of initiator status on emotional and cognitive responses to romantic relationship dissolution. *Journal of Personality*, *78*(4), 1271-1299.

- Wallerstein, J. (1986). Women after divorce: Preliminary report from a ten-year follow-up. *American Journal of Orthopsychiatry*, 56(1), 65-77.
- Wang, H., & Amato, P. (2000). Predictors of divorce adjustment: Stressors, resources, and definitions. *Journal of Marriage and Family*, 62(3), 655-668.
- Wilson, T., & Gilbert, D. (2008). Explaining away: A model of affective adaptation. *Perspectives on Psychological Science*, 3(5), 370-386.
- Yáñez-Yaben, S., & González, P. (2010). El CAD-S: Un instrumento para la evaluación de la adaptación al divorcio-separación [The CAD-S: An instrument for the assessment of adaptation to divorce-separation]. *Psicothema*, 22(1), 157-162.

Post-divorce Coparenting Profiles and Parents' Well-being, Parenting, Family Functioning, and Children's Psychological Adjustment

Diogo Lamela¹, Bárbara Figueiredo¹, Alice Bastos² & Mark Feinberg³

¹School of Psychology, University of Minho, ²School of Education, Polytechnic Institute of Viana do Castelo

³Prevention Research Center for the Promotion of Human Development, Pennsylvania State University

The aim of this study was to identify post-divorce coparenting profiles and whether these profiles differentiate parents' well-being, parenting practices, family functioning, and children's psychological problems. Cluster analysis was conducted to filter distinct post-divorce coparenting profiles based on Portuguese divorced parents' self-reported coparenting relationship assessed in four components: agreement/support, undermining, division of labor, and exposure to conflict ($N = 314$). A three clusters solution was found and replicated: Cooperative, overt-conflicted, and undermining coparenting. Parents in the covert-conflicted coparenting group exhibited significantly lower life satisfaction and self-acceptance, as well as significantly higher divorce-related negative affect and inconsistent parenting than parents of undermining and cooperative coparenting groups. Parents of the cooperative coparenting group reported higher levels of positive family functioning and lower externalizing and internalizing problems in their children. These results suggested that a coparenting alliance may function as a protective factor of individual and family outcomes after parental divorce.

Coparenting; divorce; externalization; internalization; parenting; well-being.

Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. (2013). Post-divorce coparenting profiles and parents' well-being, parenting, family functioning, and children's psychological adjustment. *Under review Child Development*.

Parental divorce is a major risk factor for internalizing and externalizing problems in children and adolescents (Averdijk, Malti, Eisner, & Ribeaud, 2012; Sentse, Ormel, Veenstra, Hulst, & Oldehinkel, 2011). Cross-sectional and longitudinal studies have showed that children of divorced parents reported more psychological maladjustment outcomes than children of married parents (Ångarne-Lindberg & Wadsby, 2012; Lorenz, Wickrama, Conger, & Elder, 2006). A large body of research has revealed that children of divorced parents exhibited a heightened prevalence of conduct problems (Robbers et al., 2012), delinquency trajectories (Burt, Barnes, McGue, & Iacono, 2008), anxiety and depression symptoms (Oldehinkel, Ormel, Veenstra, De Winter, & Verhulst, 2008) and problems of academic achievement (Potter, 2010).

Although the association between parental divorce and children psychological problems is well-established (Lansford, 2009; Nunes-Costa, Lamela, & Figueiredo, 2009), the theoretical formulations of these empirical data suggest that it not divorce *per se* (i.e., the dissolution of marital subsystem) that triggers children's mental health problems but, instead, pre and post-divorce family processes are considered as the major risk mechanisms of children's psychological maladjustment (Lansford, 2009). Family and child abnormal psychology scholars have traditionally focused their research on understanding how parenting practices and divorce-related interadult conflict account for post-divorce children dysfunctioning (Bastaitis, Ponnet, & Mortelmans, 2012; Forgatch, Patterson, Degarmo, & Beldavs, 2009; Lengua, Wolchik, Sandler, & West, 2000). However, coparenting is also empirically emerging as a key family process in predicting family functioning and family members' psychological well-being in all types of families regardless of their structure (Feinberg, Kan, & Hetherington, 2007). In fact, prior research with married, divorced and never-married parents has demonstrated that coparenting may function as an executive family subsystem that mediates or moderates the associations between marital relationships and children psychological adjustment (Katz & Low, 2004), marital relationships and parenting (Pedro, Ribeiro, & Shelton, 2012) as well as between parenting and children's psychological adjustment (Teubert & Pinquart, 2010).

In families with divorced parents, coparenting may assume a key-role in the prediction of children's psychological adjustment. However, the majority of the research is not theoretically-driven and the measurement of coparenting presented several limitations. Additionally, little is empirically known about post-divorce coparenting profiles and how family and children's outcomes may vary according to these profiles. Pattern-based approaches – e.g., cluster-analytic

procedures – are advised to identify qualitatively distinct typologies. Therefore, the main goal of this study is extending previous literature by identifying post-divorce coparenting profiles and examining in what extent parenting, parents' well-being, family functioning, and children's psychological adjustment differ as function of coparenting profiles.

Coparenting

Coparenting is defined by the reciprocal and conjoint involvement of both parents in education, childrearing and planning children's life decisions (Feinberg, 2003; Schoppe, Mangelsdorf, & Frosch, 2001). Coparenting construct also entails the efforts (or lack of them) of each coparent in supporting the other coparent's parenting practices (Konold & Abidin, 2001). In addition, coparenting describes parents' expectations, beliefs, attitudes and behaviors regarding the dynamic interplay with the other parent in the caregiving of a specific child (parent ↔ parent interactions) (Feinberg, 2003; Mchale, 2007). In this way, successful coparenting is not purely portrayed by the non-existence of coparenting conflict and hostile strategies but also encompasses a proactive alliance between the coparenting dyad and a shared commitment in childcare tasks (Dush, Kotila, & Schoppe-Sullivan, 2011).

Coparenting is a multidimensional construct by nature (Teubert & Pinquart, 2010). Feinberg (2003) proposed four main coparenting components in his ecological model of coparenting: childrearing agreement (the extent to which each coparent agrees on the child-related issues), division of labor (how coparenting dyad shares and coordinates childcare duties and responsibilities), support/undermining (coparenting support comprises validation of the other parent's efficacy as a parent and respect and promote the other's parenting practices, whereas coparenting undermining includes the sabotage of other's parenting practices with hostility, criticism, disparagement, blame, and competition), and, finally, joint family management (how parents regulate family members' roles, set boundaries among family subsystems and also to what extent they expose children to overt conflict) (Feinberg, 2003). According to Feinberg's conceptual model, coparenting assumes a crucial role in family structure and functioning. Coparenting is conceptualized as exerting, on the one hand, proximal influence on children's outcomes (e.g, coparents' positive coordination in daily childrearing duties and the exposure to interparental conflict) and, on the other hand, distal influence by affecting parents' adjustment and parenting practices, which in turn have impact on children's adjustment. This conceptual hypothesis has been supported by a body of empirical work. Solmeyer and Feinberg (2011)

found that coparenting undermining predicted newly parents' depression symptoms, whereas coparenting support and division of childcare labor was found as predictor of family climate in samples with toddler children (Sotomayor-Peterson, Figueredo, Christensen, & Taylor, 2012). Jones et al. (2003) also found that coparenting conflict was associated with children's internalizing and externalizing problems and this association was also partially mediated by parenting skills, meaning that coparenting exerts influence on children's adjustment by direct and indirect (via parenting) paths.

In intact families, children's internalizing and externalizing problems have been predicted by coparenting childrearing disagreement (Chen & Johnston, 2012), low supportive coparenting (Schoppe et al., 2001), elevated undermining coparenting (McHale & Rasmussen, 1998), and reduced joint family management (Feinberg et al., 2007). Furthermore, a recent meta-analysis study found that coparenting domains (coparenting cooperation, conflict, and triangulation) longitudinally predicted changes in children's social functioning and in externalizing and internalizing symptoms (Teubert & Pinquart, 2010).

Post-divorce coparenting and children's internalizing and externalizing problems

For the majority of former married couples who have children together, the contact with the ex-spouse is strictly related to the coparenting tasks and responsibilities. Therefore, effective coparenting relationships between ex-spouses may be favorable for children's psychological adjustment, since they reduce children's exposure to conflict (Sbarra & Emery, 2008), increase parents' cooperation in childrearing (Markham, Ganong, & Coleman, 2007), promote positive parenting and involvement of the nonresidential parent (Sobolewski & King, 2005), and contribute to parental psychological adjustment (Sbarra & Emery, 2005). Previous research has shown that post-divorce coparenting cooperation is positively associated with marital adjustment during marriage (Lamela & Figueiredo, 2011) and low levels of parental gatekeeping beliefs and behaviors (Pruett, Williams, Insabella, & Little, 2003), and negatively linked with divorce litigation (Sbarra & Emery, 2008), a new parents' intimate relationship (McGene & King, 2012), parental depression and anxiety symptoms (Sweeper & Halford, 2006), and time since divorce (Amato, Kane, & James, 2011).

Surprisingly, although coparenting is a well-studied family process in families with divorced parents, the majority of these studies is not informed by any conceptual model and assessed coparenting as a unidimensional construct. The measures used in previous research

treat coparenting as a composite dimension that restrains an accurate examination of which coparenting components are associated with specific children's psychopathological problems. Additionally, a substantial number of the published studies focused on the effects of post-divorce coparenting quality on nonresidential parents' involvement (McGene & King, 2012) and only a reduced number of studies examined the contribution of coparenting components in children psychological adjustment. Since past research employed the similar conceptual labels to describe different constructs, we will use Feinberg's model coparenting components typology to organize previous literature findings.

Past research has suggested that post-divorce children's externalizing problems are primarily associated with low joint family management (i.e., exposure to coparenting conflict, triangulation) (Benson, Buehler, & Gerard, 2008; Jones, Shaffer, Forehand, Brody, & Armistead, 2003; Stadelmann, Perren, Groeben, & von Klitzing, 2010). For example, Stadelmann et al. (2010) found that parents' separated/divorce status and interparental conflict (defined as expression of anger and aggression between parents) predicted children's conduct problems in transition to elementary school, while Jones et al. (2003) found that coparenting conflict (including parents' use of anger strategies to solve coparenting disagreements) predicted longitudinally children's aggressive behaviors but not children's depression symptoms. Additionally, a reduced number of studies also revealed that externalizing problems are predicted by coparenting undermining and low coparenting support (Pruett et al., 2003; Whiteside & Becker, 2000).

In the case of internalizing problems, past empirical studies demonstrated that the higher levels of undermining coparenting and lack of coparenting support may be the coparenting component which is most strongly associated with children's internalizing problems (Benson et al., 2008; Buehler & Trotter, 1990; Shimkowski & Schrodt, 2012). For instance, Shimkowski and Schrodt (2012) found that elevated levels of coparenting undermining and low levels of coparenting support were associated with higher frequency of emotional symptoms (e.g., feelings of depression, anxiety, and lack of appetite) in a subsample of young adults with divorced parents. Other studies indicated a moderate association between difficulties in joint family management and internalizing and emotional symptoms (Fosco & Grych, 2010; Schick, 2002). For instance, Schick (2002) found that post-divorce interparental conflict strategies were related to social anxiety symptoms in children aged 9-13 years. On the other hand, division of labor and coparenting agreement were negatively associated with children's social difficulties (a

internalizing-related variable) (Shook, Jones, Forehand, Dorsey, & Brody, 2010; Whiteside & Becker, 2000).

To our knowledge, few published studies created post-divorce coparenting profiles based on interparental relationship variables (Ahrons, 1994; Amato et al., 2011; Maccoby, Depner, & Mnookin, 1990) and only Amato et al. (2011) examined whether adolescents' adjustment outcomes varied across coparenting groups. In order to filter post-divorce coparenting profiles, Maccoby et al. (1990), initially factor-analyzed the coparenting-related items of their interview and two coparenting components emerged: coparenting discord (characterized by sabotage practices of the other parent's parenting and recurrent arguing) and coparenting cooperative communication (childrearing agreement and positive communication about children). Finally, four coparenting profiles were driven by the dichotomization of these two components (the sample was split at the median on each component). Parents who scored high on communication and low on discord were labeled as *cooperative* parents, while those who scored low on communication and high on discord were labeled as *conflicted* parents. The third group, the *parallel* parents, was characterized by low scores on both components, whereas the fourth group showed high scores on both dimensions (*mixed* parents). As Maccoby's et al. (1990) study did not use children's well-being measures, the association between these coparenting profiles and post-divorce children's psychological adjustment was not tested.

Recently, Amato et al. (2011) filtered three post-divorce coparenting profiles: cooperative coparenting, parallel coparenting, and single parenting. Cooperative coparenting group (29% of the sample) was characterized by high-contact between parents and high scores satisfaction with the other parent, low interference of the other parent in one's own parenting, moderate conflict and high scores on positive child-nonresidential parents' relationships (children talking to, visiting, staying overnight with nonresident parents). Parallel coparenting group (35% of the sample) was characterized by moderate contact between children and nonresidential parents and low influence and support in childrearing issues. Finally, the single parenting cluster (36% of the sample) was characterized by rare child-nonresidential parent interactions and low involvement of nonresidential parents in their children's life. Among the six indicators used to examine adolescents' adjustment, authors found that adolescents with parents in cooperative coparenting group significantly reported lower levels of behavior problems than the adolescents with parents in the other two groups. Despite being the first study in literature to examine the differences in adolescents' adjustment as a function of their parents' coparenting profile, Amato's et al. (2011)

study presented some conceptual and methodological limitations. Firstly, with exception of the coparenting conflict dimension, coparenting domains were assessed with one-item question. Coparenting items were not factor-analyzed and reduced conceptual background was provided to choose which items to measure coparenting. On the other hand, adolescents' adjustment outcomes were not assessed using psychometric validated measures (e.g., behavior problems were assessed by questioning parents whether their children had been suspended or expelled from school or if it was particularly difficult to raise or whether they had met with a teacher or principal because of the child's behavior), limiting the validity of these findings for child and family clinical psychology.

Coparenting profiling studies to this date have offered reduced data on the impact in children's psychological adjustment and current profiles are not based in theory-driven coparenting domains, constraining the clinical utility of coparenting research. According to Feinberg's model and recent empirical studies, coparenting exerts also direct influence on parents' well-being, parenting quality and global family functioning. However, past subtyping studies did not yet examine whether parents' well-being, parenting practices and family functioning differ among the post-divorce coparenting groups. The current study used subscales from the Coparenting Relationship Scale – Brief version (Feinberg, Brown, & Kan, 2012) to cluster post-divorce coparenting into different groups. Developed to assess Feinberg's coparenting components, CRS-Brief subscales cover coparenting agreement, support and undermining and practices of division of childcare labor and joint family management. Therefore, CRS-Brief subscales may be valuable in clustering coparenting cooperative and conflicted profiles. We hypothesized that distinct post-divorce coparenting clusters would exhibit different patterns of parents' well-being, parenting practices, family functioning and distinct children's internalizing and externalizing outcomes. Specifically, divorced adults with more elevated cooperative coparenting (high agreement, support and division of labor and very low undermining and joint family management difficulties) were expected to report greater psychological well-being (life satisfaction, regulation of negative affect and self-acceptance used as indicators), lower inconsistent parenting, greater positive parenting and more satisfaction with post-divorce family functioning. It was also expected that parents with more cooperative coparenting would report the lowest levels of children's internalizing and externalizing symptoms and overall psychological problems.

Method

Participants

Participants were 314 divorced adults (aged 24-65 years, $M = 42.7$, $SD = 7.9$) who had Portuguese nationality and were living in Portugal on the time of data collection. Socio-demographic data are summarized in Table 1. Seventy percent of the participants reported to have had a separation period before the legal act of divorce (average of the separation period in days = 124.7, $SD = 288.5$). Divorce was litigious for 30 participants (9.6%) and was mutually consented to 284 (90.4%). Average age of the child was 11.6 ($SD = 5.1$, range = 4–16).

Table 1.

Description of Sample (N = 314), n (%) for Categorical Variables and M (SD) for Continuous Variables

	Value	
	N	%
Gender		
Female	224	71.3
Male	80	28.7
Employment status		
Employed full/part-time	258	82.2
Unemployed	28	8.9
Other	28	8.9
Divorce initiator status		
Divorce initiator	190	60.5
Divorce non-initiator	56	17.8
Divorce mutually initiated	68	21.7
New intimate relationship status		
Yes	96	30.6
No	218	69.4
	<i>M</i>	<i>SD</i>
Years of formal education	1.8	.89
Income (€)	1625	1162
Time since divorce (months)	62.9	58.1
Number of children	1.5	0.6

Measures

Coparenting was assessed using the CRS-Brief (Feinberg et al., 2012). The original CRS-Brief is comprised by 14 items divided in seven subscales (two items per subscale) that measures the four coparenting components of the Feinberg's ecological model. As no Portuguese version of CRS-Brief was available, we translated scale's items and we tested construct validity as well (see Appendix 1 for statistical procedures). The Portuguese version of the CRS-Brief is comprised by 12 items divided into 4 subscales: Coparenting Agreement/Support (6 items),

Division of Labor (2 items), Coparenting Undermining (2 items), and Exposure to Conflict (2 items). Each item is answered on a 7-point scale (total score can range between 0 and 72). Internal consistency (Cronbach's α) in the current sample for Coparenting Agreement/Support, Coparenting Undermining, Division of Labor, and Exposure to Conflict subscales was .89, .72, .62 and .85, respectively.

Satisfaction with life was measured using the Satisfaction with Life Scale (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985). SWLS is a 5-item measure that assesses the sense of general satisfaction with one's life (e.g., "The conditions of my life are excellent"). Life satisfaction is conceptualized as the cognitive domain of the subjective well-being. Each item is rated on a 7-point scale (from "strongly disagree" to "strongly agree") with higher scores representing greater life satisfaction. The Portuguese version of the SWLS showed very good psychometric properties (Neto, 1993). Internal consistency (Cronbach's alpha) was .86 in the current sample.

Negative affect related to divorce was assessed using the Lonely-Negativity subscale of the Psychological Adjustment to Separation Test (Sweeper & Halford, 2006). This subscale examines the existence of negative emotions, affect regulation difficulties and feelings of loneliness triggered by divorce experience (e.g., "I get angry more than I used to", "I sometimes have difficulty controlling my emotions", and "I feel desperately lonely"). The Portuguese version of this scale is comprised by 10 items that are answered in a 7-point scale (from "very poorly" to "very well"). Higher scores indicate higher divorce-related negative affect. The Portuguese version of the PAST revealed excellent psychometric properties (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013). A very good reliability was found in the present sample (Cronbach's $\alpha = .87$).

The Self-acceptance subscale of the Psychological Well-being Scales (Ryff & Keyes, 1995) was administered to assess self-acceptance, defined as the positive attitude toward the self and the individual's ability to make efforts of self-knowledge, to recognize and to accept the multiple aspects of the past and present self. This 7-item measure is answered in a 6-point scale (from "strongly disagree" to "strongly agree"). Higher scores correspond to higher self-acceptance. The Portuguese version used showed adequate psychometric properties (Novo, 2003). Internal consistency (Cronbach's alpha) in the current sample was .83.

Positive parenting and inconsistent parenting were assessed using two subscales with the same designation of the short-version of the Alabama Parenting Questionnaire (Elgar, Waschbusch, Dadds, & Sigvaldason, 2007). Positive parenting subscale measures parent's positive rewards toward child's adequate behavior as well as the frequency of positive

interactions between the parent and the child (e.g., “You praise your child if he/she behaves well”). Inconsistent parenting assesses the parent’s inability to manage/extinguish child’s undesirable behaviors (e.g., “You threaten to punish your child and then do not actually punish him/her”). Each subscale yields 3 items. Participants are asked to rate the typical frequency of various parental and child behaviors on a 5-point scale (from “never” to “always”). Items were translated for the current research, using international standard procedures for psychological measures adaptation. As no construct validity was available in the Portuguese language, a Confirmatory Factor Analysis (CFA) was conducted to test construct validity of the APQ’s positive parenting and inconsistent parenting in the current sample. CFA revealed an excellent fit, Comparative Fit Index (CFI) = .99, Tucker-Lewis Index (TLI) = .98, Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) = .05. Internal consistency (Cronbach’s α) in the current sample for positive parenting and inconsistent parenting subscales, respectively, was .72 and .73.

Overall family functioning was assessed by the General Functioning subscale of the Family Assessment Device (Epstein, Baldwin, & Bishop, 1983), which measures general (un)healthy functioning of intrafamilial relationships. This 12-item subscale emphasizes 6 dimensions of family functioning: communication, problem solving, affective involvement, affective responsiveness, roles, and behavior control. Participants rate each item on a 4-point scale (from “strongly agree” to “strongly disagree”). Higher scores represent poorer family functioning. The Portuguese version of the FAD was used in the current study (Pereira & Silva, 1998). An excellent internal consistency was found in the current sample (Cronbach’s α = .91).

Children psychological maladjustment was measured using the Strengths and Difficulties Questionnaire – Parent Form SDQ (R. Goodman, 1997). The 4 SDQ subscales that cover children and adolescents mental health problems were used: emotional symptoms, conduct problems, hyperactivity-inattention, and peer problems subscales. Each subscale is comprised by 5 items that are answered on a 3-point scale (from “not true” to “certainly true”). Three types of scores using these 4 SDQ subscales were computed. First, the subscale score was calculated by summing the scores of the 5-item of each subscale. Next, a total internalizing problems score (sum of the scores of the emotional symptoms and peer problems subscales) and a total externalizing problems score (sum of the conduct problems and hyperactivity-inattention subscales scores) were also computed (A. Goodman, Lamping, & Ploubidis, 2010). Finally, scores of the all 4 subscales were added up to a total difficulties score. Higher scores reflect more psychological problems.

Procedure

Data for the current study derived from the Portuguese National Study about Divorce Experience (PNSDE). PNSDE was an online-design survey divided in three sections: socio-demographic variables, adults' individual divorce experience, and family processes after divorce (yielding measures of family functioning, parenting, coparenting and child's psychological adjustment). The third section of the survey (family, parenting and child's adjustment measures) was only available to those adults who reported in the socio-demographic section to have had at least one child with ex-spouse. Participants were asked to answer this survey's section considering their youngest child, in case they had more than one child with the former spouse. The survey was accessible on a Portuguese internet research portal for divorce research from June to October 2010. Participants were recruited through notices in the media (e.g., national newspapers) and electronic announcements (e.g., e-mails to institutional public entities web accounts, and announcements on national web forums and websites dedicated to family issues). No financial compensation was provided. To guarantee data quality, standard methodological and ethical guidelines for internet-based research were followed (Kraut et al., 2004; Reips, 2002), such as application of informed consent procedures (Kraut et al., 2004), design of a parsimonious plan of participants' recruitment and application of protection procedures against potentially biased samples. From the 460 PNSDE's participants with validated protocols, 118 participants reported to have had no child with the ex-spouse. From the remaining 342 participants, 28 participants were removed from the current analyses, since their children did not meet SDQ's age criteria (from 4 to 16 years).

Results

Coparenting Profiles

Four subscales of the CRS-Brief were used to perform the cluster analysis: Coparenting Agreement/Support, Coparenting Undermining, Division of Labor, and Exposure to Conflict. A Ward's agglomerative hierarchical cluster analysis (Standardized Euclidian Distance method used) was initially conducted in order to establish the number of clusters. The visual inspection of the hierarchical cluster analysis outputs (e.g., dendrogram analysis, Euclidian distance plot, and agglomeration scheme) suggested the adoption of three clusters as an optimal solution. Aiming to confirm this solution, cases were then clustered performing a *K*-means analysis with squared Euclidean distance as index of similarity (z-scores of the CRS-Brief subscales were

employed). The comparison of the results of the *K*-means analysis with those obtained in the hierarchical cluster analysis revealed a substantial agreement ($\kappa = 0.81$).

Stability of the three-cluster solution was tested using a cross-validation procedure (Mandara, 2003). After randomly splitting the overall sample in two subsamples, a *K*-means analysis was conducted on both subsamples and the agreement between the two solutions was computed. This procedure was replicated ten times (Hoeve et al., 2008). These analyses revealed a substantial agreement for the three-cluster solution ($\kappa = 0.77$, range: 0.51-0.94). Stability of the cluster solution was additionally examined by performing a MANOVA on the coparenting dimensions using the clusters as fixed factor. The MANOVA showed that coparenting dimensions significantly differed between the clusters, Wilks's λ , $F(8, 616) = 174.3$, $p < .001$, $\eta^2 = .69$. Follow-up univariate analyses of variance (ANOVAs) revealed that all clustering variables were significantly different across the three clusters (Table 2).

Table 2.

Average Scores on Subscales of the CRS-Brief for the Coparenting Groups

CRS-Brief dimensions	Coparenting groups						<i>F</i> (2,311)	η^2
	Overt-conflicted coparenting (<i>n</i> = 40)		Undermining coparenting (<i>n</i> = 124)		Cooperative coparenting (<i>n</i> = 150)			
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>		
Coparenting agreement/support	12.55	7.46	12.68	6.60	25.48	7.85	120.1	.44
Coparenting undermining	7.10	3.72	7.15	3.28	2.39	1.69	118.6	.43
Division of labor	1.55	2.32	2.69	2.20	7.45	2.51	181.1	.54
Exposure to conflict	8.75	2.84	2.05	1.15	1.95	1.58	336.5	.68

Note. ANOVA tests of overall group differences were significant at $p < .001$ for all CRS-Brief subscales.

Participants' average CRS-Brief subscale scores in the three clusters are shown in Table 2. The three groups were labeled based on the most salient coparenting dimensions. Cluster 1 (13% of the sample) reported low scores on the SCR-Brief Coparenting Agreement/Support and Division of Labor subscales, elevated average scores on the Coparenting Undermining subscale, and the highest average scores on the Exposure to Conflict subscale. Taking into account that the most salient coparenting characteristic reported by the participants of this cluster was coparenting conflict, they were labeled the overt-conflicted coparenting group (OCC). Cluster 2 (39% of the sample) reported low average scores on the CRS-Brief Coparenting Agreement/Support, Division of Labor and Exposure to Conflict subscales and high scores on the

Coparenting Undermining scale. Since the most salient coparenting dimension in this cluster were the undermining techniques (i.e., use of hostility, criticism, and blame in the coparenting relationship), they were labeled the undermining coparenting group (UC). Finally, Cluster 3 (48% of the sample) revealed the highest average scores on the Coparenting Agreement/Support and Division of Labor subscales and the lowest average scores on the Coparenting Undermining and Exposure to Conflict subscales. As the participants in this group reported the characteristics of successful coparenting described in literature, this cluster was labeled as cooperative coparenting group (CP).

Coparenting profiles: Differences on socio-demographic and divorce-related variables

One-way analyses of variance (followed by the Tukey-Kramer post hoc test for significant ANOVAs) and chi-square tests were conducted to test differences between the coparenting groups in socio-demographic and divorce variables. A difference between the groups in parents' age was found, in which parents of the UC group ($M = 40.4$ years, $SD = 8.0$) reported a statistically significant (all $ps < .05$) lower average age than OCC ($M = 43.9$, $SD = 5.9$) and CC ($M = 44.3$, $SD = 7.8$) groups, $F(2, 313) = 9.45$, $p < .001$. ANOVAs also revealed no significant differences between the groups in average years of education, monthly income, number of children with ex-spouse, focal child age, period of separation before the legal act of divorce, and time since divorce (all $ps > .05$). Chi-square tests showed that no significant differences between groups in parents' gender, new intimate relationship status, employment status, new intimate relationship status, divorce initiator status, and focal child gender (all $ps > .05$). A significant group difference was found for type of divorce, with a higher proportion of those in the OCC group (30%) reporting a litigious divorce as compared with those in the UC (10%) and CC (4%) groups, $\chi^2(2, 314) = 24.71$, $p < .001$, Cramer's $V = .28$, $p < .001$.

Coparenting profiles: Differences on parents' psychological well-being, parenting and family functioning

As presented in Table 3, when compared with the other two coparenting groups, OCC group exhibited significantly lower scores of life satisfaction and self-acceptance, as well as significantly higher scores of divorce-related negative affect and inconsistent parenting. Additionally, the CC group, when contrasted with OCC and UC groups, reported significantly higher levels of post-divorce family functioning. There were no significant differences between the

three groups in positive parenting. No significant differences between UC and CC groups were found on the parents' psychological well-being, the parenting variables and the family functioning.¹

Table 3.

Coparenting Group Differences on Measures of Parents' Psychological Adjustment and Parenting

Variable	OCC (n = 40)		UC (n = 124)		CC (n = 150)		Group differences tests	
	M	SD	M	SD	M	SD	F(2, 313)	Group contrasts ^a
Life satisfaction	18.10	8.25	22.03	6.80	22.24	6.41	6.17**	OCC < UC, CC
Negative affect	27.05	9.97	21.40	8.78	22.45	8.42	6.11***	OCC > UC, CC
Self-acceptance	27.00	8.82	30.97	6.92	32.49	6.01	10.46***	OCC < UC, CC
Positive parenting	13.51	1.68	13.25	1.49	13.33	1.57	0.47	ns
Inconsistent parenting	7.95	2.06	6.98	2.38	6.54	2.12	6.46***	OCC > UC, CC
Family functioning ^b	30.05	1.23	27.79	0.71	24.84	0.64	9.14***	CC < OCC, UC

Note. ^a Significant group differences at $p < .05$ using Tukey-Kramer test. ^b Lower scores in FAD General Functioning subscale correspond to greater family functioning. OCC = Overt-conflict coparenting. UC = Undermining coparenting. CC = Cooperative coparenting. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Coparenting profiles: Differences on children's psychological adjustment

ANOVA test was significant for the SDQ Emotional Symptoms subscale, $F(2, 313) = 4.64$, $p < .01$ (Figure 1, panel A). Tukey-Kramer post hoc tests revealed that parents of CC group reported that their children exhibited significantly lower scores on Emotional Symptoms than UC group. No significant differences were found between OCC and UC as well as OCC and CC groups in the children's emotional symptoms. Parents of CC group reported lower levels of peer problems, as compared with UC, $F(2, 313) = 5.03$, $p < .01$ (Figure 1B). OCC group did not differ from the other two groups in the SDQ Peer Problems subscale. Scores of the SDQ Emotional Symptoms and Peer Problems subscales were also summed to create an Internalizing Symptoms index (A. Goodman et al., 2010). ANOVA test with the three-cluster solution serving as the factor and the Internalizing Symptoms index as dependent variable was significant, $F(2, 313) = 5.96$, $p < .001$ (Figure 2A). When contrasted with UC group, parents of the CC group reported significantly lower internalizing problems. Moreover, the difference in the average scores in this

¹ Since age differences may be expected on, we divided the overall sample into two subsamples based on children's age: 4-10 years subsample ($N = 96$) and 11-16 year-old subsample ($N = 218$). After running the three-cluster solution separately on the two subsamples, all significant and non-significant results found on both subsamples replicated those obtained in the overall sample in the associations between coparenting profiles and the outcomes variables (parents' psychological adjustment, parenting, family functioning, and children's psychological adjustment).

index between OCC and CC groups was not statistically significant. OCC and UC did not significantly differ between each other either.

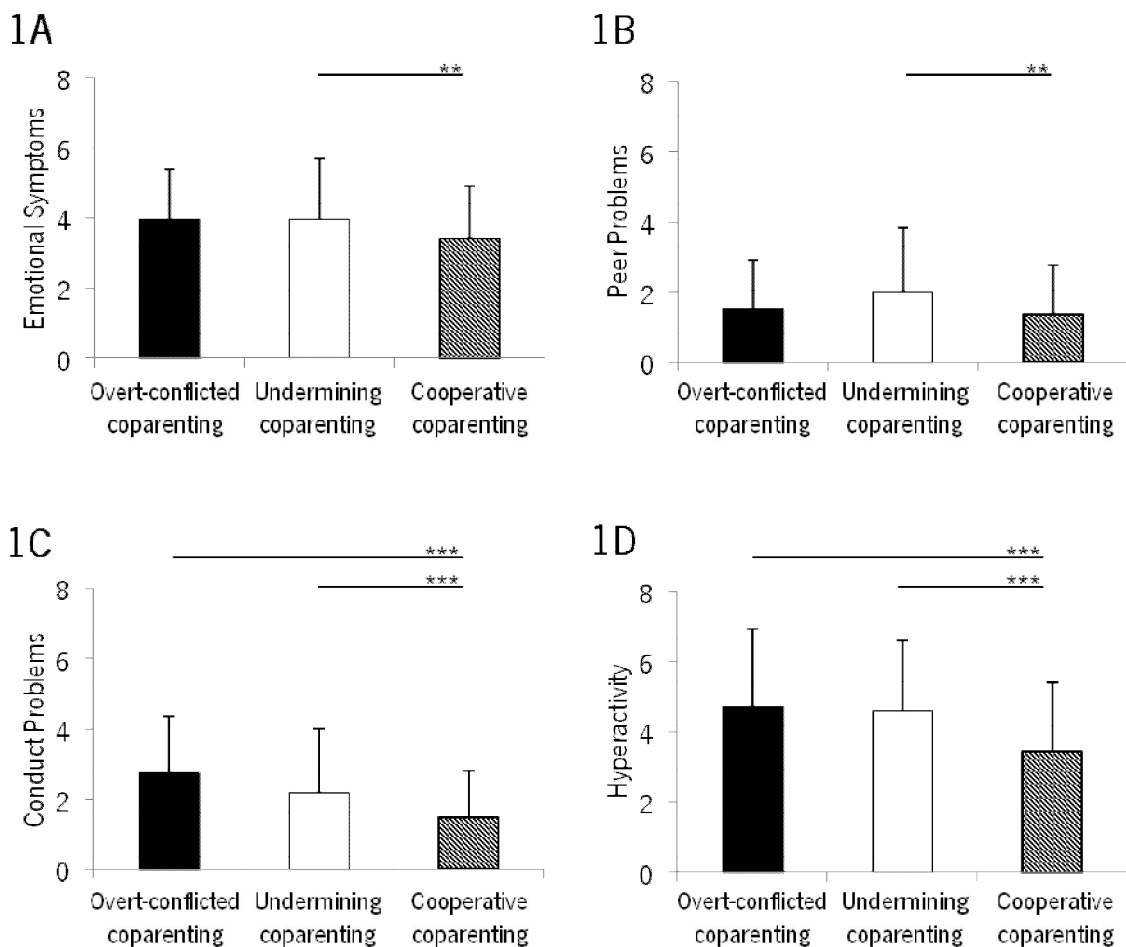


Figure 1. Differences among Coparenting Profiles on SDQ Subscales.

As indicated in Figure 1C, parents of CC group reported that their children exhibited significantly lower conduct problems than those reported by the parents of the OCC and UC groups, $F(2, 313) = 10.50, p < .001$. There was not a significant difference between OCC and UC groups in the reporting of children's conduct problems. For the SDQ Hyperactivity subscale, CC group differs significantly from OCC and UC groups, reporting lower hyperactivity symptoms than the other two groups, $F(2, 313) = 8.64, p < .001$ (Figure 1D). However, differences between OCC and UC groups in this subscale were not significant. In addition, scores of SDQ Conduct Problems and Hyperactivity were summed to compute an Externalizing Symptoms index (Goodman et al., 2010). The ANOVA on the Externalizing Symptoms index and the three-cluster solution serving as the factor revealed that externalizing problems significantly differed between coparenting groups, $F(2, 313) = 12.01, p < .001$. As presented in Figure 2B, Tukey-Kramer post

hoc test showed that, as contrasted with both of the other two groups, parents of the CC group reported lower overall externalizing problems. There were no significant differences between the OCC and UC group on this index. Finally, as indicated in Figure 2C, an overall significant difference was found between three coparenting groups in SDQ's total difficulties scores, $F(2, 313) = 13.85, p < .001$. More specifically, parents of CC group reported significantly lower total psychological problems when compared with OCC and UC groups. No significant differences between OCC and UC groups emerged in the SDQ' total difficulties scores.

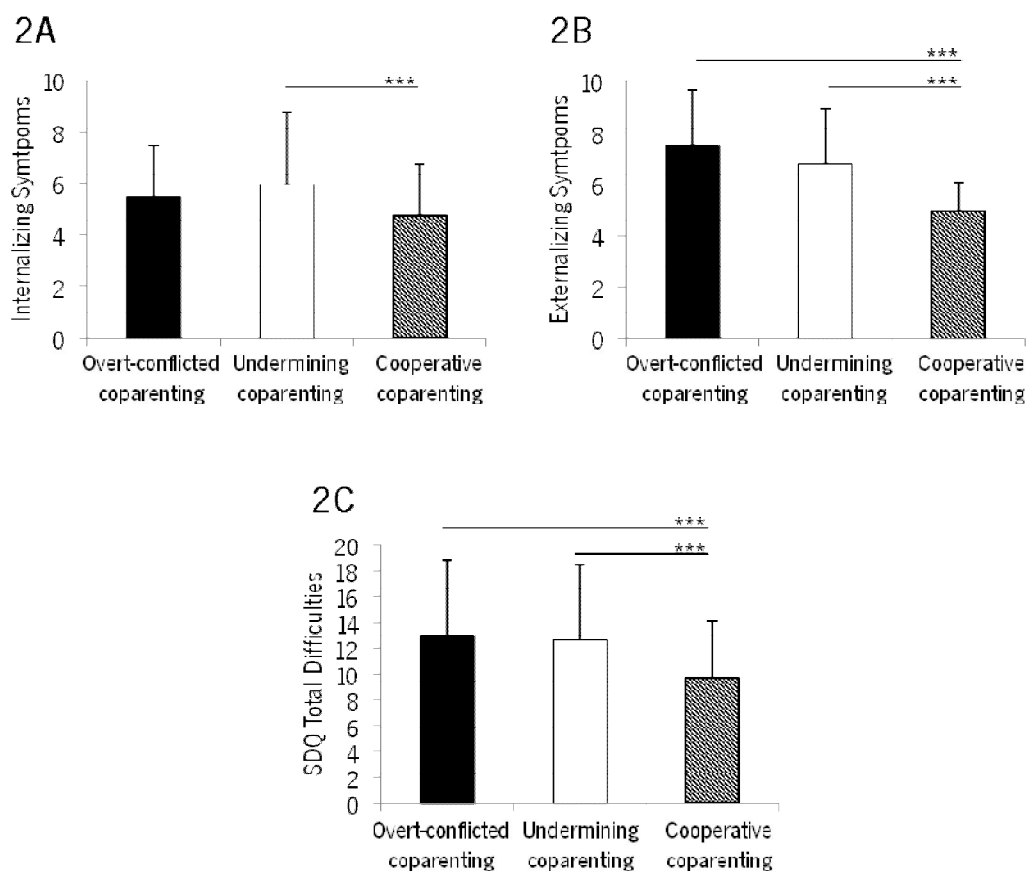


Figure 2. Differences among Coparenting Profiles on SDQ Externalization, Internalization, and Total Symptoms

Discussion

Guided by prior findings and Feinberg's conceptual model that highlighted coparenting as a key family mechanism in the prediction of family members' outcomes (Feinberg, 2003), it was tested whether there was evidence for post-divorce coparenting profiles. We also examined whether these profiles differentiated parents' well-being, parenting quality, global family functioning and, mainly, children's externalizing and internalizing problems in a sample of Portuguese divorced parents. Results revealed that cluster analysis procedures may successfully

contribute for filtering different configurations of coparenting relationships after marital dissolution. Furthermore, these findings may have clinical utility since they showed that post-divorce coparenting profiles were distinctively associated with individual and family outcomes.

Using a psychometric validated measure that assesses theory-driven coparenting components (Feinberg et al., 2012), three post-divorce coparenting profiles were identified: overt-conflicted coparenting, undermining coparenting and cooperative coparenting. Parents classified as overt-conflicted displayed low levels of coparenting agreement/support and division childcare labor with high levels of undermining and the highest scores of children's exposure to coparenting conflict. Parents in the undermining coparenting group exhibited low levels of agreement/support, division childcare labor, high scores of coparenting undermining, and low levels of exposure to conflict. Finally, cooperative coparents evidenced high agreement/support and division of labor with the lowest levels of undermining and children's exposure to conflict.

Post-divorce coparenting profiles identified in this study replicate to some extent those extracted in previous studies but perceptible differences were found as well. First, despite of the description of overt-conflicted coparenting profile is comparable to which was reported previously (Ahrns 1994; Maccoby et al., 1990), the proportion of cases of overt-conflicted coparenting (14%) in our total sample is notably lower than those found by Ahrns (1994) and Maccoby et al. (1990), respectively, 25% and 26% of the overall samples. Second, our results showed a undermining coparenting profile that was not described in earlier studies as well as did not identify a parallel coparenting group (characterized by low scores in all coparenting components) as described by the all other known empirical profiles. The cooperative coparenting profile is however consistent with previous empirical work (Ahrns, 1994; Amato et al., 2011; Maccoby et al., 1990). The proportion of cases in the overall sample is similar to those found by Ahrns (1994) in her longitudinal study (after summing the percentage of cases of the two successful coparenting profiles).

Methodological, cultural, and historical explanations may be plausible to justify these differences. Previous studies tended to aggregate overt (expressed-conflict strategies) and covert (undermining strategies) coparenting conflict into the same composite, which may hinder the distinction between these two groups. As all previous coparenting profiles were extracted using data from American participants and our study used a sample of parents of a European country, sociological and legal differences across nations may also explain these variations on post-divorce interparental relationships (Amato & James, 2010). Finally, data were collected in different

historical periods (1970s-1980s in all American studies vs. 2010s in the current study). Historical changes regarding the social value of divorce and the societal pressure to more post-divorce successful coparenting interactions may contribute to reduce the disengaged coparenting thus increasing coparenting communication and interaction (even if characterized by conflict) between divorced coparents.

To address the clinical value of these profiles, we examined how the post-divorce coparenting configurations were associated with parental psychological well-being, parenting and general family functioning. We expected that cooperative coparenting group reported significantly better scores in these measures as documented in prior research (Rettig, Leichtentritt, & Stanton, 1999).

In contrast to our predictions, overt-conflicted coparenting group exhibited the lowest levels of life satisfaction and self-acceptance and the highest prevalence of divorce-related negative affect. In addition, this coparenting group reported the highest level of inconsistent parenting in comparison with the other two groups. Observing the groups' average scores in CRS-Brief subscales (Table 2), OCC and UC groups exhibited similar scores in all components with exception of exposure to conflict subscale (i.e., joint family management component). Considering also that UC and CC group did not differ in parents' well-being and parenting measures and CC group also reported low levels of coparenting conflict, it is reasonable to hypothesize that coparenting conflict, in an additive interaction with the other components, may play a major role in reducing parents' adjustment and weakening parents' parenting practices (Dorsey, Forehand, & Brody, 2007).

Although additional empirical replication is needed about the specific role of the coparenting conflict in the prediction of family adjustment before extracting further clinical conclusions, this finding elicits plausible interpretations. Frequent expression of overt conflict may permanently increase psychological and physiological stress (Kiecolt-Glaser, Gouin, & Hantsoo, 2010) and, by reducing coparenting cohesion and interdependence, may also decrease perceived coping assistance and coparents' sense of competence. Developmental theories have outlined that effective coparenting alliance and successful parenting are two major developmental tasks to restore or generate and maintain post-divorce parental well-being (Clarke-Stewart & Brentano, 2006). Conflicted interactions may in turn reduce instrumental and emotional support between the coparenting dyad, thus difficulting parenting roles and by this way reducing parents' availability to invest in goals or activities inductors of personal subjective well-being (e.g.,

investment in new intimate relationships). Some previous studies also suggested that the distress caused by interparental conflict is a contingent disruptive mechanism of parenting practices that require parents' psychological responsiveness (e.g., effective discipline) (Galovan, Holmes, Schramm, & Lee, 2013; Gondoli & Silverberg, 1997). Moreover, coparenting overt conflict may also exert an indirect effect on inconsistent parenting via parents' psychological maladjustment. Parents with poorer overall adjustment may exhibit lower sense of parenting self-efficacy and are more likely to make more stable and dispositional parent-centered causal attributions of their children's adjustment problems, which may precipitate inconsistent and ineffective parenting practices (Leung & Slep, 2006). Surprisingly, time since divorce of OCC group did not differ from the other two groups as found in Amato's et al (2011) study. This findings, associated with the higher proportion of litigious divorces in this profile, may suggest that this is a small group of parents characterized by permanent overt conflict coparenting, as documented in previous longitudinal studies (Sbarra & Emery, 2005). Due to the cross-sectional design of our study and given that no causal paths were tested, these interpretations are merely speculative and should be read with caution.

Our results showed that the post-divorce cooperative coparenting profile differentiated externalizing and overall behavior problems from overt-conflicted and undermining coparenting profiles as well as internalizing problems only from undermining coparenting profile. Our findings suggest that cooperative coparenting relationships may be a protective mechanism in buffering the impact of family-related risk factors on children's adjustment, since they reduce children's exposure to interparental hostility, overt and covert disagreement toward childrearing duties and prevent child-parent triangulation and other forms of disrupted coalitions. By showing that the cooperative coparenting profile was significantly associated with lower children's psychological adjustment problems, our study does not corroborate Amato's et al. (2011) conclusions that cooperative coparenting profile is modestly associated with children's positive outcomes. Among six adjustment indicators examined, the authors only found a significant link between cooperative coparenting and lower adolescent's behavior problems. In contrast to Amato's et al. (2011), our findings are robustly consistent with coparenting conceptual frameworks (Feinberg, 2003; Mchale, 2007) and with family risk-resilience perspectives (Cummings, Davies, & Campbell, 2002). Considering the elevated levels of parents' psychological well-being, the low scores of inconsistent parenting, the highest level of family functioning and the inferior children's psychological adjustment problems reported by the parents of CC group, it is also plausible to

hypothesize that the cooperation between the coparenting dyads may function as a cumulative protector mechanism inside the family system.

Considering that the dysfunction in the other coparenting dimensions (i.e., low coparenting agreement/support and low division of labor) was similar in UC and OCC groups, it is reasonable to assume that the presence of coparenting overt and covert (undermining) conflict strategies could be the more detrimental dimensions for children's psychological adjustment. In accordance with the sensitization hypothesis (Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings, & Farrell, 2006), chronic exposure to dysfunctional conflict in the coparenting subsystem sensitizes children to be hypervigilant to conflict since it represents a threat to their emotional security. Children develop negative physiological, behavioral, cognitive (e.g., insecure internal representations of the self) and emotional responses to manage their concerns about security. These responses are constantly activated when children are exposed to episodes of coparenting conflict as a way to preserving security. As a consequence, frequent conflict in coparenting dyad increases the risk of negative emotional reactivity responses and hostile internal representations of the self and interpersonal relationships that are systematically activated during succeeding episodes of conflict between parents (Davies et al., 2006), as well as such responses have the possibility to be generalized to the other children's life domains.

Findings also suggest that overt and covert conflict strategies may have a specialized effect on emergence of specific children's psychological problems (Buehler et al., 1998; Majdandžić, de Vente, Feinberg, Aktar, & Bögels, 2012). Likewise previous findings (Bradford, Vaughn, & Barber, 2008), undermining coparenting group reported more children's internalizing problems than OCC and CC groups and more externalizing problems than CC group. Undermining coparenting is portrayed by criticism, blame, and disparagement used by coparents in child-related issues (Feinberg, 2003). These covert strategies may generate constant and latent tension in the family system that may directly produce in the children a sense of threatening, insecure and uncontrollable environment, reducing their internal representations of emotional security. It is possible to speculate that undermining strategies can be more detrimental for emotional security since, as parents' conflict tends to be indirect and subtle, children may exhibit more difficulties in regulating their exposure to this type conflict and also more feelings of caught in the middle (Buchanan, Maccoby, & Dornbusch, 1991). Undermining coparenting practices can also be applied even when the other parent is not physically present (e.g., a parent criticizes other parent's decision in front of the child). As no parent-parent

interaction is required, this type of coparenting conflict is potentially more prevalent in families with divorced parents, exposing children to a permanent source of dysregulated distress. As a powerful stress-inducer, undermining coparenting may create, exacerbate or prolong interparental conflict-related feelings of helplessness, distress, preoccupation, sadness, frustration, uncertainty, and uncontrollability that are cognitive and emotional precedent risk factors of children's internalizing disorders. By successively jeopardizing children's representations of security, undermining strategies may also sabotage children's efforts of behavioral regulation (Karreman, van Tuijl, van Aken, & Deković, 2008) that is a developmental precursor of difficulties in controlling behavioral impulses and externalizing problems in childhood and adolescence (Eisenberg et al., 2009; Kim, Nordling, Yoon, Boldt, & Kochanska, 2013). Some previous research showed a robust positive association between undermining strategies used by coparenting dyad and children's problems of emotional and behavioral regulation and externalizing symptoms (Bradford et al., 2008; Karreman et al., 2008; Katz & Low, 2004; Schoppe et al., 2001).

Findings also revealed that parents in OCC group reported more children's externalizing problems than CC group. Overt-conflicted coparenting strategies may increase children's predisposition for externalizing problems through direct and indirect mechanisms (Emery, 1982; Feinberg, 2003). The exposure to coparenting conflict may directly contribute to children acquire ineffective interpersonal conflict resolution strategies through social learning processes (Bandura, 1978). Overt conflict (anger and hostility expression) may also interfere with parents' positive parenting practices, increasing the likelihood of parents use more inconsistent and harsh disciplinary strategies (Sturge-Apple, Davies, & Cummings, 2006) that, in turn, is associated with children's greater difficulties in behavioral regulation (Burnette, Oshri, Lax, Richards, & Ragbeer, 2012).

A final intriguing finding in the present study was that parents of OCC group did not differ from CC group in the reporting of their children's internalizing symptoms. Although we expected that CC group would differ from the other two groups in internalizing symptoms, the inexistence of significant differences between these groups is corroborated by the previous research on coparenting in married families, which has found that overt conflict is primarily associated to externalizing problems (e.g., Feinberg et al., 2007). Literature on interparental relationships in general has highlighted that the association between interparental conflict and internalizing symptoms may be (partially) mediated by parents' adjustment and parenting (Finger, Eiden,

Edwards, Leonard, & Kachadourian, 2010; Lindsey, MacKinnon-Lewis, Campbell, Frabutt, & Lamb, 2002) and moderated by contextual variables (Forehand & Jones, 2003) and children's characteristics, such as children's temperament (David & Murphy, 2007), children's family representations (McHale, Johnson, & Sinclair, 1999), emotional insecurity appraisals (Cummings, George, McCoy, & Davies, 2012) and psychophysiological emotional regulation (Leary & Katz, 2004). Lindsey et al. (2002) found that interparental overt conflict and preadolescent boys' peer relationships were not directly connected but instead indirectly related via mother-child emotional reciprocity, whereas David and Murphy's (2007) data suggested that destructive interparental conflict was associated with high interaction and low problems with peer only for those children with high effortful control. For this reason, it is not surprising that CC group only differed in internalizing symptoms from UC group, since undermining strategies between parents have been strongly associated with children's internalizing problems.

Some limitations should be considered in interpreting the results of the current research. First, our findings are based on a highly-educated community sample. We should be aware that coparenting profiles and their correlates reported in this study might be different in highly-litigious or clinical samples. Second, as a common limitation to all research with a cross-sectional design, the current study does not to examine a causal chain linking coparenting profiles and children's adjustment outcomes. Third, coparenting was assessed by a self-report questionnaire. Although CRS-Brief has exhibited a very good reliability and construct validity (Feinberg et al., 2012), additional observational methods of the triadic interactions could have contributed to a higher accuracy of the coparenting profiles and reduced possible shared method variance. Fourth, only two dimensions of parenting were assessed in the current study. Finally, children's psychological adjustment problems were measured by parents. Since past research has only demonstrated a moderate inter-rater reliability on the reports of children's psychopathology (Niclasen et al., 2012), our findings could be more accurate if a multi-informant approach had been implemented.

Our study was, to our knowledge, the first in literature to examine the association between post-divorce coparenting profiles and parental psychological well-being, parenting and children's adjustment, using psychometric well-validated measures. Our results highlighted a positive significant association between post-divorce cooperative coparenting and children's psychological adjustment. These findings suggest that future research should explore structural relationships between coparenting and children's outcomes by testing causal cumulative chains

through which successful coparenting protects and promotes positive children's trajectories of adjustment. This study also suggested the clinical and research utility of Feinberg's ecological model in understanding family and children's adjustment after marital dissolution.

References

- Ahrons, C. (1994). *The good divorce: Keeping your family together when your marriage comes apart*. New York: HarperCollins.
- Amato, P., & James, S. (2010). Divorce in Europe and the United States: Commonalities and differences across nations. *Family Science, 1*(1), 2-13.
- Amato, P., Kane, J., & James, S. (2011). Reconsidering the "good divorce". *Family Relations, 60*(5), 511-524.
- Ångarne-Lindberg, T., & Wadsby, M. (2012). Psychiatric and somatic health in relation to experience of parental divorce in childhood. *International Journal of Social Psychiatry, 58*(1), 16-25.
- Averdijk, M., Malti, T., Eisner, M., & Ribeaud, D. (2012). Parental separation and child aggressive and Internalizing Behavior: An event history calendar analysis. *Child Psychiatry & Human Development, 43*(2), 184-200.
- Bandura, A. (1978). Social learning theory of aggression. *Journal of Communication, 28*(3), 12-29.
- Bastais, K., Ponnet, K., & Mortelmans, D. (2012). Parenting of divorced fathers and the association with children's self-esteem. *Journal of Youth and Adolescence, 41*(12), 1643-1656.
- Benson, M., Buehler, C., & Gerard, J. (2008). Interparental hostility and early adolescent problem behavior. *Journal of Early Adolescence, 28*(3), 428-454.
- Bradford, K., Vaughn, L., & Barber, B. (2008). When there is conflict: Interparental conflict, parent-child conflict, and youth problem behaviors. *Journal of Family Issues, 29*(6), 780-805.
- Buchanan, C., Maccoby, E., & Dornbusch, S. (1991). Caught between parents: Adolescents' experience in divorced homes. *Child development, 62*(5), 1008-1029.
- Buehler, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Anthony, C., Pemberton, S., Gerard, J., & Barber, B. (1998). Interparental conflict styles and youth problem behaviors: A two-sample replication study. *Journal of Marriage and the Family, 60*(1), 119-132.
- Buehler, C., & Trotter, B. (1990). Nonresidential and residential parents' perceptions of the former spouse relationship and children's social competence following marital separation: Theory and programmed intervention. *Family Relations, 39*, 395-404.
- Burnette, M., Oshri, A., Lax, R., Richards, D., & Ragbeer, S. (2012). Pathways from harsh parenting to adolescent antisocial behavior: A multidomain test of gender moderation. *Development and Psychopathology, 24*(03), 857-870.
- Burt, S., Barnes, A., McGue, M., & Iacono, W. (2008). Parental divorce and adolescent delinquency: Ruling out the impact of common genes. *Developmental Psychology, 44*(6), 1668-1677.
- Chen, M., & Johnston, C. (2012). Interparental childrearing disagreement, but not dissimilarity, predicts child problems after controlling for parenting effectiveness. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 41*(2), 189-201.

- Clarke-Stewart, A., & Brentano, C. (2006). *Divorce: Causes and consequences*. New Haven: Yale University Press.
- Cummings, M., Davies, P., & Campbell, S. (2002). *Developmental psychopathology and family process: Theory, research, and clinical implications*. New York: The Guilford Press.
- Cummings, M., George, M., McCoy, K., & Davies, P. (2012). Interparental conflict in kindergarten and adolescent adjustment: Prospective investigation of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development, 83*(5), 1703-1715.
- David, K., & Murphy, B. (2007). Interparental conflict and preschoolers' peer relations: The moderating roles of temperament and gender. *Social Development, 16*(1), 1-23.
- Davies, P., Sturge-Apple, M., Winter, M., Cummings, M., & Farrell, D. (2006). Child adaptational development in contexts of interparental conflict over time. *Child Development, 77*(1), 218-233.
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, R., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment, 49*(1), 71-75.
- Dorsey, S., Forehand, R., & Brody, G. (2007). Coparenting conflict and parenting behavior in economically disadvantaged single parent African American families: The role of maternal psychological distress. *Journal of Family Violence, 22*(7), 621-630.
- Dush, C., Kotila, L., & Schoppe-Sullivan, S. (2011). Predictors of supportive coparenting after relationship dissolution among at-risk parents. *Journal of Family Psychology, 25*(3), 356-365.
- Eisenberg, N., Valiente, C., Spinrad, T., Cumberland, A., Liew, J., Reiser, M., . . . Losoya, S. (2009). Longitudinal relations of children's effortful control, impulsivity, and negative emotionality to their externalizing, internalizing, and co-occurring behavior problems. *Developmental Psychology, 45*(4), 988-1008.
- Elgar, F., Waschbusch, D., Dadds, M., & Sigvaldason, N. (2007). Development and validation of a short form of the Alabama Parenting Questionnaire. *Journal of Child and Family Studies, 16*(2), 243-259.
- Emery, R. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin, 92*(2), 310-330.
- Epstein, N., Baldwin, L., & Bishop, D. (1983). The McMaster Family Assessment Device. *Journal of Marital and Family Therapy, 9*(2), 171-180.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice, 3*(2), 95-131.
- Feinberg, M., Brown, L., & Kan, M. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice, 12*(1), 1-21.
- Feinberg, M., Kan, M., & Hetherington, E. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 69*(3), 687-702.
- Finger, B., Eiden, R., Edwards, E., Leonard, K., & Kachadourian, L. (2010). Marital aggression and child peer competence: A comparison of three conceptual models. *Personal Relationships, 17*(3), 357-376.
- Forehand, R., & Jones, D. (2003). Neighborhood violence and coparent conflict: Interactive influence on child psychosocial adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology, 31*(6), 591-604.
- Forgatch, M., Patterson, G., Degarmo, D., & Beldavs, Z. (2009). Testing the Oregon delinquency model with 9-year follow-up of the Oregon Divorce Study. *Development and Psychopathology, 21*(2), 637-660.

- Fosco, G., & Grych, J. (2010). Adolescent triangulation into parental conflicts: Longitudinal implications for appraisals and adolescent-parent relations. *Journal of Marriage and Family, 72*(2), 254-266.
- Galovan, A., Holmes, E., Schramm, D., & Lee, T. (2013). Father involvement, father-child relationship quality, and satisfaction with family work: Actor and partner influences on marital quality. *Journal of Family Issues*. Advance online publication.
- Gondoli, D., & Silverberg, S. (1997). Maternal emotional distress and diminished responsiveness: The mediating role of parenting efficacy and parental perspective taking. *Developmental Psychology, 33*(5), 861-868.
- Goodman, A., Lamping, D., & Ploubidis, G. (2010). When to use broader internalising and externalising subscales instead of the hypothesised five subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): data from British parents, teachers and children. *Journal of Abnormal Child Psychology, 38*(8), 1179-1191.
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 38*(5), 581-586.
- Hambleton, R. (2005). Issues, designs, and technical guidelines for adapting tests into multiple languages and cultures. In R. Hambleton, P. Merenda & C. Spielberger (Eds.), *Adapting Educational and Psychological Tests for Cross-cultural Assessment* (pp. 3-38). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hoeve, M., Blokland, A., Dubas, J., Loeber, R., Gerris, J., & Van Der Laan, P. (2008). Trajectories of delinquency and parenting styles. *Journal of Abnormal Child Psychology, 36*(2), 223-235.
- Jones, D., Shaffer, A., Forehand, R., Brody, G., & Armistead, L. (2003). Coparent conflict in single mother-headed African American families: Do parenting skills serve as a mediator or moderator of child psychosocial adjustment? *Behavior Therapy, 34*(2), 259-272.
- Karreman, A., van Tuijl, C., van Aken, M., & Deković, M. (2008). Parenting, coparenting, and effortful control in preschoolers. *Journal of Family Psychology, 22*(1), 30-40.
- Katz, L., & Low, S. (2004). Marital violence, co-parenting, and family-level processes in relation to children's adjustment. *Journal of Family Psychology, 18*(2), 372-382.
- Kiecolt-Glaser, J., Gouin, J., & Hantsoo, L. (2010). Close relationships, inflammation, and health. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews, 35*(1), 33-38.
- Kim, S., Nordling, J., Yoon, J., Boldt, L., & Kochanska, G. (2013). Effortful control in "hot" and "cool" tasks differentially predicts children's behavior problems and academic performance. *Journal of Abnormal Child Psychology, 41*(1), 43-56.
- Konold, T., & Abidin, R. (2001). Parenting alliance: a multifactor perspective. *Assessment, 8*(1), 47-65.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J., & Couper, M. (2004). Psychological research online: Report of Board of Scientific Affairs' Advisory Group on the Conduct of Research on the Internet. *American Psychologist, 59*(2), 105-117.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2011). Post-divorce representations of marital negotiation during marriage predict parenting alliance in newly divorced parents. *Sexual and Relationship Therapy, 26*(2), 182-190.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.

- Lansford, J. (2009). Parental divorce and children's adjustment. *Perspectives on Psychological Science, 4*(2), 140-152.
- Leary, A., & Katz, L. (2004). Coparenting, family-level processes, and peer outcomes: The moderating role of vagal tone. *Development and Psychopathology, 16*(3), 593-608.
- Lengua, L., Wolchik, S., Sandler, I., & West, S. (2000). The additive and interactive effects of parenting and temperament in predicting adjustment problems of children of divorce. *Journal of Clinical Child Psychology, 29*(2), 232-244.
- Leung, D., & Slep, A. (2006). Predicting inept discipline: The role of parental depressive symptoms, anger, and attributions. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 74*(3), 524-534.
- Lindsey, E., MacKinnon-Lewis, C., Campbell, J., Frabutt, J., & Lamb, M. (2002). Marital conflict and boys' peer relationships: The mediating role of mother-son emotional reciprocity. *Journal of Family Psychology, 16*(4), 466-477.
- Lorenz, F., Wickrama, K., Conger, R., & Elder, G. (2006). The short-term and decade-long effects of divorce on women's midlife health. *Journal of Health and Social Behavior, 47*(2), 111-125.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family, 52*, 141-155.
- Majdandžić, M., de Vente, W., Feinberg, M., Aktar, E., & Bögels, S. (2012). Bidirectional associations between coparenting relations and family member anxiety: A review and conceptual model. *Clinical Child and Family Psychology Review, 15*(1), 28-42.
- Mandara, J. (2003). The typological approach in child and family psychology: A review of theory, methods, and research. *Clinical Child and Family Psychology Review, 6*(2), 129-146.
- Markham, M., Ganong, L., & Coleman, M. (2007). Coparental identity and mothers' cooperation in coparental Relationships. *Family Relations, 56*(4), 369-377.
- McGene, J., & King, V. (2012). Implications of new Marriages and children for coparenting in nonresident father families. *Journal of Family Issues.*
- Mchale, J. (2007). When infants grow up in multiperson relationship systems. *Infant Mental Health Journal, 28*(4), 370-392.
- McHale, J., Johnson, D., & Sinclair, R. (1999). Family dynamics, preschoolers' family representations, and preschool peer relationships. *Early Education and Development, 10*(3), 373-401.
- McHale, J., & Rasmussen, J. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and Psychopathology, 10*(1), 39-59.
- Neto, F. (1993). The Satisfaction with Life Scale: Psychometrics properties in an adolescent sample. *Journal of Youth and Adolescence, 22*(2), 125-134.
- Niclasen, J., Teasdale, T., Andersen, A., Skovgaard, A., Elberling, H., & Obel, C. (2012). Psychometric properties of the Danish Strength and Difficulties Questionnaire: The SDQ assessed for more than 70,000 raters in four different cohorts. *PLoS One, 7*(2), e32025.

- Novo, R. (2003). *Para além da eudaimonia: O bem-estar psicológico em mulheres na idade adulta avançada [Beyond eudaimonia: The psychological well-being in very old women]*. Coimbra, Portugal: FCG & FCT.
- Nunes-Costa, R., Lamela, D., & Figueiredo, B. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria, 85*(5), 385-396.
- Oldehinkel, A., Ormel, J., Veenstra, R., De Winter, A., & Verhulst, F. (2008). Parental divorce and offspring depressive symptoms: Dutch developmental trends during early adolescence. *Journal of Marriage and Family, 70*(2), 284-293.
- Pedro, M., Ribeiro, T., & Shelton, K. (2012). Marital satisfaction and partners' parenting practices: The mediating role of coparenting behavior. *Journal of Family Psychology, 26*(4), 509.
- Pereira, G., & Silva, N. (1998). Family Assessment Device, Versão Experimental [Family Assessment Device, Experimental Version]. Braga, Portugal: University of Minho.
- Potter, D. (2010). Psychosocial Well-being and the relationship between divorce and children's academic achievement. *Journal of Marriage and Family, 72*(4), 933-946.
- Pruett, M., Williams, T., Insabella, G., & Little, T. (2003). Family and legal indicators of child adjustment to divorce among families with young children. *Journal of Family Psychology, 17*(2), 169-180.
- Reips, U. (2002). Standards for Internet-based experimenting. *Experimental Psychology, 49*(4), 243-256.
- Rettig, K., Leichtentritt, R., & Stanton, L. (1999). Understanding noncustodial fathers' family and life satisfaction from resource theory perspective. *Journal of Family Issues, 20*(4), 507-538.
- Robbers, S., van Oort, F., Huizink, A., Verhulst, F., van Beijsterveldt, C., Boomsma, D., & Bartels, M. (2012). Childhood problem behavior and parental divorce: evidence for gene-environment interaction. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 1-10*.
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(4), 719-727.
- Sbarra, D., & Emery, R. (2005). Coparenting conflict, nonacceptance, and depression among divorced adults: Results from a 12-year follow-up study of child custody mediation using multiple imputation. *American Journal of Orthopsychiatry, 75*(1), 63-75.
- Sbarra, D., & Emery, R. (2008). Deeper into divorce: Using actor-partner analyses to explore systemic differences in coparenting conflict following custody dispute resolution. *Journal of Family Psychology, 22*(1), 144-152.
- Schick, A. (2002). Behavioral and emotional differences between children of divorce and children from intact families: Clinical significance and mediating processes. *Swiss Journal of Psychology, 61*(1), 5-14.
- Schoppe, S., Mangelsdorf, S., & Frosch, C. (2001). Coparenting, family process, and family structure: implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology, 15*(3), 526-545.
- Sentse, M., Ormel, J., Veenstra, R., Verhulst, F. C., & Oldehinkel, A. J. (2011). Child temperament moderates the impact of parental separation on adolescent mental health: The TRAILS study. *Journal of Family Psychology, 25*(1), 97-106.
- Shimkowski, J., & Schrod, P. (2012). Coparental communication as a mediator of interparental conflict and young adult children's mental well-being. *Communication Monographs, 79*(1), 48-71.

- Shook, S., Jones, D., Forehand, R., Dorsey, S., & Brody, G. (2010). The mother–coparent relationship and youth adjustment: A study of African American single-mother families. *Journal of Family Psychology, 24*(3), 243-251.
- Sobolewski, J. , & King, V. (2005). The importance of the coparental relationship for nonresident fathers' ties to children. *Journal of Marriage and Family, 67*(5), 1196-1212.
- Solmeyer, A., & Feinberg, M. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and coparenting relationship quality. *Infant Behavior and Development, 34*(4), 504-514.
- Sotomayor-Peterson, M., Figueredo, A., Christensen, D., & Taylor, A. (2012). Couples' cultural values, shared parenting, and family emotional climate within Mexican American families. *Family Process, 51*(2), 218-233.
- Stadelmann, S., Perren, S., Groeben, M., & von Klitzing, K. (2010). Parental separation and children's behavioral/emotional problems: The impact of parental representations and family conflict. *Family Process, 49*(1), 92-108.
- Sturge-Apple, M., Davies, P., & Cummings, M. (2006). Hostility and withdrawal in marital conflict: Effects on parental emotional unavailability and inconsistent discipline. *Journal of Family Psychology, 20*(2), 227-238.
- Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: The Psychological Adjustment to Separation Test (PAST). *Journal of Family Psychology, 20*(4), 632-640.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice, 10*(4), 286-307.
- Whiteside, M., & Becker, B. (2000). Parental factors and the young child's postdivorce adjustment: A meta-analysis with implications for parenting arrangements. *Journal of Family Psychology, 14*(1), 5-26.

Appendix 1

Confirmatory factor analyses of the CRS-Brief (Feinberg et al., 2012)

CRS-Brief is a recent published measure. Six of the seven subscales that comprised the American version of CRS-Brief were developed to measure the four coparenting components of Feinberg's model (Feinberg, 2003): 1) Coparenting support/undermining component was assessed by 3 subscales (Coparenting Support, Endorsement of Partner's Parenting, and Coparenting Undermining); 2) The management of family relationships component was represented by one subscale (Exposure to Conflict); 3) Division of childrearing work component was examined by one subscale (Division of Labor); 4) Coparenting agreement component was assessed with one subscale (Coparenting Agreement). An additional subscale labeled as *coparenting closeness* was created to examine "the degree to which coparenting enhanced intimacy and strengthened the couple's relationship" (Feinberg et al., 2012, p. 7).

As no Portuguese version of the CRS-Brief is available, items were translated for the current research, using international standard procedures for psychological measures adaptation (Hambleton, 2005). As no construct validity study was available in the Portuguese language, a CFA using a maximum likelihood method was conducted to test construct validity of the CRS-Brief in the current sample. Six subscales of the original CRS-Brief was included in the initial CFA. Coparenting closeness subscale was not included in the CFA since this subscale does not measure a coparenting component and is not applicable to divorced coparents.

Initial CFA revealed an adequate fit, CFI = .95, TLI = .92, RMSEA = .08. However, considering the high intercorrelations between Coparenting Agreement, Coparenting Support, and Endorsement Partner's Parenting subscales (from .60 to .93), two additional concurrent confirmatory models were tested:

Model 2: Items of Coparenting Agreement, Coparenting Support, and Endorsement of Partner's Parenting subscales were comprised into a single first-order factor in the confirmatory model.

Model 3: A second-order latent factor was created, where these three subscales were conceptualized as intercorrelated first-order factors.

Model 2 revealed poor fit, CFI = .89, TLI = .84, RMSEA = .12. However, Model 3 revealed an excellent fit, CFI = .98, TLI = .97, RMSEA = .04. Comparing Model 3 fit results with those obtained by the original model of the CRS-Brief, Model 3 was found as having a better fit. Therefore, we decided to combine the Coparenting Agreement, Coparenting Support and Endorsement of Partner's Parenting subscales into the same dimension labeled as Coparenting Agreement/support. Based on these CFA results, this Portuguese version of the CRS-Brief is comprised by four subscales: Coparenting agreement/support, Coparenting Undermining, Division of Labor, and Exposure to Conflict. These CRS-Brief's subscales were used in the further analyses.

Conclusão

O presente trabalho foi desenvolvido para responder a dois objetivos gerais de investigação. Tomando como referência o quadro conceptual da psicologia desenvolvimental *life-span* (Baltes, 1987; Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 2006) e o modelo do desenvolvimento positivo da personalidade na idade adulta (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009; Staudinger & Kunzmann, 2005), o primeiro objetivo desta dissertação foi identificar os preditores – sócio-demográficos, personológicos e características do divórcio – do ajustamento e crescimento da personalidade numa amostra de adultos divorciados. Assumiu-se como um objetivo adicional testar o possível efeito cumulativo dos indicadores de ajustamento e crescimento da personalidade nos critérios subjetivos de desenvolvimento positivo do sistema personológico e como esse efeito cumulativo poderia ser moderado por características do divórcio.

O segundo objetivo, balizado conceptualmente pelos pressupostos da psicopatologia do desenvolvimento e pelo modelo ecológico da coparentalidade (Feinberg, 2003) pretendeu filtrar perfis de funcionamento coparental e explorar se existiam diferenças na parentalidade, nos indicadores de ajustamento psicológico dos pais, no funcionamento familiar e no ajustamento psicológico dos filhos, em função dos perfis de coparentalidade identificados. Na presente conclusão, serão apenas discutidos os resultados mais relevantes, assim como serão apresentadas as limitações, implicações e sugeridas recomendações para a investigação futura.

Objetivo 1: Divórcio e desenvolvimento positivo da personalidade

Apesar de se assistir a alguma estabilidade interindividual, a investigação empírica tem demonstrado que o sistema personológico continua a desenvolver-se dinamicamente durante a idade adulta (e.g., Donnellan & Lucas, 2008; Roberts & Mroczek, 2008). Os acontecimentos de vida são conceptualizados como um dos mecanismos que podem produzir mudanças na personalidade. Assim, partimos do pressuposto que o divórcio, enquanto acontecimento de vida, pode (1) estar associado ao desencadeamento de oportunidades de desenvolver formas mais complexas e reguladas de pensar sobre si e sobre o mundo contextual e (2) potenciar, quer níveis mais elevados de ajustamento psicológico, quer a aquisição ou refinamento de competências que permitam os indivíduos darem uma resposta mais satisfatória aos constrangimentos e oportunidades do contexto desenvolvimental.

Neste sentido, foi nosso interesse compreender se a experiência de divórcio poderia contribuir para percepções subjetivas de ajustamento e crescimento no sistema psicológico. A investigação empírica sobre os efeitos da dissolução conjugal no funcionamento psicológico tem se focado essencialmente na vertente do (des)ajustamento psicológico e utiliza metodologias de medição da psicopatologia ou das perdas associadas ao casamento (Boney, 2003; Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013b) (Capítulo 1). À semelhança de outros domínios da ciência psicológica (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000; Sheldon & King, 2001), alguns autores sugerem que a investigação sobre a adaptação psicológica ao divórcio sofre um viés conceptual e empírico, em que conceptualiza uma visão *patológica* deste acontecimento de vida não-normativo (Ahrons & Rodgers, 1987; Masheter, 1998). Em conformidade com o que sugerido por Boney (2003), somos de opinião que as concepções e metodologias tradicionalmente utilizadas no estudo desta transição de vida familiar não permitem identificar e mapear os potenciais ganhos no funcionamento psicológico individual que o divórcio pode operar.

Adicionalmente, a maioria dos estudos empíricos carece de uma matriz conceptual e teórica, o que reduz a compreensão causal e preditiva do fenómeno e identificação dos processos e dos resultados associados a formas bem-sucedidas de desenvolvimento em consequência da dissolução conjugal. Desta forma, a investigação empírica por nós desenvolvida orientou-se conceptualmente pela teoria da psicologia desenvolvimental *life-span* (Baltes, 1987; Baltes et al., 2006) e teoricamente pelo modelo de desenvolvimento positivo da personalidade na idade adulta (Staudinger & Bowen, 2010; Staudinger & Kessler, 2009; Staudinger & Kunzmann, 2005). Estes dois sistemas de conhecimento permitiram um enquadramento coerentemente integrador da investigação empírica sobre os ganhos no sistema psicológico em consequência do divórcio, através da identificação dos indicadores e critérios de desenvolvimento positivo da personalidade.

Em linha com o modelo de DPP (Staudinger & Bowen, 2010), a satisfação com a vida (indicador cognitivo do bem-estar subjetivo) e o crescimento pessoal foram assumidos teoricamente como os critérios subjetivos das duas trajetórias de desenvolvimento da personalidade. Adicionalmente, considerando algumas premissas do efeito interativo entre as características da personalidade na predição dos *outcomes* desenvolvimentais, foi testada a hipótese de efeito cumulativo de indicadores psicológicos na predição dos critérios subjetivos de desenvolvimento bem-sucedido do sistema da personalidade. Assim como, tendo em conta os

dados da investigação prévia, o efeito moderador do tempo desde o divórcio e a iniciativa do divórcio nestas associações.

Considerando os pressupostos da psicologia desenvolvimental *life-span*, nós apresentamos a permissa que o efeito do divórcio no desenvolvimento da personalidade é um processo contínuo e dinâmico e que não ocorre aleatoriamente e instantaneamente (Baltes et al., 2006; Staudinger & Bowen, 2010). Os nossos resultados parecem apontar que ganhos na satisfação com a vida e com o crescimento pessoal estavam associados à existência de recursos personológicos específicos dos participantes, sendo que, por sua vez, a acumulação desses recursos parece funcionar como um preditor robusto das percepções de desenvolvimento positivo (ver estudos 1 e 2, Capítulo 3).

Utilizando como referência a psicologia desenvolvimental *life-span* e o modelo DPP, como é que o divórcio pode contribuir para o desenvolvimento positivo da personalidade?

Clarke-Stewart e Brentano (2006) na sua extensa revisão da literatura sobre o impacto do divórcio no funcionamento psicológico dos adultos propuseram que o sucesso da adaptação individual a este acontecimento de vida estava dependente da execução bem-sucedida de tarefas desenvolvimentais associadas ao processo de divórcio (e.g., oficialização legal do divórcio, reorganização da identidade para acomodar o novo estatuto de divorciado). Anteriormente, também Hetherington e Kelly (2002), ao sistematizar os resultados do seu estudo longitudinal da adaptação familiar ao divórcio, concluíram que a adaptação psicológica dos adultos ao divórcio era contingente ao sucesso na gestão de desafios despolitados pela dissolução conjugal, tais como fazer o luto emocional do fim do casamento, rever a sua auto-identidade, reorganizar as redes sociais, gerir possíveis sentimentos de isolamento social, gerir mudanças financeiras e habitacionais e, no caso dos adultos divorciados com filhos, proceder a mudanças nas práticas parentais e coparentais. Investigação prévia tem demonstrado que ganhos no bem-estar subjectivo e crescimento pessoal estão associados à mestria da gestão dos constrangimentos contextuais e na efectivação das oportunidades desenvolvimentais em ganhos na complexidade (cf. Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013b para revisão).

Ora, podendo ser o divórcio um acontecimento de vida gerador elevados desafios, constrangimentos e oportunidades desenvolvimentais, parece-nos plausível sugerir, de acordo com os nossos resultados, que a percepção de ganhos nos critérios subjectivos de

desenvolvimento da personalidade (i.e., satisfação com a vida e o crescimento pessoal) pode estar associada à necessidade dos adultos divorciados de ampliar os mecanismos e características psicológicas que contribuam para o aumento da sua capacidade de reserva (Baltes et al., 2006) para fazer face aos desafios desenvolvimentais levantados pelo divórcio.

A capacidade de reserva “refers to an individual’s potential for change and especially his or her potential for growth” (Staudinger, Marsiske, & Baltes, 1995, p. 801). Enquanto conceito nuclear da psicologia desenvolvimental *life-span*, a capacidade de reserva é constituída pelos recursos internos (e.g., características psicológicas, capacidade cognitiva e saúde física) e externos (e.g., escolaridade, rede social, recursos financeiros) que um indivíduo apresenta para negociar os desafios e as oportunidades desenvolvimentais. A capacidade de reserva traduz-se na plasticidade funcional que é tida como um índice de “an individual’s change potential and how flexible and robust he or she might be in dealing with challenges and demands” (Staudinger, Marsiske, & Baltes, 1993, p. 542). Tendo subentendida a teoria de otimização seletiva com compensação (Baltes, 1997; Baltes et al., 2006), as características psicológicas, enquanto recursos internos da capacidade de reserva, são ferramentas evolutivamente fundamentais quer para a reparação e gestão das perdas associadas ao fim do casamento, quer para iniciativas orientadas para ganhos no ajustamento e no crescimento psicológicos.

Por outras palavras, tendo em conta que o divórcio pode ser um acontecimento que gera desafios à manutenção do contexto desenvolvimental e tendo também em conta que a personalidade funciona como o sistema executivo que *orquestra* os ganhos e perdas em todos os domínios de funcionamento do ser humano (Baltes et al., 2006; Staudinger & Bowen, 2010), as percepções de ganhos nos indicadores e nos critérios de desenvolvimento da personalidade podem ser resultado da maior necessidade de recursos internos por parte dos adultos divorciados para negociar os exigentes constrangimentos e oportunidades desenvolvimentais. Assim, consideramos que os ganhos na personalidade podem assumir uma função adaptativa para os adultos divorciados, uma vez que permitem (1) alocar recursos internos na gestão sincrónica das perdas cognitivas, sócio-emocionais, físicas e sociais associadas ao fim do casamento (Béland, Zunzunegui, Alvarado, Otero, & Del Ser, 2005; Clarke-Stewart & Brentano, 2006; Hetherington & Kelly, 2002; Milardo, 1987; Sbarra, Law, & Portley, 2011), (2) investir na seleção de objetivos de ajustamento e (3) após um nível mínimo de ajustamento psicológico estar garantido, traçar objectivos de crescimento psicológico, que devido à sua não-

obrigatoriedade desenvolvimental são raros e dependentes de contextos de vida altamente favoráveis (Baltes & Staudinger, 2000; Rice & Pasupathi, 2010; Schindler & Staudinger, 2008; Staudinger, Dörner, & Mickler, 2005).

Os nossos resultados parecem também suportar este pressuposto teórico da excepcionalidade de oportunidades para elevadas *performances* nos critérios de crescimento da personalidade (Baltes & Staudinger, 2000; Glück, Bischof, & Siebenhüner, 2012; Mickler & Staudinger, 2008; Sternberg, 2013), dada a evidência que foi obtida para um efeito cumulativo de multiplicação-saturação na predição do crescimento pessoal.

De facto, nas últimas décadas, têm surgido alguns esforços empíricos para testar como a interação das características personológicas prediz o ajustamento e o crescimento da personalidade (Dörner, 2006; Helson & Srivastava, 2001; Labouvie-Vief & Medler, 2002). No presente trabalho, nós colocamos a hipótese que a presença cumulativa de indicadores de ajustamento e crescimento da personalidade iria estar associado à satisfação com a vida e com o crescimento pessoal. Os nossos resultados pareceram indicar que quanto maior o número de indicadores, maior a perceção de satisfação com a vida e crescimento pessoal. Ademais, houve evidência empírica para um efeito cumulativo aditivo na satisfação com a vida, sendo que um efeito cumulativo de multiplicação-saturação – apesar de ligeiro, foi estatisticamente significativo – foi encontrado na predição do crescimento pessoal.

Predição e moderação dos critérios subjetivos de desenvolvimento positivo da personalidade

Do ponto de vista teórico, os indicadores personológicos que se mostraram associados à satisfação com a vida e com o crescimento estão em linha com a investigação prévia, tal como discutido nos estudo 1 e 2 do capítulo. Todavia, numa primeira análise, poderão ser surpreendentes os resultados obtidos com os modelos de regressão quanto à idade, género e características do divórcio na predição da satisfação com a vida e/ou do crescimento pessoal. Os nossos resultados revelaram (1) a não-significância estatística da idade na predição da satisfação com a vida e do crescimento pessoal, (2) a significância estatística do género da predição da satisfação com a vida e crescimento pessoal e (3) a não-significância estatística das características do divórcio (3.1) na predição do crescimento pessoal e (3.2) como variáveis moderadoras da associação entre o índice cumulativo de crescimento da personalidade e o crescimento pessoal. De seguida, iremos, analisar cada um destes resultados individualmente.

Idade.

Nos modelos de regressão hierárquica testados, a idade foi incluída como variável de controlo, uma vez que alguma da investigação prévia sugere possíveis variações na satisfação com vida e o crescimento pessoal em função desta variável (Specht, Egloff, & Schmukle, 2011; Springer, Pudrovská, & Hauser, 2011). Os nossos resultados evidenciaram que a idade não atingiu significância estatística na predição das duas variáveis dependentes. Em relação à satisfação com a vida, os nossos resultados apresentaram-se em linha com a generalidade dos estudos longitudinais e transversais prévios que têm sugerido uma estabilidade intra e interindividual da satisfação com a vida ao longo da idade adulta (Baird, Lucas, & Donnellan, 2010; Diener & Suh, 1998; Hamarat, Thompson, Steele, Matheny, & Simons, 2002; McAdams, Lucas, & Donnellan, 2012), verificando-se apenas declínios neste indicador do bem-estar subjetivo a partir da terceira idade tardia (Gerstorf, Ram, Röcke, Lindenberger, & Smith, 2008). Diener e Suh (1998) argumentam que o redirecionamento dos objetivos e das aspirações ao longo da vida adulta podem explicar a estabilidade da satisfação da vida. Estes autores também sugerem que os adultos, à medida que envelhecem, ajustam os objetivos pessoais às condições objetivas de vida e aos recursos e competências que têm disponíveis. Nesta mesma linha, os nossos resultados poderão encontrar fundamento na teoria da seletividade emocional¹ (Carstensen, Isaacowitz, & Charles, 1999) que sustenta existir uma estabilidade nos níveis de bem-estar e de regulação emocional ao longo da idade adulta, sendo esta estabilidade consequência da reorganização constante das hierarquias de objetivos pessoais (Löckenhoff & Carstensen, 2004), feita pelos seres humanos em função da sua perceção subjetiva de passagem do tempo (Carstensen, 2006).

Por outro lado, a não significância da idade na predição do crescimento pessoal no modelo por nós testado parece também estar em linha com os dados da investigação anterior (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995). Apesar de existir a tendência de declínio do crescimento pessoal com a idade (Springer et al., 2011), Ryff e colaboradores (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995) não encontraram diferenças significativas entre os jovens adultos e os adultos de meia-idade ao nível da perceção subjetiva do crescimento pessoal. No entanto, Ryff et al. (1989; 1995) apenas identificaram um declínio significativo na perceção de crescimento nos adultos idosos, em comparação com os outros dois grupos de idade. Assim, a não significância da idade no nosso modelo pode ser explicada parcialmente por a amostra ser composta por jovens

¹ Teoria de domínio específico de aplicação do modelo de otimização seletiva com compensação (Baltes et al., 2006).

adultos e adultos de meia-idade². Adicionalmente, estudos anteriores também sugerem que a ocorrência de acontecimentos de vida pode atenuar o declínio da percepção de crescimento pessoal ao longo da vida adulta. Por exemplo, Pudrovská (2010), numa análise sequencial do estudo longitudinal MidUS, mostrou que, apesar de o crescimento pessoal declinar com a idade para todos os indivíduos independentemente do seu coorte, os participantes que foram diagnosticados com cancro apresentaram uma trajetória de declínio do crescimento pessoal mais lenta do que aqueles que não foram diagnosticados, o que sugere que há acontecimentos de vida podem ter um efeito transformador na percepção de auto-desenvolvimento e na consciência do potencial pessoal. Este dado parece ser corroborado por Mickler e Staudinger (2008) que encontraram uma correlação positiva e significativa entre o número de acontecimentos de vida e os *scores* de sabedoria pessoal (critério objetivo do crescimento da personalidade).

Género.

O género mostrou-se como preditor estatisticamente significativo em ambos os critérios subjetivos de desenvolvimento positivo da personalidade. Dada a direção das associações encontradas, os nossos resultados evidenciaram que o género feminino mostrou-se como associado aos critérios subjetivos de DPP (capítulo 3, estudo 1). Alguns estudos prévios também colocaram em evidência que as mulheres apresentam melhores *performance* no ajustamento psicológico após o divórcio do que os homens (para revisão Braver Shapiro, & Goodman, 2006). No entanto, as diferenças de género nos resultados de ajustamento é um dos temas empiricamente menos consensuais na investigação no divórcio (Braver et al., 2006). Apesar de não ter sido um objetivo do presente trabalho analisar as diferenças nas variáveis-demográficas, características do divórcio e indicadores de desenvolvimento da personalidade em função do género, os resultados obtidos permitem colocar em hipótese que a explicação do efeito do género nas variáveis dependentes consideradas não pode ser dissociada das outras características sócio-demográficas e das suas potenciais interações. Mais concretamente, parece ser um facto empírico consensual na investigação internacional que, entre os indivíduos divorciados, são os homens que menos vêm reduzido o rendimento financeiro (Smock, Manning, & Gupta, 1999) e que estabelecem novas relações íntimas mais cedo. Ora, sendo estas duas variáveis sócio-demográficas predictoras da satisfação com a vida (e.g, Lucas, 2005), surge, à primeira vista, como surpreendente ser o género feminino preditor desta dimensão do bem-estar

² Na nossa amostra, apenas 3 participantes afirmaram ter uma idade igual ou superior a 65 anos.

subjetivo. No entanto, tendo em conta que, por exemplo, as mulheres portuguesas apresentam maiores níveis de escolaridade do que os homens (Instituto Nacional de Estatística, 2012), esta variável poderá também assumir efeitos moderadores na relação entre o género e a satisfação com a vida. Assim, é recomendado que a investigação futura analise como o género, em interação com outras características sócio-demográficas, pode predizer diferenças ao nível da satisfação com a vida.

Características do divórcio.

Nas características do divórcio, se tomarmos como referência alguns modelos clínicos que explicam como as características do acontecimento de vida influenciam o ajustamento psicológico (Wilson & Gilbert, 2008) e o crescimento pós-traumático (Calhoun & Tedeschi, 2006; Holahan, Moos, & Schaefer, 1996), pode surgir como inesperado a não significância destas características na predição do crescimento pessoal. No entanto, ao contrário destes modelos, a associação positiva entre a emergência de acontecimentos de vida e ganhos no crescimento pessoal e na sabedoria pessoal não é explicada pelo modelo DPP e pela teoria desenvolvimental *life-span*, pelo quanto o acontecimento abala as conceções sobre o mundo e os valores pessoais pelos esforços feitos pelo indivíduo na gestão desse acontecimento (Staudinger & Bowen, 2010). Segundo estas propostas conceptuais que utilizamos para enquadrar a nosso trabalho, o crescimento pessoal (critério subjetivo do crescimento da personalidade) e a sabedoria pessoal (critério objetivo do crescimento da personalidade) não parecem estar tão associados às características idiossincráticas do acontecimento, mas sim à presença cumulativa de um conjunto de fatores multi-domínio que permitam “a person to think about his or her life” (Mickler & Staudinger, 2008, p.789). Já as formulações do Paradigma de Berlim sobre a origem ontogénica da sabedoria geral (Baltes & Staudinger, 2000) – as quais fundamentam os pressupostos da sabedoria pessoal (Mickler & Staudinger, 2008) – sugeriam que “for wisdom-related knowledge and judgment to develop [...] it takes a complex coalition of expertise-enhancing factors from different domains, ranging from persons’ personality and social-cognitive style (e.g., social intelligence, openness to experience) to their immediate social context (presence of role models) to societal and cultural conditions (e.g., exposure to societal transitions)” (Scheibe, Kunzmann, & Baltes, 2009, p.174). Desta forma, a não significância da associação entre estas características do divórcio e a perceção de crescimento pessoal parece estar em linha com as formulações teóricas que sugerem uma matriz desenvolvimental na

análise do impacto dos acontecimentos de vida na dinâmica entre ganhos e perdas nos sistemas desenvolvimentais.

Objetivo 2: Coparentalidade pós-divórcio e ajustamento das crianças, dos pais e da família

A dissolução do casamento reflete o fim do subsistema conjugal na família. Parece ser uma evidência empírica que o divórcio exige uma reorganização estrutural e processual do sistema familiar. O grau de cooperação na relação coparental e os níveis reduzidos de conflito interparental parecem funcionar como dois fatores protetores intrafamiliares que atenuam o impacto do fim do casamento no funcionamento psicológico das crianças. A revisão da literatura produzida no âmbito deste trabalho, permitiu identificar um conjunto de limitações do atual estado de arte. Em primeiro, a conceptualização das dimensões/componentes da coparentalidade medidas nos estudos empíricos é muito diversa, além de padecer de falta de matriz conceptual. Surpreendentemente, a investigação neste domínio tende a incidir na compreensão de como a coparentalidade está associada com a qualidade da prestação de cuidados parentais, sendo muito reduzido o número de estudos que analisem a relação entre a qualidade das componentes da coparentalidade e o ajustamento psicológico das crianças.

A identificação empírica de perfis de coparentalidade pós-divórcio é também escassa, ao que se alia algumas limitações, do ponto de vista conceptual e metodológico, nos três estudos publicados que analisam diferentes perfis coparentais após a dissolução conjugal: (1) as dimensões da coparentalidade avaliadas não estão assentes em qualquer enquadramento teórico; (2) a não-administração de instrumentos validados para a medição da coparentalidade; e (3) a inexistência de avaliação da associação entre a coparentalidade e o funcionamento psicológico das crianças em dois estudos e, no outro estudo, a não utilização de medidas de avaliação standardizadas do funcionamento psicológico dos filhos, o que reduz a validade facial e preditiva dos resultados obtidos para a prática da psicologia clínica. Nesta linha, foi adotado o modelo ecológico da coparentalidade de Feinberg (2003) como matriz teórica na compreensão dos resultados da investigação empírica prévia, assim como para a condução metodológica do estudo 3 do capítulo 3.

O segundo objetivo desta investigação foi operacionalizado em duas questões: (1) Será possível estabelecer perfis de coparentalidade entre pais divorciados, considerando as componentes da coparentalidade estabelecidas pelo modelo ecológico de Feinberg (2003)? Em

caso afirmativo, (2) será que as tipologias coparentais filtradas empiricamente (2.1) predizem o ajustamento parental, qualidade da parentalidade e o funcionamento familiar e (2.2) o os problemas de internalização e externalização dos filhos, de acordo com os relatos parentais?

Utilizando as componentes da coparentalidade avaliadas pela Coparenting Relationship Scale (Feinberg, Brown, & Kan, 2012), fomos capazes de identificar três perfis de coparentalidade após o divórcio: coparentalidade de conflito aberto, coparentalidade de sabotagem e coparentalidade cooperante. Os nossos resultados apresentam alguma similaridade com categorias coparentais filtradas pela investigação anterior (Ahrons, 1994; Maccoby, Depner, & Mnookin, 1990). O estudo 3 do nosso trabalho forneceu nova evidência sobre o papel destes perfis coparentais na variabilidade do ajustamento psicológico dos pais e dos filhos, na qualidade da parentalidade e funcionamento familiar. Mais concretamente, os pais, cujo perfil coparental era pautado por elevados níveis de conflito e sabotagem e baixos níveis de acordo, suporte e divisão de tarefas na prestação de cuidados aos filhos, apresentaram valores significativamente mais baixos de auto-aceitação, satisfação com a vida e *scores* mais elevados de afeto negativo e práticas parentais inconsistentes do que os pais com os perfis de sabotagem e de cooperação. Estes resultados são particularmente interessantes, tendo em conta que o que distinguia os pais com coparentalidade de conflito aberto dos pais com coparentalidade de sabotagem era a componente de exposição ao conflito o que parece sugerir um efeito particularmente disruptivo de formas abertas de conflito entre a díade coparental (e.g., expressão de raiva e utilização de técnicas coercivas de resolução de problemas) nos *outcomes* individuais e familiares. Estes dados parecem estar em linha com o encontrado em estudos anteriores (Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings, & Farrell, 2006; Feinberg, Kan, & Hetherington, 2007; Jones, Shaffer, Forehand, Brody, & Armistead, 2003; Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013a).

Os resultados apresentados permitem concluir que a coparentalidade cooperante está associada a níveis significativamente inferiores de problemas de internalização e externalização nos filhos. Ao contrário do que encontrado pelo estudo de Amato, Kane e James (2011), os dados parecem sugerir que uma relação coparental caracterizada por elevados níveis de acordo, suporte e divisão de tarefas e, assim como baixos níveis de exposição ao conflito e sabotagem podem funcionar como um fator protetor dos *outcomes* de ajustamento dos pais e da família. Sendo que a prestação de cuidados instrumentais e emocionais aos filhos é, para a maioria dos pais, uma tarefa prioritária após o divórcio (Ahrons, 1994; Clarke-Stewart & Brentano, 2006;

Hetherington & Kelly, 2002), uma relação coparental cooperativa entre pais poderá contribuir para uma percepção de auto-eficácia na prestação de cuidados, um sentimento de suporte e segurança no exercício da parentalidade. Estes níveis de suporte e auto-eficácia podem contribuir para um aumento do funcionamento familiar (por exemplo, maior comunicação, definição de papéis, envolvimento emocional) e, direta e indiretamente, criar as condições adequadas para o ajustamento psicológico dos filhos às mudanças trazidas pela dissolução conjugal na estrutura e processo familiares.

Limitações, implicações e investigação futura

A investigação apresentada na presente dissertação apresenta algumas limitações que devem ser tomadas em consideração. Em primeiro, o estudo tem um *design* transversal, sendo a investigação futura deverá apostar em *designs* longitudinais e sequenciais (*designs* sensíveis à coorte e idade) para compreender as potenciais mudanças cumulativas nos indicadores e critérios de desenvolvimento positivo da personalidade, em função do tempo da ocorrência do divórcio. Foram publicados dados empíricos resultantes de estudos longitudinais que investigam os níveis de satisfação de vida pré e pós-divórcio (Lucas, 2005). No entanto, estes estudos não avaliam indicadores psicológicos na predição desenvolvimental da satisfação de vida após o divórcio. No que concerne ao crescimento pessoal pós-divórcio, não existe, pelo nosso conhecimento, qualquer estudo longitudinal, o que torna ainda mais pertinente ser assegurado pela investigação futura.

Ainda nesta linha, uma segunda limitação é a utilização de questionários de auto-relato na recolha de dados. É sugerido na literatura a possibilidade de existir um viés positivo por parte dos participantes quando questionados sobre os *outcomes* positivos associados a um acontecimento potencialmente stressor (Frazier et al., 2009). Alguns autores chegam a sugerir que este viés positivo sobre os ganhos relacionados com o stressor funcionar como um mecanismo de *coping* adaptativo de gestão do *distress* pós-acontecimento (Davis, Nolen-Hoeksema, & Larson, 1998). Recomenda-se que futura investigação neste domínio replique os resultados da presente investigação, recorrendo a múltiplas fontes de informação e triangulação dos dados (Campbell & Fiske, 1959).

Em terceiro, os participantes apresentaram elevados níveis de escolaridade e rendimento financeiro, pelo que uma possível generalização dos resultados está condicionada.

Em quarto, a avaliação do funcionamento psicológico das crianças/adolescentes foi exclusivamente efetuada pelo pai respondente. Estudos posteriores deverão acautelar que a avaliação do ajustamento psicológico seja desenvolvida recorrendo ao auto-relato dos próprios filhos e do outro pai das crianças.

Finalmente, no estudo 3 do capítulo 3, foram apenas testadas as diferenças no ajustamento psicológicos dos pais e dos filhos em função das tipologias das relações coparentais, não tendo sido examinado como os indicadores de crescimento psicológico poderiam variar em função dos diferentes perfis coparentais. Assim, recomendamos que a investigação futura considere esta limitação, uma vez que pode contribuir para o avanço científico na compreensão de como o crescimento psicológico pós-divórcio dos pais pode ser um recurso para o funcionamento positivo dos filhos e da família.

Apesar destas limitações, o presente trabalho contribui para a compreensão dos preditores do desenvolvimento positivo da personalidade em contingência com o divórcio. Do nosso conhecimento, trata-se da primeira iniciativa empírica em testar nos mesmos modelos as características sócio-demográficas, variáveis do divórcio e indicadores psicológicos na predição da satisfação com a vida e crescimento pessoal numa amostra composta por participantes divorciados. Nesta senda, este trabalho também contribui para o aumento do conhecimento sobre como diferentes perfis de relacionamento coparental pós-divórcio explicam a variabilidade do funcionamento psicológico dos pais, da família e das crianças, recorrendo a medidas psicometricamente validadas e de amplo uso internacional, o que em si se apresenta como um contributo relevante para o estado da arte.

Todavia, consideramos que o principal contributo desta dissertação foi a tentativa de enquadrar os dados empíricos dispersos na literatura recorrendo a dois modelos teóricos robustos (modelo DPP [Staudinger & Bowen, 2010] e modelo ecológico da coparentalidade [Feinerbg, 2003]). Do nosso ponto de vista, a investigação empírica deve estar fundada em fortes pressupostos paradigmáticos, epistemológicos e teóricos que permitam, por um lado, orientar as questões de investigação, formular, sistematizar e organizar os construtos de um determinado fenómeno, construir e/ou selecionar as metodologias de medição para avaliar os construtos e, por outro lado, assegurar uma adequada interpretação dos resultados empíricos que orientem a construção cumulativa, crítica e integradora do conhecimento científico nesse domínio. Com efeito, a presente tese apresenta uma tentativa de criar um fio condutor teórico e

metodológico com o objetivo de sistematizar a investigação prévia e nortear a investigação empírica futura.

De acordo com o nosso entendimento, os resultados obtidos apresentam duas implicações.

Em primeiro, uma implicação de natureza teórica. O modelo DPP e modelo ecológico de coparentalidade assumem-se como matrizes explicativas do desenvolvimento da personalidade e da coparentalidade. No entanto, do nosso conhecimento, até ao momento, apenas está disponível evidência teórica da aplicação deste modelo no domínio profissional e vocacional dos indivíduos (Staudinger & Bowen, 2010). Ao apresentarmos um exercício de aplicação dos pressupostos conceptuais deste modelo ao divórcio, o nosso trabalho contribui para acumulação de evidência que este modelo pode ser um modelo robusto e útil na explicação do funcionamento do sistema psicológico na idade adulta e na orientação dos objetivos e metodologias de pesquisa. Na mesma linha, julgamos que o nosso trabalho foi pioneiro ao utilizar na conceptualização do estado da arte do modelo ecológico da coparentalidade. Apesar de ser um modelo nuclear deste domínio da psicologia, não conhecemos investigações anteriores que apliquem este modelo em amostras com pais divorciados. Apesar de não termos testado empiricamente o modelo (ver Figura 1 do capítulo 2), os nossos resultados do estudo 3 do capítulo 3, ao encontrarem diferenças ao nível do funcionamento psicológico dos pais, da qualidade da parentalidade e do ajustamento psicológico dos filhos em função dos perfis coparentais filtradas através do Coparenting Relationship Scale (Feinberg et al., 2012), construída para medir as componentes da coparentalidade defendidas pelo modelo, dão pistas muito claras sobre a validade empírica da proposta teórica de Feinberg (2003), o que se assume como um contributo deste estudo para a literatura.

A segunda implicação do presente trabalho tem uma natureza clínica. Os académicos e investigadores e associações profissionais da Psicologia têm alertado, seguindo o movimento de outros domínios técnico-científicos (Sackett, Rosenberg, Gray, Haynes, & Richardson, 1996), para o imperativo de uma prática psicológica baseada na evidência empírica (APA Presidential Task Force on Evidence-Based Practice, 2006; Kazdin, 2008; Sexton & Gordon, 2010). Apesar de existirem esforços consistentes de desenho e implementação de programas de intervenção psicológica com crianças de pais divorciados baseados nos dados da investigação empírica (Pedro-Carroll, 2005; Wolchik, Sandler, Winslow, & Smith-Daniels, 2005), reduzidos esforços são

encontrados para intervenções com os adultos divorciados baseados na evidência empírica sobre os potenciais ganhos no sistema personológico em resultados da dissolução conjugal.

Assim, ao encontrar evidências sobre (1) os indicadores personológicos da satisfação com a vida e do crescimento pessoal, (2) como a satisfação com a vida e o crescimento podem ser preditos pela acumulação de indicadores personológicos e (3) como pais classificados em diferentes tipologias de coparentalidade apresentam diferentes níveis de ajustamento psicológico, de qualidade da parentalidade e funcionamento psicológico dos filhos, o presente trabalho pode contribuir para fundamentar o desenho e implementação de programas de intervenção que promovam o desenvolvimento positivo da personalidade, o funcionamento familiar e o ajustamento psicológico das crianças pós-divórcio. Tal como se mostra evidente numa recente meta-análise (Strouse & Roehrlé, 2011), as intervenções psicológicas destinadas para os adultos divorciados com resultados de eficácia publicados centram os objetivos de intervenção na diminuição do *distress* psicopatológico e na promoção de aquisição de competências de resolução de problemas e gestão do relacionamento interpessoal (Lamela, Castro, Gonçalves, & Figueiredo, 2009). Assim, de acordo com os dados desta meta-análise, temos um elevado grau de certeza em afirmar que as intervenções psicológicas com resultados de eficácia disponíveis, por um lado, se focam maioritariamente na compensação das perdas associadas ao casamento e não na otimização do ajustamento da personalidade após o divórcio e, por outro lado, descaram a promoção do crescimento da personalidade.

Por consequência, ao demonstrar que os adultos apresentam perceções subjetivas de crescimento pessoal como consequência da dissolução conjugal, o presente estudo suporta o desenho de intervenções psicoterapêuticas e de *counseling* desenvolvimental para este grupo populacional, com vista a desenvolver ou otimizar os ganhos nesta trajetória de desenvolvimento da personalidade após o divórcio. Este objetivo de intervenção assume maior pertinência quando se toma em consideração estudos empíricos prévios que colocam em evidência que esforços interventivos sistemáticos parecem contribuir para aumentos significativos e permanentes em indicadores estruturais e processuais do crescimento positivo da personalidade (Mühlig-Versen, Bowen, & Staudinger, 2012; Sheldon, Kasser, Smith, & Share, 2002).

Adicionalmente, propostas de intervenção psicológica neste domínio poderão ser clinicamente mais relevantes após investigação do impacto do divórcio nos critérios objetivos de ajustamento (i.e., longevidade, competência e funcionalidade) e crescimento (i.e., sabedoria

peçoal) da personalidade. Apesar de ser possível hipotetizar que o efeito da dissolução conjugal no desencadear de oportunidades nos critérios objetivos de desenvolvimento da personalidade ser semelhante ao encontrado neste estudo nos critérios subjetivos, esforços empíricos devem ser desenvolvidos com intuito de compreender longitudinalmente as trajetórias desenvolvimentais da longevidade, funcionalidade e sabedoria pessoal após o divórcio.

Referências

- Ahrons, C. (1994). *The good divorce: Keeping your family together when your marriage comes apart*. New York: HarperCollins.
- Ahrons, C., & Rodgers, R. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: Norton.
- Amato, P., Kane, J., & James, S. (2011). Reconsidering the "good divorce". *Family Relations, 60*(5), 511-524.
- APA Presidential Task Force on Evidence-Based Practice. (2006). Evidence-based practice in psychology. *American Psychologist, 61*(4), 271-285.
- Baird, B., Lucas, R., & Donnellan, B. (2010). Life satisfaction across the lifespan: Findings from two nationally representative panel studies. *Social Indicators Research, 99*(2), 183-203.
- Baltes, P. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology, 23*(5), 611-626.
- Baltes, P. (1997). On the incomplete architecture of human ontogeny: Selection, optimization, and compensation as a foundation for developmental theory. *American Psychologist, 52*(4), 366-380.
- Baltes, P., & Staudinger, U. (2000). Wisdom: A metaheuristic (pragmatic) to orchestrate mind and virtue toward excellence. *American Psychologist, 55*(1), 122-136.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (2006). Lifespan theory in developmental psychology. In R. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology* (6 ed., Vol. 1, pp. 569-664). Hoboken, NJ: Wiley.
- Béland, F., Zunzunegui, M., Alvarado, B., Otero, A., & Del Ser, T. (2005). Trajectories of cognitive decline and social relations. *Journal of Gerontology Series B: Psychological Sciences, 60*(6), 320-330.
- Boney, V. (2003). Alternative research perspectives for studying the effects of parental divorce. *Marriage & family review, 35*(1-2), 7-27.
- Braver, S., Shapiro, J., & Goodman, M. (2006). The consequences of divorce for parents. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and relationship dissolution* (pp. 313-337). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Calhoun, L., & Tedeschi, R. (2006). The foundations of posttraumatic growth: An expanded framework. In R. Tedeschi & L. Calhoun (Eds.), *Handbook of posttraumatic growth: Research and practice* (pp. 1-23). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Campbell, D., & Fiske, D. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin, 56*(2), 81-105.
- Carstensen, L. (2006). The influence of a sense of time on human development. *Science, 312*(5782), 1913-1915.

- Carstensen, L., Isaacowitz, D., & Charles, S. (1999). Taking time seriously: A theory of socioemotional selectivity. *American Psychologist, 54*(3), 165-181.
- Clarke-Stewart, A., & Brentano, C. (2006). *Divorce: Causes and consequences*. New Haven: Yale University Press.
- Davies, P., Sturge-Apple, M., Winter, M., Cummings, M., & Farrell, D. (2006). Child adaptational development in contexts of interparental conflict over time. *Child Development, 77*(1), 218-233.
- Davis, C., Nolen-Hoeksema, S., & Larson, J. (1998). Making sense of loss and benefiting from the experience: Two construals of meaning. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*(2), 561-574.
- Diener, E., & Suh, E. (1998). Subjective well-being and age: An international analysis. In K. Schaie & M. Lawton (Eds.), *Annual review of gerontology and geriatrics: Vol 17 Focus on emotion and adult development* (pp. 304-324). New York: Springer.
- Donnellan, M., & Lucas, R. (2008). Age differences in the Big Five across the life span: Evidence from two national samples. *Psychology and Aging, 23*(3), 558-566.
- Dörner, J. (2006). *A self-concept measure of personality growth: Self-concept Maturity (SCM). Development, validation, and age effects*. Dissertation, International University Bremen, Bremen.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice, 3*(2), 95-131.
- Feinberg, M., Brown, L., & Kan, M. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice, 12*(1), 1-21.
- Feinberg, M., Kan, M., & Hetherington, M. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 69*(3), 687-702.
- Frazier, P., Tennen, H., Gavian, M., Park, C., Tomich, P., & Tashiro, T. (2009). Does self-reported posttraumatic growth reflect genuine positive change? *Psychological Science, 20*(7), 912-919.
- Gerstorf, D., Ram, N., Röcke, C., Lindenberger, U., & Smith, J. (2008). Decline in life satisfaction in old age: Longitudinal evidence for links to distance-to-death. *Psychology and Aging, 23*(1), 154-168.
- Glück, J., Bischof, B., & Siebenhüner, L. (2012). "Knows what is good and bad", "Can teach you things", "Does lots of crosswords": Children's knowledge about wisdom. *European Journal of Developmental Psychology, 9*(5), 582-598.
- Hamarat, E., Thompson, D., Steele, D., Matheny, K., & Simons, C. (2002). Age differences in coping resources and satisfaction with life among middle-aged, young-old, and oldest-old adults. *The Journal of Genetic Psychology, 163*(3), 360-367.
- Helson, R., & Srivastava, S. (2001). Three paths of adult development: conservers, seekers, and achievers. *Journal of Personality and Social Psychology, 80*(6), 995-1010.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Company.
- Holahan, C., Moos, R., & Schaefer, J. (1996). Coping, stress resistance, and growth: Conceptualizing adaptive functioning. In M. Zeidner & N. Endler (Eds.), *Handbook of coping: Theory, research, applications* (pp. 24-43). Oxford, England: Wiley.
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos 2011: Resultados definitivos*. Lisboa: INE.

- Jones, D., Shaffer, A., Forehand, R., Brody, G., & Armistead, L. (2003). Coparent conflict in single mother-headed African American families: Do parenting skills serve as a mediator or moderator of child psychosocial adjustment? *Behavior Therapy, 34*(2), 259-272.
- Kazdin, A. (2008). Evidence-based treatment and practice: New opportunities to bridge clinical research and practice, enhance the knowledge base, and improve patient care. *American Psychologist, 63*(3), 146-159.
- Labouvie-Vief, G., & Medler, M. (2002). Affect optimization and affect complexity: Modes and styles of regulation in adulthood. *Psychology and Aging, 17*(4), 571-588.
- Lamela, D., Castro, M., Gonçalves, T., & Figueiredo, B. (2009). "PApi-Pais por Inteiro": Programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Análise Psicológica, 27*(4), 493-507.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013a). Perfis de vinculação, aliança parental e ajustamento familiar: Diferenças no ajustamento psicológico em pais recém-divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 26*(1), 18-29.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013b). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test - Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Löckenhoff, C., & Carstensen, L. (2004). Socioemotional selectivity theory, aging, and health: The increasingly delicate balance between regulating emotions and making tough choices. *Journal of Personality, 72*(6), 1395-1424.
- Lucas, R. (2005). Time does not heal all wounds: A longitudinal study of reaction and adaptation to divorce. *Psychological Science, 16*(12), 945-950.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family, 52*, 141-155.
- Masheter, C. (1998). Divorce as selection, stress, and process. *Journal of Divorce & Remarriage, 29*(3-4), 143-159.
- McAdams, K., Lucas, R., & Donnellan, B. (2012). The role of domain satisfaction in explaining the paradoxical association between life satisfaction and age. *Social Indicators Research, 109*(1), 295-303.
- Mickler, C., & Staudinger, U. (2008). Personal wisdom: Validation and age-related differences of a performance measure. *Psychology and Aging, 23*(4), 787-799.
- Milardo, R. (1987). Changes in social networks of women and men following divorce: A review. *Journal of Family Issues, 8*, 78-96.
- Mühlig-Versen, A., Bowen, C., & Staudinger, U. (2012). Personality plasticity in later adulthood: Contextual and personal Resources are needed to increase openness to new experiences. *Psychology and Aging, 27*(4), 855-866.
- Pedro-Carroll, J. (2005). Fostering resilience in the aftermath of divorce: The role of evidence-based programs for children. *Family Court Review, 43*(1), 52-64.
- Pudrovska, T. (2010). What makes you stronger: Age and cohort differences in personal growth after cancer. *Journal of Health and Social Behavior, 51*(3), 260-273.
- Rice, C., & Pasupathi, M. (2010). Reflecting on self-relevant experiences: Adult age differences. *Developmental Psychology, 46*(2), 479-490.

- Roberts, B., & Mroczek, D. (2008). Personality trait change in adulthood. *Current Directions in Psychological Science*, 17(1), 31-35.
- Ryff, C. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(6), 1069-1081.
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(4), 719-727.
- Sackett, D., Rosenberg, W., Gray, J., Haynes, B., & Richardson, S. (1996). Evidence based medicine: What it is and what it isn't. *British Medical Journal*, 312(7023), 71-72.
- Sbarra, D., Law, R., & Portley, R. (2011). Divorce and death: A meta-analysis and research agenda for clinical, social, and health psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 6(5), 454-474.
- Scheibe, S., Kunzmann, U., & Baltes, P. (2009). New territories of positive life-span development: Wisdom and life longings. In S. Lopez & C. Snyder (Eds.), *The Oxford handbook of positive psychology* (2nd ed.). New York: Oxford University Press.
- Schindler, I., & Staudinger, U. M. (2008). Obligatory and optional personal life investments in old and very old age: Validation and functional relations. *Motivation and Emotion*, 32(1), 23-36.
- Seligman, M., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14.
- Sexton, T., & Gordon, K. (2010). Science, practice, and evidence-based treatments in the clinical practice of family psychology. In J. Bray & M. Stanton (Eds.), *The Wiley-Blackwell handbook of family psychology* (pp. 314-326). Oxford, UK: Blackwell Publishing.
- Sheldon, K., & King, L. (2001). Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, 56(3), 216-217.
- Sheldon, K., Kasser, T., Smith, K., & Share, T. (2002). Personal goals and psychological growth: Testing an intervention to enhance goal attainment and personality integration. *Journal of Personality*, 70(1), 5-31.
- Smock, P., Manning, W., & Gupta, S. (1999). The effect of marriage and divorce on women's economic well-being. *American Sociological Review*, 64(6), 794-812.
- Specht, J., Egloff, B., & Schmukle, S. (2011). Stability and change of personality across the life course: The impact of age and major life events on mean-level and rank-order stability of the Big Five. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(4), 862-882.
- Springer, K., Pudrovska, T., & Hauser, R. (2011). Does psychological well-being change with age? Longitudinal tests of age variations and further exploration of the multidimensionality of Ryff's model of psychological well-being. *Social Science Research*, 40(1), 392-398.
- Staudinger, U., & Bowen, C. (2010). Life-span perspectives on positive personality development in adulthood and old age. In R. Lerner, M. Lamb & A. Freund (Eds.), *The handbook of life-span development* (Vol. 2, pp. 254-297). Hoboken, NJ: Wiley.
- Staudinger, U., Dörner, J., & Mickler, C. (2005). Wisdom and personality. In R. Sternberg & J. Jordan (Eds.), *Handbook of wisdom: Psychological perspectives* (pp. 191-219). New York: Cambridge University Press.
- Staudinger, U., & Kessler, E. (2009). Adjustment and growth: Two trajectories of positive personality development across adulthood. In C. Smith & N. DeFrates-Densch (Eds.), *Handbook of research on adult learning and development* (pp. 241-268). New York and London: Routledge.

- Staudinger, U., & Kunzmann, U. (2005). Positive adult personality development. *European Psychologist, 10*(4), 320-329.
- Staudinger, U., Marsiske, M., & Baltes, P. (1993). Resilience and levels of reserve capacity in later adulthood: Perspectives from life-span theory. *Development and Psychopathology, 5*, 541-566
- Staudinger, U., Marsiske, M., & Baltes, P. (1995). Resilience and reserve capacity in later adulthood: Potentials and limits of development across the life span. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology* (Vol. 2: Risk, disorder, and adaptation; pp. 801-847). New York: Wiley
- Sternberg, R. (2013) Personal wisdom in the balance. In M. Ferrari & N. Weststrate (Eds.), *Personal wisdom: From contemplative traditions to neurosciences* (pp. 53-74). Amsterdam: Springer.
- Strouse, J., & Roehrl, B. (2011). A meta-analysis of intervention outcome studies for adults undergoing separation and divorce. *International Journal of Mental Health Promotion, 13*(4), 17-29.
- Wilson, T., & Gilbert, D. (2008). Explaining away: A model of affective adaptation. *Perspectives on Psychological Science, 3*(5), 370-386.
- Wolchik, S., Sandler, I., Winslow, E., & Smith-Daniels, V. (2005). Programs for promoting parenting of residential parents: Moving from efficacy to effectiveness. *Family Court Review, 43*(1), 65-80.

Bibliografia Geral

- Abidin, R., & Brunner, J. (1995). Development of a Parenting Alliance Inventory. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 24(1), 31-40.
- Afifi, A., Clark, V., & May, S. (2011). *Practical multivariate analysis* (5th ed.). Boca Raton, FL: CRC Press.
- Afifi, T., Cox, B., & Enns, M. (2006). Mental health profiles among married, never-married, and separated/divorced mothers in a nationally representative sample. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 41(2), 122-129.
- Ahrons, C. (1981). The continuing coparental relationship between divorced spouses. *American Journal of Orthopsychiatry*, 51(3), 415-428.
- Ahrons, C. (1994). *The good divorce: Keeping your family together when your marriage comes apart*. New York: HarperCollins.
- Ahrons, C. (2007). Family ties after divorce: Long-term implications for children. *Family Process*, 46(1), 53-65.
- Ahrons, C., & Miller, R. (1993). The effect of the postdivorce relationship on paternal involvement: A longitudinal analysis. *American Journal of Orthopsychiatry*, 63(3), 441-450.
- Ahrons, C., & Rodgers, R. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: Norton.
- Alport, G. (1961). *Pattern and growth in personality*. London: Holt, Rinehart and Winston.
- Altenhofen, S., Sutherland, K., & Biringer, Z. (2010). Families experiencing divorce: Age at onset of overnight stays, conflict, and emotional availability as predictors of child attachment. *Journal of Divorce & Remarriage*, 51(3), 141-156.
- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 1269-1287.
- Amato, P. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, 72, 650-666.
- Amato, P., & James, S. (2010). Divorce in Europe and the United States: Commonalities and differences across nations. *Family Science*, 1(1), 2-13.
- Amato, P., Kane, J., & James, S. (2011). Reconsidering the "good divorce". *Family Relations*, 60(5), 511-524.
- American Psychiatric Association. (2000). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed., text revision ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Andreß, H., & Bröckel, M. (2007). Income and life satisfaction after marital disruption in Germany. *Journal of Marriage and Family*, 69(2), 500-512.
- Ångarne-Lindberg, T., & Wadsby, M. (2012). Psychiatric and somatic health in relation to experience of parental divorce in childhood. *International Journal of Social Psychiatry*, 58(1), 16-25.
- APA Presidential Task Force on Evidence-Based Practice. (2006). Evidence-based practice in psychology. *American Psychologist*, 61(4), 271-285.
- Appelbaum, S. (1973). Psychological-mindedness: Word, concept and essence. *International Journal of Psycho-Analysis*, 54, 35-46.
- Appleyard, K., Egeland, B., Dulmen, M., & Alan Sroufe, L. (2005). When more is not better: the role of cumulative risk in child behavior outcomes. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(3), 235-245.
- Arber, S., Bote, M., & Meadows, R. (2009). Gender and socio-economic patterning of self-reported sleep problems in Britain. *Social Science & Medicine*, 68(2), 281-289.
- Ardelt, M. (2003). Empirical assessment of a three-dimensional wisdom scale. *Research on Aging*, 25(3), 275-324.
- Ardelt, M. (2004). Wisdom as expert knowledge system: A critical review of a contemporary operationalization of an ancient concept. *Human Development*, 47(5), 257-285.
- Aspinwall, L., & Staudinger, U. (2003). A psychology of human strengths: Some central issues of an emerging field. In L. Aspinwall & U. Staudinger (Eds.), *A psychology of human strengths: Fundamental questions and future directions for a positive psychology* (pp. 9-22). Washington, DC: American Psychological Association.

- Averdijk, M., Malti, T., Eisner, M., & Ribeaud, D. (2012). Parental separation and child aggressive and Internalizing Behavior: An event history calendar analysis. *Child Psychiatry & Human Development, 43*(2), 184-200.
- Baird, B., Lucas, R., & Donnellan, B. (2010). Life satisfaction across the lifespan: Findings from two nationally representative panel studies. *Social Indicators Research, 99*(2), 183-203.
- Baltes, M., & Lang, F. (1997). Everyday functioning and successful aging: The impact of resources. *Psychology and Aging, 12*(3), 433-443.
- Baltes, P. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology, 23*(5), 611-626.
- Baltes, P. (1997). On the incomplete architecture of human ontogeny: Selection, optimization, and compensation as foundation of developmental theory. *American Psychologist, 52*(4), 366-380.
- Baltes, P., & Baltes, M. (1993). Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. In P. Baltes & M. Baltes (Eds.), *Successful aging: Perspectives from the behavioral sciences* (pp. 1-34). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Baltes, P., & Smith, J. (2008). The fascination of wisdom: Its nature, ontogeny, and function. *Perspectives on Psychological Science, 3*(1), 56-64.
- Baltes, P., & Staudinger, U. (2000). Wisdom: A metaheuristic (pragmatic) to orchestrate mind and virtue toward excellence. *American Psychologist, 55*(1), 122-136.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (1998). Life-span theory in developmental psychology. In W. Damon (Ed.-in-Chief) & R. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (5th ed., pp. 1029-1143). New York: Wiley.
- Baltes, P., Lindenberger, U., & Staudinger, U. (2006). Life span theory in developmental psychology. In W. Damon & R. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (6th ed., pp. 569-664). New York: Wiley.
- Baltes, P., Reese, H., & Lipsitt, L. (1980). Life-span developmental psychology. *Annual Review of Psychology, 31*, 65-110.
- Baltes, P., Staudinger, U., & Lindenberger, U. (1999). Lifespan psychology: Theory and application to intellectual functioning. *Annual Review of Psychology, 50*(1), 471-507.
- Bandura, A. (1978). Social learning theory of aggression. *Journal of Communication, 28*(3), 12-29.
- Barzel, M., & Reid, G. (2011). Coparenting in relation to children's psychosocial and diabetes-specific adjustment. *Journal of Pediatric Psychology, 36*(5), 618-629.
- Bastaits, K., Ponnet, K., & Mortelmans, D. (2012). Parenting of divorced fathers and the association with children's self-esteem. *Journal of Youth and Adolescence, 41*(12), 1643-1656.
- Bauer, J., & McAdams, D. (2004). Personal growth in adults' stories of life transitions. *Journal of Personality, 72*(3), 573-602.
- Bauer, J., & McAdams, D. (2010). Eudaimonic growth: Narrative growth goals predict increases in ego development and subjective well-being 3 years later. *Developmental Psychology, 46*(4), 761-772.
- Bauer, J., Park, S., Montoya, R., & Wayment, H. (2013). Growth motivation along two facets of eudaimonic self-development. *Manuscript under review*.
- Baum, N. (2006). Postdivorce paternal disengagement: Failed mourning and role fusion. *Journal of Marital and Family Therapy, 32*(2), 245-254.
- Baumeister, R., Campbell, J., Krueger, J., & Vohs, K. (2003). Does high self-esteem cause better performance, interpersonal success, happiness, or healthier lifestyles? *Psychological Science in the Public Interest, 4*(1), 1-44.
- Bedard-Gilligan, M., & Zoellner, L. (2008). The utility of the A1 and A2 criteria in the diagnosis of PTSD. *Behaviour Research and Therapy, 46*(9), 1062-1069.

- Béland, F., Zunzunegui, M., Alvarado, B., Otero, A., & Del Ser, T. (2005). Trajectories of cognitive decline and social relations. *Journal of Gerontology Series B: Psychological Sciences*, *60*(6), 320–330.
- Belsky, J., Crnic, K., & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. *Child Development*, *66*(3), 629-642.
- Benson, M., Buehler, C., & Gerard, J. (2008). Interparental hostility and early adolescent problem behavior. *Journal of Early Adolescence*, *28*(3), 428-454.
- Berger, R., & Weiss, T. (2009). The posttraumatic growth model: An expansion to the family system. *Traumatology*, *15*(1), 63-74.
- Bergsma, A., & Ardelt, M. (2012). Self-reported wisdom and Happiness: An empirical investigation. *Journal of Happiness Studies*, *13*(3), 481-499.
- Berman, W. (1988). The role of attachment in the post-divorce experience. *Journal of Personality and Social Psychology*, *54*(3), 496-503.
- Berntsen, D., Rubin, D., & Siegler, I. (2011). Two versions of life: Emotionally negative and positive life events have different roles in the organization of life story and identity. *Emotion*, *11*(5), 1190-1201.
- Bohannon, P. (1970). *Divorce and after: An analysis of the emotional and social problems of divorce*. Garden City, NY: Anchor.
- Bonds, D., & Gondoli, D. . (2007). Examining the process by which marital adjustment affects maternal warmth: The role of coparenting support as a mediator. *Journal of Family Psychology*, *21*, 288-296.
- Boney, V. (2003). Alternative research perspectives for studying the effects of parental divorce. *Marriage & Family Review*, *35*(1-2), 7-27.
- Booth, A., & Amato, P. (1991). Divorce and psychological stress. *Journal of Health and Social Behavior*, *32*(4), 396-407.
- Bowen, C., Noack, C., & Staudinger, U. (2011). Aging in the work context. In K. Schaie & S. Willis (Eds.), *Handbook of the psychology of aging* (7 ed., pp. 263-277). San Diego, CA: Elsevier Academic Press.
- Bradford, K., Vaughn, L., & Barber, B. (2008). When there is conflict: Interparental conflict, parent–child conflict, and youth problem behaviors. *Journal of Family Issues*, *29*(6), 780-805.
- Brandtstädter, J., & Greve, W. (1994). The aging self: Stabilizing and protective processes. *Developmental Review*, *14*, 52-80.
- Brandtstädter, J., & Rothermund, K. (2002). The life-course dynamics of goal pursuit and goal adjustment: A two-process framework. *Developmental Review*, *22*(1), 117-150.
- Braver, S., Shapiro, J., & Goodman, M. (2006). Consequences of divorce for parents. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and relationship dissolution* (pp. 313-337). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Breslau, J., Miller, E., Jin, R., Sampson, N., Alonso, J., Andrade, L., . . . Kessler, R. (2011). A multinational study of mental disorders, marriage, and divorce. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, *124*(6), 474-486.
- Brewin, C., Lanius, R., Novac, A., Schnyder, U., & Galea, S. (2009). Reformulating PTSD for DSM-V: Life after criterion A. *Journal of Traumatic Stress*, *22*(5), 366-373.
- Brickman, P., & Campbell, D. (1971). Hedonic relativism and planning the good society. In M. Appley (Ed.), *Adaptation level theory: A symposium* (pp. 287-305). New York: Academic Press.
- Brown, G., Schoppe-Sullivan, S., Mangelsdorf, S., & Neff, C. (2010). Observed and reported supportive coparenting as predictors of infant–mother and infant–father attachment security. *Early Child Development and Care*, *180*(1-2), 121-137.
- Brown, R., Schrag, A., & Trimble, M. (2005). Dissociation, childhood interpersonal trauma, and family functioning in patients with somatization disorder. *American Journal of Psychiatry*, *162*(5), 899-905.
- Brown, S., & Greene, J. (2006). The Wisdom Development Scale: Translating the conceptual to the concrete. *Journal of College Student Development*, *47*(1), 1-19.
- Buchanan, C., Maccoby, E., & Dornbusch, S. (1991). Caught between parents: Adolescents' experience in divorced homes. *Child development*, *62*(5), 1008-1029.
- Buehler, C. (1987). Initiator status and the divorce transition. *Family Relations*, *36*, 82-86.

- Buehler, C., & Trotter, B. (1990). Nonresidential and residential parents' perceptions of the former spouse relationship and children's social competence following marital separation: Theory and programmed intervention. *Family Relations, 39*(4), 395-404.
- Buehler, C., & Welsh, D. (2009). A process model of adolescents' triangulation into parents' marital conflict: The role of emotional reactivity. *Journal of Family Psychology, 23*(2), 167-180.
- Buehler, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Anthony, C., Pemberton, S., Gerard, J., & Barber, B. (1998). Interparental conflict styles and youth problem behaviors: A two-sample replication study. *Journal of Marriage and the Family, 60*(1), 119-132.
- Burnette, M., Oshri, A., Lax, R., Richards, D., & Ragbeer, S. (2012). Pathways from harsh parenting to adolescent antisocial behavior: A multidomain test of gender moderation. *Development and Psychopathology, 24*(03), 857-870.
- Bursik, K. (1991). Adaptation to divorce and ego development in adult women. *Journal of Personality and Social Psychology, 60*(2), 300-306.
- Burt, S., Barnes, A., McGue, M., & Iacono, W. (2008). Parental divorce and adolescent delinquency: Ruling out the impact of common genes. *Developmental Psychology, 44*(6), 1668-1677.
- Caldera, Y., & Lindsey, E. (2006). Coparenting, mother-infant interaction, and infant-parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 20*(2), 275-283.
- Calhoun, L., & Tedeschi, R. (2006). The foundations of posttraumatic growth: An expanded framework. In RG Tedeschi & LG Calhoun (Eds.), *Handbook of posttraumatic growth: Research and practice* (pp. 1–23). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Campbell, D., & Fiske, D. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin, 56*(2), 81-105.
- Cann, A., Calhoun, L., Tedeschi, R., Taku, K., Vishnevsky, T., Triplett, K., & Danhauer, S. (2010). A short form of the Posttraumatic Growth Inventory. *Anxiety, Stress & Coping, 23*(2), 127-137.
- Carneiro, C., Corboz-Warnery, A., & Fivaz-Depeursinge, E. (2006). The Prenatal Lausanne Trilogue Play: A new observational assessment tool of the prenatal co-parenting alliance. *Infant Mental Health Journal, 27*(2), 207-228.
- Carstensen, L. (2006). The influence of a sense of time on human development. *Science, 312*(5782), 1913-1915.
- Carstensen, L., Isaacowitz, D., & Charles, S. (1999). Taking time seriously: A theory of socioemotional selectivity. *American Psychologist, 54*(3), 165-181.
- Chen, M., & Johnston, C. (2012). Interparent childrearing disagreement, but not dissimilarity, predicts child problems after controlling for parenting effectiveness. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 41*(2), 189-201.
- Clarke-Stewart, A., & Brentano, C. (2006). *Divorce: Causes and consequences*. New Haven: Yale University Press.
- Clarke-Stewart, A., Perlmutter, M., & Friedman, S. (1988). *Lifelong human development*. New York: Wiley.
- Clavarino, A., Hayatbakhsh, M., Williams, G., Bor, W., O'Callaghan, M., & Najman, J. (2011). Depression following marital problems: Different impacts on mothers and their children? A 21-year prospective study. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 46*(9), 833-841.
- Cohn, L., & Westenberg, P. (2004). Intelligence and maturity: Meta-analytic evidence for the incremental and discriminant validity of Loevinger's measure of ego development. *Journal of Personality and Social Psychology, 86*(5), 760-772.
- Cook, C., Schoppe-Sullivan, S., Buckley, C., & Davis, E. (2009). Are some children harder to coparent than others? Children's negative emotionality and coparenting relationship quality. *Journal of Family Psychology, 23*(4), 606-610.
- Cookston, J., Braver, S., Griffin, W., De Luse, S., & Miles, J. (2007). Effects of the Dads for Life intervention on interparental conflict and coparenting in the two years after divorce. *Family Process, 46*(1), 123-137.
- Corcoran, P., & Nagar, A. (2010). Suicide and marital status in Northern Ireland. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 45*(8), 795-800.

- Costa, P., Herbst, J., McCrae, R., & Siegler, I. (2000). Personality at midlife: Stability, intrinsic maturation, and response to life events. *Assessment, 7*(4), 365-378.
- Cowan, P. (1991). Individual and family transitions: A proposal for a new definition. In P. Cowan & M. Hetherington (Eds.), *Family transitions* (pp. 3-30). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cowan, P., & McHale, J. (1996). Coparenting in a family context: Emerging achievements, current dilemmas, and future directions. *New Directions for Child and Adolescent Development, 1996*(74), 93-106.
- Cummings, E., George, M., McCoy, K., & Davies, P. (2012). Interparental conflict in kindergarten and adolescent adjustment: Prospective investigation of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development, 83*(5), 1703-1715.
- Cummings, E., Goeke-Morey, M., & Papp, L. (2004). Everyday marital conflict and child aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology, 32*(2), 191-202.
- Cummings, M., Davies, P., & Campbell, S. (2002). *Developmental psychopathology and family process: Theory, research, and clinical implications*. New York: The Guilford Press.
- Cummings, M., Schermerhorn, A., Davies, P., Goeke-Morey, M., & Cummings, J. (2006). Interparental discord and child adjustment: Prospective investigations of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development, 77*(1), 132-152.
- Dallos, R., & Vetere, A. (2012). Systems theory, family attachments and processes of triangulation: Does the concept of triangulation offer a useful bridge? *Journal of Family Therapy, 34*(2), 117-137.
- David, K., & Murphy, B. (2007). Interparental conflict and preschoolers' peer relations: The moderating roles of temperament and gender. *Social Development, 16*(1), 1-23.
- Davies, P., Sturge-Apple, M., Winter, M., Cummings, M., & Farrell, D. (2006). Child adaptational development in contexts of interparental conflict over time. *Child Development, 77*(1), 218-233.
- Davis, C., Nolen-Hoeksema, S., & Larson, J. (1998). Making sense of loss and benefiting from the experience: Two construals of meaning. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*(2), 561-574.
- Davis, D., Shaver, P., & Vernon, M. (2003). Physical, emotional, and behavioral reactions to breaking up: The roles of gender, age, emotional involvement, and attachment style. *Personality and Social Psychology Bulletin, 29*(7), 871-884.
- Diehl, M. (1999). Self-sevelopment in adulthood and aging: The role of critical life events. In C. Ryff & W. Marshall (Eds.), *The self and society in aging processes* (pp. 150-183). New York: Springer.
- Diener, E., & Suh, E. (1998). Subjective well-being and age: An international analysis. In K. Schaie & M. Lawton (Eds.), *Annual review of gerontology and geriatrics: Vol 17 Focus on emotion and adult development* (pp. 304-324). New York: Springer.
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, R., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment, 49*(1), 71-75.
- Diener, E., Lucas, R., & Scollon, C. (2006). Beyond the hedonic treadmill: revising the adaptation theory of well-being. *American Psychologist, 61*(4), 305-314.
- Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. (2009). Subjective well-being: The science of happiness and life satisfaction. In C Snyder & S Lopez (Eds.), *Oxford Handbook of Positive Psychology* (2 ed., pp. 187-193). New York: Oxford University Press.
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R., & Smith, H. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin, 125*(2), 276-302.
- Dietrich, J., Jokisaari, M., & Nurmi, J. (2012). Work-related goal appraisals and stress during the transition from education to work. *Journal of Vocational Behavior, 80*(1), 82-92.
- Donnellan, M., & Lucas, R. (2008). Age differences in the Big Five across the life span: Evidence from two national samples. *Psychology and Aging, 23*(3), 558-566.

- Dörner, J. (2006). *A self-concept measure of personality growth: Self-concept Maturity (SCM). Development, validation, and age effects*. Dissertation, International University Bremen, Bremen.
- Dorsey, S., Forehand, R., & Brody, G. (2007). Coparenting conflict and parenting behavior in economically disadvantaged single parent African American families: The role of maternal psychological distress. *Journal of Family Violence, 22*(7), 621-630.
- Doyle, A., & Markiewicz, D. (2005). Parenting, marital conflict and adjustment from early-to mid-adolescence: Mediated by adolescent attachment style? *Journal of Youth and Adolescence, 34*(2), 97-110.
- Dush, C., Kotila, L., & Schoppe-Sullivan, S. (2011). Predictors of supportive coparenting after relationship dissolution among at-risk parents. *Journal of Family Psychology, 25*(3), 356-365.
- Eisenberg, N., Valiente, C., Spinrad, T., Cumberland, A., Liew, J., Reiser, M., . . . Losoya, S. (2009). Longitudinal relations of children's effortful control, impulsivity, and negative emotionality to their externalizing, internalizing, and co-occurring behavior problems. *Developmental Psychology, 45*(4), 988-1008.
- Elgar, F., Waschbusch, D., Dadds, M., & Sigvaldason, N. (2007). Development and validation of a short form of the Alabama Parenting Questionnaire. *Journal of Child and Family Studies, 16*(2), 243-259.
- El-Sheikh, M., & Elmore-Staton, L. (2004). The link between marital conflict and child adjustment: Parent-child conflict and perceived attachments as mediators, potentiators, and mitigators of risk. *Development and Psychopathology, 16*(3), 631-648.
- El-Sheikh, M., Kouros, C., Erath, S., Cummings, E., Keller, P., & Staton, L. (2009). Marital conflict and children's externalizing behavior: Pathways involving interactions between parasympathetic and sympathetic nervous system activity. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 74*(1), vii-79.
- Emery, R. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin, 92*(2), 310-330.
- Epstein, N., Baldwin, L., & Bishop, D. (1983). The McMaster Family Assessment Device. *Journal of Marital and Family Therapy, 9*(2), 171-180.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin, 118*(1), 108-132.
- Erikson, E. (1959). Identity and the life cycle. *Psychological Issues, 1*, 1-171.
- Evans, M., & Kelley, J. (2004). Effect of family structure on life satisfaction: Australian evidence. *Social Indicators Research, 69*(3), 303-349.
- Everhart, R., Fiese, B., & Smyth, J. (2008). A cumulative risk model predicting caregiver quality of life in pediatric asthma. *Journal of Pediatric Psychology, 33*(8), 809-818.
- Fabricius, W., & Luecken, L. (2007). Postdivorce living arrangements, parent conflict, and long-term physical health correlates for children of divorce. *Journal of Family Psychology, 21*(2), 195-205.
- Feeney, B., & Monin, J. (2008). An attachment-theoretical perspective on divorce. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2 ed., pp. 934-957). New York: Guilford.
- Feinberg, M. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review, 5*(3), 173-195.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice, 3*(2), 95-131.
- Feinberg, M., & Kan, M. (2008). Establishing family foundations: Intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child relations. *Journal of Family Psychology, 22*(2), 253-263.
- Feinberg, M., Brown, L., & Kan, M. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice, 12*(1), 1-21.

- Feinberg, M., Kan, M., & Hetherington, M. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 69*(3), 687-702.
- Felix, D., Robinson, D., & Jarzynka, K. (2013). The influence of divorce on men's health. *Journal of Men's Health*. Advance online publication.
- Finger, B., Eiden, R., Edwards, E., Leonard, K., & Kachadourian, L. (2010). Marital aggression and child peer competence: A comparison of three conceptual models. *Personal Relationships, 17*(3), 357-376.
- Fisher, B. (1977). *Identifying and meeting needs of formerly-married people through a divorce adjustment seminar* (Doctoral Dissertation). University of Northern Colorado, Greeley, Colorado, United States of America.
- Fivaz-Depeursinge, E. (2008). Infant's triangular communication in "two for one" versus "two against one" family triangles: Case illustrations. *Infant Mental Health Journal, 29*(3), 189-202.
- Fivaz-Depeursinge, E., & Corboz-Warnery, A. (1999). *The primary triangle: A developmental systems view of mothers, fathers, and infants*. New York: Basic Books.
- Fivaz-Depeursinge, E., Frascarolo, F., Lopes, F., Dimitrova, N., & Favez, N. (2007). Parents-child role reversal in trilogue play: Case studies of trajectories from pregnancy to toddlerhood. *Attachment & Human Development, 9*(1), 17-31.
- Fivaz-Depeursinge, E., Lopes, F., Python, M., & Favez, N. (2009). Coparenting and toddler's interactive styles in family coalitions. *Family Process, 48*(4), 500-516.
- Ford, D., & Lerner, R. (1992). *Developmental systems theory: An integrative approach*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Forehand, R., & Jones, D. (2003). Neighborhood violence and coparent conflict: Interactive influence on child psychosocial adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology, 31*(6), 591-604.
- Forgatch, M., Patterson, G., Degarmo, D., & Beldavs, Z. (2009). Testing the Oregon delinquency model with 9-year follow-up of the Oregon Divorce Study. *Development and Psychopathology, 21*(2), 637-660.
- Fosco, G., & Grych, J. (2010). Adolescent triangulation into parental conflicts: Longitudinal implications for appraisals and adolescent-parent relations. *Journal of Marriage and Family, 72*(2), 254-266.
- Franz, M., Popp, K., Schaefer, R., Sitte, W., Schneider, C., Hardt, J., . . . Braehler, E. (2008). Alexithymia in the German general population. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 43*(1), 54-62.
- Frazier, P., & Cook, S. (1993). Correlates of distress following heterosexual relationship dissolution. *Journal of Social and Personal Relationships, 10*(1), 55-67.
- Frazier, P., Tennen, H., Gavian, M., Park, C., Tomich, P., & Tashiro, T. (2009). Does self-reported posttraumatic growth reflect genuine positive change? *Psychological Science, 20*(7), 912-919.
- Frenda, S., Nichols, R., & Loftus, E. (2011). Current issues and advances in misinformation research. *Current Directions in Psychological Science, 20*(1), 20-23.
- Freund, A. (2008). Successful aging as management of resources: The role of selection, optimization, and compensation. *Research in Human Development, 5*(2), 94-106.
- Friedman, H. (2008). The multiple linkages of personality and disease. *Brain, Behavior, and Immunity, 22*(5), 668-675.
- Frijters, P., Haisken-DeNew, J., & Shields, M. (2004). Money does matter! Evidence from increasing real income and life satisfaction in East Germany following reunification. *The American Economic Review, 94*(3), 730-740.
- Funder, D. (2006). Towards a resolution of the personality triad: Persons, situations, and behaviors. *Journal of Research in Personality, 40*(1), 21-34.
- Gähler, M. (2006). "To Divorce is to die a bit...": A longitudinal study of marital disruption and psychological distress among Swedish women and men. *The Family Journal, 14*(4), 372-382.
- Galatzer-Levy, I., Mazursky, H., Mancini, A., & Bonanno, G. (2011). What we don't expect when expecting: Evidence for heterogeneity in subjective well-being in response to parenthood. *Journal of Family Psychology, 25*(3), 384-392.

- Galovan, A., Holmes, E., Schramm, D., & Lee, T. (2013). Father involvement, father-child relationship quality, and satisfaction with family work: Actor and partner influences on marital quality. *Journal of Family Issues*. Advance online publication.
- Gardner, J., & Oswald, A. (2006). Do divorcing couples become happier by breaking up? *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, *169*(2), 319-336.
- Gasper, J., Stolberg, A., Macie, K., & Williams, L. (2008). Coparenting in intact and divorced families: Its impact on young adult adjustment. *Journal of Divorce & Remarriage*, *49*(3-4), 272-290.
- Gerstorf, D., Ram, N., Röcke, C., Lindenberger, U., & Smith, J. (2008). Decline in life satisfaction in old age: Longitudinal evidence for links to distance-to-death. *Psychology and Aging*, *23*(1), 154-168.
- Glück, J., & Bluck, S. (2011). Laypeople's conceptions of wisdom and its development: Cognitive and integrative views. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, *66B*(3), 321-324.
- Glück, J., Bischof, B., & Siebenhüner, L. (2012). "Knows what is good and bad", "Can teach you things", "Does lots of crosswords": Children's knowledge about wisdom. *European Journal of Developmental Psychology*, *9*(5), 582-598.
- Gonçalves, R. (2012). *Envelhecimento e sabedoria: Validação da escala de medida 3D-WS* (Master's Thesis). Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal.
- Gondoli, D., & Silverberg, S. (1997). Maternal emotional distress and diminished responsiveness: The mediating role of parenting efficacy and parental perspective taking. *Developmental Psychology*, *33*(5), 861-868.
- Goodman, A., Lamping, D., & Ploubidis, G. (2010). When to use broader internalising and externalising subscales instead of the hypothesised five subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): data from British parents, teachers and children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *38*(8), 1179-1191.
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *38*(5), 581-586.
- Gosling, S., Vazire, S., Srivastava, S., & John, O. (2004). Should we trust web-based studies? A comparative analysis of six preconceptions about internet questionnaires. *American Psychologist*, *59*(2), 93-104.
- Groenendyk, A., & Volling, B. (2007). Coparenting and early conscience development in the family. *The Journal of Genetic Psychology*, *168*(2), 201-224.
- Gustavson, K., Røysamb, E., von Soest, T., Helland, M., & Mathiesen, K. (2012). Longitudinal associations between relationship problems, divorce, and life satisfaction: Findings from a 15-year population-based study. *Journal of Positive Psychology*, *7*(3), 188-197.
- Guttman, J. (1993). *Divorce in psychosocial perspective: Theory and research*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Haase, C., Heckhausen, J., & Wrosch, C. (2012). Developmental regulation across the life span: Toward a new synthesis. *Developmental Psychology*. Advance online publication.
- Hamarat, E., Thompson, D., Steele, D., Matheny, K., & Simons, C. (2002). Age differences in coping resources and satisfaction with life among middle-aged, young-old, and oldest-old adults. *The Journal of Genetic Psychology*, *163*(3), 360-367.
- Hambleton, R. (2005). Issues, designs, and technical guidelines for adapting tests into multiple languages and cultures. In R. Hambleton, P. Merenda & C. Spielberger (Eds.), *Adapting Educational and Psychological Tests for Cross-cultural Assessment* (pp. 3-38). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hampson, S., & Goldberg, L. (2006). A first large cohort study of personality trait stability over the 40 years between elementary school and midlife. *Journal of Personality and Social Psychology*, *91*(4), 763-779.
- Hardt, J., & Rutter, M. (2004). Validity of adult retrospective reports of adverse childhood experiences: review of the evidence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *45*(2), 260-273.
- Harold, G., Elam, K., Lewis, G., Rice, F., & Thapar, A. (2012). Interparental conflict, parent psychopathology, hostile parenting, and child antisocial behavior: Examining the role of maternal versus paternal influences using a novel genetically sensitive research design. *Development and Psychopathology*, *24*(4), 1283-1295.

- Hauser Kunz, J., & Grych, J. (2013). Parental psychological control and autonomy granting: Distinctions and associations with child and family functioning. *Parenting: Science and Practice, 13*(2), 77-94.
- Hawkins, D., Amato, P., & King, V. (2007). Nonresident father involvement and adolescent well-being: Father effects or child effects? *American Sociological Review, 72*(6), 990-1010.
- Headey, B., & Wearing, A. (1989). Personality, life events, and subjective well-being: toward a dynamic equilibrium model. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*(4), 731-739.
- Heath, D. (1968). *Growing up college*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Heckhausen, J., & Schulz, R. (1995). A life-span theory of control. *Psychological Review, 102*(2), 284-304.
- Helson, R., & Srivastava, S. (2001). Three paths of adult development: conservers, seekers, and achievers. *Journal of Personality and Social Psychology, 80*(6), 995-1010.
- Hetherington M. (1989). Coping with family transitions: Winners, losers, and survivors. *Child Development, 60*(1), 1-14.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Company.
- Hetherington, M., & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: A risk and resiliency perspective. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 40*(1), 129-140.
- Hetherington, M., Bridges, M., & Insabella, G. (1998). What matters? What does not? Five perspectives on the association between marital transitions and children's adjustment. *American Psychologist, 53*(2), 167-184.
- Hewitt, B., & Turrell, G. (2011). Short-term functional health and well-being after marital separation: Does initiator status make a difference? *American Journal of Epidemiology, 173*(11), 1308-1318.
- Hilton, J., & Desrochers, S. (2002). Children's behavior problems in single-parent and married-parent families: Development of a predictive model. *Journal of Divorce & Remarriage, 37*(1-2), 13-36.
- Hilton, J., & Devall, E. (1997). The Family Economic Strain Scale: Development and evaluation of the instrument with single and two-parent families. *Journal of Family and Economic Issues, 18*(3), 247-271.
- Hoeve, M., Blokland, A., Dubas, J., Loeber, R., Gerris, J., & Van Der Laan, P. (2008). Trajectories of delinquency and parenting styles. *Journal of Abnormal Child Psychology, 36*(2), 223-235.
- Holahan, C., Moos, R., & Schaefer, J. (1996). Coping, stress resistance, and growth: Conceptualizing adaptive functioning. In M. Zeidner & N. Endler (Eds.), *Handbook of coping: Theory, research, applications* (pp. 24-43). Oxford, England: Wiley.
- Hooker, K., & McAdams, D. (2003). Personality reconsidered: A new agenda for aging research. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences, 58*(6), 296-304.
- Hsu, H., & Jones, B. (2012). Multiple trajectories of successful aging of older and younger cohorts. *The Gerontologist, 52*(6), 843-856.
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos 2011: Resultados definitivos*. Lisboa: INE.
- Jacobvitz, D., Hazen, N., Curran, M., & Hitchens, K. (2004). Observations of early triadic family interactions: Boundary disturbances in the family predict symptoms of depression, anxiety, and attention-deficit/hyperactivity disorder in middle childhood. *Development and Psychopathology, 16*(3), 577-592.
- Janoff-Bulman, R. (2004). Posttraumatic growth: Three explanatory models. *Psychological Inquiry, 15*(1), 30-34.
- Jones, D., Forehand, R., Brody, G., & Armistead, L. (2002). Psychosocial adjustment of african american children in single-mother families: a test of three risk models. *Journal of Marriage and Family, 64*(1), 105-115.
- Jones, D., Shaffer, A., Forehand, R., Brody, G., & Armistead, L. (2003). Coparent conflict in single mother-headed African American families: Do parenting skills serve as a mediator or moderator of child psychosocial adjustment? *Behavior Therapy, 34*(2), 259-272.
- Jopp, D., & Smith, J. (2006). Resources and life-management strategies as determinants of successful aging: On the protective effect of selection, optimization, and compensation. *Psychology and Aging, 21*(2), 253-265.

- Joseph, S., & Linley, A. (2008). Positive psychological perspectives on posttraumatic stress: An integrative psychosocial framework. In S. Joseph & A. Linley (Eds.), *Trauma, recovery, and growth: Positive psychological perspectives on posttraumatic stress* (pp. 3-20). Hoboken, NJ: Wiley.
- Joseph, S., & Linley, P. (2005). Positive adjustment to threatening events: An organismic valuing theory of growth through adversity. *Review of General Psychology, 9*(3), 262-280.
- Kandler, C., Bleidorn, W., Riemann, R., Spinath, F., Thiel, W., & Angleitner, A. (2010). Sources of cumulative continuity in personality: A longitudinal multiple-rater twin study. *Journal of Personality and Social Psychology, 98*(6), 995-1008.
- Karreman, A., van Tuijl, C., van Aken, M., & Deković, M. (2008). Parenting, coparenting, and effortful control in preschoolers. *Journal of Family Psychology, 22*(1), 30-40.
- Katz, L., & Low, S. (2004). Marital violence, co-parenting, and family-level processes in relation to children's adjustment. *Journal of Family Psychology, 18*(2), 372-382.
- Kazdin, A. (2008). Evidence-based treatment and practice: New opportunities to bridge clinical research and practice, enhance the knowledge base, and improve patient care. *American Psychologist, 63*(3), 146-159.
- Kelly, J., & Emery, R. (2003). Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. *Family Relations, 52*(4), 352-362.
- Kerig, P. (2006). *Implications of parent-child boundary dissolution for developmental psychopathology*. London: Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Kerig, P., & Swanson, J. (2010). Ties that bind: Triangulation, boundary dissolution, and the effects of interparental conflict on child development. In S. Schulz, M. Pruett, P. Kerig, & R. Parke (Eds.), *Strengthening couple relationships for optimal child development: Lessons from research and intervention* (pp. 59-76). Washington, DC: American Psychological Association.
- Kessler, S. (1975). *The American way of divorce: Prescriptions for change*. Chicago: Nelson-Hall.
- Keyes, C., Shmotkin, D., & Ryff, C. (2002). Optimizing well-being: The empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology, 82*(6), 1007-1022.
- Kiecolt-Glaser, J., Gouin, J., & Hantsoo, L. (2010). Close relationships, inflammation, and health. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews, 35*(1), 33-38.
- Kim, S., Nordling, J., Yoon, J., Boldt, L., & Kochanska, G. (2013). Effortful control in "hot" and "cool" tasks differentially predicts children's behavior problems and academic performance. *Journal of Abnormal Child Psychology, 41*(1), 43-56.
- King, L., & Noelle, S. (2005). Happy, mature, and gay: Intimacy, power, and difficult times in coming out stories. *Journal of Research in Personality, 39*(2), 278-298.
- King, L., & Raspin, C. (2004). Lost and found possible selves, subjective well-being, and ego development in divorced women. *Journal of Personality, 72*(3), 603-632.
- Kitson, G. (1982). Attachment to the spouse in divorce: A scale and its application. *Journal of Marriage and the Family, 44*(2), 379-393.
- Kolak, A., & Vernon-Feagans, L. (2008). Family-level coparenting processes and child gender as moderators of family stress and toddler adjustment. *Infant & Child Development, 17*(6), 617-638.
- Konold, T., & Abidin, R. (2001). Parenting alliance: a multifactor perspective. *Assessment, 8*(1), 47-65.
- Kouros, C., Cummings, E., & Davies, P. (2010). Early trajectories of interparental conflict and externalizing problems as predictors of social competence in preadolescence. *Development and Psychopathology, 22*(3), 527-537.
- Kraemer, H., Stice, E., Kazdin, A., Offord, D., & Kupfer, D. (2001). How do risk factors work together? Mediators, moderators, and independent, overlapping, and proxy risk factors. *American Journal of Psychiatry, 158*(6), 848-856.
- Kramrei, E., Coit, C., Martin, S., Fogo, W., & Mahoney, A. (2007). Post-divorce adjustment and social relationships. *Journal of Divorce & Remarriage, 46*(3-4), 145-166.

- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J., & Couper, M. (2004). Psychological research online: Report of Board of Scientific Affairs' Advisory Group on the Conduct of Research on the Internet. *American Psychologist*, *59*(2), 105-117.
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2004). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, *49*(1), 25-44.
- Krumrei, E., Mahoney, A., & Pargament, K. (2009). Divorce and the divine: The role of spirituality in adjustment to divorce. *Journal of Marriage and Family*, *71*(2), 373-383.
- Krumrei, E., Mahoney, A., & Pargament, K. (2011). Spiritual stress and coping model of divorce: A longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, *25*(6), 973-985.
- Kulik, L., & Heine-Cohen, E. (2011). Coping resources, perceived stress and adjustment to divorce among Israeli women: Assessing effects. *The Journal of Social Psychology*, *151*(1), 5-30.
- Labouvie-Vief, G., & Medler, M. (2002). Affect optimization and affect complexity: Modes and styles of regulation in adulthood. *Psychology and Aging*, *17*(4), 571-588.
- Lamela, D. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, *19*(1), 114-121.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2011). Post-divorce representations of marital negotiation during marriage predict parenting alliance in newly divorced parents. *Sexual and Relationship Therapy*, *26*(2), 182-190.
- Lamela, D., Castro, M., Gonçalves, T., & Figueiredo, B. (2009). "PApi-Pais por Inteiro": Programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Análise Psicológica*, *27*(4), 493-507.
- Lamela, D., Castro, M., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (in press). Medida da Aliança Parental: Validação portuguesa e construção de uma versão reduzida. *Psiquiatria Clínica*.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *23*(3), 562-574.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, aliança parental e ajustamento familiar: Diferenças no ajustamento psicológico em pais recém-divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *26*(1), 18-29.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Personality predictors of life satisfaction and personal growth in divorced adults. Manuscript submitted for publication.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Martins, H. (2013). Psychometric properties of the Portuguese version of the posttraumatic growth inventory short form among divorced adults. *European Journal of Psychological Assessment*. Advance online publication.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2009). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, *15*(1), 205-216.
- Landa, A., Peterson, B., & Fallon, B. (2012). Somatoform pain: A developmental theory and translational research review. *Psychosomatic Medicine*, *74*(7), 717-727.
- Lang, F., Staudinger, U., & Carstensen, L. (1998). Perspectives on socioemotional selectivity in late life: How personality and social context do (and do not) make a difference. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, *53*(1), 21-30.
- Lansford, J. (2009). Parental divorce and children's adjustment. *Perspectives on Psychological Science*, *4*(2), 140-152.
- Lau, Y. (2007). Patterns of post-divorce parental alliance and children's self-esteem in Hong Kong. *Journal of Divorce & Remarriage*, *47*(3-4), 155-173.

- Leary, A., & Katz, L. (2004). Coparenting, family-level processes, and peer outcomes: The moderating role of vagal tone. *Development and Psychopathology, 16*(3), 593-608.
- Lengua, L., Wolchik, S., Sandler, I., & West, S. (2000). The additive and interactive effects of parenting and temperament in predicting adjustment problems of children of divorce. *Journal of Clinical Child Psychology, 29*(2), 232-244.
- Leon, K. (2003). Risk and protective factors in young children's adjustment to parental divorce: A review of the research. *Family Relations, 52*(3), 258-270.
- Lerman, C., & Glanz, K. (1997). Stress, coping, and health behavior. In K. Glanz, F. Lewis, & B. Rimer (Eds.), *Health behavior and health education* (pp. 113-138). San Francisco: Jossey-Bass.
- Lerner, R. (2002). *Concepts and theories of human development*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lerner, R. (2010). The place of learning within the human development system: A developmental contextual perspective. *Human Development, 38*(6), 361-366.
- Leung, D., & Slep, A. (2006). Predicting inept discipline: The role of parental depressive symptoms, anger, and attributions. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 74*(3), 524-534.
- Lewandowski, G. (2009). Promoting positive emotions following relationship dissolution through writing. *The Journal of Positive Psychology, 4*(1), 21-31.
- Lilgendahl, J., & McAdams, D. (2011). Constructing stories of self-growth: How individuals differences in patterns of autobiographical reasoning relate to well-being in midlife. *Journal of Personality, 79*(2), 391.
- Lindfors, P., Berntsson, L., & Lundberg, U. (2006). Factor structure of Ryff's psychological well-being scales in Swedish female and male white-collar workers. *Personality and Individual Differences, 40*(6), 1213-1222.
- Lindsey, E., & Caldera, Y. (2006). Mother-father-child triadic interaction and mother-child dyadic interaction: Gender differences within and between contexts. *Sex Roles, 55*(7-8), 511-521.
- Lindsey, E., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during infancy. *Family Relations, 54*(3), 346-359.
- Lindsey, E., MacKinnon-Lewis, C., Campbell, J., Frabutt, J., & Lamb, M. (2002). Marital conflict and boys' peer relationships: The mediating role of mother-son emotional reciprocity. *Journal of Family Psychology, 16*(4), 466-477.
- Löckenhoff, C., & Carstensen, L. (2004). Socioemotional selectivity theory, aging, and health: The increasingly delicate balance between regulating emotions and making tough choices. *Journal of Personality, 72*(6), 1395-1424.
- Loevinger, J. (1976). *Ego development: Conception and theory*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Lorenz, F., Wickrama, K, Conger, R., & Elder, G. (2006). The short-term and decade-long effects of divorce on women's midlife health. *Journal of Health and Social Behavior, 47*(2), 111-125.
- Lucas, R. (2005). Time does not heal all wounds: A longitudinal study of reaction and adaptation to divorce. *Psychological Science, 16*(12), 945-950.
- Lüdtke, O., Roberts, B., Trautwein, U., & Nagy, G. (2011). A random walk down university avenue: Life paths, life events, and personality trait change at the transition to university life. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*(3), 620-637.
- Luhmann, M., & Eid, M. (2009). Does it really feel the same? Changes in life satisfaction following repeated life events. *Journal of Personality and Social Psychology, 97*(2), 363-381.
- Luhmann, M., Hofmann, W., Eid, M., & Lucas, R. (2012). Subjective well-being and adaptation to life events: A meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology, 102*(3), 592-615.
- Luhmann, M., Lucas, R., Eid, M., & Diener, E. (2013). The prospective effect of life satisfaction on life events. *Social Psychological and Personality Science, 4*(1), 39-45.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and Family, 52*(1), 141-155.

- Machado, A., & Silva, F. (2007). Toward a richer view of the scientific method: The role of conceptual analysis. *American Psychologist*, 62(7), 671-681.
- Macie, K., & Stolberg, A. (2003). Assessing parenting after divorce: The Co-Parenting Behavior Questionnaire. *Journal of Divorce & Remarriage*, 39(1-2), 89-107.
- Madden-Derdich, D., Leonard, S., & Christopher, S. (1999). Boundary ambiguity and coparental conflict after divorce: An empirical test of a family systems model of the divorce process. *Journal of Marriage and the Family*, 61(3), 588-598.
- Maddux, J. (2008). Positive psychology and the illness ideology: Toward a positive clinical psychology. *Applied Psychology: An International Review*, 57, 54-70.
- Maddux, J. (2009). Stopping the "Madness": Positive psychology and deconstructing the illness ideology and the DSM. In C. Snyder & S. Lopez (Eds.), *Oxford handbook of positive psychology* (2nd ed., pp. 61-69). New York: Oxford University Press.
- Maddux, J., Snyder, C., & Lopez, S. (2004). Toward a positive clinical psychology: Deconstructing the illness ideology and constructing an ideology of human strengths and potential. In A. Linley & S. Joseph (Eds.), *Positive psychology in practice* (pp. 320-334). Hoboken, NJ: Wiley.
- Maercker, A., & Zoellner, T. (2004). The Janus face of self-perceived growth: Toward a two-component model of posttraumatic growth. *Psychological Inquiry*, 15(1), 41-48.
- Majdandžić, M., de Vente, W., Feinberg, M., Aktar, E., & Bögels, S. (2012). Bidirectional associations between coparenting relations and family member anxiety: A review and conceptual model. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 15(1), 28-42.
- Mancini, A., Bonanno, G., & Clark, A. (2011). Stepping off the hedonic treadmill: Individual differences in response to major life events. *Journal of Individual Differences*, 32(3), 144-152.
- Mandara, J. (2003). The typological approach in child and family psychology: A review of theory, methods, and research. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(2), 129-146.
- Margolin, G. (2005). Children's exposure to violence exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(1), 72-81.
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21.
- Margolin, G., Gordis, E., & Oliver, P. (2004). Links between marital and parent-child interactions: Moderating role of husband-to-wife aggression. *Development and Psychopathology*, 16(3), 753-771.
- Markham, M., Ganong, L., & Coleman, M. (2007). Coparental identity and mothers' cooperation in coparental Relationships. *Family Relations*, 56(4), 369-377.
- Marks, N. (1996). Flying solo at midlife: Gender, marital status, and psychological well-being. *Journal of Marriage and the Family*, 58(4), 917-932.
- Marks, N., & Lambert, J. (1998). Marital status continuity and change among young and midlife adults. *Journal of Family Issues*, 19(6), 652-686.
- Marks, N., Bumpass, L., & Jun, H. (2004). Family roles and well-being during the middle life course. In O. Brim, C. Ryff & R. Kessler (Eds.), *How healthy are we? A national study of well-being at midlife* (pp. 514-549). Chicago: The University of Chicago Press.
- Masheter, C. (1998). Divorce as selection, stress, and process. *Journal of Divorce & Remarriage*, 29(3-4), 143-159.
- Maslow, A. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper.
- Mason, A., Sbarra, D., & Mehl, M. (2010). Thin-slicing divorce: Thirty seconds of information predict changes in psychological adjustment over 90 days. *Psychological Science*, 21(10), 1420-1422.

- Mayseless, O., & Scharf, M. (2009). Too close for comfort: Inadequate boundaries with parents and individuation in late adolescent girls. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(2), 191-202.
- McAdams, D., & Pals, J. (2006). A new Big Five: Fundamental principles for an integrative science of personality. *American Psychologist*, 61(3), 204-217.
- McAdams, K., Lucas, R., & Donnellan, B. (2012). The role of domain satisfaction in explaining the paradoxical association between life satisfaction and age. *Social Indicators Research*, 109(1), 295-303.
- McCann, L., Sakheim, D., & Abrahamson, D. (1988). Trauma and victimization: A model of psychological adaptation. *The Counseling Psychologist*, 16(4), 531-594.
- McConnell, M., & Kerig, P. (2002). Assessing coparenting in families of school-age children: Validation of the Coparenting and Family Rating System. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 34(1), 44-58.
- McDonald, R., & Grych, J. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology*, 20(1), 88-99.
- McDonald, R., Jouriles, E., Tart, C., & Minze, L. (2009). Children's adjustment problems in families characterized by men's severe violence toward women: Does other family violence matter? *Child Abuse & Neglect*, 33(2), 94-101.
- McGene, J., & King, V. (2012). Implications of new marriages and children for coparenting in nonresident father families. *Journal of Family Issues*, 33(12), 1619-1641.
- McHale, J. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, 31(6), 985-996.
- McHale, J. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process*, 36(2), 183-201.
- McHale, J. (2007). When infants grow up in multiperson relationship systems. *Infant Mental Health Journal*, 28(4), 370-392.
- McHale, J., & Fivaz-Depeursinge, E. (1999). Understanding triadic and family group interactions during infancy and toddlerhood. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 2(2), 107-127.
- McHale, J., & Irace, K. (2011). Coparenting in diverse family systems. In J. McHale & K. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems* (pp. 15-37). Washington, DC: American Psychological Association.
- McHale, J., & Lindahl, K. (2011). Introduction: What is coparenting? In J. McHale & K. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems*. Washington, DC: American Psychological Association.
- McHale, J., & Rasmussen, J. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and Psychopathology*, 10(1), 39-59.
- McHale, J., Johnson, D., & Sinclair, R. (1999). Family dynamics, preschoolers' family representations, and preschool peer relationships. *Early Education and Development*, 10(3), 373-401.
- McHale, J., Kazali, C., Rotman, T., Talbot, J., Carleton, M., & Lieberman, R. (2004). The transition to coparenthood: Parents' prebirth expectations and early coparental adjustment at 3 months postpartum. *Development and Psychopathology*, 16(3), 711-733.
- McHale, J., Khazan, I., Erera, P., Rotman, T., DeCoursey, W., & McConnell, M. (2002). Coparenting in diverse family systems. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Vol. 3: Being and becoming a parent* (2nd ed., pp. 75-107). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points for coparenting theory and research. *Journal of Adult Development*, 11(3), 221-234.
- Mickler, C., & Staudinger, U. (2008). Personal wisdom: Validation and age-related differences of a performance measure. *Psychology and Aging*, 23(4), 787-799.
- Middeldorp, C., Cath, D., Beem, A., Willemsen, G., & Boomsma, D. (2008). Life events, anxious depression and personality: A prospective and genetic study. *Psychological Medicine*, 38(11), 1557-1565.

- Milardo, R. (1987). Changes in social networks of women and men following divorce: A review. *Journal of Family Issues*, 8, 78-96.
- Miller, G., Chen, E., & Zhou, E. (2007). If it goes up, must it come down? Chronic stress and the hypothalamic-pituitary-adrenocortical axis in humans. *Psychological Bulletin*, 133(1), 25-45.
- Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Mol, S., Arntz, A., Metsemakers, J., Dinant, G., Vilters-van Montfort, P., & Knottnerus, J. (2005). Symptoms of post-traumatic stress disorder after non-traumatic events: Evidence from an open population study. *British Journal of Psychiatry*, 186(6), 494-499.
- Monteiro, L., Verissimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental: Realidade ou expectativa. *Psicologica*, 42, 213-229.
- Morgan III, C., Southwick, S., Steffian, G., Hazlett, G., & Loftus, E. (2013). Misinformation can influence memory for recently experienced, highly stressful events. *International Journal of Law and Psychiatry*, 36(1), 11-17.
- Morrill, M., Hines, D., Mahmood, S., & Córdova, J. (2010). Pathways between marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process*, 49(1), 59-73.
- Mühlig-Versen, A., Bowen, C., & Staudinger, U. (2012). Personality plasticity in later adulthood: Contextual and personal resources are needed to increase openness to new experiences. *Psychology and Aging*, 27(4), 855-866.
- Mullett, E., & Stolberg, A. (1999). The development of the Co-Parenting Behaviors Questionnaire. *Journal of Divorce & Remarriage*, 31(3-4), 115-137.
- Navarre, S. (1998). Salvador Minuchin's structural family therapy and its application to multicultural family systems. *Issues in Mental Health Nursing*, 19(6), 557-570.
- Neto, F. (1993). The Satisfaction with Life Scale: Psychometrics properties in an adolescent sample. *Journal of Youth and Adolescence*, 22(2), 125-134.
- Niclasen, J., Teasdale, T., Andersen, A., Skovgaard, A., Elberling, H., & Obel, C. (2012). Psychometric properties of the Danish Strength and Difficulties Questionnaire: The SDQ assessed for more than 70,000 raters in four different cohorts. *PLoS One*, 7(2), e32025.
- Novo, R. (2003). *Para além da eudaimonia: O bem-estar psicológico em mulheres na idade adulta avançada [Beyond eudaimonia: The psychological well-being in very old women]*. Coimbra, Portugal: FCG & FCT.
- Novo, R., Duarte-Silva, E., & Peralta, E. (1997). O bem-estar psicológico em adultos: Estudo das características psicométricas da versão portuguesa das escalas de C. Ryff [Psychological well-being in adults: Study of the psychometric properties of the Portuguese version of the C. Ryff scales]. In M. Gonçalves, I. Ribeiro, S. Araújo, C. Machado, L. Almeida & L. Simões (Eds.), *Avaliação psicológica: formas e contextos* (Vol. V, pp. 313-324). Braga, Portugal: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Nunes-Costa, R., Lamela, D., & Figueiredo, B. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria*, 85(5), 385-396.
- Nyklíček, I., & Denollet, J. (2009). Development and evaluation of the Balanced Index of Psychological Mindedness (BIPM). *Psychological Assessment*, 21(1), 32-44.
- Oldehinkel, A., Ormel, J., Veenstra, R., De Winter, A., & Verhulst, F. (2008). Parental divorce and offspring depressive symptoms: Dutch developmental trends during early adolescence. *Journal of Marriage and Family*, 70(2), 284-293.
- O'Leary, V., Alday, C S., & Ickovics, J. (1998). Models of life change and posttraumatic growth. In R. Tedeschi, C. Park & L. Calhoun (Eds.), *Posttraumatic growth: Positive changes in the aftermath of crisis* (pp. 127-151). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Orth, U., Robins, R., & Widaman, K. (2012). Life-span development of self-esteem and its effects on important life outcomes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 102(6), 1271-1288.

- Overton, W. (1991). The structure of developmental theory. In H. Reese (Ed.), *Advances in child development and behavior*, Vol. 23 (pp. 1-37). New York: Academic Press.
- Overton, W. (2010). *Life-span development: Concepts and issues* (Vol. 1). Hoboken, NJ: Wiley.
- Overton, W. (2012). Evolving scientific paradigms: Retrospective and prospective. In L. L'Abate (Ed.), *The role of paradigms in theory construction* (pp. 31-65). New York: Springer.
- Park, C., & Folkman, S. (1997). Meaning in the context of stress and coping. *Review of General Psychology*, 1(2), 115-144.
- Park, C., Cohen, L., & Murch, R. (1996). Assessment and prediction of stress-related growth. *Journal of Personality*, 64(1), 71-105.
- Pasupathi, M., & Staudinger, U. (2001). Do advanced moral reasoners also show wisdom? Linking moral reasoning and wisdom-related knowledge and judgement. *International Journal of Behavioral Development*, 25(5), 401-415.
- Paulson, J., Dauber, S., & Leiferman, J. (2011). Parental depression, relationship quality, and nonresident father involvement with their infants. *Journal of Family Issues*, 32(4), 528-549.
- Pedro, M., Ribeiro, T., & Shelton, K. (2012). Marital satisfaction and partners' parenting practices: The mediating role of coparenting behavior. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 509.
- Pedro-Carroll, J. (2005). Fostering resilience in the aftermath of divorce: The role of evidence-based programs for children. *Family Court Review*, 43(1), 52-64.
- Pereira, G., & Silva, N. (1998). Family Assessment Device, Versão Experimental [Family Assessment Device, Experimental Version]. Braga, Portugal: University of Minho.
- Perrig-Chiello, P., & Perren, S. (2005). Biographical transitions from a midlife perspective. *Journal of Adult Development*, 12(4), 169-181.
- Peterson, C., & Seligman, M. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification*. New York: American Psychological Association & Oxford University Press.
- Piedmont, R. (2001). Cracking the plaster cast: Big Five personality change during intensive outpatient counseling. *Journal of Research in Personality*, 35(4), 500-520.
- Pinto, R., & Maia, Â. (2012). A comparison study between official records and self-reports of childhood adversity. *Child Abuse Review*. Advance online publication.
- Potter, D. (2010). Psychosocial Well-being and the relationship between divorce and children's academic achievement. *Journal of Marriage and Family*, 72(4), 933-946.
- Pruett, M., Williams, T., Insabella, G., & Little, T. (2003). Family and legal indicators of child adjustment to divorce among families with young children. *Journal of Family Psychology*, 17(2), 169-180.
- Pudrovská, T. (2010). What makes you stronger: Age and cohort differences in personal growth after cancer. *Journal of Health and Social Behavior*, 51(3), 260-273.
- Rantanen, J., Metsäpelto, R., Feldt, T., Pulkkinen, L., & Kokko, K. (2007). Long-term stability in the Big Five personality traits in adulthood. *Scandinavian Journal of Psychology*, 48(6), 511-518.
- Reese, H., & Overton, W. (1970). Models of development and theories of development. In L. Goulet & P. Baltes (Eds.), *Life-span developmental psychology: Research and theory* (pp. 115-145.). New York: Academic Press.
- Reips, U. (2002). Standards for Internet-based experimenting. *Experimental Psychology*, 49(4), 243-256.
- Rettig, K., Leichtenritt, R., & Stanton, L. (1999). Understanding noncustodial fathers' family and life satisfaction from resource theory perspective. *Journal of Family Issues*, 20(4), 507-538.
- Rice, C., & Pasupathi, M. (2010). Reflecting on self-relevant experiences: Adult age differences. *Developmental Psychology*, 46(2), 479-490.
- Richards, M., Hardy, R., & Wadsworth, M. (1997). The effects of divorce and separation on mental health in a national UK birth cohort. *Psychological Medicine*, 27(5), 1121-1128.

- Riegel, K. (1978). *Psychology mon amour: A countertext*. Boston: Houghton Mifflin.
- Riegel, K. (1979). *Foundations of dialectical psychology*. New York: Academic Press
- Riessman, C. (1990). *Divorce talk: Women and men make sense of personal relationships*. Piscataway, NJ: Rutgers University Press.
- Robbers, S., van Oort, F., Huizink, A., Verhulst, F., van Beijsterveldt, C., Boomsma, D., & Bartels, M. (2012). Childhood problem behavior and parental divorce: evidence for gene–environment interaction. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 1-10.
- Roberts, B., & Caspi, A. (2003). The cumulative continuity model of personality development: Striking a balance between continuity and change in personality traits across the life course. In U. Staudinger & U. Lindenberger (Eds.), *Understanding human development: Dialogues with lifespan psychology* (pp. 183-214.). Amsterdam: Kluwer Academic Publishers.
- Roberts, B., & Mroczek, D. (2008). Personality trait change in adulthood. *Current directions in psychological science*, 17(1), 31-35.
- Rohde-Brown, J., & Rudestam, K.E. (2011). The role of forgiveness in divorce adjustment and the impact of affect. *Journal of Divorce & Remarriage*, 52(2), 109-124.
- Rutter, M. (1981). Protective factors in children's responses to stress and disadvantage. In M Kent & J Rolf (Eds.), *Prevention of psychopathology* (Vol. 3, pp. 49-74). Hanover, NH: University Press.
- Rutter, M. (1996). Transitions and turning points in developmental psychopathology: As applied to the age span between childhood and mid-adulthood. *International Journal of Behavioral Development*, 19(3), 603-626.
- Rutter, M., & Sroufe, A. (2000). Developmental psychopathology: Concepts and challenges. *Development and Psychopathology*, 12(3), 265-296.
- Ryan, R., & Deci, E. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual Review of Psychology*, 52(1), 141-166.
- Ryff, C. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(6), 1069-1081.
- Ryff, C. (1995). Psychological well-being in adult life. *Current Directions in Psychological Science*, 4(4), 99-104.
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(4), 719-727.
- Ryff, C., & Singer, B. (2008). Know thyself and become what you are: A eudaimonic approach to psychological well-being. *Journal of Happiness Studies*, 9(1), 13-39.
- Ryff, C., Dienberg Love, G., Urry, H., Muller, D., Rosenkranz, M., Friedman, E., . . . Singer, B. (2006). Psychological well-being and ill-being: do they have distinct or mirrored biological correlates? *Psychotherapy and Psychosomatics*, 75(2), 85-95.
- Sackett, D., Rosenberg, W., Gray, J., Haynes, B., & Richardson, S. (1996). Evidence based medicine: What it is and what it isn't. *British Medical Journal*, 312(7023), 71-72.
- Sakraida, T. (2005). Divorce transition differences of midlife women. *Issues in Mental Health Nursing*, 26(2), 225-249.
- Salmela-Aro, K., & Tuominen-Soini, H. (2010). Adolescents' life satisfaction during the transition to post-comprehensive education: Antecedents and consequences. *Journal of Happiness Studies*, 11(6), 683-701.
- Salts, C. (1979). Divorce process. *Journal of Divorce*, 2(3), 233-240.
- Sameroff, A., Seifer, R., Baldwin, A., & Baldwin, C. (1993). Stability of intelligence from preschool to adolescence: the influence of social and family risk factors. *Child Development*, 64(1), 80-97.
- Sbarra, D., & Emery, R. (2005). Coparenting conflict, nonacceptance, and depression among divorced adults: Results from a 12-year follow-up study of child custody mediation using multiple imputation. *American Journal of Orthopsychiatry*, 75(1), 63-75.

- Sbarra, D., & Emery, R. (2008). Deeper into divorce: Using actor-partner analyses to explore systemic differences in coparenting conflict following custody dispute resolution. *Journal of Family Psychology, 22*(1), 144-152.
- Sbarra, D., & Mason, A. (2013). The dark side of divorce. In N. DeWall (Ed.), *The Oxford Handbook of Social Exclusion* (pp. 77-89). New York: Oxford University Press.
- Sbarra, D., Law, R., & Portley, R. (2011). Divorce and death: A meta-analysis and research agenda for clinical, social, and health psychology. *Perspectives on Psychological Science, 6*(5), 454-474.
- Sbarra, D., Smith, H., & Mehl, M. (2012). When leaving your ex, love yourself: Observational ratings of self-compassion predict the course of emotional recovery following marital separation. *Psychological Science, 23*(3), 261-269.
- Schaefer, J., & Moos, R. (1992). Life crises and personal growth. In B. Carpenter (Ed.), *Personal coping: Theory, research, and application* (pp. 149-170). Westport, CT: Praeger.
- Scheibe, S., Kunzmann, U., & Baltes, P. (2009). New territories of positive life-span development: Wisdom and life longings. In S. Lopez & C. Snyder (Eds.), *The Oxford handbook of positive psychology* (2nd ed.). New York: Oxford University Press.
- Schick, A. (2002). Behavioral and emotional differences between children of divorce and children from intact families: Clinical significance and mediating processes. *Swiss Journal of Psychology, 61*(1), 5-14.
- Schindler, I., & Staudinger, U. (2005). Lifespan perspectives on self and personality: The dynamics between the mechanics and pragmatics of life. In W. Greve, K. Rothermund & D. Wentura (Eds.), *The adaptive self: Personal continuity and intentional self-development* (pp. 3-30). Göttingen, Germany: Hogrefe/Huber Publishers.
- Schindler, I., & Staudinger, U. (2008). Obligatory and optional personal life investment in old and very old age: Validation and functional relations. *Motivation and Emotion, 32*(1), 23-36.
- Schlossberg, N. (1981). A model for analyzing human adaptation to transition. *The Counseling Psychologist, 9*(2), 2-18.
- Schlossberg, N., Waters, E., & Goodman, J. (1995). *Counseling adults in transition: Linking practice with theory*. New York: Springer.
- Schneller, D., & Arditti, J. (2004). After the breakup: Interpreting divorce and rethinking intimacy. *Journal of Divorce & Remarriage, 42*(1/2), 1-37.
- Schoon, I., Hansson, L., & Salmela-Aro, K. (2005). Combining work and family life: Life satisfaction among married and divorced men and women in Estonia, Finland, and the UK. *European Psychologist, 10*(4), 309-319.
- Schoppe, S., Mangelsdorf, S., & Frosch, C. (2001). Coparenting, family process, and family structure: implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology, 15*(3), 526-545.
- Schoppe-Sullivan, S., Mangelsdorf, S., Frosch, C., & McHale, J. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology, 18*(1), 194-207.
- Schrodt, P., & Affi, T. (2007). Communication processes that predict young adults' feelings of being caught and their associations with mental health and family satisfaction. *Communication Monographs, 74*(2), 200-228.
- Schulz, R., & Heckhausen, J. (1996). A life-span model of successful aging. *American Psychologist, 51*, 702-714.
- Seligman, M., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist, 55*(1), 5-14.
- Sentse, M., Ormel, J., Veenstra, R., Verhulst, F. C., & Oldehinkel, A. J. (2011). Child temperament moderates the impact of parental separation on adolescent mental health: The TRAILS study. *Journal of Family Psychology, 25*(1), 97-106.
- Sexton, T., & Gordon, K. (2010). Science, practice, and evidence-based treatments in the clinical practice of family psychology. In J. Bray & M. Stanton (Eds.), *The Wiley-Blackwell handbook of family psychology* (pp. 314-326). Oxford, UK: Blackwell Publishing.
- Shaffer, A., & Sroufe, A. (2006). The developmental and adaptational implications of generational boundary dissolution: Findings from a prospective longitudinal study. In P. Kerig (Ed.), *Implication of parent-child boundary dissolution for developmental psychopathology* (pp. 67-84). London: Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Sheldon, K., & King, L. (2001). Why positive psychology is necessary. *American Psychologist, 56*(3), 216-217.

- Sheldon, K., Kasser, T., Smith, K., & Share, T. (2002). Personal goals and psychological growth: Testing an intervention to enhance goal attainment and personality integration. *Journal of Personality, 70*(1), 5-31.
- Shimkowski, J., & Schrodt, P. (2012). Coparental communication as a mediator of interparental conflict and young adult children's mental well-being. *Communication Monographs, 79*(1), 48-71.
- Shook, S., Jones, D., Forehand, R., Dorsey, S., & Brody, G. (2010). The mother–coparent relationship and youth adjustment: A study of African American single-mother families. *Journal of Family Psychology, 24*(3), 243-251.
- Singer, J. (2004). Narrative identity and meaning making across the adult lifespan: An introduction. *Journal of Personality, 72*(3), 437-460.
- Singer, T., Verhaeghen, P., Ghisletta, P., Lindenberger, U., & Baltes, P. (2003). The fate of cognition in very old age: Six-year longitudinal findings in the Berlin Aging Study (BASE). *Psychology and Aging, 18*(2), 318-331.
- Slotter, E., Gardner, W., & Finkel, E. (2010). Who am I without you? The influence of romantic breakup on the self-concept. *Personality and Social Psychology Bulletin, 36*(2), 147-160.
- Smock, P., Manning, W., & Gupta, S. (1999). The effect of marriage and divorce on women's economic well-being. *American Sociological Review, 64*(6), 794-812.
- Sobolewski, J., & King, V. (2005). The importance of the coparental relationship for nonresident fathers' ties to children. *Journal of Marriage and Family, 67*(5), 1196-1212.
- Solmeyer, A., & Feinberg, M. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and coparenting relationship quality. *Infant Behavior and Development, 34*(4), 504-514.
- Soons, J., Liefbroer, A., & Kalmijn, M. (2009). The long-term consequences of relationship formation for subjective well-being. *Journal of Marriage and Family, 71*(5), 1254-1270.
- Sotomayor-Peterson, M., Figueredo, A., Christensen, D., & Taylor, A. (2012). Couples' cultural values, shared parenting, and family emotional climate within Mexican American families. *Family Process, 51*(2), 218-233.
- Sowislo, J., & Orth, U. (2013). Does low self-esteem predict depression and anxiety? A meta-analysis of longitudinal studies. *Psychological Bulletin, 139*(1), 213-240.
- Specht, J., Egloff, B., & Schmukle, S. (2011). Stability and change of personality across the life course: The impact of age and major life events on mean-level and rank-order stability of the Big Five. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*(4), 862-882.
- Specht, J., Egloff, B., & Schmukle, S. (2013). Examining mechanisms of personality maturation: The impact of life satisfaction on the development of the Big Five personality traits. *Social Psychological and Personality Science, 4*(2), 181-189.
- Spinhoven, P., Elzinga, B., Hovens, J., Roelofs, K., van Oppen, P., Zitman, FG, & Penninx, B. (2011). Positive and negative life events and personality traits in predicting course of depression and anxiety. *Acta Psychiatrica Scandinavica, 124*(6), 462-473.
- Springer, K., Pudrovska, T., & Hauser, R. (2011). Does psychological well-being change with age? Longitudinal tests of age variations and further exploration of the multidimensionality of Ryff's model of psychological well-being. *Social Science Research, 40*(1), 392-398.
- Stadelmann, S., Perren, S., Groeben, M., & von Klitzing, K. (2010). Parental separation and children's behavioral/emotional problems: The impact of parental representations and family conflict. *Family Process, 49*(1), 92-108.
- Staudinger, U. (2005). Personality and ageing. In M. Johnson (Ed.), *The Cambridge handbook of age and ageing* (pp. 237-244). New York: Cambridge University Press.
- Staudinger, U., & Bluck, S. (2001). A view on midlife development from lifespan theory. In M. Lachman (Ed.), *Handbook of midlife* (pp. 3-39). New York: Wiley.

- Staudinger, U., & Bowen, C. (2010). Life-span perspectives on positive personality development in adulthood and old age. In R. Lerner, M. Lamb & A. Freund (Eds.), *The handbook of life-span development* (Vol. 2, pp. 254-297). Hoboken, NJ: Wiley.
- Staudinger, U., Dörner, J., & Mickler, C. (2005). Wisdom and personality. In R. Sternberg & J. Jordan (Eds.), *Handbook of wisdom: Psychological perspectives* (pp. 191-219). New York: Cambridge University Press.
- Staudinger, U., & Glück, J. (2011). Psychological wisdom research: Commonalities and differences in a growing field. *Annual Review of Psychology*, *62*(1), 215-241.
- Staudinger, U., & Kessler, E. (2009). Adjustment and growth: Two trajectories of positive personality development across adulthood. In C. Smith & N. DeFrates-Densch (Eds.), *Handbook of research on adult learning and development* (pp. 241-268). New York and London: Routledge.
- Staudinger, U., & Kunzmann, U. (2005). Positive adult personality development. *European Psychologist*, *10*(4), 320-329.
- Staudinger, U., & Pasupathi, M. (2000). Lifespan perspectives on self, personality and social cognition. In F. Craik & T. Salthouse (Eds.), *The handbook of aging and cognition* (pp. 633-688). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Staudinger, U., Marsiske, M., & Baltes, P. (1993). Resilience and levels of reserve capacity in later adulthood: Perspectives from life-span theory. *Development and Psychopathology*, *5*, 541-566
- Staudinger, U., Marsiske, M., & Baltes, P. (1995). Resilience and reserve capacity in later adulthood: Potentials and limits of development across the life span. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology* (Vol. 2: Risk, disorder, and adaptation; pp. 801-847). New York: Wiley
- Sternberg, R. (2013) Personal wisdom in the balance. In M. Ferrari & N. Weststrate (Eds.), *Personal wisdom: From contemplative traditions to neurosciences* (pp. 53-74). Amsterdam: Springer.
- Stewart, S. (2005). Boundary ambiguity in stepfamilies. *Journal of Family Issues*, *26*(7), 1002-1029.
- Straus, M. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*, *41*(1), 75-88.
- Stright, A., & Bales, S. (2003). Coparenting quality: Contributions of child and parent characteristics. *Family Relations*, *52*(3), 232-240.
- Stright, A., & Neitzel, C. (2003). Beyond parenting: Coparenting and children's classroom adjustment. *International Journal of Behavioral Development*, *27*(1), 31-40.
- Strouse, J., & Roehrl, B. (2011). A meta-analysis of intervention outcome studies for adults undergoing separation and divorce. *International Journal of Mental Health Promotion*, *13*(4), 17-29.
- Sturge-Apple, M., Davies, P., & Cummings, M. (2006). Hostility and withdrawal in marital conflict: Effects on parental emotional unavailability and inconsistent discipline. *Journal of Family Psychology*, *20*(2), 227-238.
- Sturge-Apple, M., Davies, P., & Cummings, M. (2010). Typologies of family functioning and children's adjustment during the early school years. *Child Development*, *81*(4), 1320-1335.
- Sutin, A., Costa, P., Wethington, E., & Eaton, W. (2010). Turning points and lessons learned: Stressful life events and personality trait development across middle adulthood. *Psychology and Aging*, *25*(3), 524-533.
- Sweeney, M., & Horwitz, A. (2001). Infidelity, initiation, and the emotional climate of divorce: Are there implications for mental health? *Journal of Health and Social Behavior*, *42*(3), 295-309.
- Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: The Psychological Adjustment to Separation Test (PAST). *Journal of Family Psychology*, *20*(4), 632-640.
- Tadic, M., Oerlemans, W., Bakker, A., & Veenhoven, R. (2012). Daily activities and happiness in later life: The role of work status. *Journal of Happiness Studies*. Advance online publication.
- Taubman-Ben-Ari, O., Ben Shlomo, S., & Findler, L. (2012). Personal growth and meaning in life among first-time mothers and grandmothers. *Journal of Happiness Studies*, *13*(5), 801-820.

- Taylor, M., Bates, G., & Webster, J. (2011). Comparing the psychometric properties of two measures of wisdom: Predicting forgiveness and psychological well-being with the Self-Assessed Wisdom Scale (SAWS) and the Three-Dimensional Wisdom Scale (3D-WS). *Experimental Aging Research, 37*(2), 129-141.
- Tedeschi, R., & Calhoun, L. (1996). The Posttraumatic Growth Inventory: Measuring the positive legacy of trauma. *Journal of Traumatic Stress, 9*(3), 455-471.
- Tedeschi, R., & Calhoun, L. (2004). Posttraumatic growth: Conceptual foundations and empirical evidence. *Psychological Inquiry, 15*(1), 1-18.
- Tedeschi, R., Calhoun, L., & Cann, A. (2007). Evaluating resource gain: Understanding and misunderstanding posttraumatic growth. *Applied Psychology, 56*(3), 396-406.
- Tein, J., Sandler, I., & Zautra, A. (2000). Stressful life events, psychological distress, coping, and parenting of divorced mothers: A longitudinal study. *Journal of Family Psychology, 14*(1), 27-41.
- Terracciano, A., Löckenhoff, C., Zonderman, A., Ferrucci, L., & Costa, P. (2008). Personality predictors of longevity: activity, emotional stability, and conscientiousness. *Psychosomatic Medicine, 70*(6), 621-627.
- Terracciano, A., McCrae, R., & Costa, P. (2010). Intra-individual change in personality stability and age. *Journal of Research in Personality, 44*(1), 31-37.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice, 10*(4), 286-307.
- Thomas, Cindy, & Ryan, Marilyn. (2008). Women's perception of the divorce experience: A qualitative study. *Journal of Divorce & Remarriage, 49*(3-4), 210-224.
- Tolle, L., & O'Donohue, W. (2012). Review of post-divorce child outcome literature. In L. Tolle & W. O'Donohue (Eds.), *Improving the quality of child custody evaluations* (pp. 25-45). New York: Springer.
- Trinder, L., Kellet, J., & Swift, L. (2008). The relationship between contact and child adjustment in high conflict cases after divorce or separation. *Child and Adolescent Mental Health, 13*(4), 181-187.
- Uglanova, E., & Staudinger, U. (2013). Zooming in on life events: Is hedonic adaptation sensitive to the temporal distance from the event? *Social Indicators Research, 111*(1), 265-286.
- Van Egeren, L. (2003). Prebirth predictors of coparenting experiences in early infancy. *Infant Mental Health Journal, 24*(3), 278-295.
- Van Egeren, L. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal, 25*(5), 453-477. doi: 10.1002/imhj.20019
- Van Egeren, L., & Hawkins, D. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3), 165-178.
- Vaughan, M., & Waehler, C. (2010). Coming out growth: Conceptualizing and measuring stress-related growth associated with coming out to others as a sexual minority. *Journal of Adult Development, 17*(2), 94-109.
- Viguer Segui, P. (2004). *Optimizacion evolutiva: Fundamentos del desarrollo optimo*. Madrid: Piramide Ediciones.
- Waite, L., Luo, Y., & Lewin, A. (2009). Marital happiness and marital stability: Consequences for psychological well-being. *Social Science Research, 38*(1), 201-212.
- Waller, K., & MacDonald, T. (2010). Trait self-esteem moderates the effect of initiator status on emotional and cognitive responses to romantic relationship dissolution. *Journal of Personality, 78*(4), 1271-1299.
- Wallerstein, J. (1986). Women after divorce: Preliminary report from a ten-year follow-up. *American Journal of Orthopsychiatry, 56*(1), 65-77.
- Wallerstein, J., & Kelly, J. (1996). *Surviving the breakup: How children and parents cope with divorce*. New York: Basic Books.
- Wallerstein, J., Lewis, J., & Blakeslee, S. (2000). *The unexpected legacy of divorce: A 25 year landmark study*. New York: Hyperion.

- Wang, H., & Amato, P. (2000). Predictors of divorce adjustment: Stressors, resources, and definitions. *Journal of Marriage and Family, 62*(3), 655-668.
- Waterman, A. (2007). On the importance of distinguishing hedonia and eudaimonia when contemplating the hedonic treadmill. *American Psychologist, 62*(6), 612-613.
- Weathers, F., & Keane, T. (2007). The Criterion A problem revisited: Controversies and challenges in defining and measuring psychological trauma. *Journal of Traumatic Stress, 20*(2), 107-121.
- Webster, J. (2003). An exploratory analysis of a Self-assessed Wisdom Scale. *Journal of Adult Development, 10*(1), 13-22.
- Weiss, R. (1976). The emotional impact of marital separation. *Journal of Social issues, 32*(1), 135-145.
- Weissman, S., & Cohen, R. (1985). The parenting alliance and adolescence. *Adolescent Psychiatry, 12*, 24-45.
- Whiteside, M., & Becker, B. (2000). Parental factors and the young child's postdivorce adjustment: A meta-analysis with implications for parenting arrangements. *Journal of Family Psychology, 14*(1), 5-26.
- Wilson, T., & Gilbert, D. (2008). Explaining away: A model of affective adaptation. *Perspectives on Psychological Science, 3*(5), 370-386.
- Wolchik, S., Sandler, I., Winslow, E., & Smith-Daniels, V. (2005). Programs for promoting parenting of residential parents: Moving from efficacy to effectiveness. *Family Court Review, 43*(1), 65-80.
- Yármoz-Yaben, S. (2010). Attachment style and adjustment to divorce. *Spanish Journal of Psychology, 13*(1), 210-219.
- Yármoz-Yaben, S. (2010). Hacia la coparentalidad post-divorcio: percepción del apoyo de la ex pareja en progenitores divorciados españoles. *International journal of clinical and health psychology, 10*(2), 295-307.
- Yármoz-Yaben, S. (2010). Satisfacción vital en madres y padres divorciados [Life satisfaction in divorced mothers and fathers]. *Ansiedad y estrés, 16*(2), 163-175.
- Yármoz-Yaben, S., & González, P. (2010). El CAD-S: Un instrumento para la evaluación de la adaptación al divorcio-separación [The CAD-S: An instrument for the assessment of adaptation to divorce-separation]. *Psicothema, 22*(1), 157-162.
- Yármoz-Yaben, S., & González, P. (2012). Un instrumento para la evaluación del perdón en el ámbito del divorcio y la separación. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy, 12*(1), 49-58.
- Yilmaz, E., & Fişiloglu, H. (2006). Psychometric properties of the Fisher Divorce Adjustment Scale in a Turkish divorced sample. *Journal of Divorce & Remarriage, 45*(1-2), 149-169.
- Zhang, Z., & Hayward, M. (2006). Gender, the marital life course, and cardiovascular disease in late midlife. *Journal of Marriage and Family, 68*(3), 639-657.
- Zoellner, T., & Maercker, A. (2006). Posttraumatic growth in clinical psychology: A critical review and introduction of a two component model. *Clinical Psychology Review, 26*(5), 626-653.